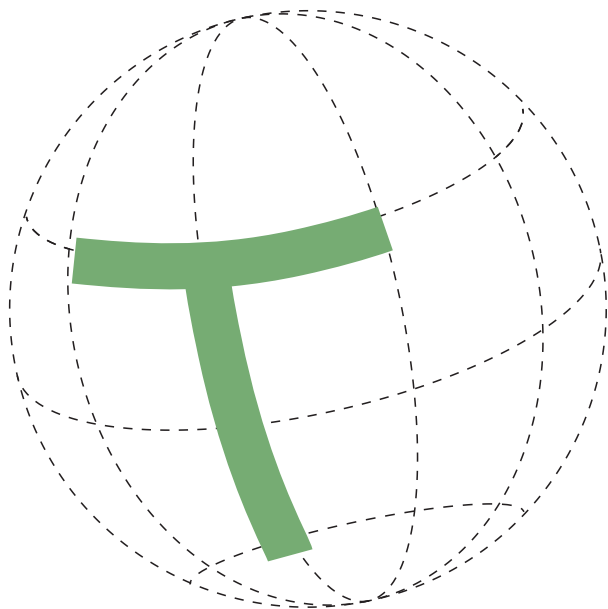


TERRITÓRIOS EM CONFLITO

**CHAVES PARA A CONSTRUÇÃO
DE ALTERNATIVAS DE VIDA**

Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha,
Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto,
Mertxe Larrañaga, María Oianguren e Luísa de Pinho Valle



Gernika Gogoratuz

Gernika Gogoratuz é um Centro de Investigação pela Paz criado por decisão do Parlamento Basco em abril de 1987, coincidindo com o 50º Aniversário do Bombardeamento de Gernika. Desde 1995 é apoiado pela **Fundação Gernika Gogoratuz** e conta com uma associação com o mesmo nome. É independente e sem fins lucrativos.

Tem como missão enriquecer a simbologia de Gernika em relação ao passado e ao futuro: em direção ao passado, lembrando e honrando a sua história; e ao futuro, contribuindo, através da reflexão científica, para gerar uma paz emancipadora, justa e reconciliadora no País Basco e em todo o mundo.

A sua visão consiste em ser um espaço criativo de referência na investigação e ação pela paz, tanto a nível local como mundial, que aglutine diferentes sensibilidades, contribuindo para gerar mudanças e transformação social no desenvolvimento de uma cultura de paz.

Trabalha no âmbito da construção da paz através da investigação, formação, intervenção e divulgação para fortalecer redes de trabalho e contribuir para que Gernika seja um fator mundial de paz.

Organiza vários encontros académicos, sociais, culturais e artísticos: Jornadas de Cultura e Paz, Encontros de Arte e Paz, Jornadas Antimilitaristas e de Memória Histórica, e Oficinas de Economia de Paz.

Edita a série de publicações **Rede Gernika**, rede internacional de apoio a processos orientados para a reconciliação.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

CHAVES PARA A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS DE VIDA

A edição deste livro foi possível graças ao financiamento da Agência Basca de Cooperação para o Desenvolvimento (AVCD-Elankidetzta) do Governo Basco e da Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, com a colaboração da associação Gernikatik Mundura.



EUSKO JAURLARITZA
GOBIERNO VASCO



**GARAPENERAKO
LANKIDETZAREN
EUSKAL AGENTZIA**
AGENCIA VASCA DE
COOPERACIÓN PARA
EL DESARROLLO



**Gernika
Gogoratuz**

Bakearen Aldeko Aztertegia
Centro de Investigación por la Paz
Peace Research Center



**gernikatik
mundura**

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

CHAVES PARA A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS DE VIDA

Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha,
Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández,
Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga,
María Oianguren e Luísa de Pinho Valle

Coleção Rede Gernika

Diretora da coleção: María Oianguren Idigoras

Tradução: Bakun, S. L.

Coordenação editorial: Mercedes Esteban e Blanca Pérez Fraile.

Design e layout: eMeriel

Ilustração da capa: goikipedia.

© Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha, Alfonso Dubois,
Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga,
María Oianguren e Luísa de Pinho Valle, 2019

© Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, 2019

Artekaleara, 1-1.º • 48300 Gernika-Lumo

Tel.: 946 25 35 58

Correio eletrónico: info@gernikagogoratuz.org

<http://www.gernikagogoratuz.org>

ISBN: 978-84-09-17637-3

índice

0 INTRODUÇÃO

Alfonso Dubois Migoya

9

1 A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

CONCEITOS E QUADRO DE ANÁLISE

Alfonso Dubois Migoya

25

2 EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

AS CINDERELAS DO NOSSO MOÇAMBIQUE
QUEREM FALAR

Teresa Cunha e Isabel Casimiro

71

3 PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E A FAVOR DA REDE DA VIDA

*Yolanda Yubeto Ruiz, Mertxe Larrañaga Sarriegi
e Luísa de Pinho Valle*

119

4 CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

A VIDA COMO PRÁTICA EMANCIPADORA

María Oianguren Idígoras

157

5 CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Jokin Alberdi Bidaguren

183

6 O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO

AOS TERRITÓRIOS

ELEMENTOS-CHAVE PARA UMA RESISTÊNCIA

POPULAR FRENTE AOS MEGAPROJETOS

Gonzálo Fernández Ortiz de Zárate

221



INTRODUÇÃO

Alfonso Dubois Migoya

Alfonso Dubois Migoya é professor aposentado de Economia Internacional e Economia do Desenvolvimento na Universidade do País Basco (UPV/EHU). Foi presidente do Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional Hegoa de 1996 a 2010. Sua atividade está ligada à cooperação internacional para o desenvolvimento. Seus trabalhos de pesquisa e publicações concentram-se nas questões de desenvolvimento humano, pobreza, cooperação para o desenvolvimento, teorias do desenvolvimento e desigualdade. Prêmio do Governo Basco à Pessoa Basca Cooperante, 2007.

Este livro forma parte do projeto «Territórios em conflito: investigação, formação e ação para o reforço de capacitação e a construção de alternativas de vida», o qual propõe estudar o impacto dos factores transnacionais em três territórios nos quais a capacidade de determinação autónoma do seu futuro se vê ameaçada pela atuação de atores externos. Além do mais propõe, nos mesmos, o modo de como impulsionar o reforço das capacidades existentes para que seja possível a definição e construção de alternativas próprias.

A realização do projecto é o resultado de uma iniciativa de Gernika Gogoratuz e Gernikatik Mundura, em colaboração com a Universidade de Tolima (Colombia), o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra (Portugal), WLSA Moçambique e a Universidade do País Basco/Euskal Herriko Unibertsitatea, para analisar a situação em três territórios —Cabo Delgado, em Moçambique; Tolima, em Colombia, e Urdaibai, no País Basco— onde se produz um cenário de conflito, expresso de distintas maneiras entre, as reivindicações populares e as pretensões de interesses externos.

Expomos nas páginas seguintes as abordagens teóricas que se consideram idóneas para abordar os objetivos destacados: a) conhecer a incidência dos factores transnacionais, especialmente das empresas, nos processos de construção dos projectos próprios a cada sociedade local; b) descrever e avaliar os processos colectivos críticos que promovam soluções alternativas para o território assentes numa base de sustentabilidade e de justiça social.

A finalidade não é tanto pretender resultados universais, senão tirar algumas conclusões dos estudos realizados em cada contexto. Salientamos também que não se trata, como é habitual neste tipo de projectos, de fazer uma análise comparativa, senão de reunir as considerações que possam surgir ao verificarem-se situações diferenciadas, mas com a característica idêntica de tratar-se de uma ameaça à autonomia local.

Esta forma particular de análise requer acordarem-se os procedimentos ou método de investigação a utilizar. A proposta do projecto definia quatro eixos específicos: 1) o acesso à terra, 2) as desigualdades de género, 3) a sustentabilidade e 4) a identidade cultural. Tudo isto dentro do âmbito de referência às capacidades colectivas de cada sociedade para assegurar a possibilidade de criar projectos próprios e alternativos.

As diversas equipas de trabalho realizaram várias reuniões para aproximar posições e convergir nas abordagens teóricas a aplicar nos estudos e acordar as seguintes linhas de investigação:

- Estudar as formas específicas de pressão que põem em jogo as empresas transnacionais (ou, de uma forma genérica, as distintas instâncias que defendem os interesses transnacionais frente às administrações locais) sobre o território.
- Identificar as respostas dos movimentos sociais e organizações não públicas, e analisar as suas forças e debilidades, assim como as suas capacidades críticas e criativas de alternativas.
- Conhecer a atuação dos poderes públicos locais e estatais, com especial atenção aos problemas de representação dos diversos grupos e sectores na tomada de decisões.
- Expôr as repercussões da ação dos factores transnacionais nas formas de vida da população. Apesar de que estes foram os objetivos estabelecidos para os três estudos admitia-se que, para além, cada um tivesse objetivos particulares em função às características especiais do território e à presença exterior.

ABORDAGENS E EIXOS METODOLÓGICOS CENTRAIS

A metodologia é necessária para não resultar num conjunto de informações dispersas que não são susceptíveis de análise e sistematização. Além de que uma referência metodológica comum é imprescindível para estabelecer o diálogo entre os diferentes grupos de investigação. Escolher o enquadramento teórico e metodológico é, assim, uma questão fundamental. No nosso caso, propomos um enquadramento com capacidade para abordar os factores e as dinâmicas onde as sociedades locais definem e pretendem realizar os seus objetivos como um conjunto. Decidir quais são as ferramentas teóricas a utilizar tem consequências relevantes, uma vez que conforme as que forem adoptadas, serão muito diferentes as conclusões das investigações. Optar por um ou por

O. INTRODUÇÃO

outro enquadramento será decisivo para identificar os problemas que se consideram fundamentais, para definir os critérios com os que se avaliam os resultados, ou para destacar os sujeitos ou agentes considerados como os atores principais ou protagonistas, etc.

No caso da nossa investigação, a dificuldade em dispôr desse enquadramento torna-se particularmente complexa ao trabalhar sobre realidades geográficas e culturais muito diversas e também porque participam grupos de trabalho compostos por pessoas de formações académicas plurais e outras com um perfil mais activo ou pragmático. Por este motivo, torna-se imprescindível dispôr de um enquadramento que permita articular-se numa linguagem e reflexão compartilhadas, sem ser único.

Ao enfrentar este desafio metodológico, considerámos duas referências básicas. Em primeiro lugar, que não houvesse uma metodologia neutra, pelo menos no que respeite às ciências sociais. Anteriormente a qualquer opção metodológica existe uma prévia análise teórica e legislativa. A nossa proposta tenta compreender os acontecimentos, mas quer fazer a leitura a partir de uma determinada visão do que considera que deve de ser a sociedade; e quer oferecer instrumentos para poder orientar a transformação numa determinada direcção. Não interessa analisar a metodologia sem partir dessa dimensão legislativa.

Em segundo lugar, não podemos pensar na metodologia como um problema de índole abstracta, à margem do tempo e do lugar. Pelo contrário, conserva uma relação directa e estreita com o contexto, uma vez que deve ser capaz de responder às questões que levanta a realidade. A metodologia alimenta-se de e enfrenta-se aos problemas que apresenta essa realidade. São uma referência do nosso tempo os complexos e múltiplos processos de transformação que sucedem, pelo que põe em questão muitas categorias teóricas e metodologias de análise que resultam inoperantes frente aos novos desafios emergentes. Por isso, a metodologia deve ser capaz de identificar as novas perguntas que surgem e de propôr as categorias necessárias para as analisar e estabelecer respostas.

Neste contexto, incluem-se quatro dimensões nas características principais da metodologia proposta: a) a dimensão legislativa; b) a dimensão de transformação; c) a dimensão colectiva; e, d) a dimensão cognitiva ou da complexidade do conhecimento. Estas quatro dimensões convertem-se em referências ou eixos centrais atribuindo uma identidade diferenciada à que consideramos ser a metodologia. Preten-

demos elaborar uma metodologia que apresente uma proposta alternativa que aborde a dimensão legislativa; que se disponha a enfrentar a transformação como um desafio; que estabeleça a sua preferência na agência ou na atuação colectiva; e que seja consciente das dificuldades que implica o conhecimento nos tempos atuais, evitando as propostas lineares ou automáticas.

Este livro *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida* foi escrito nesta abordagem, o qual pretende oferecer um panorama das questões cruciais para desenvolver a investigação desejada. Não ser tanto um compêndio de respostas, senão identificar as perguntas, ordenar os temas segundo prioridades e procurar espaços comuns onde discutir os problemas que se gerem.

A DIMENSÃO LEGISLATIVA DO BEM-ESTAR OU DA BOA VIDA

O cerne da dimensão legislativa é avaliar se a definição do futuro pretendida responde a um mundo mais justo, diverso, habitável e digno para todas as pessoas. A necessidade de cada sociedade em definir como entende o seu projecto de boa-vida é uma parte constituinte da sua própria razão de ser. Sem essa definição, não existe sociedade como tal. Ao longo da história uma das características de vida colectiva é a contínua discussão entre os diversos interesses sobre os quais devem ser os objetivos prioritários. Mas esta constatação teve especiais conotações em determinados momentos chave. Atualmente encontramos-nos num cenário caracterizado por sofrer uma série de processos de transformação de grande magnitude e complexidade, que cria desafios para aqueles cujas respostas se revestem de uma grande complexidade e de grande incerteza. Perguntarmo-nos sobre o futuro não se trata mais de uma questão abstracta, senão de que surge e inscreve-se neste momento histórico e respondendo com novas categorias capazes de entender os acontecimentos e de propôr soluções.

Assim, a transformação disruptiva e contínua é a nova referência. Como enfrentar? Eliminamos as respostas insípidas que se conformem em atribuir os problemas como a um «mau funcionamento» e partimos do princípio que devemos «fazer outra coisa», que devemos dar uma resposta alternativa se quisermos construir um mundo habitável e justo. Não se trata de encontrar respostas que ofereçam, sem mais, determinadas soluções a problemas específicos, senão de apresentar

O. INTRODUÇÃO

propostas que, ao considerar a nova realidade do mundo, conduzem a uma sociedade mais justa. Como dizia Marina Garcés, o que está em jogo é o sentido próprio da dignidade e da liberdade humana na sua condição de universais recíprocos a elaborar de maneira partilhada.¹ Esta investigação não pode realizar-se de forma neutra, requer uma referência ética.

Pensar na alternativa é uma tarefa ambiciosa, comprometida e marcada pelo contexto. O alternativo não é o desenvolvimento atemporal de determinados princípios, senão a proposta do presente e do futuro que cada sociedade elabora a partir dessa preocupação em encontrar respostas nesta conjuntura. O alternativo não surge por casualidade, apenas se produzirá se essa sociedade o definir, o projectar e o proposer. Pensar no alternativo implica determinar a direcção projectada para essa sociedade.

Cada sociedade tem que enfrentar este processo de deliberação e definição, a partir dos seus valores, da sua história, da sua gente, dos seus recursos e das suas instituições. Não existe, nem pode haver, uma única visão do futuro igual a todas as sociedades. O cenário pensado como desejável deve ser antes um no qual se concebe a convivência pacífica e criativa das distintas concepções do que se entende como bem-estar ou boa vida. Nos três territórios de Cabo Delgado, Tolima e Urdaibai deve ficar explícito que as diferentes propostas apresentam-se como valiosas para unificar a comunidade.

Não existem apenas distintas visões segundo as sociedades senão que, dentro de cada sociedade, coexistem distintas propostas. Não existe uma objetividade neutra e abstracta. Amartya Sen propõe a «objetividade posicional», a qual ressalta que os juízos de valor feitos a partir de posições sociais particulares têm um significado epistemológico. Isto é, são objetividades distintas, o que supõe não tanto defender o relativismo e negar que determinados valores podem ser partilhados de forma ampla, senão ressaltar que a objetividade não deve vincular-se de maneira directa e férrea à universalidade. Deve entender que nos juízos de valor existem «objetividades posicionais» ou «contextuais», que valorizam uma relação desde o ponto de vista da pessoa, o que supõe que existe uma solicitude legislativa na pessoa que sente, pensa ou deseja de determinada maneira. Cada perspectiva de avaliação deve ser sensível a certo tipo de informação sobre o que avalia e ser insensível a outras. A defesa de uma determinada objetividade como universal esconde a pretensão de legitimar a objetividade dos interesses dominantes

1. Marina Garcés; *Nueva ilustración radical*, 2018.

como a única possível. Pelo contrário, o reconhecimento da existência de «objetividades posicionais» põe em relevo o significado epistemológico dos juízos de valor constituídos a partir de posições sociais particulares. Segundo quem e como se tenham decidido os conteúdos que devem inevitavelmente formar parte do bem-estar das pessoas, todas as pessoas disfarçarão ou não do bem-estar que realmente considerem valioso. Se se excluir pessoas ou grupos dessa deliberação, supõe limitar a sua capacidade de escolher livremente o bem-estar que desejam ou consideram valioso.

Com esta afirmação não se está a negar a existência de categorias comuns que, dentro da diversidade e após um processo de diálogo e deliberação, se reconhecem como fundamentais para avaliar se cada intensão se qualifica como alternativa e/ou justa. Isto é, nem tudo vale, pelo que não se pode evitar a grande questão da avaliação legislativa. E neste contexto necessitamos de um quadro de regras. É neste contexto onde joga um papel nuclear uma visão autenticamente democrática, entendida como o conjunto de instituições que pretendem utilizar a informação das diferentes posições para fins partilhados. Aqui inscrevem-se as considerações feministas cujas concepções do bem-estar são distintas das dominantes patriarcais. Isto supõe dispôr de instituições que ajudam a dar voz e poder a todos os grupos: partindo das interações críticas de perspectivas locais de cidadania de todos os estados sociais.

CONVERGÊNCIA DE VISÕES

A adopção de um marco de regras converte-se num elemento essencial do projecto. Mas, assim como não existe uma visão única de como se deve figurar o futuro desejável e viável, também não se deve pensar num único marco universal válido para qualquer tempo e lugar. Não obstante, estamos obrigados a dispôr de uma referência legislativa. Esta foi uma das questões centrais na reflexão realizada entre as equipas de investigação. Por um lado o grupo da UPV/EHU tem vindo há vários anos a desenvolver a abordagem da capacitação com a proposta do desenvolvimento humano local sustentável. Por outro lado, a equipe do Centro de Estudos Sociais parte da abordagem das epistemologias do Sul, a qual defende diálogos horizontais e solidários entre os conhecimentos existentes no mundo relativamente à procura da maximização de justiça para todas e todos, sem excepção, em harmonia com a

O. INTRODUÇÃO

natureza e todas as demais manifestações de vida. Isto é, assume-se uma narrativa de esperança, que parte da não conformidade com um mero exercício crítico sem propôr a construção de alternativas.

A posição dos diferentes grupos é encontrar os espaços comuns onde ambas propostas se reunam e se enriqueçam mutuamente. Abre-se o debate sobre quais são os elementos de análise da abordagem das capacidades e/ou desenvolvimento humano sustentável idôneos capazes de construir parte dessas categorias comuns. Expresso sob forma de pergunta, consiste em verificar se é possível considerar uma proposta conceptual a partir da proposta de desenvolvimento humano sustentável compatível com as correntes de boa vida e de outras concepções.

Um prévio esclarecimento terminológico sobre a utilização da denominação do desenvolvimento humano. O ponto de partida é a revisão crítica do próprio conceito de desenvolvimento, assumindo-se que o que se propõe com este término é o processo de transformação colectiva que cada sociedade empreende para construir o futuro desejável e viável que tenha considerado como valioso. Abrange, portanto, todas as dimensões da vida humana, incluindo a sua envolvente natural; não só não se limita ao económico, como que as dimensões do social, do político, do cultural, do ecológico e da ética são fundamentais. Insiste-se particularmente na visão colectiva deste processo, a qual inclui as transformações territoriais e as capacidades dos distintos atores, agentes e instituições presentes nesses territórios.

Para além, a referência ao desenvolvimento humano não deve ser entendida como a adopção das propostas do Programa de Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD), referidas nos seus respectivos relatórios anuais publicados desde 1990. Ainda mais, que existe uma posição crítica face a esses estatutos oficiais que, em muitos dos casos, constituem uma leitura parcial das potencialidades que oferece a abordagem das capacidades. Assim como também não se pode dizer que a abordagem das capacidades tem uma versão canónica; ao contrário, realizou-se um desdobramento do mesmo em distintas direcções que deve ser considerado.

A nossa visão assume uma posição igualmente crítica das versões convencionais quanto à abordagem das capacidades que se limita às capacidades individuais e a considerar de maneira instrumental as estruturas e instituições sociais. A agência das pessoas não pode afastar-se das estruturas sociais, dos valores comuns do grupo ou dos acordos e âmbitos que a rodeiam. A abordagem das capacidades, entendida nesta dimensão colectiva, pode funcionar como uma linguagem comum

onde cada sociedade, por mais distinta que seja, através da qual se sente suficientemente cómoda para apresentar os seus objetivos de futuro colectivos. A ideia central é que a referência para avaliar se a sociedade funciona de acordo aos princípios de equidade ou justiça consiste em conseguir que tanto as pessoas como as instituições e organizações adquiram capacidades concretas que lhes permitam escolher e moldar ativamente uma maneira de viver conforme ao que valorizam e aspiram atingir.

Do referido deduzem-se dois argumentos importantes para afirmar a idoneidade do âmbito da abordagem para avaliar as distintas propostas, sem uniformizá-las exigindo uns conteúdos universais. Em primeiro lugar, seja qual seja o conteúdo da forma de vida que se considere valiosa, esta última tem um conteúdo multidimensional, que supõe alcançar êxitos em diferentes campos da vida dos seres humanos. Em segundo lugar, para além dos êxitos concretos que se consigam, é fundamental o processo estabelecido para os definir e os realizar. Apenas será válido se se realizou a partir da autonomia, pessoal e colectiva, para escolher, decidir e participar ativamente no projecto e no desenvolvimento dos contornos das suas próprias vidas. Neste sentido, a diversidade é parte essencial da abordagem uma vez que quando se falam de capacidades, se supõe que se produzem processos próprios de decisão.

Consequentemente, reconhecer o marco de regras das capacidades não significa defender um conteúdo único das capacidades consideradas prioritárias. Não existe uma referência para determinar o que é valioso, senão que cada cultura deverá especificar os critérios com os quais realiza essa avaliação. Considerando por base esta dimensão colectiva, o cerne encontra-se na capacidade de cada sociedade em definir e desenvolver o seu futuro, o que supõe um processo colectivo em função. Em conclusão, a proposta feita do bem-estar é que o processo das dimensões colectivas da sociedade seja fundamental. Por outras palavras, não existe desenvolvimento se não existir a capacidade de implementar um processo colectivo. Estamos condenados a enfrentar e a conviver com diferentes visões do bem-estar, distintas valorizações do que é a boa-vida, e a procurar plataformas comuns que permitam que essa convivência seja frutífera e positiva.

Os estudos de campo devem centrar-se nas componentes sociais (colectivas), inseparáveis do bem-estar individual, e na análise dinâmica das relações sociais e das instituições que têm lugar nos territórios, para ver a capacidade de cada sociedade local em implementar as suas propostas de futuro face aos grandes planos de desenvolvimento previs-

O. INTRODUÇÃO

tos. Não se trata de considerar umas capacidades em abstracto, entendidas desde uma visão neutra ou técnica. Trata-se de fortalecer aquelas capacidades consideradas valiosas, isto é, trata-se de valorizar as ações humanas de acordo a determinados fins. Trata-se de uma proposição legislativa, não neutra, que contenha um «deve ser», sem ser imposto desde fora nem pré-determinado senão constituída por um processo de definição, pessoal e colectivo, de quais são as capacidades valiosas. Esta definição não é uma mera declaração programática, é um apelo à ação com uma dimensão política. A mesma definição das capacidades valiosas como critérios para estabelecer os objetivos e avaliar os resultados, implica o seu entendimento como categorias «práticas», operativas.

AS PROPOSTAS DE PRÁXIS PARA A ALTERNATIVA

Não deve limitar-se a uma mera apresentação do marco de regras, senão de oferecer propostas de práxis para construir o futuro desejável e viável. Por isso, é necessário desenvolver e analisar os fundamentos teóricos que sejam capazes de orientar essa práxis. Como se podem projectar ações de transformação para que as pessoas possam disfrutar de certas capacidades valiosas?

Para conduzir esta prática identificam-se as seguintes direcções que se deduzem tanto a partir das epistemologias do sul como da abordagem das capacidades. Não se pretende uma lista fechada, senão destacar as que aparecem como centrais na construção da alternativa.

1. Trabalhar na criação das condições que formem uma envolvente favorável ao desenvolvimento de capacidades individuais e colectivas para que cada sociedade local tenha a capacidade de projectar e empreender um projecto colectivo de integração e participação.
2. Criar espaços para o encontro das diferentes visões constituídas em cada território onde se reconhecem os interesses dos diferentes grupos. Para que as sociedades sejam realmente inclusivas é necessário construir espaços sociais de deliberação, isto é, implementar na prática canais e regras que permitam um debate colectivo em cada território. Não se pode implementar nenhum processo de transformação sem a participação ativa dos grupos vulneráveis, e para o efeito é fundamental: a) entender por que razão se produziu a exclusão e o desaproveitamento

- das suas capacidades, e b) identificar e potenciar alianças emergentes criativas e efectivas que lhes permitam autoavaliar as transformações mais benéficas nas suas trajetórias de vida, e incrementar a sua capacidade de incidência e negociação social.
3. Em particular, tomar como referência as propostas feministas sobre as novas relações de poder e o empoderamento. Devemos ter uma visão crítica quanto às regras do jogo que criam relações de poder desiguais nos distintos contextos. Para se realizar a participação efectiva dos grupos oprimidos, é necessário que tenham voz e capacidade de decisão na avaliação das normas sociais, na definição de critérios mais justos a partir das suas necessidades e interesses. Implica implementar uma alternativa à cidadania androcéntrica desde uma cidadania diferenciada de grupos oprimidos, particularmente desde as capacidades das mulheres constituídas como sujeitos políticos. A nova democratização deve reunir as vozes não representadas e construir canais que tornem possível a entrada das mulheres nos processos de eleição social, formando novas instituições, para além das propostas convencionais de mera cooptação em espaços definidos de acordo a valores e interesses patriarcais. Em conclusão, é necessário modificar as regras de jogo e os espaços de deliberação e decisão para lutar por uma democratização que permita às mulheres serem agentes impulsoras e criativas de um novo cenário de participação e de decisão.
 4. Enfrentar a complexidade e funcionar num âmbito de aprendizagem para a ação. A revolução da crescente inovação tecnológica abre realidades sociais que surpreendem e face às quais não resulta fácil saber qual é a resposta idónea. No caso concreto dos territórios, resulta um cenário novo onde existem diferentes níveis e escalas temporais e espaciais, de múltiplos centros decisivos relativamente autónomos, processos incoerentes e contradictórios, a presença de maneiras visíveis e ocultas dos processos de globalização, entre outras. Isto leva-nos a concluir que as dinâmicas actuais definem-se como processos complexos não lineares que desencadeiam reacções imprevisíveis e impredecíveis. A forma de intervir e influir na transformação implica uma aproximação aos atores, individuais e colectivos, sendo decisiva a interação com os atores e ir descobrindo os caminhos mais apropriados. Em cada lugar deve-se encontrar a melhor maneira de promover uma integração mais estreita entre

O. INTRODUÇÃO

análise e ação. Reconhecer esta afirmação implica funcionar num âmbito de aprendizagem para a ação. Para captar os novos desafios e as novas potencialidades devem-se abandonar as ideias preestabelecidas e assumir a flexibilidade.

A NECESSIDADE DE NOVAS NARRATIVAS

Necessitamos de uma metodologia que nos permita entender como devemos pensar e atuar. Por isso, muito mais importante que a própria intervenção é o processo de interação e de descobrimento. Para o efeito requer uma integração mais estreita de análise e de ação. Esta posição implica atribuir modelos mentais alternativos para abordar não apenas um problema de desenvolvimento individual mas um complexo, incerto e diverso conjunto de problemas interrelacionados. Reconhecer esta afirmação implica funcionar num âmbito de aprendizagem para a ação o qual põe em evidência a importância da criatividade, da aceitação e da comunicação com outras culturas e outros ritmos, assim como a reflexibilidade e a agilidade.

O processo de transformação é em si mesmo incerto e dependente do contexto. Para muitos problemas não existem soluções claras, e, muito menos, generalizadas. Desta visão de complexidade deduz-se que a forma de enfrentar o conhecimento e a intervenção exige dedicar a atenção principal nas unidades colectivas locais. As novas categorias, as que permitem abordar a complexidade, serão fruto da implementação de quadros de aprendizagem onde a colaboração, a aproximação a outras mentalidades, a interação entre atores e os consensos ou acordos básicos que formam parte de um processo a longo prazo, sempre inacabado. Estas características encontram mais probabilidades de se concretizar em cenários de sociedades coesas com fins a objetivos comuns. A proposta de uma transformação radical requer considerar o funcionamento da sociedade no seu conjunto.

Uma metodologia com estas pretensões necessita de um discurso, de uma narrativa. Implica um projecto para além da lógica racional e supõe elaborar um discurso capaz de dar coerência a todas as intervenções e, sobretudo, atrair, convencer, motivar e ilusonar aos agentes fundamentais da transformação que são as pessoas. Como dizia Marina Garcés: «Vivemos na ausência de relatos». Vivemos um presente sem narração nem direcção, sempre ameaçado pela ideia de ruptura, de catástrofe, de interrupção. Não existe outro remédio senão construir

um relato novo e alternativo em múltiplos campos. Não se trata de criar um discurso ideal, mas que possa servir para préfigurar o alternativo e para motivar a transformação. Não se trata de oferecer uma teoria conclusiva e integral que sem mais dê sentido à transformação: o sentido da vida não é tanto uma proposição senão uma prática, uma certa forma de vida. Não é uma solução a um problema, senão um certo modo de viver. Não é um discurso metafísico, senão ético.

Uma observação central de como a sociedade ocidental produz a sua «verdade» é que esta baseia-se no discurso científico e nas instituições que a produzem. Para analisar a lógica implícita nessa ordem social devemos perguntar-nos qual é a relação que existe entre a ciência e a lógica do poder que o caracteriza. Esta forma redutora de entender a sociedade, que conhecemos como positivismo, não só exclui a dimensão emocional do ser humano, senão também a própria complexidade das interações que compõem o universo em geral.

Considerar que as emoções não fazem parte do processo de conhecimento levou a que não formasse parte das metodologias que se propunham, o que impediu de analisar-se a natureza completa das relações e a complexidade do comportamento humano. Mas as emoções são um elemento generalizado da vida social e individual e que constituem forças políticas importantes.

O futuro que previa a ilustração foi concebido de acordo à convicção de que o indivíduo pode conceber-se à margem da comunidade, e que a razão pode existir à margem da emoção; que quanto mais isolada está uma pessoa, menos necessita vincular-se com uma comunidade para sentir-se segura, e que quanto mais utiliza a razão para relacionar-se com o mundo, menos utiliza a emoção. Esta convicção está baseada numa fantasia, a fantasia da individualidade.²

As abordagens de interpretação feministas, conjuntamente com outras, criticaram essa visão e propõem que a investigação possa ser válida e profunda apesar de involucrar fenómenos não visíveis, e inclusive se os resultados não podem ser medidos nem validados empiricamente. Também destacam a importância da análise dos processos de representação, como representações visuais das emoções e a forma na qual se configuram as percepções políticas e dinâmicas; o que leva a considerar formas alternativas de conhecimento.

Queremos construir, participar no projecto e execução de novas sociedades, e nem sempre temos as palavras apropriadas para expressar

2. Almudena Hernando, *La fantasía de la individualidad. Sobre la construcción socio-histórica del sujeto moderno*, Buenos Aires, Katz, 2012.

O. INTRODUÇÃO

uma opinião sobre os novos problemas. Por isso, necessitamos encontrar a linguagem que nos permita descrever a nova situação. Necessitamos de uma linguagem que considere os novos significados. Isto é, nos obrigue a ser criativos. Devemos seguir imaginando novas categorias e novos instrumentos que permitam ir reflectindo esse futuro desejável. Devemos saber integrar outros pensamentos e não ficar fechados numa pequena redoma que utiliza determinados parâmetros particulares e uma linguagem que nos pode afastar da pretensão de alcançar a hegemonia necessária para poder liderar a transformação.

É necessário estabelecer discursos eficazes e reais, não oportunistas e fáceis. Não é uma tarefa cómoda nem simples. Preguntava-se Hannah Arendt: por quê é que é tão difícil amar o mundo?, não tanto como um sentimento, senão como um entendimento. Não é algo reconfortante, é um desafio. Não existem respostas a estas perguntas na forma que desejariamos. Amar o mundo significa ser cidadãos sentipensantes e comprometidos.

Não existe outro remédio senão construir um relato novo e alternativo em múltiplos campos. O que acontece quando a evidência e os argumentos não são suficientes? Necessitamos do discurso, necessitamos de histórias poderosas que ressoem, que nos façam pensar em nós como parte de um nós maior. Fazer um relato é um modo de resistir ao silêncio. Quando os grupos marginais se unem ao relato, a exposição das suas experiências começa a ganhar forma; apelando à sua autoridade como constructores de um relato, articulando a sua própria ética desde a experiência, podem assinalar as falhas das narrativas dominantes, permitindo assim emergir uma nova narrativa.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Como se pode verificar no índice, o livro compõe-se de seis capítulos. Apesar de que cada um tenha a sua própria personalidade, são todos abordados com uma estrutura similar. Começam com uma introdução que apresenta o conteúdo e que se explica em três secções: a) conceitos ou categorias teóricas; b) quadros de análises; e, c) recursos.

Na primeira, expõem-se os conceitos chave com os que se propõe abordar o tema: quais são esses conceitos ou categorias?, como se definem cada um deles? É uma secção principal que marca o desenvolvimento posterior da investigação. Mesmo assim, é aqui onde devemos especificar e precisar o conteúdo legislativo da metodologia. Cada con-

ceito não é entendido de maneira neutra, senão que deve integrar a pretensão de transformação alternativa e de exigência de justiça.

Na segunda, os quadros de análises, tratam de explicar como são postos em jogo os anteriores conceitos e como se capta a realidade dos agentes em acção. Podemos dizer que é a visão dinâmica. O seu objetivo é reunir elementos para entender a transformação e os processos críticos de construção das novas realidades. Para o efeito, deverá estabelecer quais são as relações principais, as que estipulam o devenir, e quais são os processos protagonistas. Também, a descrição do contexto onde se produzem essas relações e processos é um elemento importante. A análise das relações de poder será uma questão central.

Na terceira, os recursos, completa-se a informação apresentando referências para melhorar ou ampliar os conteúdos de cada apartado. Para além da bibliografia, em alguns casos comentada, contem informação sobre websites que resultam de particular interesse.

A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES CONCEITOS E QUADRO DE ANÁLISE

Alfonso Dubois Migoya

Alfonso Dubois Migoya é professor aposentado de Economia Internacional e Economia do Desenvolvimento na Universidade do País Basco (UPV/EHU). Foi presidente do Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional Hegoa de 1996 a 2010. Sua atividade está ligada à cooperação internacional para o desenvolvimento. Seus trabalhos de pesquisa e publicações concentram-se nas questões de desenvolvimento humano, pobreza, cooperação para o desenvolvimento, teorias do desenvolvimento e desigualdade. Prêmio do Governo Basco à Pessoa Basca Cooperante, 2007.

Qualquer sociedade orienta-se em torno de um projeto. Poderá realizar com maior ou menor convicção, maior ou menor conformidade, mas sem projeto não podemos definir uma sociedade como tal. O teor desse projeto, apresenta na realidade uma enorme variedade de propostas: desde sociedades participativas, as quais dão voz às distintas minorias, até outras que excluem ou marginalizam aqueles que não se alinham com as posições dominantes; desde sociedades equitativas, nas quais os objetivos de justiça social formam parte da sua própria concepção de ordem social, até às que defendem a desigualdade como um fator positivo no seu projeto. Por outro lado, as formas onde se manifesta podem ser explícitas ou encontrar-se diluídas num conjunto informal de valores, crenças e condutas. Independentemente da proposta e da sua expressão, todas se baseiam num discurso sobre o qual assenta a visão do que pretendem. Este discurso é o elemento principal para formar um coletivo que faça frente de forma eficaz aos desafios que sucedem.

O ponto de partida da nossa proposta do pensamento alternativo consiste em assumir como referente de avaliação a capacidade de cada sociedade em definir e levar a cabo o futuro que considera desejável e viável. Assim sendo, trata-se de analisar o processo coletivo de funcionamento pelo qual uma sociedade determina e valida os objetivos comuns de bem-estar e, particularmente, se esta está mediatizada por agentes ou fatores externos que inviabilizem os interesses dos diferentes grupos, bem como verificar até onde estes distintos interesses foram considerados no processo de tomada de decisão.

Com esta posição fica evidenciada a importância que a dimensão coletiva tem na proposta alternativa, o que implica dedicar especial atenção às relações que se dão entre os distintos agentes, individuais e sociais, na definição dos seus objetivos e no modo como os alcança. Por outras palavras, para que haja bem-estar, considera-se imprescindível que a sociedade tenha a capacidade de ativar um processo coletivo pró-

prio, com a participação efetiva dos distintos interesses, para definir os seus objetivos e os meios que deve utilizar para os alcançar. Isto supõe enfrentar os conflitos que surgem das diferentes propostas e a necessidade de estabelecer compromissos e/ou acordos. Que condições são necessárias estabelecerem-se para que, no resultado, a interação entre todas as partes da sociedade funcione como coletivo? A definição de objetivos comuns é fundamental, sem preocupações comuns, o esforço coletivo não encontra estímulo, o que não elimina existirem visões diferentes para concretizar esses objetivos.

O conteúdo deste capítulo expõe as categorias de análise propostas como básicas para definir os objetivos da alternativa e para conhecer os processos que levam à sua prática. Para o efeito apresentam-se dois artigos: a) o primeiro contém as referências teóricas do pensamento alternativo, as quais se baseiam na abordagem das capacidades; b) o segundo apresenta uma proposta de enquadramento de análises que permitem projetar estratégias de ação de transformação em territórios específicos. Por último, um terceiro artigo reúne a bibliografia utilizada e uma breve exposição de recursos para aprofundar estas questões.

AS BASES DA PROPOSTA ALTERNATIVA

Neste artigo analisamos a forma de abordagem a proposta alternativa, ou seja, estabelecem-se diretrizes para identificar quando é que uma iniciativa de mudança pode ser qualificada como tal. Para o efeito propõem-se três referências principais que definem o caráter alternativo: 1) a dimensão normativa; 2) a dimensão da transformação, e 3) a operatividade da transformação. Não podemos considerar uma proposta alternativa sem um definido conteúdo normativo próprio; sem se propor a alteração como uma exigência indiscutível e sem a tradução do anterior num impacto efetivo sobre a realidade. Mas não é suficiente mencionar estas referências; é necessário definir quais as categorias teóricas, através das quais se vão conhecendo para que realmente sirvam de diretriz. Seguidamente descrevem-se separadamente as que se utilizarão, tais como: o conceito de bem-estar a partir da abordagem das capacidades, para definir a dimensão normativa; o processo de desenvolvimento das capacidades, para entender e explicar a dimensão dessa transformação; e as capacidades coletivas como o instrumento de análise que permite torná-lo possível.

■ O bem-estar e a abordagem das capacidades

No momento de definir o modelo económico e social a que nos propomos, a pergunta «que é o bem-estar?» representa a principal questão. Conforme atribuída a resposta, estamos frente a modelos muito diferentes de funcionamento social. Quando nos referimos ao termo *bem-estar* consideramos uma abordagem mais abrangente que a convencional, a qual se limita ao bem-estar material. O bem-estar, nesta visão, inclui a identificação dos objetivos que se entendem como desejáveis para a sociedade e, naturalmente, para as pessoas que a compõem. Atualmente, a necessidade de nos questionarmos sobre qual é o bem-estar tornou-se cada vez mais presente em consequência do debate aberto sobre a vigência do modelo dominante, o qual exige propor novas referências. Ao recusar uma definição exclusivamente economicista e propor uma mais pluridimensional, o debate sobre como especificar o seu conteúdo converte-se numa questão inevitável.

Embora evidente, a primeira observação que não se pode deixar de fazer, é que não existe uma única conceção universal do que deve significar o bem-estar. Nem deve existir. Pelo contrário, existem conceções bem diferentes a esse respeito segundo as diversas culturas e valores que dão vida às sociedades. No panorama recente, as revisões ou reconsiderações do bem-estar abrangem um leque entre iniciativas críticas as quais não põem em causa o modelo e outros processos que propõem fórmulas para romper com as visões dominantes de desenvolvimento económico, propondo conceções radicalmente distintas, ou seja, alternativas. A maioria das visões meramente críticas, destacam apenas a necessidade de ampliar a anterior visão economicista e nem sempre confrontam abertamente o debate normativo sobre quais os conteúdos¹ que devem

-
1. Desde as próprias instituições de modelo dominante apareceram iniciativas de novos indicadores de bem-estar, face à crescente convicção das carências de rendimento per capita como o referente para medir o bem-estar das pessoas. Neste processo de revisão inscrevem-se as propostas da União Europeia (*Para além do PIB*), da OCDE (*Medindo o progresso*), e de distintos governos como o francês ou o britânico. A mais difundida é o *Índice para uma Vida Melhor*, da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económicos), construído a partir das recomendações de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2013) para desenvolver novas formas de avaliar o bem-estar material e a qualidade de vida. Estas iniciativas, apesar de interessantes porque supõem reconhecer a necessidade de ampliar as dimensões a ter em conta na hora de definir o bem-estar, ao abrirem um espaço de debate até ao momento fechado para as entidades oficiais, tiveram repercussões práticas muito limitadas.

figurar. O século XXI apresenta um novo cenário, no qual surgiram as reivindicações de outras visões de bem-estar, de boa vida, não meramente críticas, mas diretamente contrárias às prioridades da modernização. É necessário salientar o papel que os movimentos sociais jogam neste processo de redefinição, não só porque estão impregnados das novas ideias mas também porque são atores da sua elaboração.

A visão alternativa do bem-estar exige que sejam realizados êxitos em diversas dimensões da vida das pessoas e das sociedades, e que a sua realização seja o resultado da livre organização das pessoas e dos grupos. A autonomia para decidir o que deve ser considerado como valor é fundamental, e envolve decidir e participar ativamente na elaboração e no desenvolvimento dos contornos da sua própria vida pessoal e coletiva. É importante referir que se deve considerar as situações de opressão a grupos específicos, de maneira a que se dem as condições para que a sua participação seja efetiva no processo deliberativo, e de maneira a que as suas especificidades sejam integradas, visto que se não forem postas em relevo ficarão dissolvidas na sombra de um objetivo comum. Esta é uma reivindicação que o movimento feminista destacou para reivindicar a consideração específica das mulheres e a exigência do seu protagonismo no processo de decisão.

Em suma, a proposta alternativa propõe como questões fundamentais o que significa «estar bem», qual é a vida que vale a pena ser vivida; isto é, quais são os objetivos que uma pessoa estabelece para a sua vida e os que uma sociedade considera para o seu conjunto. A definição do bem-estar considerado como um valor corresponde a cada sociedade e será o resultado de um processo de deliberação coletiva que se produz de diferentes formas em cada lugar. Isto não implica desconhecer ou negar a existência de elementos comuns e universais relativamente às condições consideradas para uma vida humana digna. Pelo contrário, deve enfatizar-se os processos participativos de autodefinição, sem condicionamentos e sem imposições externas, como condição *sine qua non* da proposta alternativa.

As iniciativas de formular as visões alternativas não são tanto de origem de âmbitos académicos, apesar da sua participação nas mesmas, mas antes da sociedade organizada que propõe respostas aos desafios que enfrenta. Não se pode detalhar todas as iniciativas realizadas às que lhe são outorgadas a qualidade de alternativa, mas deve destacar-se os espaços onde surgem as que resultam mais relevantes. Estes são:

- A nova visão da natureza e das relações dos seres humanos relativamente a ela, que nasce dos graves e crescentes efeitos negativos do modelo dominante sobre o planeta (a alteração

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

climática ou o esgotamento dos recursos naturais), e que levou à revisão do modelo de crescimento.

- As diferentes visões do *estar bem* a partir de diversas culturas, críticas às concepções ocidentais do desenvolvimento, como pode ser a visão dos povos andinos, conhecida como *sumak kawsay* ou *sumak qasanha*.
- As propostas do feminismo que questiona o modelo económico dominante e propõe um enquadramento alternativo que vai além da mera consideração de exclusão e de discriminação das mulheres e das desigualdades de género.

O facto de se diferenciarem estas fontes de formulação de visões alternativas não se deve interpretar como se existisse uma rivalidade ou uma competição entre elas. Cada uma atribui um eixo de referência particular a partir do qual constrói a sua proposta. Todas são válidas e complementam-se e apoiam-se na criação de um mosaico com diferentes visões de bem-estar.

No entanto, é preciso verificar que a mera qualificação de uma proposta como ecológica, feminista ou proveniente de um povo indígena não assegura que possui um conteúdo alternativo. Por trás da etiqueta do ecologismo encontram-se iniciativas contemporâneas junto com o sistema, ou dentro do feminismo inscrevem-se correntes muito diversas, algumas das quais não visam a conversão do modelo patriarcal. Quando podemos afirmar que o que se estabelece tem um conteúdo normativo alternativo? Como avaliar a visão do bem-estar que se preconiza como sendo uma alternativa? A nossa proposta é que a abordagem das capacidades estabeleça uma referência ou um enquadramento teórico capaz de enfrentar esta questão.

A abordagem das capacidades

A abordagem das capacidades introduz definitivamente a dimensão normativa na própria definição de bem-estar, o que implica não só uma revisão profunda do conceito, mas igualmente a elaboração de um novo. A originalidade da proposta e, neste sentido o seu carácter alternativo, consiste no estabelecimento de que é o espaço das capacidades das pessoas, e não a mediação dos seus recursos económicos através do mercado, aquilo que determina o bem-estar.

Afirmar o bem-estar a partir das capacidades requer definir quais são as capacidades necessárias para uma vida digna. Sem essa precisão,

ficaríamos numa mera consideração abstrata. Identificar e definir as capacidades que constituem o bem-estar é uma tarefa essencial. No entanto, esta definição não pode elaborar-se a partir de meras propostas técnicas realizadas por pessoas especialistas ou por organismos especializados. O que deve ser considerado como uma vida digna, ou seja, as capacidades que a tornam possível, deve ser o resultado de um processo de definição pessoal e coletiva, no qual se estipula tudo aquilo que se considera de valor e se decide como objetivo a alcançar. Não se trata de uma mera declaração programática, mas do facto da sua proclamação implicar um compromisso, uma iniciativa de ação para que se torne realidade. Deste modo, pode dizer-se que tem incorporada uma dimensão política, ou que implica que as capacidades referidas como constitutivas do bem-estar tenham que ser operativas, orientar a ação e servir de referência para a avaliação.

Quando se fala da abordagem das capacidades é preciso destacar que não existe uma proposta exclusiva dentro dessa abordagem, mas que existem diversas correntes. Por um lado, há uma visão estreita, que trata estritamente da avaliação dos processos e das capacidades de cada pessoa; por outro, há uma visão alargada, que não só avalia a vidas das pessoas, como se propõe como enquadramento normativo para avaliar e projetar as políticas e as instituições sociais. É a partir desta última que estabelecemos a compreensão da abordagem das capacidades.

Isto supõe que ao falar do bem-estar é necessário ter em conta tanto a sua dimensão individual como coletiva. Neste sentido, dentro da categoria geral do bem-estar é preciso considerar a existência de um bem-estar individual e de um bem-estar coletivo, com profundas ligações entre si, mas também com conteúdos muito diferenciados. Daqui em diante, devemos alertar que entendemos o bem-estar coletivo como um valor intrínseco, e não apenas como instrumento para conseguir o bem-estar das pessoas, tal como preconizado em algumas correntes, inclusive dentro da abordagem das capacidades. Há que reconhecer que esta dimensão não esteve sempre presente e não lhe foi dedicada suficiente atenção, pelo que devemos perguntar-nos a partir de onde e como se estabelece a dimensão do coletivo?, qual é a sua razão de ser e o seu alcance?

Uma primeira aproximação à dimensão coletiva do bem-estar supõe reconhecer que as relações sociais e as instituições determinam em grande parte a capacidade das pessoas em levar a cabo a vida que valorizam. As capacidades das pessoas encontram-se profundamente influenciadas pelo enquadramento geral no qual vivem (clima físico, normas sociais, atmosfera de poder e de menosprezo, violência frente a

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

qualquer forma de racismo, crenças religiosas, etc.). Um segundo passo é considerar que o objetivo de bem-estar não consiste apenas em promover as capacidades individuais daquelas pessoas que têm razões para eleger e valorizar, sendo também necessário promover aquelas estruturas de vida em comum que conduzem ao despertar das pessoas.

As estruturas de vida em comum não podem existir sem estarem justificadas por pessoas, contudo, têm uma existência que vai para além das decisões e ações individuais; têm uma existência independente e não se podem reduzir às características das pessoas que vivem nelas. O bem-estar individual não pode ser entendido sem estar enquadrado dentro do processo mais amplo da dimensão social de bem-estar. Como anteriormente referido, este processo coletivo de bem-estar entende-se: a) como um instrumento, uma vez que sem este existir as pessoas teriam dificuldade em conseguir o seu bem-estar; e, b) como objetivo em si mesmo, caso se considere que os valores e as capacidades coletivas, formam parte do bem-estar. Segundo uma visão alternativa, é realmente necessário integrar a dimensão coletiva na definição de bem-estar e na elaboração das estratégias (Stewart e Deneulin, 2002).

Mas, quais são as categorias teóricas que nos permitem levar à prática, tornar operativa, a dimensão social de bem-estar? Durante muito tempo, a dimensão coletiva foi o aspecto menos salientado na abordagem das capacidades. A questão fundamental é determinar quais são os espaços coletivos que formam parte do bem-estar comum. O debate sobre como deve ser entendido e a sua relação com a abordagem das capacidades encontra-se totalmente em aberto.

São duas as linhas a partir das quais se tenta definir as categorias teóricas que permitem levar a dimensão social de bem-estar à sua prática, e que atualmente são objeto de especial atenção: o desenvolvimento das capacidades e as capacidades coletivas. Para além do referido, existem outros conceitos —segurança humana, bens públicos e capital social— aplicados como categorias apropriadas ao tratamento analítico e operativo de bem-estar coletivo, mas que não foram considerados especificamente neste capítulo.

■ O processo de desenvolvimento das capacidades

A análise da dimensão coletiva de bem-estar implica entender quais os processos de transformação das instituições e as suas formas de relação, o que constitui o principal desafio da mudança. Partimos do suposto que a proposta de desenvolvimento das capacidades tem

potencial para se constituir como o instrumento teórico e político, importante na análise e prática dos aspectos coletivos de desenvolvimento humano.

Durante muito tempo, e ainda em certos organismos internacionais, o desenvolvimento das capacidades foi entendido como uma consideração neutra, com maior caráter técnico. Esta proposta limitada elimina a sua possível aplicação em todos os processos coletivos. A nossa posição defende que, para além das significações reducionistas, o desenvolvimento das capacidades estabelece uma plataforma teórica valiosa, no estudo das dinâmicas de um grupo ou de uma sociedade.

Existem várias definições propostas pelas instituições internacionais, geralmente relacionadas com a prática de desenvolvimento internacional que limitam, desde o início, o seu potencial de transformação. Ou antes, pelo contrário, são utilizadas para reforçar uma determinada visão do modelo dominante.

Baseamo-nos na definição proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2008b) porque, em princípio, ultrapassa essa limitação e permite enriquecê-la ao convertê-la num autêntico instrumento para uma mudança alternativa. Entende-se o desenvolvimento das capacidades como um processo pelo qual as pessoas, as organizações e as sociedades conseguem, reforçam e mantêm as suas capacidades para estabelecer e conseguir os seus próprios objetivos de bem-estar/desenvolvimento ao longo do tempo (veja figura 1).

FIGURA 1. O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES SEGUNDO O PNUD



Fonte: PNUD (2008b: 6).

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

No processo de desenvolvimento de capacidades que mostram a sua inovação relativamente a outras considerações, é necessário destacar três características fundamentais:

1. Implica um forte caráter endógeno, cuja principal característica é que as capacidades devem efetivamente desenvolver-se nas pessoas, organizações ou sociedades de forma intrínseca, e que não devem ser impostas nem ser transferidas de fora, ou contra a sua vontade.
2. Inclui as capacidades individuais e coletivas, diferenciadas em três níveis: pessoas, instituições e sociedade no seu conjunto. Isto supõe o reconhecimento das capacidades coletivas e salienta a importância de interligações entre os três níveis. De particular relevância é a aceitação do nível contextual, que integra toda a sociedade.
3. A importância atribuída às interações entre níveis e ao funcionamento conjunto do sistema obriga a estabelecer uma análise dinâmica, que interprete a esquematização de abordagens anteriores. As relações dos agentes com a envolvente ou com o contexto —o modo como os primeiros modificam o segundo e, viceversa, como o segundo condiciona aos primeiros— situam-se no centro da análise. Pondo, mesmo assim, em relevo a ação coletiva como agente da transformação, para além das ações individuais.

A proposta não é constituída a pensar num mundo ideal, ao contrário, parte da consideração que as condições em que se desenvolve o processo não são favoráveis à transformação alternativa. Por um lado, são processos dinâmicos e contínuos realizados num contexto de crescente desigualdade global e de globalização dominada pelos mercados e pelo poder financeiro. Por outro lado, o processo de desenvolvimento de capacidades tem a ver com a mudança e a transformação das sociedades, tendo em conta os seus próprios contextos. Assim sendo, é um processo complexo e inerentemente político, responsável pelas alterações, o que gera lucros para alguns e perdas para outros devendo estas ser geridas. O conflito encontra-se inevitavelmente presente em qualquer processo de desenvolvimento de capacidades que vise a transformação.

Considerar a proposta de desenvolvimento das capacidades como uma referência no desenvolvimento de uma visão alternativa exige que esta seja confrontada com conteúdos normativos, ou seja, diferenciada de qualquer proposta reducionista, entendendo que o objetivo da mudança pela justiça ou pela emancipação é próprio da abordagem

de desenvolvimento humano.² Não se trata de qualquer processo de transformação proposto para que uma sociedade mude, mas de estabelecer critérios que permitam avaliar a direção dessa mudança e dos seus objetivos. Nas visões mais reducionistas, define-se o desenvolvimento das capacidades como uma solução técnica a um problema técnico: encontrar uma resposta à ineficácia das políticas aplicadas.

Como proposta alternativa, as capacidades a desenvolver, quer sejam individuais ou coletivas, serão aquelas que impulsionem a transformação para os objetivos de justiça. Dito de outra maneira, o desenvolvimento das capacidades em si mesmo pode ser tanto positivo como negativo no que respeita à transformação alternativa. O aumento das capacidades de uma pessoa, organização ou sociedade não supõe que seja sempre um resultado positivo para o desenvolvimento humano. Aliás, haverá determinados desenvolvimentos de capacidades que se revertem em funcionamentos desfavoráveis segundo essa perspetiva. A consideração normativa é, deste modo, obrigatória, e se reflete nas duas seguintes características:

- Trata-se de um *processo com um valor próprio*: não sendo apenas o meio para atingir o objetivo, sendo que supera a sua condição de instrumental e afirma a sua importância como elemento do próprio bem-estar.
- Tem um *caráter normativo*, sendo que nem todos os processos são válidos, mas tornando-se necessário avaliar quais são os que conduzem a resultados relativos ao próprio bem-estar de desenvolvimento humano e quais os que não são (inclusivamente podem ser negativos caso sirvam esses objetivos).

Princípios de desenvolvimento das capacidades

O processo de desenvolvimento de capacidades confronta-se com as realidades complexas das sociedades, onde os processos de transformação não se dão sem resistências e sem que ocorra o conflito. Como

2. Neste sentido, interessa destacar os trabalhos desenvolvidos no IDS (Institute of Development Studies), cujas considerações redefinem a visão do desenvolvimento das capacidades de maneira a que se converta num processo para a mudança social integrando conteúdos de justiça social. Woodhill (2010b: 47) propõe o desenvolvimento das capacidades como um processo de reforço das relações, sendo que estas possibilitam a inovação e a resiliência nas comunidades, organizações e sociedades.

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

anteriormente referido, a dimensão do conflito é inerente ao processo de transformação. Por essa razão, ao definir os conteúdos do processo, será imprescindível considerar a multidimensionalidade e a complexidade da realidade social sobre a qual se vai atuar.

Para obter uma ideia dos princípios característicos a um processo de desenvolvimento de capacidades que realmente confronte a mudança e que não se desvirtue ao converter-se como mero instrumento técnico, analisamos as propostas elaboradas por duas instituições. Para o PNUD (2006, 2008b), as características que se devem cumprir são as seguintes:

- Ser um processo a longo prazo que não se pode acelerar artificialmente.
- Estudar a capacidade em tomar decisões e decisões fundamentadas, ou seja, que haja uma apropriação local, uma independência do processo.
- Ser um processo de aprendizagem sem planos pré-estabelecidos.
- Abordar as relações de poder, as mentalidades e a alteração de comportamento, pelo que não se deve abster perante o poder e deve desafiar as mentalidades existentes e as diferenças de poder.
- Promover o desenvolvimento e ser sustentável.
- Estabelecer incentivos positivos.
- Integrar componentes externos nas prioridades, processos e sistemas nacionais.
- Basear-se nas capacidades existentes, ao contrário de criar outras novas.
- Manter o seu compromisso apesar das circunstâncias difíceis.
- Visar mais além das habilidades individuais e centrar-se na capacitação para abordar questões mais amplas de transformação institucional, liderança, empoderamento e participação pública, na prestação de contas aos últimos beneficiários.
- Poder produzir consequências imprevistas, que devem ser consideradas, analisadas, e avaliadas.

Por parte da UNESCO entende-se que não existe uma única teoria sobre como deve ser o processo. A complexidade e a diversidade de contextos impedem a existência da referida teoria. Contudo, considera que a experiência revelou a necessidade de se respeitarem alguns princípios:

- O processo deve desenvolver a própria liderança e titularidade internas.

- As estratégias devem ser substanciais dentro de um determinado contexto e específicas para esse mesmo contexto.
- Deve ser um conjunto integrado de intervenções complementárias, apesar de ser necessário um processo dirigido para a sua implementação.
- Debe existir um compromisso com inversões a longo prazo, enquanto se trabalha paralelamente em conseguir êxitos a curto prazo.
- Antes de se considerar uma intervenção proveniente do exterior, deve ser analisado o seu impacto nas capacidades a níveis individual, organizacional e institucional.

■ As capacidades coletivas

A proposta das capacidades coletivas é uma inovação teórica importante na análise dos processos de desenvolvimento das capacidades. Aliás, pode afirmar-se que o seu elemento fundamental é o conceito de capacidade coletiva. Por essa razão, no caso de se querer um processo operativo, é decisivo definir-se o conceito de capacidade coletiva adquirido, de maneira a poder estabelecer-se objetivos claros e a projetar políticas.

Quando as capacidades são consideradas resulta um clássico destacar a ambiguidade do conceito de capacidade em geral. O facto é que o conceito é utilizado de maneiras diversas e com distintos horizontes. Dentro da própria abordagem do desenvolvimento das capacidades encontram-se distintas formas de definir a capacidade: desde complexas definições a outras mais simples; por vezes qualificada segundo alguns juízos de valor quanto ao uso apropriado que se fazem das capacidades e por outras, com uma extrema simplicidade.

Como tornar operativo este conceito? Uma primeira aproximação considera a capacidade coletiva como a aptitude ou a habilidade coletiva de uma organização ou sistema para implementar um processo ou função particular dentro ou fora do sistema. Estas capacidades não são abstratas, mas relacionam-se com as características de cada tipo de sociedade. O próximo texto reflete sobre esta diversidade de redes de capacidades:

As sociedades não industriais, por exemplo, têm poucas instituições formais, mas incorporam habilidades altamente desenvolvidas e redes complexas de relações sociais e culturais que frequentemente resultam difíceis de compreender para alguém de fora. O mais importante é que mediante um processo de aprendizagem cooperativo

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

e acumulativo, transmitido tipicamente em forma oral, conseguiram sobreviver em condições muitas vezes difíceis e adversas. As sociedades pós-industriais modernas têm o seu próprio conjunto de capacidades, apesar de parecerem muito diversas. Mesmo assim, inscrevem estruturas sociais complexas, mas tendem a realizar atividades mais diversas e especializadas, e dependem de conhecimentos altamente codificados, de inúmeras organizações e de uma abundância de habilidades especializadas, muitas das quais apenas se podem adquirir após vários anos de educação e capacitação. Na medida em que os países se transformam, devem desenvolver capacidades diversas. As capacidades nacionais não são exclusivamente a soma total das capacidades individuais. É um conceito muito mais rico e complexo que liga as forças individuais numa rede mais forte e resistente. (Fukuda, Lopes e Malik, 2002).

Os trabalhos de Baser e Morgan (2008) converteram-se numa referência obrigatória neste tema. A sua visão das capacidades coletivas nasce dos estudos de campo realizados num processo de investigação em diversos contextos e, a partir dos quais, elaboram o desenvolvimento teórico que define o seu conceito. Destacam as seguintes características, inscritas numa abordagem que integra a visão de sistemas que permite que o conceito geral de capacidade seja operativo e não fique no limbo:

- Implica empoderamento e identidade, propriedades que permitem a uma organização ou a um sistema de sobreviver, de crescer, de diversificar-se e de ser complexo.
- É uma habilidade ou aptitude coletiva, a combinação de atributos que permite a um sistema de funcionar, de atribuir valor, de estabelecer relações e de renovar-se a si mesmo.
- É um estado ou condição inerente ao fenómeno de sistemas: surge da dinâmica envolvida na combinação complexa de atitudes, recursos, estratégias e habilidades, tanto tangíveis como intangíveis.
- É um estado potencial.
- Cria um valor público: constitui a habilidade de um grupo ou de um sistema em contribuir positivamente na vida pública.

Estas características são próprias de todas as capacidades coletivas, mas destaca-se a sua aplicação na compreensão da capacidade do sistema no seu conjunto. Não se tratam apenas das capacidades das organi-

zações e das instituições, mas também são consideradas as capacidades da sociedade como tal, isto é, quando e como uma sociedade desenvolve as suas próprias capacidades. A partir desta proposta, deduz-se a sua aplicabilidade não só para o estudo das organizações e das instituições, consideradas de forma distinta, mas também na aplicação a sistemas ou coletivos complexos onde interatuam as anteriores. Neste sentido integral, a capacidade define-se como a habilidade global de um sistema para criar um valor público, ou a combinação emergente de capacidades coletivas e individuais que permite a um sistema humano criar valor.

Por fim, partimos de um conceito ambicioso de capacidade, que permite a leitura mais sistêmica do processo de desenvolvimento de capacidades. A capacidade não é apenas um recurso das pessoas, mas de qualquer instância de grupo consciente da sua missão na sociedade, e, inclusivamente, da sociedade em si mesma. Com o exposto, ultrapassa-se a conceção de instrumento e assética das categorias de capacidade e fomento da capacidade, para fornecer a eles um conteúdo normativo.

O considerar que as organizações sociais, as instituições e as empresas necessitem de determinadas capacidades de modo a que o seu funcionamento seja exemplar não é uma questão inovadora na abordagem do desenvolvimento das capacidades. No setor da economia de empresa e das administrações públicas existem inúmeras propostas a esse respeito. No entanto, a maioria parte da consideração de que cada entidade coletiva estabelece objetivos muito definidos e tópicos, pensados para funcionar numa determinada conceção de democracia formal e num enquadramento da economia de mercado, sem intenção de procurar formas alternativas às organizacionais e às institucionais e numa relação diferente com a envolvente. Consequentemente, não respondem à questão de conhecer quais são as capacidades necessárias para que estes grupos promovam processos de desenvolvimento humano.

O desafio, na visão alternativa, não se encontra apenas na eficiência do funcionamento que qualquer instância pública ou privada deve enfrentar, mas na intenção de conseguir funcionar com autonomia no seu processo crítico para com o modelo dominante. Consiste em saber qual deve ser o núcleo da sua forma de atuar para assegurar o funcionamento dos seus objetivos estratégicos. Por isso, mais do que pensar numa lista de capacidades entendidas cada uma de maneira independente, a questão é entendê-las, como um conjunto interligado onde todas são necessárias e interatuam, retroalimentando-se e influenciando-se entre si. Essa capacidade coletiva integral compõe-se de uma série de capacidades coletivas que permitem a uma organização de atuar e

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

de se manter. Quais são essas capacidades coletivas que se devem ter em conta para conhecer e avaliar os sistemas e as organizações?

■ A definição das capacidades coletivas

Assim como não tem sentido elaborar uma lista fechada e universal de capacidades coletivas, é imprescindível identificar e definir aquelas capacidades especialmente relevantes e que são idóneas para o entendimento e a avaliação do funcionamento das sociedades. Por esta razão, propomos no ensaio a elaboração de uma primeira lista, que sirva de base para o debate e que permita progredir na definição e operatividade das capacidades.

Nesta tentativa, partimos de diversas considerações (Baser e Morgan, Woodhill, Costamagna, FAO e PNUD), que têm como objetivo comum identificar quais são as capacidades coletivas necessárias para que uma organização proponha processos de emancipação. Existem outras listagens, no entanto as que se apresentam são suficientes para demonstrar a operatividade do conceito e incentivar a identificação de outras capacidades coletivas em diferentes contextos.

É importante fazer uma primeira distinção que manifeste a natureza específica das capacidades relevantes: diferença entre as capacidades técnicas e as capacidades funcionais transversais.³ As capacidades funcionais transversais são aquelas que se encontram em qualquer coletividade pública ou privada, seja qual for o grau de complexidade ou o alcance territorial sobre o qual atua. São estas as que nos interessam, uma vez que estabelecem as decisões que afetam o atual funcionamento e o futuro de um coletivo. Enquanto que as capacidades técnicas se referem à atuação das actividades específicas, em função dos objetivos particulares. Por este motivo, tornam-se imprescindíveis em cada setor ou especialidade, mas não são aplicáveis fora dos mesmos.

Baser e Morgan (2008: 104) propõem cinco capacidades transversais, subentendendo-se que formam parte de um todo interligado:

- Compromisso e atração, implicando comprometer-se e participar: volição, empoderamento, motivação, atitude, confiança.

3. Uma classificação similar faz LenCD (Learning Network on Capacity Development) ao distinguir entre capacidades rígidas —as que geralmente se consideram técnicas, funcionais, tangíveis e visíveis— e capacidades flexíveis, as capacidades que geralmente se consideram sociais, relacionais, intangíveis e invisíveis (<http://www.lencd.org/learning/core-concept>).

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

- Realizar tarefas técnicas e oferecer serviços e logística, sendo estas funções básicas para poder realizar os seus objetivos.
- Relacionar-se e atrair recursos e apoio.
- Adaptação e renovação, incluindo aprendizagem, estratégia, reposicionamento, gestão da mudança, etc.
- Equilibrar a coerência e a diversidade: fomentar a inovação e a estabilidade, controlar a fragmentação, gerir a complexidade, equilibrar a combinação de capacidades.⁴

A capacidade de compromisso e atração, definida como essencial, propõe que as organizações devem possuir uma vontade, poder eleger, poder empoderar-se e poder criar um espaço para elas mesmas. Reflete uma capacidade fundamental que implica ter ambição, convicção, determinação e identidade coletiva (veja figura 2).

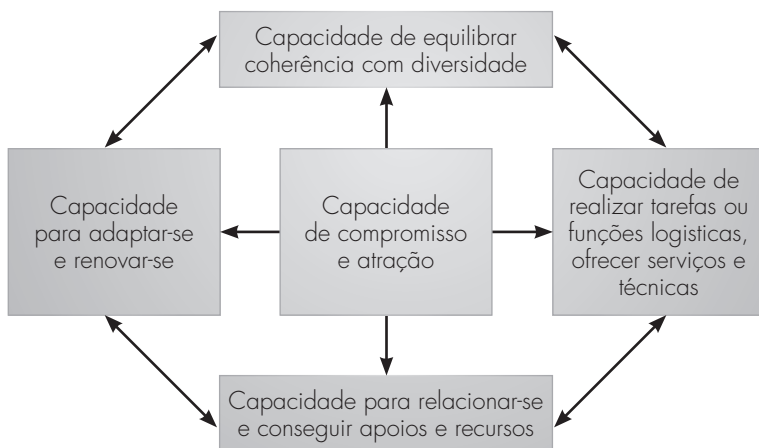
Por sua vez, o PNUD (2009) identifica cinco tipos de capacidades funcionais transversais:

- Empreender um diálogo entre todas as partes interessadas.
- Analisar a situação e criar a visão do seu âmagio.
- Elaborar políticas e estratégias.
- Orçar, gerir e implementar.
- Controlar e avaliar.

Apesar destas cinco serem decisivas e não ser possível prescindir de nenhuma, destaca-se o papel da capacidade de analisar uma situação e criar uma visão. Esta capacidade é a base da estratégia do processo, convertendo-se num elemento de particular relevância para qualquer organização ou comunidade, uma vez que significa ser capaz de criar uma visão futura do coletivo e uma definição dos objetivos a conseguir. Ter esta capacidade implica analisar as capacidades desejadas para um futuro frente às suas capacidades atuais, o que gere uma compreensão

4. A FAO (2015) destaca como capacidades funcionais relevantes as seguintes: a) política e normativa: a capacidade de elaborar e implementar políticas e liderar reformas políticas e legislativas; b) conhecimento: a capacidade de criar, aceder e intercambiar informação e conhecimento; c) associação: a capacidade de iniciar e manter redes, alianças e associações; d) implementação: a capacidade de gerir (planificar, implementar, controlar e avaliar) projetos e programas de maneira eficiente e efectiva. Prácticamente encontram a sua correspondência nas anteriores, mas entendemos como mais completa a relação de Baser e Morgan.

FIGURA 2. **CAPACIDADES COLECTIVAS DE BASER E MORGAN**



Fonte: Baser e Morgan (2008: 104).

do conjunto de capacidades e necessidades, o qual permite dar resposta à questão sobre quais as capacidades necessárias a desenvolver. Estas capacidades estabelecem uma relação com as referidas por Baser e Morgan, o que permite integrar ambas.

Destacamos outras capacidades coletivas a partir de outras abordagens.

■ LenCD, uma rede aberta de aprendizagem informal relativa ao desenvolvimento de capacidades, a partir do que designa como capacidades flexíveis, as quais podem assemelhar-se às anteriores capacidades transversais, distingue dois grupos:

- Capacidades operativas: a cultura organizacional e os valores; a liderança, as relações políticas e o funcionamento; o conhecimento e a experiência implícitos; as habilidades relacionais (negociação, trabalho em equipa, resolução de conflitos, facilitação, etc.); as habilidades para resolver problemas, e a comunicação intercultural.
- Capacidades de adaptação: capacidade e vontade de autorreflexão e aprender com a experiência, capacidade de analisar e adaptar-se, alterar a preparação e a gestão da transformação, e confiança, empoderamento e participação para que atue a legitimidade.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Como se pode verificar, não diferem substancialmente das de Baser e Morgan, apesar de acrescentarem alguns detalhes inovadores.

■ Numa preocupação mais política e operativa, Costamagna fornece uma lista de capacidades coletivas vinculadas ao desenvolvimento territorial:

- Capacidade de se visualizar como sujeito-território, a qual se refere ao sentido de identidade como território, juntamente com a capacidade de entender o território de forma sistémica, sobre a base das interações complexas entre os seus atores.
- Capacidade de diálogo territorial, isto é, de enfrentar os problemas e os desafios do território sob forma de diálogo, o que confere a sustentabilidade do processo de desenvolvimento territorial.
- Capacidade da praxis, como a capacidade de um coletivo para experimentar continuamente na operatividade os seus enquadramentos teóricos e de os adaptar na medida que sejam ou não válidos na solução de problemas, ou como a capacidade de reduzir continuamente a dissociação entre o discurso e a prática.
- Capacidade de buscar a coerência entre o que se diz e o que se executa.
- Capacidade de ação coletiva para que o diálogo não incida exclusivamente na alteração dos comportamentos individuais, mas implique ações compartilhadas.

■ A preocupação pela transformação institucional é essencial na proposta alternativa, pelo que é fundamental implementar de maneira específica quais as capacidades necessárias para a transformação institucional. Um exemplo de abordagem desta questão é a considerada por Woodhill (2010b: 49), a qual fornece uma visão mais ambiciosa que as propostas anteriores ao salientar as seguintes capacidades coletivas:

- Capacidade de elaborar e de entender os desafios da sustentabilidade medio-ambiental e da justiça social.
- Capacidade de governar um mundo global altamente complexo quando enfrenta riscos de colapso meio-ambiental, violência e terror provocados por desigualdades, pobreza ou competência sobre recursos escassos.
- Capacidade de dirigir a inovação tecnológica face aos desafios do nosso tempo.

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

- Capacidade de conduzir as transformações institucionais, rápidas e fundamentais, necessárias às comunidades e às sociedades para que se tornem mais sensíveis e resilientes aos problemas que enfrentam.
- Capacidade de implementar novas dinâmicas de compromisso entre a cidadania, os seus líderes, empresas, governo e sociedade civil.

Expressas desta maneira, podem parecer demasiado ambiciosas, mas pelo facto de identificar quais são os desafios permite encontrar com maior eficácia a natureza das capacidades que sejam motores da transformação.

■ As entidades têm que desenvolver a sua atividade numa atmosfera complexa, caracterizada pela incerteza e pela vulnerabilidade, implicando que os seus projetos se deparem com dificuldades adicionais às quais devem fazer face. Perante esta realidade, é preciso identificar quais são as capacidades necessárias. A categoria de resiliência foi convertida numa referência para expressar a capacidade necessária a qualquer organização que queira implementar o seu projeto em contextos complicados. A relação de capacidades emergentes, consideradas por Woodhill (2010b: 53), é uma resposta a esta questão, ao propor aquelas que podem proporcionar um maior grau de resiliência com base à inovação institucional:

- Capacidade de navegar na complexidade: ser capaz de atuar dentro da imprevisibilidade e complexidade inerente aos sistemas sociais. Implica aprender a viver na transformação e na incerteza.
- Capacidade de aprendizagem de maneira colaborativa.
- Capacidade de compromisso político: a inovação institucional é um projeto político.
- Capacidade de autorreflexão: a transformação social é um processo emocional; requer das capacidades auto-reflexivas dos seus atores, o que implica pôr em causa as próprias convicções e crenças.

Com base no exposto, apresenta-se no quadro 1 uma proposta integrada das capacidades coletivas, consideradas como as mais relevantes e que podem servir de referência para definir aquelas se devem utilizar para as estratégias de transformação e avaliação do comportamento dos diversos coletivos e da própria comunidade. Insiste-se no carácter

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

indicativo que tem qualquer listagem realizada. O que se determina é que cada sociedade ou grupo estabeleça coletivamente quais devem ser as capacidades que podem garantir o melhor cumprimento dos seus objetivos. Um exemplo de exercício deste processo é a lista realizada pelo projeto COMPORTE (Alboan, 2016: 134-137).

QUADRO 1. PROPOSTA INTEGRADA DE CAPACIDADES COLECTIVAS

Capacidades centrais	Capacidades particulares
Capacidade de análise e visão do futuro	Resiliência
Capacidade de compromisso e atração	Analisar e criticar relações de poder Juízos sobre formas apropriadas de compromisso Influência e incidência política Uso dos meios de comunicação
Capacidade de se relacionar e conseguir apoios	
Capacidade de equilibrar coerência com diversidade	
Capacidade de se adaptar e renovar	Aprendizagem Autorreflexão e autocrítica Combinação de diferentes tipos de conhecimento, incorporação do conhecimento local na gestão e na tomada de decisões Inclusão das restrições da natureza na sua estratégia
Capacidade de tomar decisões perante problemas complexos	Navegar na complexidade
Capacidade de realizar ações	

Fonte: Elaboração própria com base em Baser e Morgan (2008), PNUD (2009) e Woodhill (2010b).

QUADRO DE ANÁLISE

Neste segundo capítulo explora-se a identificação das principais categorias de análise capazes de estabelecer estratégias de ação de transformação em territórios concretos, com o objetivo de eliminar as instituições injustas e criar ambientes favoráveis, onde as pessoas possam desfrutar das suas capacidades valiosas e proporcionar condições para implementar processos críticos alternativos. O objetivo não é teorizar sobre a transformação mas basear-se na realidade de territórios específicos, tomando como referência a componente social —as relações sociais entre pessoas e instituições existentes nos mesmos—, para identificar a capacidade de cada sociedade local em implementar as suas próprias propostas de vida face aos planos de desenvolvimento que não integram o conceito mais abrangente de bem-estar e se regem pelo princípio da acumulação e do crescimento económico.

Esta proposta necessita dispor de referências teóricas relevantes para desenvolver a sua análise. Aqui limitamos-nos a identificar e a definir as categorias principais que serão posteriormente objeto de ampliação em outros capítulos.

■ O território como base do quadro de análise

A primeira referência do enquadramento é considerar o território concreto como o objeto principal de análise. Por assim dizer, isto supõe que foi escolhida a dimensão local como o âmbito mais apropriado para se analisar os processos de mudança com caráter de transformação, e as dinâmicas que impedem ou que constituam um obstáculo a sua consolidação. É preciso referir que ao considerar a dimensão do «local» esta encontra-se acima dos critérios administrativos (o que se poderia definir como uma visão «municipal»); procurando centrar-se no estudo de sociedades que funcionam em espaços definidos, onde as pessoas podem compreender e viver um processo compartilhado.

Não se trata unicamente de uma delimitação geográfica ou política, mas de um território onde se luta por implementar um projeto de caráter normativo e pluridimensional, no qual a sociedade que o habita é o agente coletivo do mesmo. Ao utilizar o termo de *desenvolvimento humano local*, referimo-nos à luta pelo bem-estar humano individual e coletivo desenvolvida pela sociedade de um determinado território e cuja visão é o desenvolvimento humano, noutros termos, o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas necessárias para torná-lo efetivo.

É importante reconhecer que a partir da abordagem das capacidades não foi dedicada suficiente análise ao facto de que as pessoas, as famílias e as comunidades estão inevitavelmente integradas na esfera institucional e aos fins culturais, sociais, geográficos e económicos da sua sociedade territorial.⁵ Contudo, é impossível compreender a construção do bem-estar coletivo sem esta referência à comunidade. De facto, a comunidade é o lugar onde a interação entre autoridades, instituições formais/informais, a cidadania e a sociedade no seu conjunto é mais direta e frequente no tempo; onde as desigualdades, as formas de exclusões, os desequilíbrios de poder e as vulnerabilidades são imediatamente vividas pelas pessoas; onde as transformações institucionais tomam forma e evoluem; onde as políticas internacionais e nacionais se baseiam e conseguem resultados finais. Portanto, partir da comunidade local é primordial para estabelecer o desenvolvimento das capacidades, visto que integra a oportunidade de criar as preferências, os direitos e o poder político, e consequentemente a agência individual e coletiva.

Nos últimos anos foram implementadas muitas propostas teóricas e políticas que visavam o desenvolvimento local. Contudo, existem inúmeras diferenças entre elas. Enquanto que umas se limitam a reproduzir à escala mais reduzida as considerações da economia convencional, outras elaboram propostas criativas com base em duas características principais: a) entender o desenvolvimento das sociedades numa visão integral, integrando outras dimensões para além da económica; e, b) o ênfase no carácter endógeno do processo de desenvolvimento, atribuindo o protagonismo do mesmo aos agentes e aos recursos locais. Um exemplo desta conceção é a definição do desenvolvimento económico territorial estabelecido por ILPES/CEPAL, relativamente «à capacidade de uma sociedade local em elaborar propósitos coletivos, —de progresso material, igualdade, justiça e sustentabilidade— mobilizando os recursos locais endógenos para a sua realização». Isto implica uma visão dinâmica do território (para além da visão tecnocrática), ao que se concebe como uma entidade significativa, especificada no tempo e no espaço e como um espaço de construção política.

Em suma, o nosso quadro de análise centra-se em territórios ou espaços locais definidos, onde se produz uma complexa combinação de história, cultura, geografia, recursos, conhecimento e instituições. Considera-se que constituem âmbitos idóneos para analisar e monitorizar

5. Nesta conceção da comunidade analisam-se as propostas de Biggeri, Ferrannini e Arciprete (2018).

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

processos de transformação com carácter de desenvolvimento humano. Ao abordar estes espaços locais como lugares onde existem oportunidades de criar projetos comuns, não se preconiza uma resposta isolada do seu contexto, mas, pelo contrário, implica estabelecer as relações com os outros níveis superiores dentro dos estados ou regiões e, inclusivamente, como um lugar idóneo onde pensar a construção de uma globalização distinta, mais equitativa e humana, enquanto que a local permite redescobrir o sentido do território e da comunidade.

Deste modo, partimos de uma conceção local/territorial como o espaço da controvérsia e da confrontação, aspeto que geralmente é silenciado por quem detém o poder e apresenta a sua proposta como sendo a única válida e viável. O objeto de análise é, pois, um cenário dinâmico de debate entre distintos atores coletivos, o que implica reconhecer a complexidade e multidimensionalidade da ação.

A nossa proposta de desenvolvimento humano local resume todos estes elementos na definição seguinte: o processo integral, ou o conjunto de processos, pelo qual cada sociedade determina de forma autónoma o seu futuro desejável e viável, isto é, o bem-estar que considera como valor, entendido este como a ampliação de oportunidades para os indivíduos, os grupos sociais e as comunidades territorialmente organizadas, de pequena e média dimensão, assim como a utilização das suas capacidades e recursos para um benefício comum equitativo, tendo em conta a igualdade de género, nos termos económicos, sociais e políticos, analisados segundo o desenvolvimento humano.

Para compreender os elementos em debate é necessária uma metodologia que confronte e se alimente dos problemas ocorridos nos territórios definidos, que se disponibilize em entender que as realidades dos territórios estão marcadas por diferentes níveis e escalas no tempo e espaço, por múltiplos centros de decisão relativamente independentes, processos incoerentes e contraditórios, e que permita gerar visões compartilhadas para uma ação coletiva.

Implementar este processo de emancipação e construção de uma sociedade alternativa requer trabalhar em duas direções:

- Criar as condições —o contexto— que favoreçam o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas para que cada sociedade local tenha a capacidade de elaborar e empreender um projeto coletivo integrador e participativo.
- Estabelecer espaços para o debate das diferentes visões geradas em cada território onde se reconhecem os interesses dos

diferentes grupos e se realizam processos compartilhados de ação coletiva.

É um processo que implica: a) des-construir e reconstruir os processos de atuação dos poderes públicos; b) analisar as relações, as alianças e os conflitos entre os diferentes níveis de governo e os movimentos e organizações sociais; e c) promover as capacidades dos governos e dos agentes locais nos processos de tomada de decisão das questões coletivas. É preciso salientar que tanto a importância como os conteúdos dos acordos adquire a forma em que se tomam as decisões, como as distintas partes confrontam e negociam em condições desiguais a análise às prioridades locais.

■ Principais pontos do enquadramento

O estudo dos processos críticos alternativos obriga decididamente a enfrentar a transformação social, mas não é evidente saber como o realizar porque os processos de transformação social são o resultado de uma dinâmica complexa de ações individuais e processos sociais. É impossível conseguir resultados quanto ao desenvolvimento humano, ou bem-estar alternativo, sem a criação de novas instituições, mas estas não se podem criar sem uma alteração dos valores e atitudes das pessoas. E, por sua vez, o aparecimento de novos valores e atitudes nas pessoas necessita de transformações nas instituições. Isto implica que se estabelece um desafio aos interesses considerados e às estruturas de poder existentes e, conseqüentemente, aos acordos institucionais dominantes (ou às regras do jogo). A dimensão política é fundamental para a análise e compreensão dos processos de transformação.

Como analisar um cenário tão complexo e dinâmico? Necessitamos de um enquadramento, uma referência que permita ordenar os diferentes atores, as dinâmicas em jogo e as relações entre pessoas, organizações e instituições. Para este efeito, propomos basear-nos no processo de desenvolvimento das capacidades anteriormente referido, pois permite identificar essa dinâmica e, ao mesmo tempo, a transformação é sua referência. No centro da análise, situa-se a referência tripla: de capacidades, transformação e resultados (Baser e Morgan, 2008).

Partindo desse centro, o enquadramento proposto quer implementar uma ação dupla: a) analisar as interligações entre os diferentes níveis e atores; e, b) assumir o caráter dinâmico da análise, que implica considerar que os vínculos entre capacidades, transformação e resultados são

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

o motor do processo coletivo alternativo do desenvolvimento humano local. É importante destacar que a referência aos resultados consiste não apenas na eficácia ou operatividade, como também na qualidade dos mesmos. Nem todos os êxitos realizados interessam; determinar quais são os objetivos visados e avaliar os resultados de acordo com os mesmos é um elemento fundamental da análise.

Os três níveis, nomeadamente —individual, organizacional e institucional, e contexto— devem ser relacionados e analisados com vista à concretização dos resultados de bem-estar próprios do desenvolvimento humano ou daqueles que foram determinados por cada sociedade. O objetivo não é exclusivamente analisar os processos que têm lugar em cada um deles, mas de os avaliar em função da sua idoneidade e eficácia para conseguir esses resultados. Por este motivo, as vinculações diretas de cada um dos capítulos com os resultados do bem-estar são uma questão fundamental na utilização do enquadramento.

O enquadramento não visa ser um modelo teórico que explique o desenvolvimento humano local, mas fornecer um enquadramento inteligível dos processos que conduzem a ele, que permita: a) identificar esses processos, agrupá-los em categorias sempre que formem parte de uma articulação específica; b) estabelecer as relações mais significativas que se dão entre eles; e c) dispôr de uma visão integral do funcionamento do sistema respetivo a uma determinada sociedade. Não visa descrever detalhadamente os diferentes grupos ou realizar uma descrição sociológica dos diferentes agentes de cada grupo, mas de fazer uma avaliação capaz de identificar os agentes e os processos mais relevantes no processo de transformação visado; e considerar as relações tanto dentro do grupo como com os outros grupos, e com o seu contexto.

Para entender o funcionamento de um sistema complexo é preciso assumir uma abordagem pluralista que integre diferentes abordagens metodológicas no estudo das relações entre os diversos agentes e processos em desenvolvimento. O enquadramento deve ser capaz de abranger a essência e a complexidade das comunidades locais com caráter multidimensional e evolutivo, ao mesmo tempo que mantém uma referência constante a processos de ampliação/diminuição de capacidades a nível individual e coletivo.

É importante alertar que muitos dos enquadramentos propostos não destacam, suficientemente as duas referências que devem inscrever-se na análise: a abordagem de género e as relações com a natureza. As categorias de género e ambientais, devem ser transversais e estar presentes em todas as fases da análise. As restrições de espaço deste capítulo

impossibilitam detalhar as implicações que supõem, mas dedicamo-las em outros capítulos específicos.

A base teórica do nosso enquadramento encontra-se no processo de desenvolvimento das capacidades partindo dos três níveis e das interligações de todo tipo que se estabelecem entre eles: a) a dinâmica individual do bem-estar de uma pessoa; b) a dinâmica coletiva da organização e do empoderamento; c) a dinâmica da comunidade local; e d) a dinâmica de multiníveis.⁶

Resumidamente, o enquadramento estabelece os três níveis nos quais pode ocorrer a transformação: pessoal, relacional e ambiental. Tomando como referência a proposta feminista da mudança, consideramos que:

- As transformações a nível pessoal estão intrinsecamente ligadas à pessoa. Isto refere-se às transformações em como uma mulher se vê a si mesma, em como considera o seu papel e o de outras mulheres na sociedade, em como vê o seu papel económico e a sua confiança em decidir e estabelecer ações que digam respeito a ela e a outras mulheres. Refere-se também às transformações na perceção dos homens quanto ao seu papel e ao que corresponde às mulheres.
- As transformações a nível relacional têm lugar dentro da rede de vínculos circunscrita à organização das mulheres. Isto inclui transformações tanto no lar como na comunidade e abrange os mercados, as autoridades locais e quem tem o poder de decisão.
- Por último, as transformações ao nível do ambiente têm lugar no contexto mais amplo. Estas podem ser transformações informais, como nos regulamentos sociais e nas convicções e crenças da sociedade em geral, ou podem ser transformações formais no enquadramento político e legislativo.

É preciso evitar uma análise repartida de cada nível, visto que todos eles influem a e são influídos pelos restantes. Deste modo, o contexto socio-institucional local tem influência na formação do bem-estar das pessoas, na medida em que afeta os seus mecanismos de acesso aos recursos assim como ao conjunto de capacidades que podem alcançar (como acontece com os sistemas de educação e saúde); também é essencial na definição do processo de decisões coletivas da comunidade local. E vice-versa, as transformações produzidas nos conjuntos das

6. Para detalhar este enquadramento, considerámos como ponto de partida as considerações de Mario Biggeri, Solava Ibrahim e o Programa de Liderança para o Desenvolvimento (DLP, Developmental Leadership Program).

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

capacidades das pessoas, implicam novas relações com o contexto que podem provocar alterações no mesmo. Deste modo, o enquadramento atribui uma visão dinâmica que deve figurar na análise das interações e sistemas de retroalimentação entre os distintos agentes e níveis. Representa como a ampliação ou diminuição das capacidades que as pessoas usufruem e exercem estão moldadas por processos que têm lugar dentro da comunidade local e, por sua vez, afetam as trajetórias de evolução do desenvolvimento dentro das suas próprias comunidades.

No entanto, para se conseguir alterações inclusivas, estas alavancas devem desenvolver-se dentro de uma rede de confiança, de regulamentos e de valores compartilhados dentro da própria comunidade local, facilitando práticas cooperativas entre indivíduos e grupos. É importante salientar que as dinâmicas da comunidade local nem sempre visam resultados positivos, também podem provocar dramáticas desigualdades, exclusão social e privação de capacidades individuais e coletivas, conforme sejam os resultados dos conflitos e desequilíbrios de poder entre os diferentes grupos e identidades. Os espaços de participação estão construídos socialmente e não são neutros no que concerne às relações de poder. Por outras palavras, os processos ao nível da comunidade local entendem-se como sendo uma interminável interação de valores, interesses, ideias e discursos em conflito entre os grupos sociais, que reproduzem, perpetuam ou transformam o contexto socio-institucional e conduzem a estratégias de desenvolvimento, práticas e trajetórias.

■ O contexto: fatores condicionantes e enquadramento sociopolítico

As estruturas sociais, políticas e económicas das sociedades constituem um referente fundamental. Nelas situam-se não só, as forças que operam nos distintos âmbitos, e os vínculos estabelecidos pela correlação existente entre elas, como também os modelos tácitos ou explícitos em valores, convicções e crenças. Neste capítulo, um aspeto fundamental será a identificação dos fatores socio-institucionais, que limitam a capacidade das pessoas para exercer a sua organização, entre os quais se podem determinar: as regras sociais injustas, as formas de favoritismos, as práticas de exclusão, as ideias, etc. Trata-se de aprofundar para além da mera descrição e fornecer uma perspetiva dinâmica dos três espaços principais do contexto institucional que caracterizam a dimensão social: a estrutura social, as regras de jogo e instituições, e a cultura (Bastiaensen et al., 2015). O objetivo é entender o funcionamento desta

dinâmica na tomada de decisões que afetam ao coletivo e que incidem na determinação do seu futuro.

Os três espaços referidos são:

- A estrutura social, entendida de maneira dinâmica, como a governação económico-social, isto é, as instâncias que elegem as diretrizes que a sociedade deve seguir, que abrange uma grande quantidade de atores em diferentes campos sociais e em permanente interação.
- As regras do jogo ou as instituições, que, por um lado, implica considerar a complexidade derivada da grande quantidade de atores nos diversos âmbitos sociais, e, por outro, supõe incluir os múltiplos enquadramentos regulatórios e normativos que, por sua vez, são sempre incompletos e em contínuo desenvolvimento e, muitas vezes, também contraditórios entre si e em constante interação.
- A cultura, que é o nível das ideias, percepções, conhecimentos e significados que emanam, legítimam e motivam as aspirações e ações dos atores, as suas formas de se organizarem e relacionarem, e as regras do jogo que negociam e aplicam. Os atores em interação unem e constroem o conhecimento a partir das respetivas experiências culturais, as quais nunca são acabadas nem coerentes, mas estão em constante evolução. É importante salientar que estes processos alimentam os argumentos que os atores têm para valorizar ou não determinados êxitos alcançados e maneiras de viver, e deste modo constituem-se como fonte de orientação das suas ações.⁷

A análise da governação da sociedade local, entendida a partir desta perspetiva ampla, será uma das tarefas a desenvolver num capítulo particular da metodologia.

A importância da cultura e do contexto⁸

Em termos gerais, pode entender-se a cultura de um país como o sistema de valores, crenças, regulamentos e práticas da sua sociedade, incluindo as crenças religiosas e tradicionais. Pode variar muito de um país ao outro e inclusivamente dentro de um mesmo país, entre diferentes

7. Para uma maior definição da composição das esferas, ver Bastiaensen et al. (2015: 47 [quadro 2]).

8. Transcrito de: LenCD, *The Core Concept*, pp. 13-15, em <<http://www.lencd.org/learning/core-concept>>.

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

regiões geográficas ou grupos sociais. As referidas crenças e práticas geralmente têm uma grande influência em termos de onde e como se pode alcançar com êxito os objetivos e o ritmo da transformação. Frequentemente a cultura pode ser mais lenta que o contexto no processo de transformação, porque se baseia em fortes padrões de crenças sociais enraizados e em comportamentos do passado. No entanto, apesar de poderem ser lentos e difíceis de conseguir, as transformações nas crenças baseadas na cultura são muito importantes para o desenvolvimento da capacidade.

O contexto é uma forma de descrever a combinação de fatores que se aplicam a um lugar ou a uma situação, num dado momento. Estes integram sistemas políticos e institucionais, as relações entre o país e os seus vizinhos na região e no mundo, a economia política que sustenta as relações entre os poderes políticos e económicos, as dinâmicas de poder entre os grupos sociais e económicos, e outros fatores económicos, geográficos e sociais.

A capacidade é sempre contextual, uma vez que só se pode definir e compreender em relação aos fatores ambientais e culturais no contexto considerado. A relação entre a cultura, o contexto, a capacidade e a mudança, quer se estabeleça lentamente ao longo do tempo ou quer seja radicalmente provocada, é bastante complexa, e a mudança está integrada dentro do contexto, enquanto que simultaneamente é o contexto que estabelece as possíveis alavancas para a transformação. O contexto incide e é influenciado por um processo de desenvolvimento de capacidades, e também poderia mudar por outras razões, como sucedeu durante a crise económica mundial. Igualmente, os desastres naturais, as manifestações populares ou a instabilidade da região são relevantes para a mudança. Sem dúvida que um dos fatores mais importantes é o contexto sociopolítico de um país e como este influi na liderança para promover a transformação, sequenciá-la ou bloqueá-la.

Um elemento essencial ao pensar o contexto é questionar a existência da visão dominante apresentada como se fosse um valor universal, baseada numa determinada objetividade, e cuja intenção é a de legitimizar os interesses dominantes como a única visão possível. É necessário descobrir as outras «objetividades contextuais», isto é, reconhecer que existem diversas visões, cada uma com a sua legitimidade, e assumir que podem existir muitas diferenças entre elas, o que não implica negar que determinados valores sejam bastante compartilhados ou que existam âmbitos de acordos. Por este motivo, uma tarefa principal é a de identificar as diferentes objetividades existentes em cada território, pelo que é fundamental uma análise do enquadramento das interrelações. É preci-

so identificar em Cabo Delgado, Tolima e Urdaibai, quais são as instituições que ajudam a dar voz e poder a todos os grupos, e a partir destas interações críticas para estabelecer as propostas alternativas. Não existe uma única proposta para analisar estes enquadramentos de inter-relações, uma vez que os contextos socioinstitucionais são muito diferentes. De qualquer modo, a estrutura social, as instituições ou regras de jogo e as ideias ou a cultura são elementos que devemos considerar na sua interação com o contexto ecológico.

■ Os processos de transformação

Não podemos restringir-nos a uma mera descrição das relações que aparecem nas comunidades; apesar de as agruparmos segundo as suas origens, esta classificação não diz nada do tema fundamental, que é a mudança. Como se produz a transformação? Através de que processos se manifesta?

A organização coletiva como motor da transformação (liderança colectiva)

Como explicar como, quando e por que é que sucede ou não a transformação? Supõe-se que, num determinado momento, algumas pessoas impulsionam uma reivindicação constituindo assim um processo de exigência política. Daí que, a resposta habitualmente dada é que o foco da transformação encontra-se na «vontade política» dos principais responsáveis na tomada de decisões, os quais optam por impulsionar uma reforma. O Programa de Liderança para o Desenvolvimento critica esta visão simplista e propõe uma ideia mais ampla de como compreender a vontade política (DLP, 2018a, 2018b).⁹

Para um adequado entendimento quanto à vontade política, o Programa de Liderança para o Desenvolvimento destaca duas característi-

9. O Programa de Liderança para o Desenvolvimento (DLP, Developmental Leadership Program) é uma iniciativa de investigação internacional que explora como a liderança, o poder e os processos políticos impulsionam ou bloqueiam os processos de desenvolvimento. Centra-se no papel crucial dos líderes e das coalições locais para forjar instituições legítimas que promovam resultados de desenvolvimento, como o crescimento sustentável, a estabilidade política e o desenvolvimento social inclusivo. A sua sede encontra-se na Universidade de Birmingham (Reino Unido) e trabalha em estreita colaboração com a Universidade de La Trobe em Melbourne (Austrália).

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

cas. Em primeiro lugar, implica um esforço coletivo. Critica-se a posição daqueles que a identificam em termos de motivação e intenção individual, visto que nenhum líder individual pode provocar a transformação por si mesmo. A reforma raramente é produto de políticos ou outros líderes que atuem por sua conta, mas baseia-se em alianças estratégicas, redes de políticas e defesa. Não tem sentido falar de vontade política se não houver a capacidade coletiva para a implementar. A transformação requer um esforço coletivo e colaborativo, sendo que apresentar a vontade política como uma tentativa individual obscurece esta realidade.

Em segundo lugar, é um processo político. A vontade política não é um fenómeno psicológico mas, político. Não aparece de uma forma mágica, mas através de um processo político de impugnação mediante o qual a cidadania e outras partes interessadas tentam responsabilizar os seus representantes. Da mesma maneira, os líderes nunca estão completamente livres das regras que os restringem, os potenciam e os condicionam. No mundo real, a transformação depende das relações complexas entre os indivíduos e os regulamentos e regras que coexistem: o seu contexto institucional. As pessoas estão inseridas nas instituições; podem trabalhar individual ou coletivamente dentro dos enquadramentos institucionais existentes, interromper-lhes, evitar-lhes ou voltar a definir-lhes, mas também estão restringidas e empoderadas por eles.

Deste modo, a vontade política oculta questões mais profundas: de onde vem a vontade política? Como funciona? E, o mais importante, poderá construir-se? Durante a última década, o Programa de Liderança para o Desenvolvimento realizou uma importante investigação, na qual explora que a vontade política da mudança emerge por meio do processo coletivo e político da liderança para o desenvolvimento. Por liderança para o desenvolvimento entende-se o processo estratégico, coletivo e político para conseguir bons resultados de transformação. A mudança pode suceder por muitas razões: sorte, acidente, oportunidade ou transformação estrutural (como a alteração demográfica ou as transformações geopolíticas). Mas ao considerar-se a liderança para o desenvolvimento entende-se que existe uma ação mais intencionada. Implica um processo estratégico de organização. É a mobilização das pessoas e dos recursos no encontro de objetivos compartilhados. É necessário uma mudança e para que esta suceda é preciso enfrentar a questão do poder social. Muitas vezes implica a formação de coligações de líderes, elites e organizações com interesses diversos. O poder e a efetividade das coligações depende da sua capacidade para impugnar e deslegitimar as ideias sustentadas pelas instituições «rígidas», e legitimizar um conjunto

alternativo. Se eles podem fazer isso, podem reformular as instituições de maneira localmente legítima e tornar a mudança mais sustentável.

A política trata das estruturas, das instituições e do funcionamento do poder e da forma como se utiliza na concorrência, o conflito e a deliberação de ideias, interesses, valores e preferências; diferentes indivíduos, grupos, organizações e coligações se confrontam ou cooperam relativamente aos recursos, aos direitos, aos regulamentos públicos e aos deveres; se estabelecem acordos e se realizam as alianças ou se anulam; e se estabelecem, se mantêm ou se transformam as políticas, as instituições e os estabelecimentos políticos num processo contínuo.

A estrutura não pode ser entendida como um repertório inflexível que não permite transformações. Pelo contrário, é um enquadramento de orientações gerais que sempre necessitam de ser reinterpretados e reconstituídos segundo as situações, sendo que deixam sempre certos graus de liberdade, inclusivamente para aqueles mais oprimidos. Este facto cria oportunidades para transformar a estrutura através da organização. Contudo, para que a referida transformação seja efetiva e socialmente viável, é importante convencer e agrupar suficientes indivíduos, tanto em quantidade como em qualidade (ou seja, indivíduos relevantes para alavancar transformações no contexto socio-institucional, facilitador e limitante das capacidades).

O processo de impugnar as ideias e transformar as relações de poder não é claro nem lineal. É mais tipicamente desordenado, muitas vezes prolongado, e com frequência acusado de erros e retrocessos. Pode ser gradual e de movimento lento, desenvolvendo-se ao longo do tempo, ou mais dramaticamente catalisado por crises ou choques inesperados que mobilizam as pessoas.

O poder e a capacidade de ação das pessoas estão sempre condicionados pelo contexto social e pelo sistema político. No entanto, independentemente do contexto, a liderança para o desenvolvimento depende invariavelmente de três elementos fundamentais:

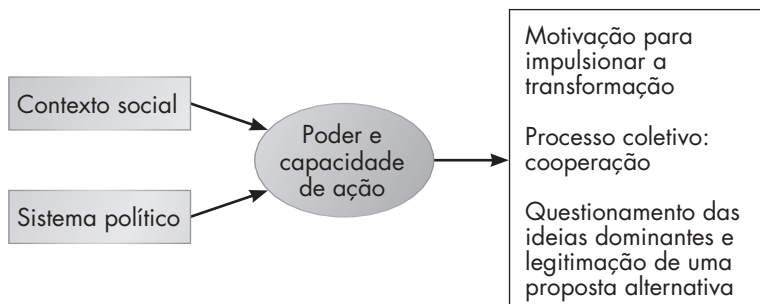
- A motivação para impulsionar a transformação: existem indivíduos motivados e estratégicos no que se refere aos incentivos, aos valores, aos interesses e à oportunidade de impulsionar a transformação.
- A cooperação no processo coletivo: a liderança é fundamentalmente um processo coletivo, no qual estes indivíduos motivados ultrapassam as barreiras à cooperação e formam coligações com suficiente poder, legitimidade e influencia.
- O questionamento das ideias dominantes e a legitimação de uma proposta alternativa: as coligações participam numa confrontação

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

de ideias para ajudar a reformar as regras da sociedade.

O poder e a efetividade das coligações dependem em parte da sua capacidade para questionar um conjunto de ideias e legitimizar um conjunto alternativo (veja figura 3).

FIGURA 3. A LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO



Fonte: Elaboração própria com base na DLP (2018a).

A transformação a partir da sua base: o modelo 3C de Ibrahim

Para reforçar a ideia de que os processos de transformação que visam a verdadeira emancipação devem sustentar-se no apoio dos grupos mais desfavorecidos, torna-se interessante a proposta de Ibrahim (2017). Considera por inovação social o processo de criação social a partir das bases que propõem novas soluções que desafiam o *statu quo* e que pretendem a transformação institucional. Apresenta um modelo para explicar como é que se podem iniciar, apoiar e sustentar as inovações sociais nas bases. O modelo responde à proposta do processo de desenvolvimento das capacidades, enfatizando os três processos: a) conscientização a nível individual; b) conciliação a nível coletivo, e c) colaboração a nível institucional. Explora as dinâmicas que se dão em cada um destes três processos, destacando a importância das alterações de comportamento individuais, a organização coletiva e as reformas institucionais locais para o êxito, a sustentabilidade e a escalabilidade das inovações de base.

O modelo pretende explicar como e por que é que o contexto é importante. Demonstra que os processos impulsionados pelas bases se podem promover e manter ao induzir uma alteração de comportamen-

to a nível individual, fomentando a organização aos níveis individual e coletivo e apoiando as reformas locais a nível institucional. Enfatiza a importância da alteração de comportamento, a organização coletiva e as reformas institucionais locais para conseguir processos mais sustentáveis, escaláveis e bem sucedidos liderados pelas bases. As inovações terão êxito se: induzem a transformações de conduta positivas nas pessoas; apoiam atos de organização coletiva a nível da comunidade; e promovem reformas locais a nível institucional. São estes três processos interdependentes os quais promovem a transformação social.

A força do modelo assenta na sua clareza, na sua abordagem relativa aos processos (em substituição aos resultados) e a sua ênfase quanto à natureza interativa dos três processos e aos fatores contextuais. No que concerne à sua relevância política, o modelo reivindica o papel fundamental que podem desempenhar as inovações de base para iniciar e apoiar a transformação social e explica como é que os diferentes atores do desenvolvimento podem apoiar e melhorar este papel (veja figura 4).

FIGURA 4. EL MODELO 3C DE IBRAHIM



Fonte: Ibrahim (2017).

O empoderamento individual

A dimensão individual das capacidades é fundamental, mas o entendimento da sua respetiva vinculação com a dimensão coletiva é crucial. Existe uma tendência em considerá-las como dimensões separadas que, uma vez formadas, cada uma separadamente, se interligam. No entanto, acaba por ser mais correcto analisar esses vínculos como explorados na teoria relacional, a qual parte do princípio que os seres humanos existem nas relações e não aparecem no mundo como agentes independentes, autónomos, autosuficientes, como o suposto por muitos teóricos liberais tradicionais. Do ponto de vista feminista insiste-se na importância desta abordagem, uma vez que ao prestar mais atenção às relações entre as pessoas alertam-se para aspetos relativos ao funcionamento do poder e às maneiras em que fatores como a raça, o género, a discapacidade e outros muitas vezes reduzem ou evitam o empoderamento das pessoas e, consequentemente, a sua organização. Quando alteramos a abordagem de indivíduos como tais aos indivíduos nas relações, surgem novas possibilidades para a teoria e a política, que necessitam responder de forma moralmente apropriada às realidades e às necessidades físicas.

Esta abordagem relacional feminista caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- Destaca a importância do contexto, o que permite dar atenção aos detalhes da vida das pessoas afetadas por diversos tipos de relações desiguais e opressivas, relações que por sua vez são constituídas pelas práticas sociais específicas e pelos contextos políticos.
- Põe em relevo os regulamentos e as práticas do governo que suportam as diversas desigualdades para aquelas que estão indefesas e desfavorecidas.
- Destaca a importância da visão dos afetados pelas relações de poder como fontes de aprendizagem sobre diversos tipos de desigualdades e as estruturas que suportam.

Centrar-se nas capacidades individuais sem enfrentar a questão do poder social faz com que a análise do bem-estar fique incompleta. Não interessa enfrentar o empoderamento das pessoas como uma aventura individual e abstrata. A questão que faz falta compreender é a razão pela qual existem pessoas, ou grupos, que não têm a oportunidade de ampliar as suas capacidades e outros têm. Essa carência ou diferença

não é uma mera casualidade, mas responde a estruturas de poder que permitem a umas pessoas de implementar as suas capacidades e a outras não. A proposta de expansão das capacidades de cada pessoa deve ser feita a partir desta perspectiva, a qual tem consequências políticas, uma vez que a estratégia de expandir as capacidades individuais requer a transformação, e para que esta suceda é preciso enfrentar a questão do poder social. Em conclusão, a teoria relacional propõe o empoderamento como um processo pelo qual os agentes ficam habilitados para utilizar as capacidades e os recursos para realizar a transformação de maneira a eliminarem ou aliviarem as condições de opressão.

O empoderamento individual e a ampliação da organização têm um papel relevante na mudança de atitudes e capacidades pessoais para comprometer-se com a transformação na comunidade, para formar ou ser parte de movimentos. As pessoas, e os grupos coletivos, reestruturam e transformam progressivamente o contexto no qual residem para terem as oportunidades que se lhes são negadas. O motor encontrado na base destes potenciais processos de transformação assenta nas carências de capacidades experimentadas por várias pessoas da comunidade, ou seja, funcionamentos não alcançáveis mas valiosos, que abrem o futuro para empreender ações coletivas através empoderamento social com o objetivo de impactar no contexto socioinstitucional, mecanismos de formação de preferências e influências sociais na tomada de decisões.

Algumas ideias dominantes sobre o que deve ser a sociedade são prejudiciais para os atores excluídos ou marginalizados, porque os privam da sua capacidade de aspiração. As instituições vigentes estão marcadas pelo pensamento dominante e, no caso de não se produzir uma transformação, a integração pretendida é a de que os excluídos aceitem essa institucionalidade, na qual se ignora a questão principal: a razão da sua exclusão. Este facto leva a equacionar o problema das preferências adaptativas, isto é, quando as pessoas sofrem a frustração provocada ao desejar algo que não se pode obter, e acaba por se favorecer uma adaptação a qualquer aspiração ou preferência da pessoa às condições que tem. Este facto tem como consequência que o estado atual seja entendido como um bom resultado e por esse motivo anula qualquer interesse em o modificar.

Isto ocorre em muitas sociedades no papel das mulheres dentro da família e da sociedade, assim como acontece nas camadas sociais menos privilegiadas, as quais interiorizam que a organização social *naturalmente* requer de um comando superior e autoritário, inibindo-as de exigir transparência e controlo assim como de participarem de maneira ativa e democrática nas organizações.

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

Por esta razão, nem todas as propostas de empoderamento permitem progredir no autodesenvolvimento e na autodeterminação, uma vez que requer-se um enquadramento de transformação social para desenvolver todas as potencialidades do poder coletivo, tanto a nível teórico-filosófico como a nível de intervenção social. O empoderamento deve ser entendido como um processo no qual as pessoas são consideradas como agentes de transformação, sendo capazes de utilizar as suas habilidades e capacidades para controlar e opinar sobre as decisões que afetam as suas perspetivas de vida e recursos. Não interessa pensar o empoderamento das mulheres como um processo individual, que promove o desenvolvimento das capacidades, mas que não questiona a injustiça estrutural presente nos contextos sociais e políticos. Pelo contrário, o empoderamento deve inscrever-se dentro de um projeto de transformação social feminista, o qual visa articular as alterações individuais com a ação coletiva para a construção de sociedades com projetos de transformação social e política.

O empoderamento pode entender-se como uma ferramenta conceitual e metodológica adequada para desenvolver uma cidadania mais inclusiva, sempre que integre a organização de ações coletivas de grupos feministas e de mulheres ultrapassando a lógica de redistribuição de recursos entre mulheres e homens, para o progresso numa revalorização dos valores culturais feministas de atenção à vida e ao meio-ambiente, possibilitando a participação completa das mulheres como sujeitos políticos, incluindo as necessidades e interesses das mulheres e outros grupos oprimidos a partir das suas experiências contextuais. Estas conclusões permitem uma visão da promoção de direitos, não vitimista e centrada nas capacidades individuais e coletivas das mulheres, para resistir e fazer face à opressão e dominação, transformando as relações de poder em vínculos colaborativos e de interdependência.

BIBLIOGRAFIA E RECURSOS

ALBOAN (2016): *El desarrollo de capacidades como estrategia de cambio. Una experiencia colectiva de búsqueda de alternativas*. Disponível em <<https://www.alboan.org/es/multimedia/publicaciones/investigaciones/el-desarrollo-de-capacidades-como-estrategia-de-cambio>>.

BASER, Heather, e Peter MORGAN (2008): *Capacity, Change and Performance: Study Report*, Maastricht, European Centre for

Development Policy Management (ECDPM). Disponível em <<http://ecdpm.org>>.

BASTIAENSEN, Johan, Pierre MERLET, Marc CRAPS, Tom DE HERDT, Selmira FLORES, Frédéric HUYBRECHS, René MENDOZA VIDAURRE, Griet STEEL e Gert VAN HECKEN (2015): *Agencia en territorios humanos rurales: una perspectiva socio-constructivista*, em Johan BASTIAENSEN, Pierre MERLET e Selmira FLORES (eds.): *Rutas de desarrollo en territorios humanos. Las dinámicas de la vía láctea en Nicaragua*, Managua, UCA, 21-64. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/273687260_Agencia_en_territorios_humanos_rurales_una_perspectiva_socio-constructivista>; <<https://drive.google.com/file/d/1zDN3hRmP9FX9Qwi8gDNcVo82TC8cjhF/view>>.

BIGGERI, Mario, Andrea FERRANNINI e Caterina ARCIPRETE (2018): «Local Communities and Capability Evolution: The Core of Human Development Processes», *Journal of Human Development and Capabilities*, 19 (2), 126-146. DOI: 10.1080/19452829.2017.1411896.

COSTAMAGNA, Pablo (2015): *Política y formación en el desarrollo territorial. Aportes al enfoque pedagógico y a la investigación acción con casos de estudio en Argentina, Perú y País Vasco*, Bilbao, Orkestra (Instituto Basco de Competitividad - Fundação Deusto)/Publicações da Universidade de Deusto. Disponível em <<https://www.orkestra.deusto.es/images/investigacion/publicaciones/informes/politica-formacion-desarrollo-territorial.pdf>>.

DENEULIN, Séverine (2006): *The Capability Approach and the Praxis of Development*, Londres, Palgrave MacMillan.

DLP (DEVELOPMENTAL LEADERSHIP PROGRAM) (2018a): *Inside the Black Box of Political Will: 10 Years of Findings from the Developmental Leadership Program*, Developmental Leadership Program/Australian Aid. Disponível em <www.dlprog.org>.

— (2018b): *Developmental Leadership: What It Is, Why It Matters, and How It Can Be Supported*, Developmental Leadership Program, International Development Department College of Social Sciences, University of Birmingham. Disponível em <www.dlprog.org>.

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

DUBOIS, Alfonso (2014): *Marco teórico y metodológico del desarrollo humano local*, Bilbao Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0779/Marco_DHL_versi%C3%B3n_larga.pdf>.

FAO (2015): *Enhancing FAO's Practices for Supporting Capacity Development of Member Countries. Learning Module 1*, FAO Capacity Development.

FUKUDA PARR, Sakiko, Carlos LOPES e Khalid MALIK (eds.) (2002): *Capacity for Development. New Solutions to Old Problems*, Londres/Sterling, Earthscan/UNDP.

IBRAHIM, Solava (2017): «How to Build Collective Capabilities: The 3C-Model for Grassroots-Led Development», *Journal of Human Development and Capabilities*, 18 (2), 197-222.
DOI: 10.1080/19452829.2016.1270918.

LENCD (s. d.): *The Core Concept*. Disponível em <<http://www.lencd.org/learning/core-concept>>.

NUSSBAUM, Martha C. (2012): *Crear capacidades. Propuesta para el desarrollo humano*, Barcelona, Paidós.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) (2006): *UNDP Capacity Development Practice Note*, julho.

— (2008a): *El fomento de la capacidad. Empoderamiento de las personas y las instituciones*. Disponível em <https://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/corporate/undp_in_action_2008.html>.

— (2008b): *UNDP Capacity Development Practice Note*, outubro.

— (2009): *Supporting Capacity Development. The UNDP Approach*.

STEWART, Frances, e Séverine DENEULIN (2002): «Amartya Sen's Contribution to Development Thinking Studies», *Comparative International Development*, 37 (2), 61-70.

STIGLITZ, Joseph E., Amartya SEN e Jean Paul FITOUSSI (2013): *Medir nuestras vidas. Las limitaciones del PIB como indicador de progreso*, Barcelona, RBA.

- WOODHILL, Jim (2010a): «Capacity Lives Between Multiple Stakeholders», em *Capacity Development in Practice – Dimensions of Capacity*, 25-41.
- (2010b): «Capacities for Institutional Innovation: A Complexity Perspective», *IDS Bulletin*, 41 (3), 47-59.

■ Websites

Alboan, proyecto COMPARTE

O projeto COMPARTE é um espaço de reflexão e trabalho em rede que funciona desde o ano 2011, com o propósito de construir alternativas socioeconômicas através da produção de conhecimento a partir da prática dos processos econômicos produtivos que desenvolvam as suas organizações de membros. Está formado por Alboan, organização não-governamental sediada no País Basco, e quinze organizações sociais de América-Latina que na sua maioria desenvolvem empreendimentos produtivos nas zonas rurais.

Oferece um *blog* (<http://desarrollo-alternativo.org/>) onde se comparte informação, conhecimentos e experiências entre aquelas pessoas e organizações que apostam por construir alternativas ao desenvolvimento dominante e adquirir hábitos de vida coerentes com um desenvolvimento inclusive e sustentável.

Um aspeto relevante da atividade da rede é o processo que desenvolveu de reflexão conjunta. Partindo das experiências de cada projeto, construíram um marco de referência para a análise do que deve ser a alternativa ao atual desenvolvimento. Como podem evidenciar as suas publicações, elaboram o seu pensamento partindo da preocupação pela transformação e baseando-se no desenvolvimento das capacidades. Destacam-se de maneira especial os seguintes documentos:

El desarrollo de capacidades como estrategia de cambio. Una experiencia colectiva de búsqueda de alternativas (2016). <https://www.alboan.org/es/multimedia/publicaciones/investigaciones/el-desarrollo-de-capacidades-como-estrategia-de-cambio>

El desarrollo alternativo por el que trabajamos: aprendizajes desde la experiencia. <https://www.alboan.org/es/multimedia/publicaciones/investigaciones/el-desarrollo-alternativo-por-el-que-trabajamos>

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

Enfocando la participación desde lo local. <https://www.alboan.org/es/multimedia/publicaciones/investigaciones/enfocando-la-participacion-desde-lo-local>

Instituto de Investigación y Desarrollo (Nitlapan)

www.nitlapan.org.ni

É um instituto da Universidade Centro-americana de Manágua (Nicarágua), que trabalha com e para a população com menos oportunidades, mediante a produção de conhecimentos e formação de relevos geracionais, o reforço de capacidades, a promoção de serviços financeiros e sem lucro financeiro, e a autogestão de processos de transformação socioeconômicos, políticos e culturais, nos territórios onde têm presença. A sua visão define-se da seguinte maneira: ser líder na produção de conhecimentos e na inovação para o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas de mulheres, jovens e homens de setores vulneráveis em comunidades rurais e indígenas para gerar transformações nas suas vidas e no território, assumindo a equidade de gênero, a multiculturalidade e a sustentabilidade ambiental.

É preciso salientar o esforço de elaboração teórica que realizaram e que se expõe nas seguintes publicações:

- ALEMÁN, Miguel, Johan BASTIAENSEN, Selmira FLORES, Griet STEEL, Carlos SOSA e Silvia MARTÍNEZ (2011): *Territorio, actores y estrategias de desarrollo*, Managua, Nitlapan/UCA (Cuaderno de Investigación, 40).
- BASTIAENSEN, Johan, Pierre MERLET, Marc CRAPS, Tom DE HERDT, Selmira FLORES, Frédéric HUYBRECHS, René MENDOZA VIDAURRE, Griet STEEL e Gert VAN HECKEN (2015): *Agencia en territorios humanos rurales: una perspectiva socio-constructivista*, em Johan BASTIAENSEN, Pierre MERLET e Selmira FLORES (eds.): *Rutas de desarrollo en territorios humanos: las dinámicas de la vía láctea en Nicaragua*, Managua, UCA, 21-64. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/273687260_Agencia_en_territorios_humanos_rurales_una_perspectiva_socio-constructivista>; <<https://drive.google.com/file/d/1zDN3hRmP9FX9Qwi8gDNcVo82TC8cjkHf/view>>.

Recursos de Desenvolvimento Humano Local Sustentável

<http://www.dhl.hegoa.ehu.es/>

É uma iniciativa do Instituto Hegoa, da Universidade do País Basco/Euskal Herriko Unibertsitatea. O desenvolvimento humano local propõe pensar e atuar desde cada sociedade para construir projetos coletivos que tenham como referência um desenvolvimento baseado nas pessoas consideradas individual e coletivamente. Particularmente, considera o protagonismo das sociedades locais na procura do seu próprio desenvolvimento e como agentes ativos na criação de uma globalização desde a base.

O Portal de Desenvolvimento Humano Local quer reunir o valor das considerações, teóricas e práticas, que se estão a produzir nesta linha. Oferece documentos (artigos, livros e informes), recursos de formação (cursos descarregáveis, manuais de capacitação, dicionário), recursos de *websites* e material audiovisual. Cada elemento disponibilizado está documentado com uma ficha indicativa dos seus respetivos conteúdos. Igualmente, cada elemento está indexado de acordo com palavras-chave, o que permite uma procura segundo os interesses da pessoa solicitante.

LenCD

<http://lencd.org/home>

<http://lencd.org/learning/learning-package-capacity-development>

LenCD é uma rede aberta de aprendizagem informal sobre o desenvolvimento de capacidades, formada por indivíduos e organizações que compartilham um interesse comum em melhorar a prática de desenvolvimento de capacidades. Tem como objetivo promover e facilitar o intercâmbio de lições e a aprendizagem sobre o desenvolvimento de capacidades e promover transformações para uma melhor prática a nível mundial, regional e local. Os seus objetivos estratégicos específicos são os seguintes: reforçar a evidência e facilitar a difusão de boas práticas; facilitar iniciativas coletivas e processos necessários para selar «laços de aprendizagem» e promover a transformação; promover a integração do desenvolvimento das capacidades na política de desenvolvimento geral; e apoiar iniciativas regionais e locais para ajudar a transformar a prática de desenvolvimento das capacidades no terreno.

As suas iniciativas incluem grupos de trabalho temáticos e regionais, desenvolvimento de produtos específicos, investigação e desenvolvi-

1. A PROPOSTA ALTERNATIVA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

to de políticas, e intercâmbio de conhecimentos através de recursos em linha, tarifas de conhecimento e outros mecanismos. Os seus materiais de formação constituem uma boa base para conhecer de maneira sistemática os conteúdos desta abordagem.

Alianza Latinoamericana de Estudios Críticos sobre el Desarrollo

<http://otrodesarrollo.com/>

É um espaço de discussão, comunicação e promoção das visões críticas sobre o desenvolvimento, a partir de distintas perspectivas teóricas e ações práticas. Esta rede integra pessoas que, com base em diferentes perspectivas, exploram visões críticas sobre o desenvolvimento e inclusive as posições conhecidas habitualmente como desenvolvimento alternativo, endógeno, ambiental, sustentável, pós-desenvolvimento, etc.; nas suas diferentes abordagens (social, económico, ambiental, género, etc.), e inclusive aquelas que recusam a própria ideia de desenvolvimento. Por sua vez, estende-se a campos relacionados como a economia heterodoxa, a economia ecológica, a economia social, a promoção social, etc. Não é se priorizada uma posição sobre a outra, tendo por objetivo difundir e aprofundar cada uma delas, ao mesmo tempo que se insiste na procura de alternativas, em especial desde uma perspectiva latino-americana. Contém uma base de artigos relacionados com estas temáticas.

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA AS CINDERELAS DO NOSSO MOÇAMBIQUE QUEREM FALAR

Teresa Cunha e Isabel Casimiro

Teresa Cunha é doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, onde ensina em vários cursos de doutoramento; co-coordena a publicação *Oficina do CES*, as séries Gender Workshop e a Escola de Verão Epistemologias do Sul, assim como o Programa de Investigação de Epistemologia do Sul do CES; e é a coordenadora científica da Escola de Inverno Ecologias Feministas de Saberes. É investigadora associada em CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África) e no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique).

Isabel Casimiro é doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, graduada e pós-graduada em História e Estudos de Desenvolvimento. Investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), onde é coordenadora do Departamento de Desenvolvimento e Estudos de Género. É presidente de CODESRIA desde 2018. É cofundadora de WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust) regional (1988) e de WLSA Moçambique (1990), e coordenadora nacional de 1990 a 1995. É cofundadora do Fórum Mulher e presidente do seu respetivo Conselho de Direção nos períodos 1993-2000 e 2006-2015.

A presente publicação resulta do apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa, ao abrigo do Projeto Estratégico UID/SOC/50012/2019, e do financiamento da Norma Transitória/Emprego Individual.

Aqui ninguém dorme, só de pensar em abandonar as machambas e as árvores de fruta para ir a um novo lugar onde vamos queimar com o Sol, porque não há nem sequer sombras. A nossa situação é muito complicada. Quando os nossos maridos saem para fora da Ilha, à procura de meios de subsistência, ficamos sempre em pânico. Porque não sabemos se vão regressar sãos e salvos. (Velasco, 2018)

Naquela terra de Gabela, vermelha boa para o café, o vermelho da terra ficou mais vermelho, mais viscoso, do sangue de Sumbes e Bailundos. Aquela terra dos Seles, do Uco, da Conda, do Hiove, mais viscosa, mais vermelha. Café vai nascer com mais força, do vermelho mais forte que vem da terra. Sangue de branco regou a terra? Tão pouco só. Mas é sangue caro, se paga com rios cada gota. Todos com farda. Uns têm farda de soldado, outros de administrador. (Pepetela, 2018)

Num mundo povoado por homens e fardas queremos, neste capítulo, que as nossas personagens principais sejam aquelas que desmancham todas as fardas que os homens envergam e com as quais querem disciplinar o mundo e os corpos das mulheres.¹

-
1. Como não é objectivo do nosso texto não desenvolvemos a discussão em torno do potencial colonial e heteronormativo do conceito de *mulher*, pensado como um universal. Este assunto tem sido tratado na literatura por autoras como Ifi Amadiume (1998), Catarina Martins, (2016), Teresa Cunha (2014; 2015), Chandra Talpade Mohanty (1991), Linda Carty e Chandra Talpade Mohanty (2015), María Lugones (2010), Karina Bidaseca e Vanesa Laba (2011), Silvia Rivera Cusicanqui (2010), Judith Butler (2004), Oyèrónké Oyewùmí (2005), Casimiro 2014b; 2015), entre muitas outras. No entanto, assinalamos aqui, não apenas o debate, como a nossa atenção a ele e a nossa partilha das críticas levadas a cabo por estas e outras feministas.

Elas, as Cinderelas do nosso Moçambique,² são capazes de coisas formidáveis contra a repetida vitimização a que as querem condenar. Nascidas e criadas no Sul não-imperial, aquele Sul que é a metáfora dos sofrimentos e resistências a todas as opressões, respondem ao repto constante de Gayatri Spivak porque elas podem e querem falar dizendo ao que vêm. Elas são aquelas que transformam, todos os dias, a miséria a que as condenam, em alternativas concretas e viáveis. Elas são as que fazem da sua existência uma desobediência a qualquer ordem que as queira aniquilar. Elas são as que ousam contar a história de outra maneira. Tratam as cinzas como fogo e a esperança como sua irmã. Choram e não escondem a sua raiva pelos maltratos que lhes são impostos, mas não se resignam à impunidade. Elas não são evanescentes do presente porque elas são as criadoras de futuros.

Neste capítulo partimos juntas para pensar as epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida, mas, para isso, queremos anunciar de onde estamos a ver e a pensar o nosso mundo. O nosso lugar de enunciação é o da África austral oriental, mais concretamente da costa do Oceano Índico que banha Moçambique. É a partir daí que enfrentamos e pensamos os problemas, os temas e as alternativas que são tecidos neste texto. É necessário deixar claro que este texto é uma co-autoria onde intervêm, não apenas as que escrevem, mas todas aquelas cujas sabedorias estão presentes e são o alicerce das palavras grafadas, pretas no branco das folhas de papel. Isto aprendemos umas com as outras: ninguém solta a mão de ninguém.

Partimos das epistemologias do Sul (Santos, 2018) para as submeter ao escrutínio feminista que deste lado do mundo estamos a construir. Para escrever este capítulo nós recorremos tanto às teorias como às nossas experiências empíricas. Reflectimos sobre nós e o mundo que se abre diante de nós com os seus problemas exercitando a crítica sem que

2. «Cinderelas do nosso Moçambique» é uma expressão usada por Luísa, pseudónimo de uma jovem feminista entrevistada em Junho de 2017, por Isabel Casimiro e Withney Sabino, no âmbito do projecto de pesquisa «“Diálogos em confronto”. Trajectórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP's: Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique”», com o apoio do CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África). Refere-se às mulheres que, como Josina Machel, participaram na luta armada de libertação nacional liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), entre 25 de Julho de 1962 e 7 de Setembro de 1974, aquando do Acordo de Lusaka entre o Governo Português, saído do 25 de Abril desse ano, e dirigentes da FRELIMO.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

esta nos paralise ou nos torne cegas às possibilidades de uma transformação justa e real para todas e todos. Aprendemos, há muito, que a emancipação é plurilógica, pluriversa e pensa-se, diz-se e vive-se, polifonicamente. E isso é o que nos repetem as muitas mulheres, vivas, sábias, desafiadoras e que resistem a ser objectos tanto de velhas como de novas ordens que connosco têm feito este caminho.

O capítulo está organizado em duas partes principais. Na primeira propomos uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul. O conceito de linha abissal servir-nos-á para pensar analiticamente sobre a economia política contemporânea que, a nossa ver, é colonial, androcêntrica e antropocêntrica. Na segunda, recorrendo às nossas experiências e às narrativas e práticas de mulheres de Moçambique, queremos perceber algumas das possíveis causas dos sofrimentos e de algumas ideias de resistência e de alternativas para o futuro. Por fim, destacamos algumas das lições aprendidas, a partir desta margem do oceano Índico, mas que podem constituir-se como conhecimentos relevantes para informar recomendações para políticas públicas de formação e cooperação solidária Sul-Sul e Sul-Norte.

ANDANDO POR CIMA DA LINHA ABISSAL: UMA HERMENÊUTICA FEMINISTA DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

■ O que são as epistemologias do Sul

As epistemologias do Sul são um campo teórico que têm como premissas principais as seguintes:

1. O pensamento moderno ocidental é arrogante e indolente. É arrogante porque se vê a si mesmo como o único conhecimento válido e, portanto, universalizável. Ao adjectivá-lo de científico, e ao colocar este modo de fazer ciência no centro da busca das soluções para os problemas do mundo, destituiu todos os demais conhecimentos da sua relevância e potência transformadora positiva reduzindo-os a superstições ou a modos subalternos e hipotrofias da representação da realidade e da verdade. É indolente porque tem uma visão metonímica do mundo; toma a parte pelo todo e não se interessa em conhecer os seus próprios limites. Reconhecendo a incompletude de todos os conhecimentos, Boaventura afirma que a forma ocidental moderna de conhecer o mundo é apenas

uma entre muitas e que ignorar ou negligenciar essa abundância cognitiva é um trágico desperdício de experiências (Santos, 2002, 2007, 2014a).

2. O pensamento forjado no iluminismo europeu não reconhece os seus fracassos. As grandes utopias dos modelos de interpretação e de transformação que inaugurou, como a democracia liberal ou os direitos humanos, mostram hoje a sua exaustão e a sua incapacidade de promover a paz, a justiça e a equidade tanto a nível nacional como global. Ao contrário, em nome da democracia e dos direitos humanos, são declaradas guerras, são aniquiladas pessoas e culturas, destruídos territórios e a Terra juntamente com todas as suas manifestações de vida. Assim, se nega a esperança de que se pode imaginar e construir um outro mundo onde prevaleça a máxima justiça e harmonia ecodependente.
3. É um pensamento que só se sustém através da criação e manutenção de linhas abissais (Santos, 2014a, 2018). As linhas abissais são aquelas que criam um mundo de seres e de não-seres separados abissalmente. Aos primeiros atribui-se dignidade, história, identidade, memória, cultura e poder criativo; os segundos são seres ontologicamente falhos onde prevalece a animalidade, a irracionalidade, a repetibilidade, a incapacidade de pensar o mundo e a vida como seus. Santos acrescenta que as linhas abissais separam as pessoas e os seus mundos através de um modelo colonial. De um lado estão as metrópoles onde prevalece a negociação e a regulação; e do outro, as colónias, onde impera a violência e a apropriação (Santos, 2018: 20-21). Ora, são essas linhas abissais que promovem e garantem a desigualdade ontológica, social e epistemológica. A lógica de poder que lhe subjaz é a da invasão, guerra, conquista, ocupação, controlo e exploração de territórios, corpos e identidades que não se conformem nem conformem com os seus ideais de mundo e de conhecimento. Por isso a diversidade não é apenas um desafio ou um problema, é uma divergência. E, num sistema homogéneo, universal e desigual divergir é sempre um perigo que transforma as/os suas/seus protagonistas em alvos de aniquilação através da acção «salvadora-civilizatória» que informa a visão colonial do mundo que continua a imperar.

As epistemologias do Sul aspiram, pois, à sua própria inexistência. Elas defendem diálogos horizontais e solidários entre os conhecimentos disponíveis no mundo na busca da maximização da justiça para

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

todas e todos, sem exceção, em harmonia com a mãe Terra e todas as demais manifestações de vida. Isto significa, pois, que a dicotomia entre epistemologias do Sul, do Norte, ou de qualquer outro ponto cardeal, não fará mais sentido. Por outro lado, as epistemologias do Sul assumem-se ainda como uma narrativa de esperança, ou seja, afirmam-se inconformadas com o exercício da crítica sem a construção de alternativas. Elas combatem activamente o niilismo como modo de produção constante de distopia e da impossibilidade de agir e mudar o estado das coisas.

Neste sentido, o quadro teórico das epistemologias do Sul lança uma interpelação e propõe cinco procedimentos. A interpelação é que é necessário reconhecer que há um Sul; ir para o Sul e aprender com o Sul (Santos, 2014a). Trata-se de um Sul que é uma metáfora e não um lugar que fica para cá ou para lá do norte geográfico. Este Sul é a metáfora utilizada para designar os conhecimentos forjados nos sofrimentos experimentados e vividos por causa das violências perpetradas pelo colonialismo, o capitalismo e o hétero-patriarcado. No entanto, este Sul, é também e, sobretudo, a força e a coragem das sabedorias inscritas nas práticas sociais imaginadas e criadas na luta e por uma transformação libertadora. Fica, assim, aberto o campo epistemológico para pensar a diversidade do mundo sem desperdiçar experiências, especialmente aquelas que têm escapado ao crivo excludente da ciência moderna.

Os cinco procedimentos são aqueles que enunciamos e desenvolvemos, sucintamente, a seguir:

1. O primeiro é a sociologia das ausências. Esta sociologia é um exercício que permite identificar tanto na realidade como na produção de conhecimento o que foi suprimido ou silenciado; o que foi construído como irrelevante ou simplesmente descartado como alienação, superstição, tradição e, portanto, atrasado e incapaz. A sociologia das ausências permite-nos perguntar por aquilo que falta e não devia faltar; responsabiliza-nos a questionar, incessantemente, sobre o colonialismo interno de uma ciência que pensa em banda estreita e imagina um mundo epistemológico vazio para ela ocupar e controlar.
2. Em segundo lugar, procede-se com uma sociologia das emergências. Com esta sociologia encara-se a vitimização e prossegue-se para o reconhecimento das capacidades colectivas e as alternativas que existem e estão disponíveis para pensar e agir. As emergências constituem-se em sinais, indícios, ou pedaços daquilo que não foi

atingido ou colonizado e que, por isso, são manifestação concreta de outros modos de viver e representar-se a si e ao mundo. É um passo adiante que combate a desesperança e o mito de que a hegemonia do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado é total e inultrapassável. As emergências são também as subjectividades e ações criativas que já são outros lugares de enunciação construção e de anúncio de outros conhecimentos.

3. O terceiro procedimento das epistemologias do Sul é a ecologia de saberes. A ecologia de saberes visa a co-produção de saberes alternativos. Para tal, necessita de mobilizar o maior número possível de pensadoras/es e mestras/es assim como as suas sabedorias epistemologias o que permitirá a identificação de temas, símbolos e ações emergentes que estruturam formas alternativas e emancipatórias de ser e viver. Pode-se então definir a ecologia de saberes como o reconhecimento de que existem saberes válidos e contra-hegemónicos que excedem, em muito, o império cognitivo (Santos, 2018) da ciência e da tecnologia moderno-ocidentais. Esses saberes coexistem e devem ser entendidos como válidos e significativos para pensar e levar a cabo os processos de emancipação. A ecologia de saberes exige a produção de conhecimentos situados, conectados a contextos específicos e imersos em práticas transformadoras e em regime de co-presença. A ecologia de saberes não pode ser alcançada pela linguagem conceptual (técnica, filosófica ou científica). A linguagem privilegiada é a narrativa que é compatível com diferentes meios de expressão da escrita e da oralidade como teatro, música, dança e rituais que criam um sentido imediato e concreto de co-presença.
4. A tradução intercultural é o quarto procedimento das epistemologias do Sul. Trata-se de uma prática pluritópica e de humildade recíproca, desafiando as incomensurabilidades e argumentando que o conhecimento e a aprendizagem mútuos são possíveis com base na experiência das lutas vividas e nas trocas solidárias de conhecimentos, práticas, reflexões e ideias. A tradução intercultural não visa a produção de equivalências simétricas retóricas, de ideias ou de práticas. Ao contrário, a tradução intercultural nas epistemologias do Sul é uma luta anti-colonial do saber e do poder que não busca a elaboração de sínteses nem apela a uma hibridez despolitizada. A tradução intercultural interpela-nos a habitar e a conviver com as contradições geradas pelas lições mutuamente partilhadas (Rivera Cusicanqui, 2010). Este modo

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

tradução intercultural permite atribuir um significado positivo à ambiguidade e à incerteza que estão presentes nas trocas e nos seus resultados (Cunha, 2008).

5. Por último, o quinto procedimento é o artesanato das práticas. O artesanato das práticas procede da ecologia de saberes, mas ultrapassa-a na medida em que cria um conjunto de condições de aplicação dos conhecimentos através da intervenção transformativa no mundo. O artesanato é ação criativa e imaginativa sobre o mundo. São práticas não segmentadas que buscam resolver problemas ou reinventar contextos e lugares onde a vida tem lugar. O artesanato é um modo complexo de aprender e ensinar, onde a repetição e a inovação não são uma dicotomia mas são partes inteiras do processo. A repetição serve para afinar, criar precisão, mas não para eliminar as singularidades que cada processo de criação exige. A repetição, é uma outra economia do rigor que é obtida pela cuidadosa consideração da contingência dos materiais, pelo impulso criativo de quem pratica, pelo contexto, pelos recursos de tempo e espaço disponíveis. Por seu lado, a inovação não é o outro lado da repetição é o mais além, o imprescritível que a imaginação garante (Cunha, 2019). O artesanato envolve um tempo com tempo no qual várias gerações de protagonistas, saberes e tecnologias são integrados num processo de co-criação e onde a assunção das raízes não limita as opções (Santos, 1996). Ao contrário da divisão sexual do trabalho capitalista, colonial e hétero-patriarcal que separa os tempos, os lugares e as escalas criando redutos de dominação e onde é difícil resistir ao e pelo isolamento, a conceptualização de um artesanato das práticas, enfrenta essa lógica propondo-se unir, elaborar continuidades, que não são permanências, mas sim transformações contextualizadas e significantes e onde as reciprocidades são parte constitutiva.

■ Uma hermenêutica feminista para corromper as linhas abissais, venham elas de onde vierem

Partilhamos, pois, a ideia seminal das epistemologias do Sul teorizadas por Boaventura de Sousa Santos (2014a, 2018): não há justiça social sem justiça cognitiva. Porém, e no nosso entendimento, este postulado não capta nem tematiza, com a profundidade necessária, a complexidade da desigualdade das relações de poder entre mulheres e homens. Para além disso, e considerando que as identidades sexuais

e de gênero presentes no mundo vão muito além do sistema binário dominante (Roseneil et al., 2013; Trujillo e Burgaleta, 2014; Moreira, 2018), argumentamos que, uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul, nos obriga a afirmar que não há justiça social e cognitiva sem justiça sexual.

Deste modo, interrogamos toda a imaginação sociológica, feminista ou não, que não ponha em evidência o perigo constante da *single story*,³ que homogeneiza e amalgama a diversidade intensa e, potencialmente infinita, dos seres que se representam como mulheres, assim como as múltiplas ignorâncias que prevalecem sobre os conhecimentos, experiências e as alternativas forçadas por elas.

A hermenêutica feminista das epistemologias do Sul que nos propomos levar a cabo permite pôr em destaque que a proliferação de dicotomias, com base na oposição subalternizadora entre quem se representa feminina e quem se representa como masculino, tem mantido o viés estruturalmente sexista do pensamento moderno ocidental. Isto significa que estas relações de poder, com base na ideia de sexos opostamente desiguais (Mouffe, 1996; Butler, 2008), são criações do pensamento abissal que se manifestam das mais variadas maneiras nas esferas da vida material e simbólica nas sociedades humanas. Por outras palavras, são linhas abissais aquelas que estão reflectidas no sexismo, entendido enquanto sistema de disjunção e hierarquização entre feminino e masculino. Com uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul torna-se possível distinguir, com maior clareza, que o pensamento moderno ocidental além de logocêntrico, porque considera todos os outros conhecimentos como atrasados, sem substância epistemológica ou meras derivações imperfeitas de si, tem duas outras características que queremos tematizar neste capítulo.

Despatriarcalizar criticando o androcentrismo e a invenção do trabalho reprodutivo das mulheres

A modernidade ocidental gerou um pensamento androcêntrico. Isto significa que se apoia nos privilégios criados e mantidos pelos e para os homens que se veem a si mesmos como o centro e a medida de todas as coisas. Para além da criação de uma masculinidade agres-

3. Parafraseia-se *The Danger of the Single Story* de Chimamanda Adichie. Ver <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

siva, autoritária e dominadora esta racionalidade androcêntrica cuida, detalhadamente, da legitimação e manutenção dos seus poderes. Para isso, entre outras coisas, definiu, controla e explora os trabalhos levados a cabo pelas mulheres. Interessa-nos, pois, neste capítulo, reflectir um pouco mais profundamente, sobre a questão do trabalho das mulheres trazendo à luz alguns aspectos que demonstram como este é um assunto crucial para as lógicas extractivistas do capitalismo neo-liberal contemporâneo.

Silvia Federici, na sua obra *Caliban y la Bruja* (2010), analisa com detalhe o colapso da economia feudal europeia e o surgimento da nova ordem capitalista que se consolidou com a expansão colonial da Europa. A autora explica que esta mudança paradigmática só foi possível porque se conseguiu separar os meios de produção das/os trabalhadoras/es, transformar os corpos em máquinas de trabalho e submeter as mulheres a uma função de reprodução da força de trabalho (ibidem: 85 e ss.). Esta nova ordem, e a acumulação de capital que ela suscitou, implicou processos muito violentos que acarretaram a destruição dos poderes das mulheres, o extermínio de muitas delas, tanto na Europa como fora dela, e a reinvenção duma hierarquia com base no género, raça e idade que vieram a ser constituintes da dominação de classe (ibidem: 90). Ela afirma que o capitalismo não foi uma evolução dentro do sistema, mas sim a contra-revolução levada a cabo por senhores feudais, mercadores ricos, bispos e papas para submeter e destruir as lutas seculares por emancipação das/os pequenas/os agricultoras/es, artesãs/ãos e trabalhadoras/es dos vários outros ofícios centrais à economia política da época (ibidem: 33-34). Isto significa que o paradigma ganhador inventou a mulher como «dona de casa», responsável pelo cuidado e pela infra-estrutura da vida e das condições necessárias para a produção e a consequente acumulação do capital.

Por outro lado, a transformação do trabalho numa mercadoria, que pode ser comprada e vendida teve, como consequência, uma mudança paradigmática sobre o conceito de trabalho e de economia. O trabalho foi entendido durante muito tempo como «o outro nome das actividades humanas» (Polanyi, 1975 [1944]: 72),⁴ e que não é realizado para vender nem pode ser desarticulado do resto da vida. Com a revolução industrial nascida na Europa este passa a ser as actividades que podem ter valor de troca no mercado capitalista. Sendo assim, os trabalhos das mulheres, realizados fora da esfera industrial

4. Tradução das autoras.

e do comércio, ou seja, no espaço doméstico ou da comunidade, uma vez que não são assalariados (por conseguinte não têm valor de troca no mercado) deixam de ser trabalho ou, quando muito, são considerados trabalho reprodutivo. No novo regime monetário, nascido com a hegemonia do capitalismo, só a produção-para-o-mercado é definida como ação criadora de valor. Deste modo, todas as outras actividades que sustentam a vida, desde a produção de alimentos e a sua transformação em comida, a manutenção do abrigo que protege e garante as condições de existência, os conhecimentos de cura ou relacionados com manutenção da harmonia social em escala familiar ou comunitária, entre muitas outras tarefas e responsabilidades levadas a cabo pelas mulheres, passam a ser desconsideradas como trabalho. É nesse contexto que nasce a ideia da naturalização do trabalho do cuidado como uma manifestação de amor regulado no e pelo espaço doméstico onde o chefe de família, normalmente macho, é quem decide determinando as condições do presente, representando o futuro desejável e reinventando o passado que legitima todos os seus privilégios. É engendrada e implementada a linha abissal entre trabalho e o que começa a ser naturalizado como amor e dádiva. O primeiro é pago, ainda que em muitos casos sob a forma de exploração, mas reconhecido como tal; o segundo, é destituído de qualquer valor de troca e até de uso, sujeito a todas as formas de exploração, visíveis e invisíveis, e pensado como adesão voluntária a uma obrigação ancorada na desigualdade ontológica entre mulheres e homens. Como afirma Amaia Pérez Orozco (2014), a promoção de «uma ética reacionária do cuidado» está na base do contrato social moderno que continua a manter a obsessão pela conquista dos conhecimentos e dos corpos das mulheres reorganizando e reapropriando os seus modos de vida, as suas actividades..., enfim, os seus trabalhos.

Esta análise sobre o trabalho e a sua mercadorização está limitada ao sistema capitalista e à sua propagação global a partir do século XVIII através do complexo sistema colonial que a Europa protagonizou e protagoniza. No entanto, a nossa crítica feminista ancorada nas epistemologias do Sul alerta-nos que a sua existência e expansão não é totalmente hegemónica. Muitas sociabilidades e práticas ou ficaram de fora do capitalismo, ou foram pensadas e levadas a cabo em resistência e contra ele. Na realidade, em muitas e diferentes sociedades o trabalho continua a ser entendido de maneiras divergentes com o que foi gerado pelo capitalismo. Esta atenção epistemológica à diversidade conceptual presente no mundo é fundamental para pensar as alternativas a partir

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

das capacidades colectivas. Portanto, esta análise deve ser tida em consideração dentro de um contexto que é, sem dúvida dominante, mas não é uma totalidade. Muitas das experiências sócio-económicas levadas a cabo por muitas mulheres do Sul, esse lugar de sofrimento, resistências e alternativas, não apenas disputam a hegemonia totalitária das linhas abissais, como as subvertem.

A relação de oposição hierárquica entre, trabalho produtivo ou reprodutivo, trabalho produtivo e improdutivo, comércio formal ou informal, emancipação ou opressão, privado ou público, doméstico ou político, amor ou raiva, voz ou o silêncio, prisão ou fuga, género feminino ou género masculino, poder ou sujeição, rural ou urbano, tradicional ou moderno, sofrimento ou felicidade, é permanentemente desarticulada pelas ideias e experiências das mulheres e resulta num pensamento sócio-económico subalterno enunciado em outros termos. Para muitas delas, cozinhar, agricultar, comerciar, tecer, ensinar, curar, fazer medicamentos, armazenar, criar objectos que são mais do que objectos porque são produtos da sua criatividade e da sua arte ou definir metas para o seu negócio fazem parte do seu repertório diário de acção. Nem os espaços físicos, nem os tempos, nem as habilidades e conhecimentos necessários, e muito menos a consideração de que alguma destas actividades é produtiva, improdutiva ou reprodutiva são parte da sua maneira de pensar e fazer o seu mundo.

Nestas práticas e experiências distinguimos a força com que elas andam em cima da linha abissal e a corrompem criando espaços-tempo onde ela implode por não fazer mais sentido. Argumentamos, pois, como já temos vindo a fazer em outros textos (Cunha, 2015, 2017), que os trabalhos das mulheres —incluindo os que historicamente lhes têm sido atribuídos— são os mais produtivos de todos porque consideramos que são aqueles que alicerçam e alimentam a vida em todas as suas manifestações, a dignidade e a imaginação diária do futuro. É com base nesta discussão teórica que uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul contribui para dismantelar e ultrapassar a dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo. Por outras palavras, consideramos que, todas as tarefas que as mulheres fazem ou escolhem realizar em qualquer esfera da vida, são todas, trabalho produtivo.

Torna-se clara, a nosso ver, a relação umbilical entre capitalismo e hétero-patriarcado. Argumentamos que as epistemologias do Sul assim como qualquer pensamento feminista só são radicalmente feministas quando oferecem um pensamento subversivo que questiona e põe em causa os restos do império colonial ainda presentes no sul e no norte e,

com eles, os interesses dominantes que, em boa medida, são os interesses capitalistas dos homens do norte.

A descolonização do pensamento e a crítica da razão capitalista antropocêntrica

A segunda característica do pensamento moderno ocidental sobre a qual queremos reflectir é o seu antropocentrismo. É antropocêntrico porque promove e justifica a extracção e a exploração intensiva de todas as formas de vida e da natureza de modo a transformá-las em mercadorias que resultam em mais-valias convertíveis em lucro. Assim, são inventadas e implementadas fontes ilimitadas de acumulação de capital, privilégios e do uso da força e da coação.

O antropocentrismo constrói a realidade povoada por duas categorias de seres: os que têm dignidade ontológica e os que não têm. Por outras palavras, de um lado da linha temos os seres humanos, ou melhor, aqueles seres a quem é atribuída e reconhecida a plenitude da sua humanidade (subsumidos na categoria de *ánthropos* [homem]) e do outro tudo o que não configure versões subsidiárias e controláveis por este universal masculino. É neste ponto que se apoia a ideia colonial do mundo a qual converte a terra, os territórios, as pessoas que lá habitam e tudo o mais em natureza. E, por natureza, entende-se entidades exteriores, derivadas e vazias, passíveis de conquistar, ocupar, possuir, dominar e explorar. A violência e a guerra são o modo de lidar com essas entidades que não possuem a densidade ontológica necessária à capacidade para existir, pensar e florescer (Sen, 2010) de forma própria e autónoma.

Polanyi (1975 [1944]) defendeu que se trata da invenção de um *outro nome para a terra*. Ele mostra como mercadorização da terra, leia-se também da natureza, e o fetichismo capitalista que se lhe seguiu, implicou tornar privada a riqueza multidimensional, e não mercantil, que essa entidade representou e representa para as sociedades humanas. A terra-natureza, em vez de ser entendida como matriz onde assentam as condições vitais da existência, é reduzida a paisagem ou recurso transaccionável. O ciclo colonial moderno europeu tornou essa ideia concreta incluindo nesses recursos, com valor de mercado, tanto o ouro quanto a pimenta e ainda as pessoas feitas escravas. Tudo foi transformado em *coisas*, disponíveis e transaccionáveis. Isto tem significado, por um lado, ciclos extractivos cada vez mais violentos e em maior escala (Svampa, 2013) e, por outro lado, permite separar a vida da economia, o trabalho

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

dos modos de vida e as mulheres dos homens. Os abismos proliferam e as violências também.

Contudo, como mostram a experiência e a literatura, há abundância de conhecimentos e alternativas às desigualdades sociais contemporâneas advindas desta racionalidade antropocêntrica. De uma forma muito breve indicamos alguns trabalhos e perspectivas feministas que elaboram críticas fracturantes e pensam alternativas à mercadorização da terra, à acumulação primitiva de capital através da extração maciça de recursos e à destituição e destruição do trabalho como modo de vida. Entre várias correntes e outras obras destacamos o ecofeminismo (Shiva, 2018; Shiva e Mies, 1993; Puleo, 2013), as críticas feministas africanas ao desenvolvimento (Annan-Yao, 2004; MacFadden e Twasiima, 2018), as alternativas criadas e geridas por mulheres no continente africano (Cunha, 2011, 2015; Casimiro e Souto, 2010), e ainda a ética do cuidado e as economias do dom (Vaughan 1997; Boff, 1999). Todas estas reflexões, e as práticas que com elas se relacionam colocam no centro a vida e questionam a domesticidade como uma pura rendição que fica para além do económico. Consideram o trabalho do cuidado produtivo, a impossibilidade de pensar a terra como mera questão de propriedade e partem da ideia da centralidade da vida em todas as suas formas garantida pela reciprocidade e da autoridade partilhada. Noutro registo, a filosofia uBuntu (Ramose, 1999; Praeg e Magadla, 2014) que, ao preconizar que «eu sou porque tu és», anuncia uma ética de obrigações mútuas disjuntoras do individualismo que é tão central ao capitalismo e à exploração levada a cabo por ele. Por outro lado, a ideia de Sumak Qawsay, como Atawallpa Oviedo (2011), nos mostra, é uma cosmovisão onde a complementaridade não-hierárquica e a sobriedade organizam a vida social, política e económica de uma maneira contrária à apropriação da natureza, e que mostra a importância de uma vascularidade social horizontal do viver bem. As economias camponesas, familiares e costeiras (Silva, 2012; Fernandes, 2012; Casimiro, 2018b) que se organizam em ciclos de auto-sustento que são a matriz da sustentabilidade ambiental, são o contrário da voracidade extractivista neo-liberal criando redes situadas e contextualizadas de apoio mútuo, ao invés da imposição da macro-escala da economia global sem rosto. As economias solidárias com as moedas sociais, as empresas auto-geridas, as cadeias de produção e comércio solidário, os mercados de troca (Santos, 2011), que se organizam e operam em torno dos princípios da mutualidade e das reciprocidades desiguais são formas de conseguir viver a abundância

através de enunciados não-capitalistas onde preço e valor são continuamente desconstruídos para que o acesso aos bens e ao rendimento seja radicalmente democratizado. Para além destas, há uma forte discussão académica das alternativas tratadas através dos conceitos de decrescimento, pós-desenvolvimento e transição sobre as quais Arturo Escobar (2015) e Sally Mathews (2008) fazem contribuições a partir de contextos, disciplinas e perspectivas diferentes. Relacionam e mostram os limites dos conceitos e das experiências que pretendem renunciar ao desenvolvimento capitalista sem, contudo, deixar de forjar outros horizontes de bem-estar e felicidade, como «consuma muito menos e partilhe muito mais».

Destas propostas teóricas emergem questionamentos profundos sobre a violência epistémica da monocultura capitalista; a importância do grupo e das reciprocidades; o valor ético e político da sobriedade; a força dos laços —racionalidades matrimoniais— que colocam em causa a ideia da primordialidade da propriedade privada —racionalidade patrimonial—; a abundância como uma economia política do desejo que subverte e substitui a voracidade do lixo gerado na sucessiva produção do instantâneo como modo de existência e de reconhecimento social; a diversidade epistemológica e de práticas; a imbricação entre a emancipação individual e colectiva; o princípio da não separação entre a economia e a sociedade, e sociedade e a vida; o encantamento pelas complementaridades; as potencialidades das escalas de proximidade. A hermenêutica feminista das epistemologias do Sul mostra que em todos os espaços, esferas de acção, tempos e empreendimentos as mulheres estão presentes trabalhando, pensando, criticando, criando e agindo. É, pois, razoável afirmar que não pode haver um pensamento alternativo de alternativas (Santos, 2001) que não seja profundamente feminista (Sow e Guèye, 2011; Cunha e Lauris, 2016; Cunha, 2017; Casimiro, 2014b, 2015).

Como se percebe, o androcentrismo e o antropocentrismo vão de par constituindo-se como duas faces da articulação dos três sistemas opressores e constitutivos da modernidade ocidental: o capitalismo, o colonialismo e hétero-patriarcado. A crítica feminista da razão abissal tem, então, que compreender e ultrapassar o seu carácter androcêntrico e antropocêntrico para poder olhar a realidade e descobrir nela as emergências que apontam e prefiguram um outro mundo possível. Perante um mundo em que as soluções encontradas para os problemas se mostram incapazes e, muitas vezes, perigosas (Randriamaro, 2018), precisamos de olhar e ponderar, de outra maneira, o mundo e os co-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

nhcimentos disponíveis. É a partir daqui, que a nossa proposta de uma hermenêutica feminista das epistemologias do Sul abre caminho a um pensamento pós-abissal que cria espaço cognitivo, mas também social, para questionar o que já sabemos obrigando-nos ao exercício de desaprender para poder aprender de novo. Para usar os termos do filósofo africano Kwasi Wiredu (2003: 54), o diálogo epistemológico necessita de abertura de espírito, de respeito integral pela diferença e não tem por objectivo apenas evitar os mal-entendidos e os equívocos entre as partes. O diálogo necessita de um horizonte cognitivo onde se possam inscrever e terem lugar, inesperadamente, outras narrativas e outros resultados não esperados e ditos em termos não convencionados pela modernidade e pós-modernidade de matriz ocidental.

A ECONOMIA EXTRACTIVISTA NA VIDA DAS MULHERES DE MOÇAMBIQUE: O QUE PODEMOS APRENDER

Como Zo Randriamaro (2018: 2) afirma, o actual modelo de desenvolvimento global tem vindo a impor ao continente africano a extracção intensiva e violenta de todo o tipo de recursos: minerais, de pesca, madeiras, energéticos, trabalho, agricultura, e até de arte. Isto tem significado, nas últimas décadas, mais guerras, mais empobrecimento das populações e territórios e uma transferência maciça de riqueza para os países ricos do Norte global. Este modelo além de provocar desequilíbrios sociais extremos tem vindo a gerar a degradação irreparável da biodiversidade, a acentuar a emergência de catástrofes naturais e humanitárias,⁵ e, com tudo isso, coloca em risco de desaparecimento muitos modos de vida, conhecimentos e tecnologias que têm mantido

-
5. No momento em que escrevemos este texto ocorreram duas tragédias climáticas em Moçambique: o ciclone Idai, que afectou de forma tremenda as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia no centro de Moçambique, o Malawi e o Zimbabué em 15 de Março de 2019; e o ciclone Kenneth, que afectou tremendamente a província de Cabo Delgado no norte de Moçambique e o sul da Tanzânia, em 25 de Abril de 2019. Estes ciclones foram altamente destrutivos e seguiram-se a um período de chuvas intensas e cheias que já haviam provocado danos irreparáveis nesses países. Mostram como são as populações mais empobrecidas do mundo que são as que estão mais vulneráveis a estes problemas sem, contudo, terem sido elas a contribuir para os desequilíbrios e os danos provocados por um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento e na extracção.

a vida de muitas maneiras e nas mais variadas formas. Podemos então afirmar que estamos perante um outro tipo de colonialismo que perpetua aquele que, no século xv, iniciou a expropriação com base na divisão ontológica do mundo. Agora, como dantes, podemos distinguir que de um lado da linha estão as novas metrópoles para onde são canalizadas as riquezas e a acumulação de capital; do outro lado da linha, estão as colónias, fornecedoras de corpos subjugados pelo empobrecimento e pela máxima exploração do seu trabalho. Consideramos, pois, que a economia contemporânea baseada no extractivismo presente no panorama económico, social e político na África austral oriental e, em particular, em Moçambique, são a face concreta de uma linha abissal comandada e controlada por homens de fardas, seja de soldados ou de administradores e que não deixam ninguém, em particular, as mulheres, dormir.

Ora, como temos vindo a defender neste texto, as mulheres não apenas interpretam o seu mundo como pensam sobre ele. Elas entendem as violências a que são sujeitas e prefiguram, com as suas palavras e os seus actos formas de existir e resistir, o que pode ser feito contra elas. Ora, é com elas, que reclamam seguir em relação com os seus maridos, filhos e amigos, que queremos aprender várias coisas. Este é o exercício que nos propomos realizar nesta segunda parte do texto: descolonizar todo o pensamento feminista que não seja profundamente humilde, situado, concreto e produzir efeitos reais na vida das pessoas, ser tanto narrativas dos sofrimentos e das lutas como narrativas de esperanças e possibilidades (Carty e Mohanty, 2015).

Este exercício descolonizador implica uma prática que coloca em tensão dialógica a diversidade de conhecimentos das mulheres e examina a importância, a validade e o significado que cada um deles tem em cada contexto para a resolução de cada um dos problemas encontrados e para os quais é necessário imaginar, produzir, elaborar soluções concretas, adequadas e justas para todas as partes.

Por isso, começamos por identificar alguns dos problemas dialogando com as perspectivas e as palavras de várias mulheres concretas.

Em seguida, a partir das suas experiências e modos de existência, terminamos pondo em realce algumas das suas propostas que não são úteis apenas para si mas, das quais, podemos aprender a dismantelar as linhas abissais que continuam a fazer este mundo desigual e ameaçador, sobretudo para elas em todas as idades.

Reflectindo a partir do nosso lugar de enunciação, que é Moçambique, que se insere na sub-região da SADC (Comunidade para o De-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

envolvimento da África Austral), propomo-nos analisar algumas das formas concretas desta economia política marcada pela articulação do hétero-patriarcado, o colonialismo e o capitalismo. Num país riquíssimo em culturas, línguas, história, recursos minerais energéticos, fauna, flora, memórias, conhecimentos..., a larga maioria das pessoas é pobre, e demasiadas são miseráveis. Ao mesmo tempo que se observa a construção de cada vez maiores e mais luxuosos condomínios privados para habitação, ou turismo ou hotéis sumptuosos nas cidades, mais pessoas são forçadas a sair dos seus bairros e veem destruídas as suas condições de vida. Catadoras e catadores de restos para comer percorrem as ruas centrais sem que se vislumbrem quaisquer políticas públicas para o bem-estar e redistribuição das riquezas. Apesar de toda a vitalidade social da economia popular com base em pequenas produções e negócios e onde as associações de mulheres são a maioria, vivem-se tempos cada vez mais difíceis e as famílias e as comunidades territoriais debatem-se para subsistir num ambiente político onde a privatização dos recursos públicos fecha o futuro para a maioria das pessoas do país. Apesar do regime ser, formalmente, democrático o medo subsiste e as diferenças de opinião e de estilo de vida são marcas de sofrimento e discriminação que continuam a assombrar os dias e a cidadania no país.

■ **As Cinderelas do nosso Moçambique falam e costuram alternativas de vida**

Primeiro pensamos, identificamos e analisamos os problemas que nos atingem

O conjunto de impactos e problemas gerados pelo capital extractivista é de uma grande complexidade resultando em tragédias pessoais e colectivas de enorme amplitude. As mulheres têm sido duplamente afectadas nas regiões onde estas operações de mineração de larga escala ocorrem. São locais dominados pela mão-de-obra masculina e verifica-se a desconsideração por práticas informais e de menor escala realizadas por mulheres e crianças.

De acordo com algumas pesquisas e a literatura disponível (Sitoe, Bila e Velasco, 2017) as evidências mostram que os impactos da economia extractiva na vida de mulheres e raparigas se traduzem nos seguintes problemas apresentados no quadro 1, organizados por nós em seis categorias principais:

QUADRO 1. PROBLEMAS DECORRENTES DOS IMPACTOS DA ECONOMIA EXTRACTIVA NA VIDA DE MULHERES E RAPARIGAS

Terra e acesso à terra	• Usurpação de terras e deslocação forçada de populações.
Desigualdade com base no sexo e/ou género	• Divórcios, separações e casamentos prematuros. • Violações sexuais, prostituição e propagação do HIV e SIDA. • Mulheres e homens, mas sobretudo mulheres, não envolvidas nas consultas comunitárias e em processos de tomada de decisão. • Pouca participação das mulheres em iniciativas produtivas nas actividades extractivas. • Legislação sobre indústria mineira insensível aos problemas específicos das mulheres.
(In) Sustentabilidades	• Comércio dominado por homens. • Responsabilidade social das empresas não respeitada. • Impacto de eventos extremos, por exemplo, seca e tempestades.
Identities culturais	• Aumento de práticas culturais violadoras de direitos humanos das raparigas.
Relações do Estado com a sociedade	• Secretismo dos contratos e as dificuldades no acesso à informação. • Legislação não respeitada (Decreto n.º. 31/2012, de 8 de Agosto, e Diploma Ministerial n.º. 156/2014, de 19 de Setembro).
Militarização e conflitos violentos	• A progressiva militarização das zonas da indústria mineira.

Fonte: Elaboração própria em base a Siteo, Bila e Velasco (2017).

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

Como mostram estas pesquisas, estes problemas são vividos de forma particularmente intensa pelas mulheres e meninas, uma vez que está a acontecer uma acentuação de uma divisão sexual de trabalho que atribui um papel subalterno às mulheres, e a reinvenção de normas culturais que as impedem de realizar determinadas actividades ou participar na vida económica, como fica demonstrado na seguinte fala:

O comércio é dominado por homens. São eles que vão às cidades de Montepuez ou de Pemba, adquirir produtos para revender no mercado local. As poucas mulheres que se envolvem no negócio vendem sobretudo água para os mineiros artesanais, vulgarmente conhecidos por «garimpeiros». (Velasco, 2017: 11)

A mesma pesquisa, realizada pela equipa do Sekelekani em Namanhumbir, nas minas de rubis distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, revela:

[...] uma localidade pobre do norte de Moçambique, em cinco anos transformada num destino procurado por legiões de cidadãos e cidadãs das mais diferentes nacionalidades e que, perante a circulação de quantias relativamente elevadas de dinheiro «vivo», desestabilizam socialmente a comunidade local, destruindo famílias, provocando divórcios, casamentos prematuros e prostituição, e agravando os níveis de propagação de infeções de transmissão sexual. (Ibídem: 11)

Tendo ficado sem acesso às suas terras, o que coloca em risco a sua segurança e soberania alimentares, algumas mulheres de Namanhumbir veem-se obrigadas a participar em actividades complementares ao garimpo, como a venda de água e a confecção de alimentos. Sabe-se, contudo, que o distrito de Montepuez é das regiões mais férteis de Moçambique. Com uma temperatura moderada, a região tem como actividade principal a agricultura, produzindo milho, feijões, gergelim, tubérculos, mapi-ra e arroz, sendo por isso considerado o celeiro da província. Também possui produção com rendimento mercantil que consiste em algodão e castanha de caju. Este modelo de sustento, que tem as mulheres no seu centro legitimando poderes e autoridade para elas, tem estado sob risco permanente como se pode verificar pelos seguintes depoimentos:

As mulheres de Namanhumbir dizem que não têm acesso a trabalho remunerado na empresa Montepuez Ruby Mining. Elas tinham a

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

esperança de melhorarem as suas vidas com a oportunidade de emprego, propalado durante as consultas comunitárias. A maioria das mulheres até agora contratadas pela MRM são oriundas de Nampula e de Montepuez e estão maioritariamente afectas a trabalhos de cozinha, primeiros socorros e serviços de segurança. (Ibídem: 13)

Mulheres e homens veem-se desapossados da sua terra e deslocados para locais com terras geralmente inférteis, onde falta água, transporte, mercado, levando à separação das famílias, reforçando a solidão feminina, o aumento das obrigações familiares assumidas por elas e permitindo que a violência exercida sobre as mulheres se torne cada vez mais impune (Osório e Silva, 2017: 153-160).

Além de todas as tragédias que se abatem sobre elas, existe uma característica que a actual situação criada pela capital extractivista e as suas indústrias a que devemos dar uma especial atenção: a militarização crescente dos territórios e o policiamento agressivo. Isto significa, entre outras coisas, a presença de militares e de uma cultura de resolução de conflitos baseada na violência a qual resulta em permanentes ameaças, o medo, a impossibilidade de falar, de denunciar, sob pena de se ser considerada/o contra o desenvolvimento, inimigo do governo, ou até terrorista. Como se pode entender nos excertos seguintes, este é um assunto de enorme importância:

As mulheres de Olinda, uma pequena ilha do Posto Administrativo de Mucupia, Distrito de Inhassunge, Província da Zambézia, vivem aterrorizadas, devido a um clima de intimidação e perseguição, instalado na Ilha, desde que foi para ali fixada, em condições permanentes, um destacamento da Unidade de Intervenção Rápida (UIR). No passado mês de Julho a polícia disparou contra populares indefesos, causando um morto e vários feridos, além da detenção de outros, incluindo o líder da aldeia. Os camponeses manifestavam-se pacificamente, protestando contra o plano do governo de os retirar das suas terras, entretanto concessionadas a uma empresa chinesa, que pretende explorar, ali, areias pesadas. [...] Dizem para irmos a Cherrimane: lá a terra nem chega para os nativos, que fazem machambas cá, na nossa ilha. (Velasco, 2018 : 3)

O mesmo clima de intimidação é revelado pelos depoimentos sobre o modo como os processos de consulta têm sido, ou não, conduzidos junto das populações. As consultas comunitárias, obrigatórias de acordo com a lei, não se realizam a maior parte das vezes levando as comunida-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

des a sentirem-se abandonadas e hostilizadas pelo próprio Estado, que aparece em defesa das empresas investidoras sem acautelar os direitos e a vida das/os suas/eus cidadãs/ãos:

Segundo relatos da comunidade, jamais houve consulta comunitária; há apenas uma imposição, para a população sair de Olinda. Depois do incidente ocorrido em que a polícia abriu fogo contra a população, representantes do governo e da empresa chinesa voltaram à Ilha, com pretexto de fazerem consulta à comunidade. «Só depois da Polícia nos bater é que o governo pretendeu consultar-nos», dizem residentes de Olinda. Nesse encontro o governo questionou quais eram os problemas que a comunidade tinha e o que é que a população queria ver resolvido. Mas nesse encontro ninguém da comunidade falou ou comentou qualquer coisa. Todos ficamos calados. Por fim a comunidade abandonou a reunião, conta a entrevistada que acrescentou: «Nós estamos muito tristes com o que estamos a viver aqui em Olinda.

As decisões já estão tomadas de cima. Às vezes nem as administrações sabem. O acordo entre o governo e a Vale é no âmbito militar ou de exploração mineira? Como comunidade não podemos reagir, sempre há uma força que nos amedronta, que põe-nos a limitar». (Velasco, 2018: 6).

Nos poucos encontros realizados pelas autoridades distritais ou de localidade com as comunidades afectadas por algum projecto, o que normalmente é dito às populações por responsável pelo Governo⁶ é que, «vão ter escola, posto de saúde, trabalho». Ou então «Vão ser mais ricos, vão criar barrigas grandes» tal foi dito por um cidadão da aldeia de Quitupo, Milamba 1, distrito de Palma, província de cabo Delgado que participa no Primeiro Congresso de Comunidades Reassentadas e Afectadas pela Indústria Extractiva que teve em Maputo em 13 e 14 de Janeiro de 2019. A criação de expectativas de bem-estar aumenta ainda mais o sentimento de impotência perante a impunidade de promessas não cumpridas e da violência com que os processos são acompanhados.

Destacamos três questões que a nosso ver sobressaem da nossa análise. A primeira é a evidência dos impactos negativos na vida das pessoas e dos territórios onde as actividades extractivas, sob este modelo intensivo e de acumulação capitalista, estão a acontecer. As consequências identificadas mostram que ao invés do aumento do bem-estar, das «barrigas grandes» e do acesso à educação e à saúde, o empobrecimento cresce, a vulnerabilidade não para de se avolumar e as promessas de

6. Secretária Permanente de Cabo Delgado, Lina Portugal.

soberania popular trazidas com a independência política em 1975 são todos os dias postas em causa. Por outras palavras, a linha abissal colonial parece, não apenas estar de volta, mas a tornar-se cada vez mais evidente e violenta.

A segunda tem que ver com a situação especial vivida pelas mulheres e raparigas. Percebemos que o androcentrismo desta racionalidade capitalista tem trazido para elas, de todas as idades, muitos problemas novos e reforçando outros que pareciam ser velhos ou ultrapassáveis. Estamos perante o reforço de práticas danosas para os corpos e a as subjectividades das mulheres, o reforço da sua subalternidade, a impunidade da violência sofrida. Os seus trabalhos e responsabilidades são relegados para uma existência subsidiária e sem dignidade transformando-os em relações de exploração intensiva tanto no âmbito das famílias e comunidades como no âmbito do emprego. A desarticulação activada pelo antropocentrismo presente neste modelo extractivista coloca mais em evidência, a segmentação entre a economia e a vida que reduz o lugar e as funções das mulheres nas suas sociedades a obrigações sem fim e sem qualquer usufruto de benefícios ou bem-estar. São manifestações concretas da força destrutiva de um hétero-patriarcado que está no coração do capitalismo extractivista.

A terceira é a extrema violência envolvida em todos os processos. Trata-se de violência militar e policial na resolução de conflitos; a violência contra os corpos das mulheres na crescente mercadorização dos seus corpos para poder sobreviver; é a violência do abandono; a violência institucional do não cumprimento das normas e da legislação e a impunidade que lhe está associada; é a violência sobre as subjectividades retirando-lhes as memórias e a auto-estima através da destruição dos seus territórios e das suas capacidades de representarem o mundo como seu. A «violência» e a «agressão» são os outros nomes desta racionalidade capitalista que informa a presente economia política global cujo rosto se revela em Moçambique. É importante perceber que esta realidade revela, a contradição entre capital e vida ou, nos termos feministas por nós utilizados, o androcentrismo da racionalidade política-económica extractivista contemporânea que favorece e alimenta masculinidades violentas e autocratas entre perpetradores e vítimas.

Consideramos estar em condições de afirmar que as mulheres e as meninas em Moçambique têm vindo a ser, recorrentemente, vitimizadas tanto pelos impactos da economia política global quanto pela ausência progressiva de políticas públicas estatais de protecção e de se-

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

gurança social. No nosso entendimento, pode-se mesmo dizer que as mulheres moçambicanas, como também muitos homens, têm vindo a sofrer um processo de objectificação como se fossem também elas e eles, recursos naturais a serem explorados sem fim, através do seu trabalho, do abuso e de novas e velhas formas de despojo da sua humanidade e riquezas. As mulheres e as meninas são violentadas de formas específicas e costumam ser lançadas na informalidade e na pobreza como uma massa (sub)humana indiscernível e sujeita a todos os tipos de violências e (Kabeer, 2008; Wilska, 2008; Osório e Silva, 2017, 2018). Apesar deste contexto extremamente hostil e de todas as dificuldades, as mulheres e as meninas moçambicanas têm vindo a construir reflexões e alternativas que garantem, de alguma maneira, a sua dignidade humana e um futuro para si e para as suas filhas e filhos (Cunha, 2014, 2015, 2018; Casimiro, 2014a, 2014b, 2015; Casimiro e Trindade, 2019).

■ As Cinderelas quebrando os apertados sapatinhos de cristal

Estamos convencidas que a realidade é muito complexa e que a todas as opressões corresponde uma resistência. Argumentamos que apesar de todas as vitimizações, as mulheres não sofrem paralisadas e absolutamente mudas. Aprendemos com as mulheres que não há opressão que não implique resistência.

Aprendemos também com a hermenêutica feminista das epistemologias do Sul, que os conhecimentos das mulheres, nascidos nas suas experiências de sofrimento, são modos de resistência, mas também de existência, que procuram alternativas à violência, à expropriação e ao luto. Argumentamos que não existem vítimas, mas pessoas que são vitimizadas; não há silêncios mas silenciamentos. Como afirmamos no título e na nossa introdução as Cinderelas falam e sabem ao que vêm; querem falar e dizer o que lhes parece ser necessário. Falam e gritam se isso for preciso não apenas para denunciar, mas também para construir subjectividades diferentes e positivas; capacidades pessoais e colectivas; espaços de libertação e felicidade sem esquecer nem camuflar os perigos e as faltas de tudo nas suas vidas. É a isso que nos dedicamos nesta secção ao longo da qual queremos mostrar resistências, mas também a emergência de alternativas. Não são alternativas completas, talvez. São sinais, são soluções incompletas, mas persistentes; são ações de cuidado consigo, com a sua terra e com as pessoas que fazem parte do seu modo de produzir dignidade, respeito e felicidade.

Para tal utilizaremos diversas fontes de informação que têm estado a circular tanto entre a comunidade científica como entre movimentos sociais, imprensa e redes sociais. A costura destas resistências necessita de uma racionalidade que não desperdiça experiências e que as coloca em diálogos virtuosos que permitam restaurar a esperança como categoria epistemológica.

Organizações, redes e associações

As mulheres e as raparigas resistem das mais diversas formas contra as ameaças às suas terras, aos meios de vida, contra os seus corpos e a vida comunitária, costurando perspectivas de vida diferentes. As suas lutas são muitas das vezes ignoradas e não documentadas tanto por pesquisadores, como jornalistas, num contexto de modelo dominante de capitalismo hétero-patriarcal e colonialista. Os desafios são muitos e variados, desde a dominação de organizações de mulheres filiadas a partidos políticos, a despolitização das lutas através de discursos e estratégias de género esvaziadas do seu conteúdo transformador de luta por uma vida alternativa, a criminalização crescente de organizações feministas que levantam as vozes contra os desmandos e clamando por mudanças sistémicas globais.⁷

Membros de organizações em Moçambique, nomeadamente as que estão filiadas ao Fórum Mulher, têm participado desde o ano 2000 em encontros nacionais, regionais e internacionais sobre a indústria extractiva e o seu impacto para os países, com particular ênfase no impacto sobre as mulheres e raparigas. Estes encontros regionais têm sido fontes importantes de troca de informação, aprendizagem, alerta sobre o que acontece nos países, e fortalecimento da resistência das organizações de mulheres, por forma a se organizarem e pressionarem os seus governos a cumprir a legislação e a integrar a perspectiva de género e de direitos humanos das mulheres na indústria extractiva a partir de uma visão africana com vista a:

Influenciar ao nível mais alto, para que o tema da indústria extractiva e seu impacto nas mulheres seja tomado a nível global, por exemplo no âmbito da comemoração do dia 8 de Março, como forma de fortalecer a consciência global para o problema e responsabilizar para tomada de acção pelos governos. (Samo, 2013).

7. Ver <<http://womin.org.za/who-we-are/what-is-womin.html>>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

A participação de organizações da sociedade civil moçambicanas em redes regionais, a realização de pesquisa conjunta sobre a economia extractiva e os seus efeitos nas vidas de mulheres e homens, as actividades de advocacia e de campanha para reformas que conduzam a mudanças estruturais de longo termo, e os vários modelos de alianças no continente e no mundo, têm constituído formas de resistência, de solidariedade e de construção de uma visão alternativa ecológica africana pós-extractivista. Estas alianças têm permitido unir esforços contra o conceito de desenvolvimento extractivista num contexto de um colonialismo insidioso e dum fascismo disfarçado através dos programas de ajustamento estrutural.

A rede WoMin,⁸ criada em 2013, é uma rede regional africana caracterizada por um programa de activismo e pesquisa sobre mulheres, género e extractivismo na África ao Sul do Sahara. Inicialmente hospedada na Aliança Internacional dos Recursos Naturais em África (IANRA, International Alliance on Natural Resources in Africa), é constituída por rede com 29 organizações, 28 em África e 1 na Europa, e 10 redes nacionais da IANRA no continente africano, todas trabalhando sobre questões de recursos naturais.

A WoMin é, desde Janeiro de 2016, uma rede independente, registada como um *trust* na África do Sul, e trabalha em aliança com dezenas de organizações em 14 países na África austral, oriental e ocidental, e ao nível regional e internacional, através da pesquisa, intercâmbios de aprendizagem, campanhas, educação política e projectos específicos. Moçambique, através de uma representante da União Nacional de Camponeses (UNAC), é membro dos seus órgãos sociais.

Realizou-se no segundo semestre de 2018 uma pesquisa orientada pela WoMin e Justiça Ambiental (JA), uma organização moçambicana, sobre a violência contra as mulheres nas zonas de extração mineira em Moçambique, propondo-se:

Mapear as conexões entre o extrativismo, a segurança ou militarização nas zonas mineiras, e a violência contra as mulheres, através de uma

8. A rede WoMin (African Women Unite Against Destructive Resource Extraction), criada em Outubro de 2013, é uma aliança focada em género e extractivismo. Trabalha em conjunto com movimentos nacionais e regionais e organizações populares de mulheres, comunidades afetadas pela mineração e campesinato, e em colaboração com outras organizações que são solidárias com a sua situação (<http://womin.org.za/index.php/who-we-are>).

revisão de literatura e documentação disponível, bem como entrevistas com pessoas-chave que possam ter algum conhecimento sobre o assunto.⁹

Organizar-se para não ficarmos sozinhas e divididas: vozes e propostas

Na aldeia que Quitupo, durante uma reunião com o administrador e a secretária permanente do Governo Provincial de Cabo Delgado, em 10 de Agosto de 2013, a população inviabilizou o encontro apupando os representantes do governo e abandonando-os no local do encontro conforme o relato a seguir:¹⁰

Neste encontro, uma equipa da multinacional petrolífera Anadarko, acompanhada pelos dois oficiais do Governo, deu a conhecer às comunidades locais, num só «golpe», o seguinte: 1) um DUAT, recaindo sobre as suas terras, havia sido emitido a favor da Anadarko AMI1 e da ENH Logistics; e que, em consequência, 2) as pessoas iriam ser dali removidas e reassentadas numa outra região. Sem mais! Recebendo esta informação sem praticamente qualquer processo preparatório e informativo, as populações pediram explicações e, não as recebendo, abandonaram o local e os representantes das autoridades.

Este episódio serve-nos para ilustrar que o ambiente de resistência e de contraponto à situação vivida e imposta tem vozes e estratégias próprias que devem conseguir a nossa atenção para podermos compreender melhor, como no terreno, as coisas estão a acontecer e a desenvolver-se. No nosso caso, queremos privilegiar as vozes e as propostas que se sobrelevam de uma das actividades de pesquisa-acção levadas a cabo no âmbito do projecto «Territórios em Conflito: Investigação, formação e acção para o fortalecimento de capacidades e a construção de alternativas de vida». Em estreita colaboração com o Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento, da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Católica de Moçambique em Pemba, capital da província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, a nossa equipa organizou um encontro no dia 6 de Fevereiro de 2019 que teve como lema «Visões, perspectivas e iniciativas sobre o desenvolvimento humano local em Cabo Delgado». Dadas as circunstâncias muito difíceis que

9. De acordo com Áurea Mouzinho em troca de correspondência electrónica com a autora Isabel Casimiro.

10. Ver <http://www.sekelekani.org.mz/docs/Industria_Extrativa.pdf>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

se vivem na província desde Outubro de 2017,¹¹ com ataques sucessivos a populações e aldeias, a militarização e o clima de medo, a decisão tomada foi de fazer convergir para a capital, lideranças dos distritos que pudessem participar, em condições de segurança, num seminário de formação e informação. O seminário foi pensado e preparado para funcionar como um espaço seguro de aprendizagens mútuas e diálogos entre conhecimentos e perspectivas. O seu propósito foi consolidar um processo já iniciado com diferentes actoras/es, académicas/os, activistas, líderes comunitárias/os, e dar um novo passo para a constituição de uma rede de reflexão sobre os principais problemas que afectam a província de Cabo Delgado e a construção de alternativas locais.

O seminário teve como objectivos debater e analisar com as populações afectadas os principais conflitos sociais, políticos, económicos, ecológicos e culturais da província de Cabo Delgado, e gerar informação e conhecimentos susceptíveis de apoiar as experiências de resistência e alternativas. Nesse sentido, procurando superar as diferentes visões e interesses, tentou-se identificar as preocupações comuns, divulgar a riqueza das iniciativas existentes, compartilhar visões, abordagens e sugestões.

Na primeira parte do seminário foram identificados os principais problemas e desafios económicos, sociais, ambientais e culturais, bem como as principais experiências de resistência ao actual modelo extractivista-desenvolvimentista, ou seja, as diferentes iniciativas que estão a decorrer para oferecer propostas alternativas, a partir da preocupação com a inclusão e a justiça social. Na segunda parte do seminário, tentou-se sintetizar e analisar o alcance dessas mesmas iniciativas. A metodologia do seminário constou de sessões plenárias e de trabalho em grupos. Os três grupos de trabalho constituídos debruçaram-se sobre as seguintes temáticas: 1) Acesso à terra, grandes infra-estruturas e ambiente; 2) Exclusão e desigualdades sociais; 3) Governação e espaços de participação (velhos e novos processos colectivos alternativos). Em cada grupo procedeu-se a três níveis de análise: a) mapeamento de problemas e desafios; b) mapeamento de iniciativas alternativas; e c) elaboração de uma síntese para partilhar em sessão plenária.

11. Sobre os ataques que ocorrem em Cabo Delgado desde finais de 2017 há uma extensa literatura disponível, tanto científica quanto jornalística, e também veiculada em relatórios de organizações da sociedade civil. Como não é objecto deste capítulo, não aprofundaremos esta questão, mas queremos assinalá-la, assim como a sua importância para uma análise mais profunda e complexa da situação no país e na região.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Apresentamos no quadro 2 uma sistematização dos problemas e desafios e iniciativas e resultados segundo a análise partilhada pelas/os participantes no seminário. Antes de prosseguir, é necessário fazer notar que o quadro que se apresenta não pretende associar simetricamente os problemas e desafios identificados com as iniciativas de resistência e resultados delas. O quadro tem apenas a pretensão de ser um instrumento de leitura e de análise dos diálogos acontecidos em Cabo Delgado. O quadro não são as vozes das pessoas nem temos a pretensão que sejam. Ele é um instrumento que medeia a co-presença de activistas, professoras/es, camponesas/es, lideranças locais, artistas, jornalistas e cientistas sociais na construção de um conhecimento partilhado que nos servirá de lição e de aprendizagem para pensar as alternativas feministas de vida em territórios em conflito.

QUADRO 2. SEMINÁRIO SOBRE PROBLEMAS, DESAFIOS E INICIATIVAS COLECTIVAS EM CABO DELGADO

Acesso à terra, grandes infra-estruturas e ambiente	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Falta de higiene e limpeza em Pemba.	Reivindicação pública dos direitos das comunidades que recebem populações deslocadas sobre redistribuição de terras e acesso a outros recursos.
	Fórum Urbano Permanente (PLATIP).
Exclusão e desigualdades sociais	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Exclusão social; falta de oportunidades de emprego e habitação.	
Não recrutamento local para os empregos disponíveis.	
Falta de oportunidade de emprego para jovens formados.	
Questões étnicas e tribalismo sobre os imigrantes.	
Submissão das mulheres aos seus maridos nas famílias e analfabetismo.	

(continua)

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

Falta de poder de decisão da parte das raparigas.	(continuação)
Aumento dos casamentos forçados e na adolescência.	
Desistências escolares por causa de casamentos prematuros.	
Assédio sexual nas escolas e famílias.	
Corrupção dos professores e assédio sexual.	
Governação e espaços de participação	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Corrupção; falta de honestidade.	Empoderamento das comunidades a nível das consultas comunitárias.
Falta de transparência; poucas iniciativas de monitoria da governação.	Formação de paralegais e sua actividade em todos os distritos (Centro Terra Viva, CTV).
Desconfiança e falta de espaços para a participação das e dos cidadãos.	Utilização das rádios comunitárias locais.
Mecanismos inacessíveis de prestação de contas.	Divulgação e formação das populações sobre a Lei de Terras e Lei do Reassentamento, Lei do Ambiente, Lei sobre Minas, Lei da Floresta e Fauna Bravia, direitos e deveres dos deslocados, e direito de informação (Fórum Terra, União Provincial de Camponeses).
Manipulação das pessoas.	Divulgação das leis de reassentamento às comunidades abrangidas.
Não aplicação das leis.	Cursos de curta duração em matéria de direitos humanos e deontologia profissional (Centro de Pesquisa e Observatório Social).
Assimetria de informação entre governantes e munícipes.	Capacitação sobre lideranças femininas e advocacia horizontal baseada em evidências.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Falta de inclusão das comunidades e das lideranças locais nas consultas comunitárias.	Criação do Conselho de Líderes; Assembleia anual de prestação de contas aos membros e planificação (União Provincial de Camponeses, plataformas comuns de debates entre Organizações da Sociedade Civil, Programas de Observatório Municipal e Programas de Orçamento Participativo [SAMCOM]).
	Debates públicos (Fórum Terraço Aberto).
	Manifestações pacíficas de reivindicação sobre o respeito devido às comunidades.
	Criação de espaços de diálogo entre a sociedade civil, o Governo e os munícipes.
	Planos de fortalecimento de associações locais.
	Actividades do Governo auditadas por um comité independente.
	Cidadãs/ãos mais informadas/os e comprometidas/os com o bem comunitário.
	Torneio inter-bairro de jogos tradicionais.
	Legalização da associação Arte Macua.
Educação	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Absentismo das/os professoras/es.	Sensibilização para adesão à Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) e providência de material escolar.
Baixa qualidade de ensino.	Educação cívica para a participação dos cidadãos na política (Comissão Diocesana de Justiça e Paz).
Questões sobre a réplica das formações a vários níveis.	

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

Religião e costumes	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Os ritos de iniciação estão muito fortes e os custos são elevados.	
Confusão de identidade religiosa.	
Violência	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Violência no geral.	Denúncia de casos sobre violação das comunidades que paulatinamente vão quebrando o silêncio com denúncias, reivindicações e participação na democracia. Existe uma linha verde para denúncia afixada em quase todos sectores.
Violência relacionada à prostituição e exploração sexual nas zonas de exploração mineira.	Manifestações pacíficas de reivindicação sobre o respeito devido às comunidades.
Violência contra os homens por não comprarem capulanas que representem datas festivas, sobretudo o 7 de Abril.	
Saúde	
Problemas e desafios	Iniciativas e resultados
Roubo de medicamentos no hospital provincial de Pemba.	
Mau atendimento dos doentes no hospital provincial de Pemba.	
Falta de postos de saúde em Cabo Delgado.	

Fonte: **Elaboração própria a partir do informe sobre o seminário preparado por Vasco Coelho.**

Voltamos à nossa proposta teórica para olhar, pensar e analisar este quadro para ensaiar conhecimentos que contrariam a violência epistémica de uma ciência encerrada na sua indolência e arrogância. Com a breve análise que se segue, pretendemos possibilitar aprendizagens pluritópicas, que não separam a vida da economia nem a emancipação

individual da colectiva. Pretendemos colocar em evidência a reciprocidade, não simétrica, entre todas e todos que construímos e aprendemos com estes diálogos nos quais as vozes, iniciativas e conhecimentos das mulheres são cruciais. Queremos, apesar de uma forma tão incompleta como é a escrita de um texto, retomar aqui o horizonte cognitivo onde emergem narrativas que nos seus próprios termos nos revelam a abundância cognitiva, social e imaginativa do mundo. As notas analíticas que se seguem são, pois, um exercício de ecologia de saberes onde as subjectividades feministas, que assumimos ser, são parte integral mas não normativa nem prescritiva.

No nosso entendimento, uma primeira leitura do quadro levamos a constatar as enormes dificuldades que se estão a viver em Cabo Delgado. Em cerca de uma década, a vida em Cabo Delgado transformou-se de forma radical para a maioria das pessoas. A presença das corporações estrangeiras e as suas actividades extractivas, a chegada de muitas pessoas de fora, *os «vientes»*, como são chamadas e, mais recentemente, a violência extrema a que têm estado sujeitas as populações têm estado a causar um estupor, uma condição de vulnerabilidade que se agrava todos os dias criando um sentimento de insegurança e também de alguma perplexidade entre a população. A quantidade de problemas e de áreas onde esses problemas se manifestam é tal que pensamos estar em presença de uma situação percebida e vivida pelas pessoas como sendo de alta perigosidade e complexidade atingindo quase todas as esferas da vida pessoal e comunitária. Ao realizar um esforço comparativo com o quadro apresentado anteriormente, e que resulta de pesquisas constantes na literatura disponível, o que se destaca de imediato é a maior extensão e proliferação dos problemas identificados. Apesar disso, há uma ausência notória que nos deve fazer reflectir: não foram indicadas questões relacionadas com o acesso à terra ou a falta dele. Esta ausência pode significar várias coisas das quais ressaltamos três. A primeira é que esta pesquisa participada precisa de ser aprofundada para perceber melhor o que se passa a este respeito; a segunda pode relacionar-se com o facto de as pessoas, estando muito pressionadas pela violência social, institucional, política e económica vivida na província tendem a considerá-la a sua principal preocupação; terceiro, o nível de violência e de intimidação relacionado com o acesso à terra é de tal ordem que as pessoas se inibem de falar sobre ela. Em qualquer caso, sejam estas hipóteses viáveis de explicação isto carece, seguramente de mais investigação e diálogo em ambientes seguros para todas e todos.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

A nosso ver, este quadro revela também que há uma certa desarticulação entre os problemas identificados e as iniciativas e respostas que estão a ter lugar no território. Por exemplo, se atentarmos às desigualdades sociais e exclusão, parece não ter sido identificada uma única acção capaz de contrariar ou inverter essa situação de forma prática e concreta. As expectativas são postas sobretudo na eficácia de uma boa governação e na educação como meios para a transformação do presente estado de coisas. É interessante notar como existem nestes diálogos uma crença forte de que a Lei, o Estado, a Escola..., ou seja, essas instituições, são centrais para a resolução pacífica e positiva dos problemas que lhes afligem. Isto faz-nos pensar que tanto as funções sociais e de regulação do Estado nacional devem fazer parte das nossas preocupações ao imaginar alternativas de vida e de emancipação. Apesar da evidência do pluralismo jurídico presente em Moçambique, assim como regimes de governo altamente imbricados em costumes e outras práticas culturalmente contextualizadas, não deixa de ser interessante que isso parece não impedir o desejo pela coexistência e o reforço mútuo das instituições que garantam a paz, a segurança e a justiça social e sexual.

Ainda a este respeito é notável o nível de percepção e detalhe que a análise das pessoas revela sobre as violências a que as mulheres e meninas estão sujeitas e que são de várias ordens, como: a prostituição, os casamentos, o analfabetismo imposto, o assédio, a ausência de poder para participar e decidir. Trata-se de um catálogo quase completo de violências físicas, estruturais e culturais que são trazidas para a discussão. Isto revela, pois que existe uma consciência colectiva sobre a extensão e a intensidade do problema e uma preocupação real com a situação e os seus efeitos tantos para elas quanto para as comunidades. Porém, verificamos que de entre as iniciativas identificadas não nenhuma que se relacione directamente com estas questões. Podemos pensar que nas diversas actividades de formação que se fazem, nos espaços ou instrumentos de denúncia a violência contra as mulheres e meninas constitua um dos temas tratados mas nada é dito expressamente que se refira a formas de protecção concreta delas ou de transformação cultural. Isso, no nosso entendimento, revela, tal como para a questão da terra, a enorme sensibilidade que esta questão envolve e a sua profundidade social tornando-a quase numa entidade intocável. Reconhece-se o problema mas as respostas além de difíceis precisariam de desmontar as muitas premissas que naturalizam a inferioridade ontológica das mulheres. Para isso, parece que a sociedade ainda não está preparada.

Temos consciência de que trabalhamos aqui com hipótese que necessitam de maior pesquisa, mais diálogos, mais trocas de conhecimentos e de ideias. Porém, queremos terminar esta breve análise com aquela que é, para nós a hipótese central: a ausência de respostas e de acções para o acesso à terra e contra a violência contra as mulheres mostra a sua real importância como matérias de fundo para pensar e elaborar as alternativas colectivas e feministas de vida. Relembramos aqui duas ideias que explicitamos atrás através da nossa hermenêutica feminista das epistemologias do Sul. A primeira tem que ver com o carácter androcêntrico da racionalidade moderna ocidental que desvaloriza e submete as mulheres, os seus corpos e trabalhos à ideia de uma certa masculinidade como medida de todas as coisas. A este respeito parece-nos importante introduzir um elemento de precaução analítica. Apesar de muitas das violências contra as mulheres e as meninas apontadas em Moçambique serem interpretadas por várias feministas como sendo radicadas nos costumes locais, é importante nunca esquecer que a cultura e os costumes são vibrantes, dinâmicos e são uma permanentemente reinventados. Como tal, aquilo que se designa como tradição ou cultura resulta em grande medida da exposição permanente a todo o tipo de influências e contextos. Assim, não é indiferente pensar que séculos de colonialismo e de violência sexual, social epistémica trazida e imposta por ele não tem tido um papel activo, tanto ontem como hoje, na reconfiguração do que é apresentado como genuíno e tradicional. Com isto queremos argumentar que temos motivos sérios para pensar que essas violências contra as mulheres e meninas assim como essa relação problemática com a terra tem ainda muito de colonial nem está extirpada das contradições trazidas pela racionalidade ocidental que a conforma.

A segunda ideia é que, apesar de activamente presentes nas sociedades, agindo, pensando e quebrando os apertados sapatinhos de cristal, as Cinderelas do nosso Moçambique continuam a ter que se esforçar mais do que todos os homens e rapazes, para se fazerem ouvir, compreender e trazer para as lutas e processos colectivos os termos em que querem ver as vidas livres de coação e violência. É um caminho que continua a ter que se fazer juntas, insistindo pedagogicamente e intensamente sobre a impossibilidade de encontrar alternativas de vida que não sejam profundamente feministas mesmo que esse não seja o seu nome nem a forma como elas haverão de enunciar e realizar.

Para concluir uma última nota. Face aos desafios identificados em Cabo Delgado mulheres, raparigas e homens afirmaram que apesar da

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

vitimização permanente e persistente continuam a resistir e a construir alternativa de vidas. Elas sublinharam que uma das chaves das suas resistências e alternativas está na organização para «não ficarem sozinhas e divididas», segundo as suas próprias palavras. Isto, segundo elas, é a sua forma de contrariar as «estratégias divisionistas do Governo e das empresas», e fazem-nos reinventando novas formas de associação/união entre mulheres e homens pela terra e pelos seus meios e modos de vida. É primordial, então, entender a importância do trabalho em redes locais, regionais e nacionais que organiza e fortalece as alternativas e as resistências como são: a rede nacional CCIE (Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva), composta por: Centro Terra Viva, o Conselho Cristão de Moçambique, Sekelekani, Juventude, Desenvolvimento, Advocacia Ambiental e Kuwuka, e a rede regional africana WoMin atrás já referida. Desta forma, foi relevado que a CCIE tem possibilitado a divulgação do que se passa na província a nível internacional, mobilizando solidariedades internacionais.

CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida permitiu-nos entender, a partir das narrativas e práticas quotidianas, as causas dos sofrimentos vividos no quotidiano por mulheres, meninas e homens, mas também constatar as diversas formas que as resistências assumem nos variados espaços de exploração extractivista, reveladoras de emergências libertadoras e emancipatórias. Apesar das violências que caracterizam a exploração de recursos, das deslocações, do desrespeito pelos direitos humanos consagrados constitucionalmente, da solidão experienciada pelas mulheres, da violência contra os seus corpos, da corrupção e do agravamento das condições de vida das pessoas afectadas, há hoje maior conhecimento e partilha de informação entre as e os actoras/es envolvidas/os, maior exigência de transparência nos contratos e na sua aplicação.

Os resultados podem parecer parcos perante a complexidade e a grandeza dos problemas, mas uma atenção epistemológica redobrada permite-nos compreender como as linhas abissais criadas e alimentadas pelo extractivismo estão persistentemente a ser violadas e empurradas por mulheres e homens sob condições de grande perigo e hostilidade. Isso traduz a força e sabedoria que não pode ser nem invisibilizada nem desrespeitada pelas nossas análises e ações de cooperação solidária. Fica demonstrado, ainda, a importância dos laços, de racionalidades que se

envolvem em mútuas obrigações e no reconhecimento de que a humanidade de cada pessoa só é possível pelo reconhecimento da humanidade de todas e todos. E, por fim, queremos destacar, que não existe emancipação individual sem emancipação colectiva. Uma hermenêutica feminista dos saberes e as suas ecologias de conhecimentos são capazes de fazer emergir os diálogos e as redes de acção e alternativas de vida deste Sul não-imperial do Sul nas margens do oceano Índico.

BIBLIOGRAFIA

- AMADIUME, Ifi (1998): *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in African Society*, Londres/Nova Iorque, Zed Books.
- ANNAN-YAO, Elizabeth (ed.) (2004): *Gender, Economies and Entitlements in Africa*, Dakar, CODESRIA.
- ASF (AVOCATS SANS FRONTIÈRES) (2019): *Impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique*, Maputo, ASF Canada.
- BANCO MUNDIAL (2014): *Mozambique Economic Update*, Maputo, Banco Mundial.
- BIDASECA, Karina, e Vanesa VÁZQUEZ LABA (comps.) (2011): *Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*, Buenos Aires, Godot.
- BOFF, Leonardo (1999): *Saber cuidar. Ética do mundo. Compaixão pela terra*, Petrópolis (RJ), Vozes.
- BUTLER, Judith (2004): *Precarious Life. The Powers of Mourning and Violence*, Londres/Nova Iorque, Verso.
- (2008): «Sexual Politics, Torture, and Secular Time», *British Journal of Sociology*, 59 (1), 1-23.
- CARTY, Linda, e Chandra Talpade MOHANTY (2015): «Mapping Transnational Feminist Engagements: Neoliberalism and the Politics of Solidarity», em Rawwida BAKSH e Wendy HARCOURT (eds.): *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*, Oxford, Oxford University Press, 82-115.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

- CASIMIRO, Isabel (2014a): «A nova situação sócio-económica no norte de Moçambique e o seu impacto sobre as desigualdades das mulheres», em Jokin ALBERDI e Eduardo BIDAURRATZAGA (coords.): *Desarrollo Humano Local em Mozambique*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU), 57-74.
- (2014b): *Paz na Terra, Guerra em Casa?: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*, Recife, UFPE.
 - (2015): «Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique», em Teresa CRUZ E SILVA e Isabel CASIMIRO (orgs.): *A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa*, parte 1, Dakar, CODESRIA, 51-66.
 - (2018a): «Género e Indústria Extractiva». Comunicação apresentada no Foro de SADC-Parliamentary e OXFAM International «Enhancing Parliamentary and Governmental Mineral Resource Policy and Implementation», Maputo, 18 de julho de 2018.
 - (2018b): «Relatório da investigação sobre o PROGRAMA AGRI MULHERES», em *Programa para o Aumento dos Rendimentos gerados e geridos pelas Mulheres Camponesas - 2017-2021* MOZDG 167, Maputo, WLSA Moçambique.
 - e Ximena ANDRADE (2009): «Critical Feminism in Mozambique. Situated in the Context of our Experiences as Women, Academics and Activists», em Akosua Adomako AMPOFO e Signa ARNFRED (eds.): *African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities*, s. 1., Nordic Africa Institute, 137-156.
 - e Amélia de SOUTO (2010): *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.
 - e Catarina TRINDADE (2019): «Mozambican Feminisms, Between the Local and the Global», em Ashwini TAMBE e Millie THAYER (eds.), *Transnational Feminist Itineraries*, Duke University Press, 309-344 (no prelo).

CCIE (COLIGAÇÃO CÍVICA SOBRE INDÚSTRIA EXTRACTIVA)
(2018): «Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva trabalha em Namanhumbir», 06/07/18. Disponível em <http://www.civilinfo.org.mz/coligacao-civica-sobre-industria-extractiva-trabalha-em-namanhumbir/?utm_source=CIVILINFO&utm_campaign=94baca5b0f-EMAIL_

- CAMPAIGN_2018_07_06_12_19&utm_medium=email&utm_term=0_4c3240febe-94baca5b0f-183298517>.
- (2019): «Primeiro Congresso Nacional de Comunidades Reassentadas e Afectadas pela Indústria Extractiva. As comunidades são integradas por seres humanos», Maputo.

 - CUNHA, Teresa (2008): «A New Impetus to Intercultural Learning: Questioning Concepts and Practices», em Susana GONÇALVES (org.): *Identity, Diversity and Intercultural Dialogue*, Coímbra, FCT/ESEC, 87-100.
 - (org.) (2011): *Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*, Porto, Afrontamento.
 - (2014): *Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste*, Coímbra, Almedina.
 - (2015): *Women inPower Women: outras economias geradas e lideradas por mulheres no Sul não- imperial*, Buenos Aires, CLACSO/CODESRIA/IDEAS.
 - (2017): «Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade», em Xoán HERMIDA GONZÁLEZ (coord.): *[Re]Pensar a democracia*, Compostela, Foro ObenComún, 101-134.
 - (2018): «Mulheres em maxi-saias: Justiça Cognitiva, Identidades e Emancipação», em Beleni GRANDO, Lisanil PEREIRA, Tereza CUNHA e Waldineia FERREIRA (orgs.): *Mulheres, Território e Identidades: despatriarcalizando e descolonizando conceitos*, vol. II, Curitiba, CRV.
 - (2019): «Outras economias e uma hermenêutica feminista das Epistemologias do Sul», em Boaventura de Sousa SANTOS e Teresa CUNHA (orgs.): *Economias de Bem-Viver. Contra o desperdício das experiências*, Coímbra, Almedina (no prelo).
 - e Élida LAURIS (2016): «A procura de um outro constitucionalismo económico: construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul», *Sociologias*, 18 (43), 150-175.

 - DELOITTE (2016): *Mozambique's Economic Outlook. Governance Challenges Holding Back Economic Potential*, Deloitte Touche Tohmatsu Limited. Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/africa/ZA_Mozambique%20country_report_25012017.pdf>.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

ESCOBAR, Arturo (2015): «Degrowth, Postdevelopment: A Preliminar Conversation», *Sustainability Science*, 10, 451-462.

FEDERICI, Silvia (2010): *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*, Madrid, Traficantes de Sueños.

FERNANDES, Raul (2012): *O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe da Guiné-Bissau. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade*. Tese de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/23327>>.

KABEER, Naila (2008): *Mainstreaming Gender in Social Protection for the Informal Economy*, Londres, Commonwealth Secretariat.

LUGONES, María (2010): «Toward a Decolonial Feminism», *Hypatia*, 25 (4), 742-759.

McFADDEN, Patricia, e Patricia TWASHIMA (2018): *A Feminist Conversation: Situating our Radical Ideas and Energies in the Contemporary African Context*, Maputo, Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique (Feminist Reflections, 1).

MAMA, Amina (1995): «Feminism or Femocracy? State Feminism and Democratisation in Nigeria», *Africa Development*, 20 (1), 37-58.

MARTINS, Catarina (2016): «Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismos entre o Norte e a África», em António SOUSA RIBEIRO e Margarida CALAFATE RIBEIRO (orgs.): *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*, Porto, Afrontamento, 251-277.

MATHEWS, Sally (2008): «The Role of the Privileged in Responding to Poverty: Perspectives Emerging from the Post-Development Debate», *Third World Quarterly*, 29 (6), 1035-1049.

MOHANTY, Chandra Talpade (1991): «Under Western Eyes – Feminist Scholarship and Colonial Discourses», em Chandra Talpade MOHANTY et al. (eds.): *Third World Women and the Politics of Feminism*, Bloomington, Indiana University Press, 462-487.

- MOREIRA SILVA, Luciana (2018): «Living Lesbian Relationships in Madrid: Queering Life and Families in Times of Straight Living Fossils», em Michael W. YARBROUGH, Angela JONES e Joseph Nicholas DEFILIPPIS (orgs.): *Queer Families and Relationships After Marriage Equality*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 17-30.
- MOSCA, João, e Rabia AIUBA (2017): *Conjuntura económica da crise das dividas ocultas*, Maputo (Fórum de Monitoria do Orçamento, 2). Disponível em <<https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Comunicado-09-Conjuntura-economica-da-crise-das-d%C3%ADvidas-ocultas.pdf>>.
- MOUFFE, Chantal (1996): *O Regresso do político*, Lisboa, Gradiva.
- OSÓRIO, Conceição, e Teresa Cruz e SILVA (2008): *Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*, Maputo, WLSA Moçambique.
- e Teresa Cruz e SILVA (2016): *Entre a denúncia e o silêncio. Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015)*, Maputo, WLSA Moçambique.
- e Teresa Cruz e SILVA (2017): *Corporações económicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no distrito de Moatize*, Maputo, WLSA Moçambique.
- e Teresa Cruz e SILVA (2018): *Silenciando a discriminação. Conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba*, Maputo, WLSA Moçambique.
- OVEDO, Atawallpa (2011): *Qué es el Sumakawasy. Más allá del capitalismo y el socialismo. Camino alternativo al desarrollo. Una propuesta para los «indignados» y demás desencantados de todo el mundo*, Quito, Sumak Editores.
- OYEWÜMÍ, Oyèrónké (ed.) (2005): *African Gender Studies: A Reader*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- PEPETELA (2018): *Yaka*, Alfragide, Edições D. Quixote, 140 y 174.
- PÉREZ OROZCO, Amaia (2014): *Subversión feminista de la economía*, Madrid, Traficantes de Sueños.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

- PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) (2015): *Human Development for Everyone. Briefing Note for Countries on the 2016*, Mozambique.
- POLANYI, Karl (1957) [1944]: *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of our Time*, Boston, Beacon Press.
- PRAEG, Leonhard, e Siphokazi MAGADLA (eds.) (2014): *Ubuntu. Curating the Archive*, Natal, Universidad de KwalaZulu/Natal Press.
- PULEO, Alicia H. (2013): *Ecofeminismo para otro mundo posible*, Madrid, Cátedra (Colección Feminismos).
- RAMOSE, Mogobe B. (1999): *African Philosophy Through Ubuntu*, Harare, Mond Books.
- RANDRIAMARO, Zo (2018): *Beyond Extractivism: Feminist Alternatives for a Socially and Gender Just Development in Africa*, Maputo, Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique (Feminist Reflections, 2).
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2010): *Chi'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*, Buenos Aires, Tinta Limón Ediciones.
- ROSENEIL, Sasha, Isabel CROWHURST, Tone HELLESUND, Ana Cristina SANTOS e Mariya STOILOVA (2013): «Changing Landscapes of Heteronormativity: The Regulation and Normalization of Same-Sex Sexualities in Europe», *Social Politics*, 20 (2), 165-199.
- SAMO, Graça (2013): «Relatório sobre a participação no seminário “A Gender Extractive Industry in Africa”», Escritório Regional da ONU Mulheres, Agência das Nações Unidas pela Igualdade de Género e Publish What you Pay (PWYP), Dar es-Salam, 4-5 de abril de 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1996): «A queda do Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5-34.
- (org.) (2001): *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento.
- (2002): «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

- (2007): *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*, São Paulo, Boitempo.
- (2014a): *The Epistemologies of the South, Justice against Epistemicide*, Boulder/Londres, Paradigm Publishers.
- (2014b): «El neoextractivismo está acabando con América Latina». Disponível em <<http://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/el-neoextractivismo-esta-acabando-america-latina-articulo-524282>>.
- (2018): *The End of the Cognitive Empire. The Coming of Age of Epistemologies of the South*, Durham/Londres, Duke University Press.

SANTOS, Luciane Lucas dos (2011): «Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo», em Pedro HESPAÑA e Aline MENDONÇA (orgs.): *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Almedina.

- SEKELEKANI (2015): *A MINHA VOZ – Narração de Sofrimento de Comunidades reassentadas em Tete*, Maputo, Sekelekani.
- (2016): *A MINHA VOZ – Narração de Sofrimento 2016 ou como se incubam novos conflitos em Moçambique*, Maputo, Sekelekani.

SEN, Amartya (2010): *A ideia de justiça*, Coimbra, Almedina.

- SHIVA, Vandana (2018): *¿Quién alimenta realmente el mundo? El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología*, Madrid, Capitán Swing.
- e Maria MIES (1993): *Ecofeminismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

- SILVA, Teresa Cruz e (2012): «Fecharam o mar e o mato: apontamentos sobre luta pelo acesso a recursos». III Conferência Internacional Gestão de Recursos Minerais e Naturais e sua Contribuição para o Desenvolvimento do País, Maputo, MASC e IBIS, 5-7 de novembro de 2012.
- Manuel ARAÚJO e Amélia Neves de SOUTO (2015): *Comunidades costeiras: perspectivas e realidades*, Maputo, Friedrich Ebert Stiftung.

SRTOE, Célia (2017a): «Ritos de iniciação obrigam raparigas a manterem relações sexuais com homens desconhecidos em Meconta», em *Ligações de género 2017*, Maputo, Sekelekani, 28-29.

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

- (2017b): «Nhamapaza ou a guerra como incentivo à prostituição», em *Ligações de género 2017*, Maputo, Sekelekani, 30-33.
- Iracema BILA e Palmira VELASCO (2017): *Ligações de género*, Maputo, Sekelekani. Disponível em <<http://www.civilinfo.org.mz/files/Ligacoes%20de%20Genero%202017.pdf>>.
- Jessemusse CACINDA e Palmira VELASCO (2018): «Ilha de Olinda: onde as mulheres não têm sono», em *Ligações de género*, Maputo, Sekelekani, 3-7.

SOW, Fatou, y Ndèye Sokhna GUÈYE (2011): *Genre et dynamiques socio-économiques et politiques en Afrique*, Dakar, CODESRIA.

SPIVAK, Gayatri C. (1999): *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press.

SVAMPA, Maristella (2013): «Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina», *Nueva Sociedad*, 244, 30-46.

TRINDADE, João Carlos, Lucinda CRUZ e André Cristiano JOSÉ (2015): *Avaliação Jurídica Independente aos Processos de Licenciamento dos Projectos Minerais e de Hidrocarbonetos*, Maputo, Centro Terra Viva.

TRUJILLO, Gracia, e Elena BURGALETA (2014): «¿Queerizando la institución familiar? Entre los discursos bio-sociales y las múltiples resistencias», *Feminismo/s*, 23, 159-179.

VAUGHAN, Genevieve (1997): *For-Giving. A Feminist Criticism of Exchange*, Austin, Plain View Press.

- VELASCO, Palmira (2016): «Urgente incluir a mulher na Indústria Extractiva – defendem participantes de um seminário sobre o tema em Maputo». Disponível em <<http://www.civilinfo.org.mz/urgente-incluir-a-mulher-na-industria-extractiva-defendem-participantes-de-um-seminario-sobre-o-tema-em-maputo/>>.
- (2017): «Impactos da extração de rubi sobre a mulher e a rapariga em Namanhumbir», em *Ligações de género 2017*, Maputo, Sekelekani, 10-19.
 - (2018): «Ilha de Olinda: onde as mulheres não têm sono». Disponível em <<http://www.civilinfo.org.mz/ilha-de-olinda-onde-as-mulheres-nao-tem-sono/>>.

WILSKA, Kent (2008): *Os empobrecidos*, Maputo, Kepa.

WIREDU, Kwasi (2003): «L'ancrage de la pensée africaine et les conditions du dialogue interculturel», *Revue Alternatives Sud: Pour une Pensée Africaine Émancipatrice*, 10 (4), 49-60.

■ Legislação (Moçambique)

Lei de Terra, Lei n.º 19/1997, de 1 de outubro.

Lei de Minas, Lei n.º 20/2014, de 18 de agosto.

Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas, Decreto n.º 31/2012, de 8 de agosto.

Código Penal de Moçambique. Aprovado pela Lei n.º 35 de 2014, de 31 de dezembro.

■ Outros recursos

CANTALAPIEDRA, Santiago Álvarez (2018): «Extractivismos, modo de vida imperial y violencia», *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, 143, 5-10.

GLOBAL VOICES (2018): «Riquezas naturais cercadas pelo terror: o que explica os ataques no norte de Moçambique?». Disponível em <<https://pt.globalvoices.org/2018/07/06/riquezas-naturais-cercadas-pelo-terror-o-que-explica-os-ataques-no-norte-de-mocambique/>>.

HUMAN RIGHTS WATCH (2013): «*O Que É Uma Casa Sem Comida?*». *O Boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento*, Human Rights Watch.

LAHIRI-DUTT, Kuntala (2011): *Gendering the Field: Towards Sustainable Livelihoods for Mining Communities*, Canberra, ANU Press.

MÁRIO, Tomás Vieira (2018): «Involuntary Resettlement and its Impact in Livelihoods. The Role of Legislature». Comunicação

2. EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE VIDA

apresentada no Foro de SADC-Parliamentary e OXFAM International «Enhancing Parliamentary and Governmental Mineral Resource Policy and Implementation», Maputo, 18 de julho de 2018.

- (2013): «Já ninguém bate palmas... em Palma». Disponível em <http://www.sekelekani.org.mz/docs/Industria_Extrativa.pdf>.

MOYO, Theresa (2016): «Extractive Industries and Women in Southern Africa», *BUWA – A Journal on African Women's Experiences*. Disponível em <http://genderandsecurity.org/sites/default/files/Moyo_-_Extractives_W_in_S_Africa.pdf>.

TRINDADE, João Carlos, Lucinda CRUZ e André Cristiano JOSÉ (2015): *Avaliação Jurídica Independente aos Processos de Licenciamento dos Projectos Minerais e de Hidrocarbonetos*, Maputo, Centro Terra Viva.

VAN DER PLOEG, Frederick (2010): *Natural Resources: Curse or Blessing?* (CESIFO Working Paper, 3125). Disponível em <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/38934/1/631864989.pdf>>.

PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E A FAVOR DA REDE DA VIDA

**Yolanda Jubeto Ruiz, Mertxe Larrañaga Sarriegi
e Luísa de Pinho Valle**

Yolanda Jubeto Ruiz é professora do Departamento de Economia Aplicada I da Faculdade de Economia e Empresa da Universidade do País Basco (UPV/EHU), e investigadora do Instituto Hegoa e da equipe de economia feminista (Ekosolfem) da Rede de Economia Alternativa e Solidária (REAS). Pertence à International Association for Feminist Economics (IAFFE), e à Rede Europeia de Orçamentos com Abordagem de Género (European Gender Budgeting Network). Forma parte do conselho de redação da *Revista de Economia Crítica*

e colabora ativamente na organização das jornadas bianuais de Economia Crítica e nas Jornadas de Economia Feminista do estado espanhol. Está especializada em economia feminista, economia solidária e no desenvolvimento humano local.

Mertxe Larrañaga Sarriegi é doutora em Economia pela Universidade do País Basco (UPV/EHU) e professora titular no Departamento de Economia Aplicada I. É também docente de economia internacional na Faculdade de Economia e Empresa. É investigadora do Instituto Hegoa. Especializada em economia feminista e desenvolvimento humano local, matérias que leciona em diferentes másters. É autora de várias publicações centradas fundamentalmente no tema de trabalhos. Atualmente é responsável do Máster em Desenvolvimento e Cooperação Internacional da UPV/EHU. Foi a primeira Diretora para a Igualdade da Universidade do País Basco.

Luísa de Pinho Valle é estudante de doutoramento no programa «Democracia en el siglo xxi» no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Licenciada em Direito pela Universidade de Santa Úrsula (Rio de Janeiro, Brasil), e especializada em Direito Público e Gestão Pública no Centro Universitário de Brasília (Brasília-DF, Brasil). Máster em Direito da Universidade de Brasília (Brasil), e máster em Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha), os temas que analisa e aprofunda na sua investigação partem da perspectiva dos ecofeminismos em diálogo com as epistemologias do Sul.

A análise das desigualdades de género existentes nos contextos analisados neste projeto foi considerada, desde a sua abordagem, como componente imprescindível para estudar os conflitos existentes nos territórios, assim como as possíveis vias de resolução dos mesmos.

Os estudos sobre as desigualdades existentes no mundo demonstram que, em todos os territórios analisados, as desigualdades de género são uma realidade derivada de múltiplas discriminações e violências, baseando-se principalmente no sexo, na raça e na classe social das pessoas. Não obstante, as características e intensidade dessas discriminações são particulares em função dos respetivos contextos. Contudo, em nenhum país do mundo analisado até ao momento, foi constatado uma relação equitativa no acesso e controlo dos bens, na tomada de decisões ou na participação sociopolítica de mulheres e homens.

Neste sentido, consideramos que as considerações feministas são fundamentais para poder abordar as relações patriarcais de domínio, existentes no mundo. Na sua análise, um dos pontos de partida é o estudo dos diversos papéis atribuídos às mulheres e aos homens nas estruturas socioeconómicas, os quais estão intimamente ligados à construção social da feminidade, da masculinidade e das relações de poder derivadas da mesma. Esta hierarquização, condiciona o valor social outorgado às diversas atividades realizadas por mulheres e por homens, ao longo do seu ciclo de vida e, geralmente, procura limitar as capacidades potenciais das mulheres a um conjunto de atividades consideradas femininas. Neste sentido, às mulheres, são-lhes atribuídos uma série de espaços domésticos, para que possam desenvolver as suas atividades, enquanto que aos homens, são-lhes facultados espaços públicos, ligados a atividades sociopolíticas e comerciais. Em suma, as análises feministas sobre o domínio patriarcal, consideram os mandatos de género, nos quais se baseia a divisão sexista do trabalho existente numa sociedade.

No Ocidente, nas últimas décadas, o feminismo de transformação, centrou as suas análises na crítica estrutural do domínio patriarcal capi-

talista e propõe uma revisão da justiça que integre as relações de gênero. Nos restantes continentes, as críticas às relações coloniais, impostas pelo Ocidente a partir do século XVI e a sua influência nas relações patriarcais das comunidades, levou a que os movimentos feministas e pensadoras feministas, integrassem como prioridade a despatriarcalização e a descolonização das suas povoações, como estratégias conjuntas imprescindíveis para a emancipação.

Neste capítulo vamos centrar-nos em extrair algumas chaves de enquadramentos analíticos, que nos servem para entender as relações de dominação atuais (feminismo descolonial, comunitário e ecologista). Por meio destas leituras e visões, que partem de diferentes experiências e análises, pretende-se valorizar a construção coletiva do conhecimento das diversas realidades e das propostas emancipadoras que realizam.

Neste contexto, iremos igualmente introduzir a abordagem das capacidades, uma vez que a sua aposta pela liberdade substantiva das pessoas, extensível aos povos, por meio das capacidades coletivas, permite-nos utilizar umas ferramentas de análise sobre as bases de uma vida desejável.

Após esta breve introdução, a estrutura deste capítulo está organizada em quatro artigos. No seguinte artigo, sintetizaremos alguns conceitos básicos analisados pelos feminismos, para poder situar melhor onde se encontram os eixos da dominação patriarcal capitalista atual e descobrir determinadas chaves da vida humana que esta própria oculta. O relato capitalista patriarcal e colonial da realidade social, tem a intenção de universalizar as formas de compreender o mundo, contudo, é parcial, estereotipado e não responde a todas as realidades; às vezes, nem sequer às ocidentais, tal como deixou em evidência o pensamento feminista.

A continuação, resumem-se os enquadramentos de análises que nos servem para entender as relações de dominação patriarcais, coloniais e capitalistas nas que vivemos. Neste sentido, propomos algumas chaves das teorias descoloniais, comunitárias e ecofeministas. Todas elas têm muitos pontos em comum e incorporam uma visão muito crítica com as relações capitalistas. O seu cruzamento com a abordagem das capacidades permite-nos, mesmo assim, enriquecer a análise com uma realidade poliédrica.

O artigo seguinte aborda um âmbito fundamental na vida de muitas mulheres, o qual condiciona o exercício dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades. Trata-se da manifestação extrema das consequências de uma sociedade patriarcal, à qual é preciso fazer

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

frente, de uma forma urgente, em todas as sociedades. Referimo-nos às violências machistas contra as mulheres, cuja expressão mais extrema é conhecida como femi(ni)cídio.

Continuamos com algumas estratégias de resistência e de superação destas relações de dominação, por meio do que se denominou; o fortalecimento dos movimentos de mulheres na defesa dos seus direitos e o empoderamento individual e colectivo. Tudo isto tendo em consideração que, nas propostas de transformação social, são importantes tanto as transformações nas condições materiais da vida, como nas simbólicas e nas emocionais. Razão da necessidade de integrar também as estratégias que perseguem a redistribuição e o reconhecimento.

Para terminar, será incluído um breve artigo com uma seleção de recursos bibliográficos e telemáticos comentados, que nos ajudem a aprofundar os conceitos, teorias, políticas e práticas, apontadas no texto.

CONCEITOS BÁSICOS DO PENSAMENTO FEMINISTA

Iniciamos pelo próprio conceito de *género*, que em um dado momento representou uma espécie de revolução semântica e que empregamos para nos referir à construção social das diferenças sexistas entre homens e mulheres. Dito de outra maneira, serve «para se referir aos padrões cognitivos construídos por uma cultura com base nas diferenças reais ou entendidas entre os homens e as mulheres. O género, é a conexão metafórica dos fenómenos não biológicos, com uma experiência corporal de diferenciação biológica» (Nelson, 1996).

As relações de género refletem um dualismo hierárquico, no qual se atribui um valor superior a tudo o que é considerado masculino e um valor inferior ao feminino. Esta categorização encontra-se muito enraizada e extendida nos modos de pensar das nossas sociedades, dando lugar a um imaginário coletivo que alimenta o sexismo e a discriminação sexual contra o que se identifica com o feminino. Não obstante, também devemos ter em conta que «o género vive-se de forma diferente em lugares, corpos e direcções diversas» (Harcourt, 2011) e que é uma construção fluida, que sofre modificações, à medida que evoluem e se transformam as sociedades.

O potencial de transformação deste conceito é inegável, na medida em que entender as relações de género, não como estando determinadas biologicamente, mas sim como construídas socialmente, implica a possibilidade da sua transformação. Mesmo assim, o conteúdo relacio-

nal de gênero faz com que não se possa utilizar como sinônimo de mulheres, porque esta perspectiva ignoraria os homens como agentes sociais e a forma com que ambas as categorias, homens e mulheres, interatuam e se constroem uma em relação à outra.

Outro conceito fundamental é o de *interdependência*. Partimos da constatação de que somos seres humanos, por natureza, criaturas dependentes do coletivo social, no qual nascemos e vivemos. Somos pois, seres interdependentes, mas este vínculo foi minimizado e às vezes marginalizado pelas teorias económicas que se basearam no individualismo metodológico e na separação das pessoas, no que respeita ao seu meio social. Assim, esqueceram-se que uma parte muito importante do seu comportamento, é uma construção social e, por isso, é fundamental conhecer o contexto, ou os contextos nos quais nos desenvolvemos, para poder analisar as regras de jogo sociais e as normas que influem, tanto nos acordos sociais, nos conflitos, como nos diversos interesses que existem, alguns mais visíveis e outros mais súbtis ou ocultos.

No entanto, não somos só seres interdependentes num sentido social, mas a nossa vida depende e dependeu sempre da natureza (Carrasco, 2017) e sustentar a vida significa manter essa relação de interdependência das nossas sociedades com a natureza. Somos, pois, seres absolutamente *ecodependentes* porque todos os bens e recursos que utilizamos para todas as nossas atividades vitais, têm origem na natureza, da qual formamos parte. Somos natureza. Isso significa que devemos assumir que formamos parte de um contexto biofísico que tem limites. Em suma, vivemos na natureza e dela dependemos e se quisermos sobreviver como espécie, temos que a cuidar.

Além de que, vivemos no nosso corpo, que envelhece, que adoecer, que tem que ser cuidado. Neste sentido, ao longo do ciclo vital das nossas vidas, a economia feminista fez grande força na análise do papel em que jogam os *trabalhos de cuidados*, particularmente os não remunerados —mas não esses apenas—, e reflexionou sobre a importância que estes têm na nossa qualidade de vida. Assim, defende que a natureza e o trabalho doméstico e de cuidados, são os dois pilares básicos, nos quais se apoiam o sistema económico atual, porque sem eles o sistema se derrubaria.

A economia feminista observou como os trabalhos domésticos e de cuidados se atribuem geralmente às mulheres, naturalizando esta relação e desvalorizando a sua contribuição à reprodução social das comunidades. Quando estes trabalhos são remunerados, o recurso à contratação de mulheres imigrantes ou racializadas, está na origem

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

do que se conhece por «cadeias globais de cuidados», que se pode entender como outra manifestação da globalização atual, neste caso dos cuidados, sistematicamente ignorada nas análises económicas. Os elos que ligam as cadeias são as mulheres, principalmente provenientes de países empobrecidos, que se movimentam para cuidar e atender lares do Norte e que muitas vezes deixam os seus filhos e filhas ao cuidado de outras mulheres, tanto da família, como contratadas, de maneira precária, tendo conseguido mudar-se em busca de oportunidades de emprego (Orozco, 2010).

Na formação destas cadeias globais de cuidados incidiram duas crises. Por um lado, as crises de reprodução social nos países empobrecidos, que obrigaram muitas mulheres e homens a migrar em busca de uns ingressos que lhes permitissem viver em melhores condições materiais. Por outro, as denominadas crises dos cuidados nas diversas regiões Sul e Norte globais, uma vez que em cada região Sul existe uma região Norte e em cada região Norte existe uma região Sul, as quais se interrelacionam nas estruturas do poder hegemónico contemporâneo.

Assim sendo, no Sul global esse fenómeno não está relacionado com as migrações internacionais, mas sim com ciclos continuados de imigração interna, altamente racializadas. É importante esclarecer que sobre o *Sul e o Norte globais* devemos exercer uma análise política e socioeconómica criativa, uma vez que os desenhos cartográficos não correspondem às realidades do mundo. Neste sentido, as regiões Sul e as regiões Norte interrelacionam-se nas dinâmicas do poder; e as regiões Sul referenciadas são os lugares onde outros conhecimentos são forjados a partir da marginalização e do sofrimento humanos, bem como das resistências ao sexismo, ao racismo, ao colonialismo e ao capitalismo.

Outro conceito importante, que surge como fruto das experiências e reflexões de diversas mulheres, que se encontram com a vivência de diferentes desigualdades (etnicidade, classe social, orientação sexual, diversidade funcional, idade, contexto rural/urbano, etc.), é o da *interseccionalidade* (Davis, 2005). Para a Associação pelos Direitos das Mulheres no Desenvolvimento (AWID, em inglês), este conceito constitui uma ferramenta analítica para a justiça de género e a justiça económica, uma vez que «serve para estudar, entender e responder aos modos em que o género se cruza com outras identidades e como estes cruzamentos contribuem para experiências únicas de opressão e privilégio» (AWID, 2004). A interseccionalidade é uma alternativa às políticas de identidade simples, que integra as diferenças intragrupais e a interrelacionalidade das categorias sociais. É também uma ferramenta política

de visibilidade e de acusação das práticas de exclusão de sujeitos com múltiplas discriminações, sujeitos habitualmente marginalizados e que são tratados como passivos, vítimas e carentes (Gandarias, 2016).

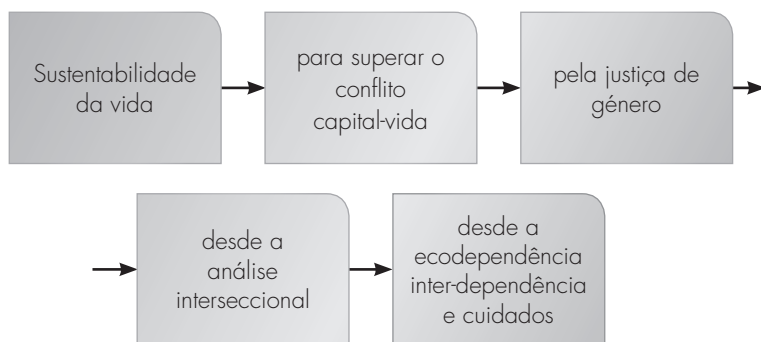
No âmbito das propostas realizadas pela economia feminista destaca-se a de colocar a *sustentabilidade da vida* no centro da análise socioeconómica, entendendo por esta o processo de reprodução ampliada da vida, que requer tanto recursos materiais como contextos e relações de cuidado e afeto (Picchio, 2001). Buscar a sustentabilidade da vida, significa organizar a reprodução, a produção e os intercâmbios para que todas as formas de vida possam sobreviver nas melhores condições, com justiça e igualdade. Neste processo incluem-se a satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como afetivas, num contexto social e ambiental sustentável, para o qual se requer incluir tanto a qualidade das relações humanas, como as condições nas quais vamos deixar o planeta às próximas gerações. A noção de sustentabilidade da vida utiliza-se como antítese à acumulação do capital e ao lucro sem fim e, apesar de aludir à vida humana, pode estender-se a todas as formas de vida. Situa-la no centro da análise económica, significa desviar o eixo dos mercados capitalistas e da acumulação do capital, que estiveram tradicionalmente no epicentro das análises sobre a estrutura socioeconómica.

A acumulação de capital e a sustentabilidade da vida têm lógicas contrapostas, ritmos e requerimentos distintos; são objetivos não reconciliáveis; se se opta pelo primeiro, o outro fica sob o domínio e ao serviço deste. Por este facto, baseando-se no conflito capital-trabalho de Marx, desde o feminismo propõe-se a ideia de *conflito capital-vida*. Sustentar a vida implica superar o conflito capital-vida, substituindo o objetivo da acumulação de capital pela centralidade da vida. No campo concreto das pessoas, situar como objetivo a sustentabilidade da vida, traduz-se em que todos podemos desenvolver uma vida digna e satisfatória, com boas condições de vida, numa harmonia entre as pessoas e com a natureza da qual formamos parte, ou o que se conhece na tradição andina como o *bom viver*. Na base da construção do bom viver estão presentes valores para a convivência comunitária que respeitam a interculturalidade e as relações compartilhadas e horizontais de poder. Mesmo assim, o bom viver confronta e enfrenta os impactos negativos do modelo capitalista de organizar a vida, que alimenta, por exemplo, o consumo baseado na exploração dos recursos naturais, no expólio e dominação de corpos humanos e não-humanos. Propõe, em contrapartida, relações harmoniosas e equilibradas entre os seres humanos e a

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

natureza. Além disso, a filosofia e o conhecimento ancestral indígena latinoamericano não seguem, nem tão pouco guardam uma relação, com a lógica da razão instrumental moderna. Sentir, pensar, atuar, produzir, experimentar, viver, está compreendido no mundo físico, diretamente experimentado no dia à dia comunitário, que se relaciona com outros mundos da existência, ou seja, os que formam a rede da vida. Como um resumo de algumas chaves do pensamento feminista, veja a figura 1.

FIGURA 1. **ALGUMAS CHAVES DA ECONOMIA FEMINISTA**



Fonte: Elaboração própria.

QUADROS DE ANÁLISE PARA ENTENDER AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO¹

■ O feminismo descolonial face ao legado colonial patriarcal capitalista

As aportações das feministas pós-coloniais, descoloniais e de fronteira, são inspiradoras quanto à sua aposta pela rutura com o modelo colonial capitalista atual. As suas análises sobre as condições materiais e simbólicas da vida, partem da sua própria leitura sobre os relatos históricos —num sentido interdisciplinar, amplo e integral— bem como do contraste com as suas próprias vivências. Nelas cruzam as relações de gênero com as de raça, classe, etnia e orientação sexual, entre outros

1. Neste apartado utilizou-se como referência varios trabalhos publicados no Instituto Hegoa (Jubeto e Larrañaga, 2014; Larrañaga e Jubeto, 2011).

eixos básicos que configuram os sistemas de dominação em que estão inseridas; sistemas frequentemente racistas e fortemente hierarquizados.

Parafraseando Lilita Suárez Navaz e Rosalva Aída Hernández Castillo, poderíamos dizer que o *feminismo pós-colonial* surge da necessidade de criar um espaço político caracterizado pelo questionamento das heranças de dominação, que mesmo assim pretende imaginar outras cartografias de resistências possíveis. Elas tratam de «construir pontes de comunicação entre tradições feministas que não estiveram suficientemente representadas na literatura feminista acadêmica, hegemonizada pela produção teórica dos Estados Unidos e da Europa. Estas aportações questionam visões feministas etnocêntricas que não consideraram a articulação entre gênero e raça, ou entre identidades culturais e identidades de gênero, nem o estreito vínculo entre o racismo, o imperialismo e as práticas e ideologias patriarcais» (Suárez e Hernández, 2004).

Entre as suas críticas destaca a visão deformada que tem o pensamento do Norte, incluído o feminismo liberal, sobre as mulheres do Sul. Assim, por exemplo, Mohanty (1987) considera que o feminismo ocidental foi dedicado a «produzir uma “mulher terceiro-mundista” composta e singular; uma imagem que aparece arbitrariamente construída, mas que no entanto leva o selo autorizado do discurso humanista ocidental». Igualmente, o mundo acadêmico ocidental criou um estereótipo de mulher do «Terceiro Mundo» que é um «outro» indiferenciado, oprimido tanto pelo seu gênero como pelo seu subdesenvolvimento. A hegemonia ocidental do *establishment* acadêmico está ligada às praxis econômicas e ideológicas que impedem a escuta da voz de mulheres subalternizadas (Spivak, 2006). Ao responder à própria pergunta (*Can the subaltern speak?*), Gayatri Spivak esclarece que, para além de não ser possível recuperar a voz da consciência subalternizada —pois, muitas vezes as memórias significam o registro da dominação—, o próprio discurso da pessoa subalternizada não é válido nos diversos espaços de investigação/conhecimento.

Para entender esta hegemonia ocidental, tal como analisa Aníbal Quijano (2000), devemos ter em consideração que a América foi constituída como o primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder de vocação mundial. A primeira *id*-entidade da modernidade foi mundialmente expandida sobre dois pilares: a construção mental de raça e o firmamento do capitalismo (Valle, 2017). O momento do nascimento da modernidade, na perspectiva teórica desenvolvida por Enrique Dussel (1993), foi em 1492; ano de fundação do *en*-cobrimento do outro, aquele *en*-coberto como o próprio constituído a partir de Europa. A hostilidade

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

contra os corpos e as vidas das mulheres foi reproduzida nos territórios «conquistados» nas Américas, passando desde a experiência da violência pura até às transformações práticas de natureza erótica, pedagógica, cultural e económica.

Uma parte importante das análises vinculadas com os processos de desenvolvimentos realizados por autoras e autores europeus (ou descendentes das colónias europeias e educados nas metrópolis) e do norte da América caracterizou-se, durante décadas, por uma visão dos países do Sul como «entes inferiores» que deviam recorrer ao mesmo caminho de «progresso» e «desenvolvimento» que o Norte, seguindo os seus passos e processos. Apesar desta visão ter sido criticada desde há muitas décadas, tanto em movimentos sociais, instituições internacionais de desenvolvimento como em universidades, mantém-se um sentimento de superioridade do conhecimento que se desenvolve no Norte, materializado também nas suas valorizações sobre os «outros», o que reflete padrões de pensamento oriundos da época colonial. É por isso que cada vez mais autoras e autores do Sul destacam a «*colonialidade do poder*» como o modelo hegemónico global de poder instaurado desde a «conquista», o qual articula raça e trabalho, espaço e gente, de acordo com as necessidades do capital e para o benefício dos europeus brancos (Quijano, 1992). Esta crítica vincula o modo de produção capitalista com o racismo imperante durante séculos nas colónias, o qual sobreviveu nas elites dominantes dentro dos estados independentes e se deslocou ao resto das classes sociais, por ser o pensamento hegemónico que impregna o tecido social.

O pensamento pós-colonial e descolonial, alimenta-se deste tipo de reflexões e acusa assim as relações de dominação surgidas após as invasões por parte dos conquistadores europeus de povos dos outros continentes do planeta. Nestas conquistas foram-se configurando relações sociais de dominação que, em palavras de Aníbal Quijano, foram dando lugar à «criação de identidades associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas e, em consequência, ao padrão de dominação colonial que se impunha. [...] Raça e *identidade racial* foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população», e serviram para outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pelas conquistas.

A partir da colonização americana e da sua extensão ao resto dos continentes, elaborou-se uma *perspetiva eurocêntrica do conhecimento*, e com ela construiu-se a ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação, entre europeus e não-europeus. Por via destas

construções teóricas procurou-se legitimar as antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes. Esta visão hierarquizada das relações humanas entre diversas culturas, vincula-se fortemente com outro instrumento de dominação, mais antigo, como é o intersexual ou de género (Quijano, 2000). Nessa perspetiva, a modernidade e a racionalidade moderna imaginaram-se como experiências e produtos exclusivamente europeus; as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa (ocidental) e o resto do mundo, codificaram-se num conjunto de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, místico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Falamos de «novas categorias» porque a mais antiga das relações de dominação —patriarcal— não é ignorada por Quijano (2009) quando afirma que a construção mental da ideia de raça foi fundamental para a constituição do novo padrão de poder mundial capitalista-colonial-eurocêntrico. Considera, mesmo assim, que a dominação patriarcal foi substancialmente agravada a partir do momento da racialização hierárquica das pessoas. Também salienta que a ideologia que considera, de que todo o homem é superior à mulher, mudou de configuração desde a materialidade das relações sociais e que toda a mulher de raça «superior» é, por definição, superior a todo o homem de raça «inferior», desde a colonialidade do poder (Valle, 2017).

É importante referir que a colonialidade do poder não é uma entidade homogênea, sentida de maneira igual por todos os grupos subalternizados, oprimidos e explorados (Walsh, 2007), ao longo dos últimos cinco séculos em todo o mundo moderno. Catherine Walsh refere que entre os grupos indígenas de resistência no Equador e os afro-equatorianos, por exemplo, as diferenças étnicas e raciais, dentro das complexas histórias locais, demonstram claramente o padrão da colonialidade do poder presente nas relações socio-políticas. Isto porque, a colonialidade entendida como padrão de poder que emergiu do colonialismo moderno não se limitou às relações formais de poder entre colonizado e colonizador (ou entre povos/nações e impérios/Estados), como está inter- e intra-relacionada com todas as formas e construções socio-político-económico-culturais desenvolvidas e articuladas entre si pelas conceções de trabalho, conhecimento, ser e autoridade ditadas pelo mercado capitalista mundial contemporâneo (Maldonado-Torres, 2007).

As mulheres *afroamericanas feministas*, por sua vez, realizam as suas próprias análises sobre os *efeitos racistas do pensamento colonial* ao analisar o feminismo liberal que estava a estender-se nos Estados Unidos, a partir das décadas dos sessenta e setenta do século xx. Estas mulheres não se

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

identificavam com o feminismo impulsionado pelas mulheres burguesas norteamericanas brancas (insatisfeitas com o seu modo de vida), uma vez que estas últimas, nos seus escritos, não denunciavam muitas das opressões que experimentavam as mulheres estadunidenses negras e, no entanto, faziam uma análise intencionalmente global de homogeneização, excluindo outras realidades e problemáticas. Estas reflexões levaram-lhes a defender que a opressão de género não podia ter a pretensão de igualar todas as mulheres, quando existiam opressões específicas de coletivos concretos de mulheres que deviam analisar-se em paralelo. Assim, a princípios da década dos oitenta, tanto Ángela Davis (2005) como bell hooks,² entre outras autoras, recusaram a ideia de que a raiz de todos os problemas era o patriarcado e que a erradicação da opressão sexista levaria necessariamente à eliminação de todas as demais formas de opressão. Em opinião de ambas, falar do patriarcado e não do racismo permite que as feministas brancas continuem a atuar como exploradoras e opressoras. *Sexismo, racismo e exploração de classe* constituem sistemas interrelacionados de dominação; o «paradigma» da raça, o sexo e a classe e, não só o sexo, determinam o estatuto da identidade feminina.

Juntamente com as afroamericanas encontram-se mulheres de outras origens étnicas, tais como mestiças, chicanas e latinas, em geral, as quais necessitam fazer «feminismos desde e para além das fronteiras», dadas as complexas interseções que constituem as relações de subordinação às que devem fazer frente mulheres que não são brancas, burguesas, heterossexuais e urbanas. Estes *feminismos a partir das fronteiras* analisam, em conjunto com as relações de género, às de classe, de racismo, de lesbofobia, dos efeitos da colonização, da descolonização e das migrações transnacionais, entre outras.

María Lugones lembra que a transformação da civilização inaugurada na modernidade gerou a colonização da memória e, como consequência, a própria noção de si das pessoas; da relação intersubjetiva; da relação com o mundo espiritual; com a terra; com a própria conceção da realidade; e das organizações sociais, ecológicas e cosmológicas. Desta forma, descolonizar o género significa compreender a histórica relação da opressão versus resistência, além das práticas contra o racismo do conhecimento e do ser, os colonialismos, a heterossexualidade, o patriarcado e o capitalismo, a fim de transformar a experiência social (Lugones, 2014). Ela afirma que não se resiste à colonialidade de género

2. Gloria Watkins utilizou este pseudónimo e escreveu *Aint I a Woman?* em 1983, inspirando-se num discurso que pronunciou a abolicionista Sejourney Truth em Ohio em 1851.

sozinha, mas no fundo, entendendo a forma de viver no mundo como sendo partilhada, permitindo assim a re-pertença.

A missão descolonizadora de muitas das autoras destas correntes feministas, abrange não só o conhecimento produzido a partir do Ocidente, como o interior «destes mesmos movimentos políticos dos quais algumas delas constituem parte, os quais tiveram a reproduzir as representações e exclusões do colonizador» (Suárez e Hernández, 2004). Denuncia-se portanto o *colonialismo interno*, isto é, o predomínio de uma cultura sobre a outra, a supremacia de uma racionalidade, uma institucionalidade, e em geral de um sistema social sobre outras racionalidades e sistemas de reprodução da vida social.

Entre os êxitos do «feminismo de cor» encontram-se incluir no programa feminista «a abertura das restrições discursivas que afirmavam a primazia de, por exemplo, a classe ou o género estarem acima dos outros eixos de diferenciação» (Quiroz, 2011). Neste sentido, as suas reflexões em torno das identidades-fronteira, a proposta de pensar o colonialismo não como uma etapa histórica mas como uma relação de poder entre distintos tipos de conhecimento, e a reformulação dos nossos feminismos a partir do reconhecimento da diversidade, tendo em conta que algumas diferenças foram ou são o resultado das relações de dominação de mulheres por mulheres, enriquecem não só o feminismo como as análises sociais e as possibilidades de transformação social. As diferenças raciais, sexuais ou sociais têm que ser concetualizadas dentro do contexto político e ideológico e não só na consciência individual.

■ Ensinamentos do feminismo comunitário/indígena

No Ocidente, também temos muito que aprender dos ensinamentos dos feminismos dos povos, originários do mundo e das regiões Sul não-imperiais, isto é, aqueles que coexistem contemporaneamente com outros povos das regiões Norte e outros das regiões Sul, onde a colonialidade e o colonialismo permanecem, mas não constituem o todo. Assim, quer seja feminismo popular, indígena ou comunitário o nome designado para identificar as lutas e as resistências praticadas por inumeráveis mulheres nas regiões Sul do mundo, a construção convergente entre eles é a de corpos de resistência contra o avanço de todo o tipo de opressão, que necessariamente se define anticolonial e anticapitalista. Atuam e falam, portanto, das resistências e das lutas desde os corpos que o integram, as suas histórias de vida; falam em plural e contextualizadas pois abrangem o enmaranhado que compõem as estruturas de

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

opressão que operam contra os corpos de mulheres, travestis, indígenas, trans, pobres, camponesas, mestiças, etc.

Muitas mulheres indígenas analisam desde a sua condição feminina a historicidade do racismo, da exploração laboral, da marginalização e da exposição à violência que sofrem, sem se atreverem a confrontar o universo simbólico dos seus povos. Na medida em que tiveram de lidar, ao longo das suas vidas, com fatos traumáticos e violências constantes, casas atacadas, familiares detidos ilegalmente, mulheres violadas por grupos de soldados e paramilitares, agressões de autoridades tradicionais masculinas, mulheres que assumem cargos políticos de eleição cidadã, ameaças de responsáveis contra as ecologistas comunitárias, invasões de terras, execução de lésbicas, discriminações nas escolas, nos hospitais e nas prisões, etc. Às feministas indígenas que são ativistas dos direitos humanos das mulheres muitas vezes o tempo não lhes permite uma reflexão acerca do estrutural que é a desigualdade entre mulheres e homens na sua cultura.

No entanto, existem feministas de diversos povos que promoveram reflexões importantes sobre o lugar desde onde se pensa a superioridade masculina e como se serve para as excluir do poder político e económico, «situando-as em vários “recolhimentos” onde desempenhar o que se lhes atribui como função social: o recolhimento dentro de casa, como trabalhadora doméstica e detentora das redes afetivas de parentesco e o dentro da comunidade, onde se lhes atribui o papel de defensoras da cultura e, portanto, se lhes nega o trato com o mundo exterior» (Gargallo, 2016).

«É nesse contexto que se definem distintos feminismos, se acompanham desde os recantos e se encontram sob distintos nomes num corpo coletivo ativo, que se enfrenta ao avanço contra os seus territórios» (Parodi e Canteros, 2016). Isto é o que se sucede nos feminismos comunitários de Guatemala e Bolívia, por exemplo. Desse lugar, o feminismo promovido não partiu da teoria, mas da prática quotidiana de violências e discriminações sofridas nos corpos indignados. Converteu-se numa forma de reivindicação da autonomia das mulheres indígenas, face ao patriarcado ancestral originário, o sistema de opressão que as submete nas suas comunidades. Elas lutam por defender tanto o «território corpo» como o «território terra». Não concebem que a luta dos seus povos contra o despojo dos seus territórios esteja separada da luta contra a violência machista que abunda neles (Cabnal, 2016).

No caso dos povos K'che', as organizações que defendem o seu direito à vida nas condições que seus povos decidam, demonstram-nos

por via da sua luta a dureza da resistência das populações indígenas perante a destruição dos recursos naturais. A cosmologia maya interrelaciona a vida com a natureza e o direito de todos os seres a viver uma vida digna. É uma visão que as indígenas guatemaltecas atualizaram vinculando-a com a defesa dos direitos das mulheres. Tal como está a suceder em diversos lugares do nosso planeta, para além das empresas transnacionais mineiras e hidroeléctricas, «as comunidades indígenas guatemaltecas enfrentam-se à remilitarização dos seus territórios e a uma estratégia de desenvolvimento económico que arrasa com os seus direitos e a sua cultura. A participação e a liderança das mulheres são essenciais para a resistência do movimiento» (ACSUR, 2014).

Em palavras de Lorena Cabnal, o feminismo comunitário «é uma recreação e criação de pensamento político ideológico feminista e cosmogónico, que surgiu para reinterpretar as realidades da vida histórica e quotidiana das mulheres indígenas, dentro do mundo indígena». É uma proposta elaborada desde o pensamento e sentimento de mulheres indígenas (fundamentalmente aymaras bolivianas e xinkas guatemaltecas) «para reportar à pluralidade de feminismos construídos em diferentes partes do mundo, com o objetivo de ser parte do contínuo de resistência, transgressão e epistemologia das mulheres em espaços e temporalidades, para a abolição do patriarcado originário ancestral e ocidental» (Cabnal, 2016).

As mulheres indígenas reconhecem parte da *red da vida*, que está relacionada com o tecido da vida. Esta rede integra as relações internas das espécies, as relações entre espécies e os diferentes espaços em que habitam, as relações entre os elementos e as energias componentes do planeta e que interatuam no universo. Consideram que a natureza ensina que não se pode delinear uma visão linear da vida e que as análises serão unidimensionais separando-se da sociedade humana e da natureza (ACSUR, 2014). O feminismo indígena que elabora estratégias comunitárias para a socialização do trabalho de reprodução da vida das mulheres, não poderia existir se a comunidade desaparecesse e se impusesse um sistema individualista de supervivência monetária assalariada e uma família nuclear.

■ Contribuições ecofeministas

Se bem que os problemas da degradação ambiental foram inicialmente uma preocupação das comunidades que vivem vinculadas diretamente com os ciclos da natureza, como verificámos nas reflexões e

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

práticas do feminismo comunitário e indígena, esta sensibilização foi aumentando após conhecerem-se os efeitos nocivos de muitos produtos utilizados nos processos de industrialização, tanto no meio urbano como no rural. Entre as analistas pioneiras destas consequências nocivas, situa-se Rachel Carson, com a sua obra *Primavera silenciosa* (orig. 1962; 2005).

Atualmente, perante o agravamento da crise ecológica que vive o planeta, observamos a falta de resposta por parte dos organismos internacionais e de grande parte dos governos do mundo que foram incapazes de ativar uma mudança de rumo nas prioridades económicas e nos padrões de produção, distribuição e consumo. Este facto é motivo de preocupação a nível global e está a gerar um despertar de consciências e uma mobilização social crescente, sobretudo por parte das gerações mais jovens.³ Ainda assim, está a impulsionar uma aproximação entre as propostas feministas e ecologistas.

O ecofeminismo, como movimento social crítico ao sistema económico dominante, surgiu em meados da década dos anos setenta do século XX, dentro da onda do feminismo, que ressurgiu nos anos sessenta e do movimento ecologista da época. Segundo Mary Mellor (2000), o ecofeminismo é «um movimento que procura uma conexão entre a exploração e a degradação do mundo natural e a subordinação e opressão das mulheres». Como tal, tomou elementos do movimento ecologista e do feminista, representando para ambos um desafio. Para Vandana Shiva, *o ecofeminismo é uma filosofia e uma prática feminista* que nasce da convicção de que o sistema «se constituiu, foi constituído e mantém-se, por meio da subordinação das mulheres, da colonização dos povos “estrangeiros” e das suas terras, e da natureza», e considera a subordinação das mulheres e a exploração da natureza como duas faces da mesma moeda: a subordinação da vida à prioridade da aquisição de benefícios económicos.

Deste modo, as autoras ecofeministas procuram compreender e realçar as articulações e as simetrias entre a exploração do que foi conveniente chamar a natureza e a dominação de seres que se pensam e se representam como mulheres. As ecofeministas tendem a ver o mundo natural, incluindo a humanidade, interconectado e interdependente e inscrevem nas suas análises sobre as crises ecológicas o papel que joga a

3. Quando escrevemos esas linhas, as manifestações de jovens no Norte global contra a inação face à alteração climática adquiriram uma dimensão mais alargada. O movimento conhecido como Fridays for Future exige às classes políticas que adotem medidas eficazes para travar o aquecimento global.

desigualdade de género, uma vez que os homens e as mulheres parecem manter uma relação diferente com o mundo natural.

Hoje o ecofeminismo é plural, partilha de vozes críticas e diversas, que proporcionam leituras múltiplas relativamente às realidades do mundo. No entanto, as distintas perspetivas teóricas, convergem na necessidade de partilhar a vida humana e não humana, no planeta. As ecofeministas defendem que a indivisibilidade e a interdependência da vida em todas as suas manifestações/formas, bem como a dignidade, a justiça cognitiva e uma ética socioeconómica e política passam pela luta política anti-patriarcal. É importante realçar que as ecofeministas compreendem a terra como a matriz na qual estão assentes as condições vitais da existência, e não no que se reduz à paisagem ou recurso de transação mercantil.

Os diversos ecofeminismos reconhecem no racionalismo instrumental um carácter androcêntrico e antropocêntrico predominante. A monocultura mental, imposta pelo sexismo epistémico, estendeu-se à terra, reduzindo esta à categoria de natureza, isto é, algo exterior e separado do social e das comunidades humanas (Shiva, 2013). Esta desigualdade essencial construída possibilitou a divisão do mundo (Santos, 2018) entre espaço metropolitano que explora e domina e o meio colonial que é dominado e pode ser despojado ou até mesmo destruído. Tal como foi atribuído às mulheres o estatuto de segundo sexo, passivo, à disposição dos homens, sendo que estes foram pensados como medida de todas as coisas; a ascensão do patriarcado capitalista, o qual está na base do colonialismo moderno, forjou a racionalidade para a qual também a natureza é um recurso que pode ser explorado para gerar a acumulação de riqueza.

Atualmente, a experiência do mundo está marcada por ciclos de dominação e exploração extrativa, cada vez mais violenta e em grande escala (Svampa, 2019). Esta realidade reforça os abismos criados entre a vida e a economia, entre o trabalho e os modos de vida, e entre as mulheres e os homens. A economia corporativa transnacional, fundada na ideia de crescimento ilimitado e na acumulação do capital a todo o custo, resignificou a cultura moderna numa economia de guerra permanente contra o planeta e os povos. Por tudo isto, segundo Vandana Shiva (2013), vivemos em pleno eco-apartheid. Este modelo, desenvolvido no século XXI, alcança outras dimensões porque as atividades historicamente extrativistas passam a incluir «as mega indústrias mineiras a céu aberto; a expansão da fronteira petroleira e energética; a construção de grandes hidroelétricas e obras de infraestrutura» (Svampa,

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

2019), para além da proliferação de «diferentes formas de monocultivo ou monoprodução, através da generalização do modelo do agronegócio, da sobreexploração pesqueira e dos monocultivos florestais». Isto é, o neoextrativismo contemporâneo baseia-se na sobreexploração dos bens naturais, muitos deles não renováveis, e na perseguição da expansão territorial/marítima, à custa de quantos e quais corpos, culturas, identidades, modos de vida, se encontrem nesses espaços.

Em geral, foram as ecofeministas do Sul não-imperial que mais questionaram o mau desenvolvimento exportado do Norte-imperial pelas suas diretas consequências sobre a quotidianidade de milhões de mulheres. Shiva, por exemplo, considera que o seu ecofeminismo baseia-se na observação de que «para as mulheres rurais pobres do Sul, os seus laços com o mundo natural se encontram na realidade da sua vida quotidiana: toda a luta é uma luta ecológica», visto que são elas, bem como o meio-ambiente, as que estão a suportar os custos dos processos de desenvolvimento. Para além disso, as mulheres preocupadas pelo agravamento dos problemas ecológicos também questionam e têm em conta os cruzamentos existentes entre esses processos, o racismo e a falta de representação das mulheres.

Apesar das diferenças entre as ecofeministas,⁴ estas partilham a crítica ao feminismo que reclama a igualdade dentro do sistema capitalista, através do crescimento económico e do «desenvolvimento» para as mulheres, visto que esta não é possível do ponto de vista ecológico. Mesmo assim, as ecofeministas compartilham a ideia de que o mundo natural, do qual forma parte a humanidade possui a sua própria dinâmica para além da «construção» ou do controlo humano.

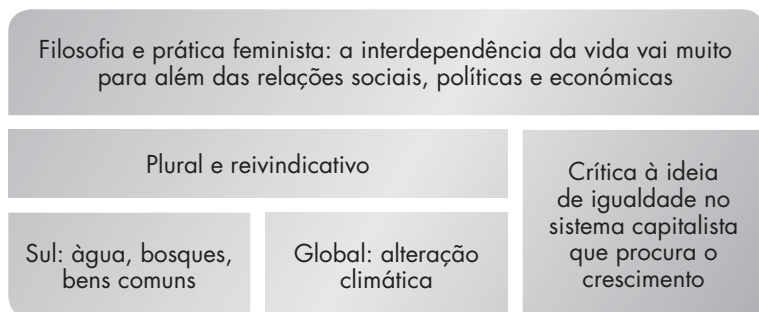
Entre as suas críticas ao sistema económico capitalista, destacam as reivindicações realizadas no Sul, as quais giram em torno do acesso à água limpa, aos alimentos saudáveis, às árvores e bosques, assim como a outros bens comuns, cuja privatização, e às vezes destruição, estava a acelerar os processos de pobreza e de doenças em comunidades inteiras. Faz sentido falar e invocar um Sul não-imperial coexistente e contemporâneo de outras regiões do Norte e outras regiões do Su, onde

4. Nas primeiras décadas de ecofeminismo, algumas posições foram questionadas por visarem a um universalismo essencialista, uma vez que defendiam que, ao serem as mulheres quem dão vida, existia uma relação especial entre elas, e somente entre elas, e o mundo natural. Este facto gerou repulsa e medo ao essencializar e naturalizar tanto às mulheres como à natureza. Mas estas resistências ignoraram as diversidades de correntes e abordagens existentes dentro do ecofeminismo.

a colonialidade e o colonialismo permanecem mas não representam o todo (Cunha, 2015). No imaginário cartográfico sobre o Norte, as lutas ecofeministas também se centraram ao redor dos efeitos para a saúde e a vida de produtos e desperdícios industriais tóxicos (pesticidas agroquímicos, resíduos nucleares, indústria militar...), assim como das fontes energéticas e da privatização dos bens comuns.

Neste sentido, a pluralidade de pensamentos e defesas ecofeministas não ignoram que as relações sociais que as mulheres e homens foram desenvolvendo influíram na nossa relação com o resto dos seres do planeta. Todavia, para além do pensamento hegemónico em evidência, as práticas ecofeministas significam pedagogias que confirmam que as experiências presentes no mundo excedem, em larga medida, a experiência patriarcal-capitalista-colonial do mundo (Cunha, 2011). O nosso mundo é complexo e plural e a interdependência da vida vai muito para além das relações sociais, políticas e económicas formatadas pela racionalidade patriarcal-capitalista-colonial hegemónica atual. Deste modo são necessárias análises da realidade social e económica de cada contexto geográfico, tendo em conta as intersecções das diversas facetas das subjetividades de mulheres e homens de diversos grupos e as relações de poder existentes dentro dos mesmos. Todos estes elementos são muito relevantes para conhecer não só como se situam no meio, como as possibilidades de que as suas vozes e demandas sejam consideradas e consigam transformar os graves problemas ecológicos aos que nos enfrentamos atualmente. Por tudo isto, as leituras ecofeministas são, como quase todos os conhecimentos, diversas e contextualizadas (veja figura 2).

FIGURA 2. CHAVES DO ECOFEMINISMO



Fonte: Elaboração própria.

■ A abordagem das capacidades e a sustentabilidade da vida

A abordagem das capacidades considera que as pessoas devem ser o fim, e não só o meio, do desenvolvimento, e concebe este como um processo que amplia as opções das pessoas por levarem uma vida que considerem valiosa. Este conceito, denominado «desenvolvimento humano», foi amplamente difundido nos últimos anos, desde que foi formulado por Mahbub ul Haq, Amartya Sen e Martha Nussbaum fundamentalmente.

Esta abordagem pode entender-se como uma aproximação à avaliação da qualidade de vida e à teorização sobre a justiça social básica. As capacidades não são mais que a resposta à pergunta «o que é que uma pessoa é capaz de fazer e de ser?». Dito de outra maneira, as capacidades são o que Sen chama «liberdades substantiais», um conjunto de oportunidades (habitualmente interrelacionadas) para eleger e atuar (Nussbaum, 2012) e está estreitamente vinculado com a abordagem de direitos que reúne os principais âmbitos nos quais as pessoas têm direito a decidir sobre as suas vidas.

Para que existam mais oportunidades o fundamental é desenvolver as capacidades humanas, isto é, promover a sua capacidade de organizar a sua vida de acordo com a sua visão pessoal sobre o que é o mais profundo e o mais importante (Nussbaum, 2012). Em geral, de uma forma sintética considera-se que as capacidades mais essenciais para o desenvolvimento humano são desfrutar de uma longa vida saudável, ter acesso a uma educação de qualidade, aceder aos recursos necessários para conseguir um nível de vida digno e poder participar na vida da comunidade. No entanto o desenvolvimento humano vai muito mais além, e outras esferas de opções fundamentais na qualidade de vida das pessoas incluem a garantia dos direitos humanos, a segurança humana e o cuidado da vida e do planeta, entre outras; todas necessárias para que uma pessoa possa ser criativa, produtiva, desfrute do respeito próprio, e desenvolva o seu potencial interno e a sensação de pertencer a uma comunidade. Nussbaum elaborou uma lista de dez capacidades fundamentais universais, estreitamente vinculadas às questões implementadas neste capítulo (veja quadro 1). Estas capacidades não se podem entender umas sem as outras e é evidente que estão intimamente relacionadas.

QUADRO 1. CAPACIDADES CENTRALES DE MARTHA NUSSBAUM

1. **Vida.** Ser capazes de viver uma vida humana, de duração normal, até ao seu final, sem morrer prematuramente ou antes de que a vida se reduza a algo que não mereça a pena viver.
2. **Saúde corporal.** Ser capazes de gozar de boa saúde, incluindo a saúde reprodutiva, estar adequadamente alimentado/a e ter uma vivenda adequada.
3. **Integridade física.** Ser capazes de se moverem livremente, de um lugar a outro e com segurança.
4. **Sentidos, imaginação e pensamento.** Ser capazes de utilizar os sentidos, de imaginar, de pensar e de raciocinar, de uma forma realmente humana, isto é, informada e cultivada graças a uma educação adequada.
5. **Emoções.** Ser capazes de ter vínculos afetivos com coisas e pessoas alheias a nós próprios.
6. **Razão prática.** Ser capazes de formar um conceito do bem e iniciar uma reflexão crítica a respeito da planificação da vida.
7. **Afiliação.** Ser capazes de viver com outras pessoas, de estar comprometidos para com outras e tratá-las como seres dignos cujo valor é idêntico ao de uns e aos de outros.
8. **Outras espécies.** Ser capazes de viver interessadas e em relação com os animais, as plantas e o mundo da natureza.
9. **Jogo.** Ser capazes de rir, jogar e desfrutar de atividades de ócio.
10. **Controlo sobre o próprio contexto (político e material).** Ser capazes de participar eficazmente nas decisões políticas e de possuir propriedades.

Fonte: Nussbaum (2012).

A inquietude pela habilidade das pessoas de forjar o seu próprio destino, o que Amartya Sen denomina a sua «*agência*», é fundamental na abordagem das capacidades e vincula-se estreitamente com a liberdade. A análise de género também é fulcral na abordagem das capacidades por duas razões. Em primeiro lugar, porque as relações de género têm uma enorme importância intrínseca, uma vez que as desigual-

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

dades das mulheres em muitos contextos, e em todo o mundo, supõe um grande desajuste no campo da justiça. É também um problema de desenvolvimento, porque a negação de oportunidades às mulheres trava o desenvolvimento de muitos países. Em segundo lugar, porque estes problemas são uma «prova de fogo teórica» que ilustram muito bem como as abordagens convencionais em matéria de desenvolvimento são inadequadas, sendo que a abordagem das capacidades funciona muito melhor (Nussbaum, 2012). A economia feminista reivindica que todas as capacidades, não só a de cuidados na esfera não comercial, são cruciais para tornar real o direito que assiste às pessoas em cuidar e serem cuidadas, cuidados entendidos num sentido amplo (pagos e não pagos; diretos e instrumentais, etc.).

Os quadros de análise sintetizados anteriormente neste artigo podem integrar-se na abordagem das capacidades. Por exemplo, as reflexões ecofeministas elaboram artigos que têm como objetivo ampliar a sua capacidade de transformação social, num mundo ecologicamente em perigo. Estas aprendizagens podem ser de grande relevância no aprofundamento da abordagem das capacidades, uma vez que muitas mulheres no mundo, estão a levantar as suas vozes contra processos destrutivos do seu habitat e das suas formas de vida, os quais são impulsionados por um desenvolvimento que adota diversas formas (neo extrativismo, privatização de bosques, terras, água...). Neste contexto, devemos ter em conta que o término *desenvolvimento* deve ser tomado com muita precaução, uma vez que é muito forte a tendência a identificá-lo com o mau desenvolvimento e o desenvolvimentismo destruidor do mundo natural e explorador de homens e mulheres, sobre quem recaem as consequências de um sistema de dominação capitalista, patriarcal e colonial, questionado cada dia de forma mais enérgica.

Na abordagem das capacidades, consideram-se não somente as imprescindíveis componentes materiais da vida, como também as imateriais, onde a dimensão emocional e de vínculo com o resto dos seres vivos, humanos e não-humanos, permite-nos interligar às propostas tão valiosas do ecofeminismo, do feminismo popular e comunitário dos povos originários que situam a sustentabilidade da rede da vida no centro das análises e das soluções.

Relativamente às *capacidades coletivas* de nível institucional ou organizacional, consideramos importante sublinhar que as «instâncias coletivas», sejam do tipo que sejam, não são instâncias animadas, com vida própria independente das pessoas que as conformam, mas estão constituídas por pessoas e, nesse sentido, é importante rever, em primeiro

lugar, o papel e o lugar de mulheres e homens de diferentes étnias, classes, diversidade funcional, opção sexual, etc., nas organizações e muito particularmente na tomada de decisões. Em segundo lugar, na sua aposta pela mudança e, em concreto, pela transformação do modelo de desenvolvimento, deveria incorporar sempre a abordagem de género de maneira transversal. Evidentemente, a reflexão poderia ser mais interessante se identificarmos instâncias coletivas e organizações chaves para o desenvolvimento humano local. Na nossa opinião, uma poderia ser os movimentos sociais, e neste caso teríamos que analisá-los desde uma abordagem de género e estudar as propostas de transformação dos movimentos feministas e organizações mistas e de mulheres. Para além disso, a análise das estruturas económicas existentes que tendem a superar as relações de opressão e a desenvolver práticas de economia social e solidária também contribui para um conhecimento mais aprofundado das realidades analisadas e o seu potencial de transformação.

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Na abordagem das capacidades reivindica-se o papel em que jogam as políticas públicas, na qualidade de vida das pessoas e das coletividades. E além disso, valoriza-se a importância da sustentabilidade no tempo daquelas políticas, que contribuem a assegurar o desenvolvimento das capacidades das pessoas. Neste sentido, resultam relevantes os artigos de Jonathan Wolff e Avner De-Shalit, uma vez que incorporam o conceito de *segurança da capacidade*. Sustentam que as políticas públicas não devem limitar-se a proporcionar uma capacidade às pessoas, mas devem facilitar de forma a que estas possam considerá-las no futuro. Esta perspetiva da segurança implica perguntar até que ponto está protegida cada capacidade dos caprichos e quebras do mercado ou de interesses políticos. Promove também à reflexão sobre as formas de organização política, administrativa, etc., mais adequadas para garantir essa segurança (Nussbaum, 2012).

Wolff e De-Shalit introduzem mesmo assim os conceitos de «funcionamento fértil» e «desvantagem corrosiva». Um *funcionamento fértil* é aquele que tende a favorecer também outras capacidades relacionadas. Um exemplo poderia ser, em vários contextos, a educação, porque abre diversas opções às pessoas. A *desvantagem corrosiva* é o reverso do «funcionamento fértil», pode definir-se como privações que têm efeitos es-

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

pecialmente amplos em outras áreas da vida. Para muitas mulheres, a violência é sem dúvida uma desvantagem corrosiva. Investigar possíveis capacidades/funcionamentos férteis e desvantagens corrosivas, pode ser importante para detetar os pontos nos quais devem intervir mais adequadamente as políticas públicas (Nussbaum, 2012).

As violências contra as mulheres são a manifestação extrema da discriminação e das relações desiguais de poder entre homens e mulheres. As violências, assim como a sua ameaça, reproduzem-se praticamente em todos os espaços da vida das mulheres: na rua, nos lugares de trabalho, na escola, nos espaços de festividades e de ócio, nos meios de comunicação, na comunidade, nas redes sociais e no espaço íntimo do lar. Têm uma forte influência em diversas culturas e reproduzem-se devido à tolerância social e à cumplicidade das instituições. As violências contra as mulheres, pela sua amplitude, caráter e natureza, reduzem o exercício do resto de capacidades por parte das mulheres.

Estas violências têm *múltiplas dimensões*, e nesta breve análise também queremos destacar a problemática do tráfico de mulheres, uma realidade bastante oculta, que destroça as vidas de uma quantidade esmagadora de mulheres empobrecidas. Estas problemáticas estão a revelar serem realmente complexas de enfrentar, dado o seu envolvimento no sistema de poder atual, no qual os agressores podem ser protegidos pelas elites políticas e económicas em muitos territórios. Estas violências cruzam os corpos, especialmente o das mulheres, tanto em tempos de guerra aberta como de suposta paz, e vão deixando um rasto de mortes, de medos e traumas coletivos que se manifestam em todas as sociedades, de uma forma mais cruel nas mais empobrecidas e exploradas.

As expressões de violência contra as mulheres, manifestam-se da forma mais crua em *momentos de conflito armado*, onde as violações se convertem em armas de guerra, uma vez que os corpos das mulheres são o símbolo da supervivência de um povo e violentá-las põe em perigo o futuro do mesmo, mostrando o poder de dominação na sua expressão máxima. Assim, nos conflitos de Columbia, Guatemala ou República Democrática do Congo, entre outros, tanto as experiências como as estratégias para as superar estão a ser atualmente analisadas e estão a evidenciar a impunidade com que se realizam e as consequências que geram.

É importante salientar que em muitas situações de conflito armado, a violência contra as mulheres não acaba quando se estabelecem os acordos de paz, uma vez que esta continua. Para muitas mulheres, o binómio não é guerra ou paz, mas violência ou paz.

Tomando como exemplo o conflito armado colombiano, o *continuum das violências* contra as mulheres toma formas específicas que estão relacionadas com os interesses descobertos que nele se evidenciem. Neste conflito, os interesses económicos, sociais e políticos jogam-se em torno da terra e através do controlo do território: as atividades extrativas e os cultivos de grande escala destinados à exportação, que respondem aos interesses de grandes empresas transnacionais; a construção de infraestruturas para facilitar essas atividades; a ocupação do território na luta política entre o Estado e as forças guerrilheiras insurgentes.

Tudo isto num contexto de desigualdade social relativo à repartição da terra e da riqueza. Em quase todos os conflitos que se desenvolvem no território colombiano, a chave está em separar as populações da terra. Assim se constatou nos testemunhos de muitas mulheres camponesas, indígenas ou afrodescendentes vítimas de uma violência brutal que sofreram a migração forçada delas e das suas famílias. A violência não só força a migração das populações, como também quer acabar com a possibilidade de retorno e de reconstrução das comunidades. Tem por objetivo destruir o enraizamento das populações ao seu meio, para deixar caminho livre à exploração dos recursos naturais com elevados níveis de benefício.

Esta violência que pretende separar a população civil da terra atua deliberadamente contra as mulheres porque elas são uma peça chave para que a vida possa ter lugar em condições de humanidade, entendidas como os princípios mínimos de qualidade de vida (refúgio, alimentação, higiene, educação, etc.), necessários para manter as pessoas. Para além das condições materiais da vida, apesar de não separadas destas, são sobretudo as mulheres que criam e recriam relações que humanizam e civilizam dando identidade, reconhecimento e valor às pessoas; reforçando relações familiares e comunitárias que constituem o tecido social.

Deste modo, no caso do conflito armado colombiano, pode falar-se de uma política sexual de debilitação contínua das práticas que fazem e refazem as relações e as condições que sustentam a vida individual e coletiva das populações, tratando-se mais de práticas de mulheres do que de homens. Trata-se de uma política sexual porque é uma atuação sistemática e preparada contra a atuação das mulheres e que atua com ensinamento violento contra os seus corpos, para deixar uma marca de domínio que perdure. O ataque contra os corpos femininos, contra a rede de relações que elas tecem e que cuidam, bem como o ataque con-

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

tra os espaços nos quais se desenvolvem as suas formas e os seus meios de vida, destina-se a acabar com a função de criação social que liga diariamente a vida coletiva, dando continuidade à vida das populações e das comunidades (Gallego, 2013).

O *militarismo* fomenta aqueles valores e comportamentos mais agressivos que dão lugar ao que se denominou hipermasculinidade, um modelo de homem que encarna, melhor que ninguém, a dominação patriarcal. Este modelo de héroi hipermasculino caracteriza-se pelo desprezo face ao feminino, a criminalização do diferente, a desvalorização de vidas próprias e alheias, a promoção das hierarquias de poder e a obediência cega que impossibilitam a autonomia e o pensamento próprio. Quem assume os valores e os comportamentos hipermasculinos, são precisamente homens cuja masculinidade é subalterna na hierarquia patriarcal, e que são utilizados, instrumentalmente para levar a cabo as atrocidades que lhes encomendam outros homens hegemónicos que ocupam as esferas do poder e beneficiam-se das cadeias de subordinação das masculinidades (Leatherman, 2011).

A violência da guerra, contudo, acaba por continuar a intensificar-se e magnificar-se na violência que está presente nas vidas das mulheres colombianas à margem do conflito armado. Esta violência, em todos os âmbitos e ao longo das suas vidas tem a ver com o assédio moral, o abuso, o maltrato e a violência presente nas relações de convivência no lar, no trabalho, no povo ou na comunidade.

Precisamente, a ideia de *continuum* das violências permite tornar visíveis as interações da violência física, psicológica, económica, social e política e descrever as suas manifestações de maneira simultânea ou sequencial nas vidas das mulheres, nos âmbitos de relação pública e privada. No entanto, essa capilaridade das violências que tende a torná-las omnipresentes encontra também resistências. Travam-lhe as práticas e os espaços de mulheres e homens que atuam na lógica do respeito e do cuidado frente aos seres humanos, e que exigem políticas públicas integrais que possam integrar as diversas dimensões da vida das pessoas.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

As análises e propostas relacionadas com o desenvolvimento das capacidades das pessoas e dos povos, deverão prestar especial atenção às múl-

tiplas e diversas práticas de mulheres e homens que reivindicam os seus territórios e espaços comunais, os seus corpos livres de violências, os seus recursos, os seus meios de vida, as suas liberdades, a sua dignidade, as suas identidades e a sua paz. Estas práticas são um bom reflexo das culturas vivas que existem no planeta, e indicam-nos princípios que nos levam a perceber como querem organizar as suas vidas, tanto a nível político e económico como cultural.

O conceito de agência de Amartya Sen está muito relacionado com a estratégia de *empoderamento*, impulsionada pelos movimentos feministas do Sul e que procura a superação das estruturas de subordinação com alterações radicais nas leis, nos direitos de propriedade, e nas instituições que reforçam e perpetuam a dominação masculina. Partilhamos a definição de Marcela Lagarde, que considera o empoderamento como o conjunto de processos vitais definidos pela aquisição ou invenção e interiorização de poderes que permitem a cada mulher ou colectivo de mulheres enfrentar formas de opressão vigentes na suas vidas (exclusão, discriminação, exploração, abuso, assédio, inferiorização, infidelidade ou traição, incapacidade para..., depressão, auto desvalorização, angústia por falta de oportunidades, meios, recursos ou bens, dificuldades de saúde, temor extremo, etc.).

Diz-se que uma mulher ou grupo de mulheres está empoderada, quando esses poderes já não lhe são externos, tornam-se corpo e subjetividade, maneira de ser e de viver. Quando cada mulher e cada grupo de mulheres defende o seu corpo acima de todas as coisas, os seus recursos, as suas capacidades, os seus bens, as suas oportunidades, o seu mundo imediato e mediato. Superar o isolamento, requer mais que destrezas de informação, tem a ver com a maneira como uma pessoa se vê a si mesma e ao mundo. O desenvolvimento da consciência política é um aspeto importante, apesar de ser frequentemente ignorado. (Lagarde, s.d.)

O empoderamento é, portanto, o processo de transformação mediante o qual cada mulher, pouco a pouco e em algumas ocasiões a grandes passos, deixa de ser objeto da história, da política e da cultura, deixa de ser o objeto dos outros, isto é, deixa de ser-para-outros e converte-se em sujeito da própria vida, em ser-para-si-mesma, em protagonista da história, da cultura, da política e da vida social.

Nos processos coletivos, empoderar-se, implica para as mulheres deixar de ser a outra metade do mundo ou um apêndice submetido

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

e dependente dos homens (a metade dominante, androcêntrica e supremacista) e converter-se na metade da humanidade, da sociedade, da comunidade e do grupo, ao ser protagonista com equivalência de género na sociedade, na cultura, na política e nas relações económicas. Para cada mulher e para todas as mulheres, empoderar-se consiste em serem protagonistas das suas decisões sexuais, sociais, económicas, jurídicas, judiciais e políticas. E mesmo assim serem sujeitos da cultura no sentido de pensar e de sentir legitimidade para exprimir, comunicar, atuar, experimentar e criar.

Esta abordagem de sujeitos, direitos e de oportunidades vincula-se facilmente com a abordagem das capacidades, sendo ela legislativa e partindo da importância da justiça em qualquer proposta que queira oferecer algumas medidas importantes para a transformação social. Nestes debates, é relevante o papel das políticas públicas na superação das discriminações, e nesse ponto destaca-se a contribuição realizada por Nancy Fraser (1996), a respeito da necessidade de combinar as políticas redistributivas e de reconhecimento para captar as intersecções das opressões. Esta proposta reflecte a conveniência de introduzir a perspectiva feminista nas análises das políticas públicas.

As *políticas de redistribuição* centram-se em fazer face às injustiças definidas como socioeconómicas, entre as quais se destaca a exploração, como consequência da apropriação dos rendimentos do trabalho de um coletivo por outro; a marginalização económica, que abrange tanto os trabalhos mal remunerados como o desemprego forçado, e a desprivação, que consiste em negar um nível de vida material apropriado. Todas elas muito relacionadas com as capacidades fundamentais mencionadas anteriormente.

Por sua vez, as *políticas de reconhecimento*, enfrentam-se às injustiças que se compreendem como culturais, e que se encontram enraizadas nos modelos sociais de representação, interpretação e comunicação. Entre estas destacam-se o domínio cultural, que impõe a submissão a modelos de interpretação e comunicação, associados a outras culturas alheias e/ou hostis à própria; a falta de reconhecimento que impõe uma cultura por meio das representações autoritárias que tornam invisíveis outras, e a falta de respeito ao menosprezar as interações quotidianas nas representações culturais estereotipadas.

O género, segundo palavras de Nancy Fraser (2016), é um modo de comunidade bivalente. Tem uma vertente económico-política que o introduz no âmbito da redistribuição, mas igualmente uma vertente de valorização cultural que o introduz no âmbito do reconhecimento. Es-

tas duas faces interlaçam-se e reforçam-se mutuamente, e o resultado é um círculo vicioso de subordinação cultural e económica. Neste sentido, para combater a injustiça de género, é necessário transformar tanto a economia política como a cultura.

Neste caso, o carácter bivalente do género é a fonte de um dilema. Na medida em que as mulheres sofrem pelo menos dois tipos analiticamente diferenciados de injustiça, sendo que necessitam pelo menos de dois tipos de soluções analiticamente diferentes: precisam da redistribuição, assim como do reconhecimento. Contudo, estas soluções pressionam em direcções opostas. Enquanto que a lógica da redistribuição consiste em colocar o género à margem do jogo, a lógica do reconhecimento consiste em valorizar a especificidade de género. Perante isto, é necessário atenuar o dilema, procurando perspectivas que minimizem os conflitos entre redistribuição e reconhecimento nos casos em que ambos devem conseguir-se simultaneamente.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto (2016): *O bem-viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* (trad. Tadeu Breda), São Paulo, Autonomia Literária, Elefante.

ACSUR (2014): *Mujeres indígenas: cuerpos, territorios y vida en común*, ACSUR Las Segovias y Agència Catalana de Cooperación al Desenvolupament.

AWID (ASSOCIAÇÃO PELOS DIREITOS DAS MULHERES E O DESENVOLVIMENTO) (2004): «Interseccionalidad: una herramienta para la justicia de género y la justicia económica», *Derechos de las Mujeres y Cambio Económico*, 9 (Género y derechos).

CABNAL, Lorena (2016): *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, ACSUR Las Segovias.

CARRASCO, Cristina (2017): «La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción», *Ekonomiaz*, 91.

CARSON, Rachel (2005): *Primavera silenciosa*, Barcelona, Crítica.

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

- CUNHA, Teresa (2011): «A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais. Feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas», en Teresa AMAL (org.): *Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*, Porto (Portugal), Afrontamento.
- (2015): *Women InPower Women. Outras economias criadas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*, Buenos Aires, CLACSO.
- e Luísa de Pinho VALLE (2018): «Pedagogias ecofeministas e o respeito à economia da vida. Reflexões sobre a agroecologia e o Hamutuk», em *IV Congreso de Estudios Poscoloniales 2018*, Buenos Aires.
- DAVIS, Angela (2005): *Mujeres, raza y clase*, Madrid, Akal.
- DUSSEL, Enrique (1993): *1492 O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade* (trad. Jaime A. Classen), Petrópolis, RJ: Vozes.
- ESCOBAR, Arturo (2007): *La invención del tercer mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*, Caracas, Fundação Editorial el perro y la rana.
- FRASER, Nancy (1996): «Redistribución y reconocimiento: hacia una visión integrada de justicia de género», *RIFP* 8.
- (2016): «¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era postsocialista», em Judith BUTLER e Nancy FRASER: ¿Reconocimiento y redistribución? Un debate entre marxismo y feminismo, Madrid, Traficantes de Sueños. Disponível em <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/documentos_nlr_3_web_0.pdf>.
- GALLEGO ZAPATA, Marina (coord.) (2013): *Comisión de Verdad y Memoria de Mujeres Colombianas*, tomo 1: *La verdad de las mujeres. Víctimas del conflicto armado en Colombia*, Bogotá, Ruta Pacífica de las Mujeres.
- GANDARIAS, Itziar (2016): *Hasta que todas seamos libres. Encuentros, tensiones y retos en la construcción de articulaciones entre colectivos de mujeres migradas y feministas en Euskal Herria*. Tese doutoral.
- GARGALLO CELENTANI, Francesca (2016): «La transformación feminista como revolución social. Una mirada desde los feminismos de los pueblos», *Viento Sur*, 145, 5-15.

- HARCOURT, Wendy (2011): *Desarrollo y políticas corporales. Debates críticos en género y desarrollo*, Barcelona, Bellaterra/SGU.
- JUBETO, Yolanda, e Mertxe LARRAÑAGA (2014): *El Desarrollo Humano Local desde la equidad de género: un proceso en construcción*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU).
- LAGARDE, Marcela (s. d.): «Intercambio y desarrollo humano en América Latina», CIDHAL.
- LARRAÑAGA, Mertxe, e Yolanda JUBETO (2011): *El Desarrollo Humano Local: aportes desde la equidad de género*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU) (Cuadernos de Hegoa, 56).
- LEATHERMAN, Janie (2011): *Sexual Violence*, Cambridge, Malden, Polity Press.
- LUGONES, María (2014): «Rumo a um feminismo descolonial» (trad. Juliana Watson e Tatiana Nascimento), *Revista Estudos Feministas*, 22 (3), 320, 935-952.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2007): «Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto», em S. CASTRO-GÓMEZ e R. GROSGOUEL (eds.): *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores.
- MELLOR, Mary (2000): *Feminismo y ecología*, Madrid, Siglo XXI.
- MOHANTY, Chandra Talpade (1987): *Feminism without Borders*, Durham, Duke University Press.
- NELSON, Julie A. (1996): *Feminism, Objectivity & Economics*, Londres/Novo Iorque, Routledge.
- NUSSBAUM, Martha C. (2012): *Crear capacidades. Propuesta para el desarrollo humano*, Barcelona, Paidós.
- OROZCO, Amaia (2010): *Cadenas globales de cuidados. ¿Qué derechos para un régimen global de cuidados justos?*, INSTRAW.

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

- PARODI, Camila, e Laura Salomé CANTEROS (2016): «Reina Maraz: cuando ser pobre, migrante, indígena y víctima de violencias es sinónimo de condena», em Claudia KOROL (comp.): *Feminismos populares: pedagogías y políticas*, Buenos Aires, El Colectivo/Editorial Chirimbote/América Libre.
- PICCHIO, Antonella (2001): «Un enfoque macroeconómico “ampliado” de las condiciones de vida», em Cristina CARRASCO (ed.): *Tiempos, trabajos y género*, Barcelona, UB.
- QUIJANO, Aníbal (1992): «Colonialidad y modernidad/racionalidad», em H. BONILLA (comp.): *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*, Bogotá, FLACSO.
- (2000): «Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina», em E. LANDER (comp.): *La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales*, Buenos Aires, CLACSO.
- (2009): «Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder». Conferência realizada no XXVII Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, Buenos Aires, 1-15.
- QUIROZ, Tania (2011): «Descolonizando el sujeto mujer», em Patricia CHÁVEZ et al.: *Despatriarcalizar para descolonizar la gestión pública*, La Paz, Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia-Diretoria de Participação Cidadã.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2014): *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*, Boulder/Londres, Paradigm Publishers.
- (2018): *The End of the Cognitive Empire. The Coming of Age of Epistemologies of the South*, Durham/Londres, Duke University Press.
- SHIVA, Vandana (2006): *Manifiesto para una democracia de la tierra: justicia, sostenibilidad y paz*, Barcelona, Paidós.
- (2013): *Making Peace with the Earth*, Londres, Pluto Press.
- SPIVAK, Gayatri C. (2006): «Nuevas ropas para el esclavo. Manuel Asensi entrevista a Gayatri Spivak», *Revista Ñ, Clarín*. Disponível em <<http://edant.clarin.com/suplementos/cultura/2006/04/08/u-01173250.htm>> (consultado em 28/07/16).

- SUÁREZ NAVA, Liliana, e Aída HERNÁNDEZ CASTILLO (2004) (eds.): *Descolonizar el feminismo. Teorías y prácticas desde los márgenes*, Madrid, Cátedra.
- SVAMPA, Maristella (2019): *Las fronteras del Neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*, Guadalajara (México), Universidade de Guadalajara/CALAS.
- VALLE, Luísa de Pinho (2017): «El ecofeminismo como propulsor de la expansión de la racionalidad ambiental», *Ecología Política*, 54.
- (2019): «Ecofeminismo», em *Dicionário Alice*. Disponível em <https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24270> (consultado em 28/04/19).
- VALLS-LLOBET, Carme (2018): *Medio ambiente y salud. Mujeres y hombres en un mundo de nuevos riesgos*, Madrid, Cátedra.
- WALSH, Catherine (2007): «Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial», em Santiago CASTRO-GÓMEZ e Ramón GROSFUGUEL (comps.): *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores.

RECURSOS PARA FORTALECER O CONHECIMENTO E SUPERAÇÃO DOS CONFLITOS

As propostas feministas partem do pressuposto que «o pessoal é político», sendo que a aprendizagem que nos fornecem as práticas de transformação é um elemento-chave na construção das teorias que nos permitem aprender melhor a realidade, por meio de um conhecimento que é sempre contextualizado. Neste processo, a interdisciplinariedade é crucial para poder conhecer em profundidade e fazer face às injustiças vividas nas nossas sociedades. Neste sentido, seguidamente, reunimos algumas referências inspiradoras em torno dos princípios da epistemologia feminista, os quais são úteis para analisar, de forma mais integral, os processos de alteração e transformação dos nossos povos. Também reuniremos

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

referências vinculadas com as propostas para despatriarcalizar e descolonizar os territórios do ponto de vista feminista, as quais apostam na equidade das relações humanas e propõem situar a sustentabilidade no centro da rede de vida. Para concluir, incluímos dois vídeos para a reflexão.

■ Metodologias de investigação feministas

As referências citadas em seguida fornecem algumas reflexões interessantes sobre a metodologia de investigação feminista que esperamos que sirvam a todo o grupo nesta viagem complexa e apaixonante.

BIGLIA, Barbara (2014): «Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social», em Irantzu MENDIA AZKUE et al. (coords.): *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU)/SinRef.

Em palavras de Barbara Biglia, «a metodologia de investigação feminista, entendida como uma proposta de intervenção e transformação social. Não consiste apenas em observar o panorama como espetadoras passivas, mas em fomentar debates quanto ao futuro, ao que está a acontecer e ao que poderia ser uma aproximação feminista crítica à produção do conhecimento. Pretende-se assim teorizar sobre as possibilidades de assumir a nossa agência feminista com o objetivo de produzir conhecimentos transformadores, interagindo de uma forma construtiva e respeitosa com as realidades sociais com e nas quais investigamos».

<http://biblioteca.hegoa.ehu.eus/registros/19986>

BLÁZQUEZ, Norma, Fátima FLORES e Maribel RÍOS (2012) (coords.): *Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales*, México, UNAM.

As análises reunidas neste livro são o resultado de uma reflexão coletiva realizada pelas as coordenadoras e autoras, que procuram aprofundar as abordagens teóricas e metodológicas nas investigações feministas. O livro está dividido em três partes: 1) Epistemologia e crítica da investigação feminista; 2) Metodologia da investigação feminista; 3) Representações sociais e género.

MARCOS, Silvia (2010): *Cruzando fronteras: mujeres indígenas y feminismos abajo y a la izquierda*, Chiapas (México), SCLC.

Os trabalhos reunidos neste livro, não-livro, mostram o poder do diálogo através das diferenças e apostam pela criação de um novo conhecimento feminista sobre a justiça e a transformação social, fornecendo recursos para o questionamento de formas de globalização opressivas.

MARTÍNEZ-PALACIOS, Jone (2017): *Participar desde los feminismos. Ausencias, expulsiones y resistencias*, Barcelona, Icaria.

Tal como aborda a coordenadora deste volume, as autoras que refletem sobre a participação do ponto de vista feminista partem do reconhecimento do valor político crítico inscrito na teoria feminista, com o objetivo de, em primeiro lugar, detetar a dominação; e, em segundo lugar, encontrar propostas para a sua progressiva desativação. As autoras ajudam-nos a pensar a democratização a partir de um princípio feminista e oferecem-nos práticas de democratização inclusiva desde uma óptica feminista, incluindo contextos de conflitos armados.

TUHIWAI SMITH, Linda (2017 [1999]): *A descolonizar las metodologías. Investigación y pueblos indígenas*, Tafalla, Txalaparta.

Tal como reúne na sua introdução, este livro converteu-se num clássico essencial para a prática política e educativa dos povos e comunidades indígenas. A autora transcreve detalhadamente os mecanismos ideológicos imperialistas subjacentes tanto nas formas que temos de conhecer o mundo como nos dispositivos culturais, educativos, antropológicos e ético-políticos a partir dos quais nos aproximamos de outros povos. Propõe igualmente estratégias que nos ajudem a reconsiderar ideias e conhecimentos antigos, com o objetivo de levar a cabo uma descolonização completa das metodologias opressoras.

■ Estratégias de despatriarcalização e descolonização

ACSUR LAS SEGOVIAS (2015): *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*.

Neste documento reúnem-se as contribuições de duas feministas latinoamericanas de referência, Ochy Curiel e María Galindo, no

3. PROPOSTAS FEMINISTAS PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO E...

sentido de entender, do outro lado do Atlântico, algumas das visões teóricas e práticas dos feminismos. Orientados por elas, aproximamos da proposta do feminismo descolonial e da descolonização, e da despatriarcalização da sociedade e dos feminismos.

<https://suds.cat/wp-content/uploads/2016/01/Descolonizacion-y-despatriarcalizacion.pdf>

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel (2015): *Desandar el laberinto. Introspección en la feminidad contemporánea*, Tinta Limón.

Na sinópsis deste livro a autora explica-nos o que pretende e o que não pretende: «não pretendo, por nada, elaborar uma teoria geral da liberação das mulheres. O que pretendo é, simplesmente, proporcionar diretrizes a fim de fazer uma revisão de como fomos construídas socialmente de uma determinada maneira, que na maioria dos aspetos nos enche de insatisfação, para que a partir desse momento vislumbremos o modo como construir a nossa compreensão do mundo —isto é, visualizar na perspectiva do universo do simbólico— e conseguir situar, para em seguida desmontar, os dispositivos e as configurações sociais de opressão e de impedimento com vista à liberdade de nós mesmas, as quais estão também, e sobretudo, inscritas nos nossos corpos, gravadas na nossa psique».

OLIVA PORTOLÉS, Asunción (2016): *Miradas feministas: del postcolonialismo a la globalización*, Madrid, Fundamentos.

Neste livro a autora faz uma leitura crítica do pensamento pós-colonial, reunindo por sua vez as considerações de teorias contemporâneas e concluindo que existe uma necessidade de analisar a forma de como atua o patriarcado em cada lugar do mundo, em cada situação histórica, bem como as novas formas de violência de todo tipo que desenvolve.

■ Vídeos para a reflexão

Volar

Volar (2017) é um filme dirigido por Bertha Gaztelumendi no qual nove mulheres com um passado de violência de género relatam em primeira pessoa as suas experiências e o seu percurso vital. Emakunde põe uma cópia do mesmo à disposição das instituições e das entidades que o queiram projetar.

<http://www.emakunde.euskadi.eus/sensibilizacion/-/informacion/pelicula-volar/>

Fabricando mujeres

Este documental de 2018, foi o resultado de múltiplos esforços de SETEM e Al Borde Films, por tornar visível e visual os diversos tipos de violência vinculados com o consumo, dentro do sistema económico e de vida atual ocidental. Está baseado no estudo de SETEM: *¿Consumimos violencia?* e está composto por reflexões e entrevistas para tentar revelar como surgem as violências machistas no consumo de produtos do lar, alimentação, estética ou no espaço público.

<https://factoriadevalores.eus/fabricando-mujeres-el-documental-que-denuncia-las-violencias-machistas-en-el-consumo/>

Los cuidados

Em este filme de La Sandunga Transmedia (2019), Silvia aterriza em Vallecas, um bairro popular de Madrid, para permanecer em medicina familiar. Chega a um centro de saúde muito especial, onde se encontra com Irene, Marta, Juan Luis e Maria José: pessoas que dizem que constituir bairro é a melhor maneira para estar mais saudável.

<https://vimeo.com/lasandungatransmedia/loscuidados> (de momento está só disponível o *teaser*)

O filme é vinculado com o livro seguinte: PÉREZ ALONSO, Edith, Antonio GIRÓN e Juan Luis RUIZ-GIMÉNEZ (coords.) (2019): *Los cuidados: saberes y experiencias para cuidar los barrios que habitamos*, Madrid, La Sandunga Transmedia/Libros en Acción (Ecologistas em Ação).

CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA A VIDA COMO PRÁTICA EMANCIPADORA

María Oianguren Idigoras

María Oianguren Idigoras é licenciada em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade do País Basco (UPV/EHU). Realizou o curso superior de Gestão de Empresas e Associações Culturais organizado por o Grupo Xabide (Gestão cultural e Comunicação) e a Universidade Complutense de Madrid. É diretora do Centro de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz e da Rede Gernika.

Presidente do Conselho Consultivo do Plano de Convivência e Direitos Humanos do Governo Basco (2018-2020), é membro da Junta Diretiva de AIPAZ (Associação Espanhola de Investigação pela Paz), de EuroBasque (Conselho Basco do Movimento Europeu) e do Conselho de Cooperação da Reserva da Biosfera de Urdaibai. Foi presidente do Fórum de Associações de Educação em Direitos Humanos e pela Paz (2007-2011). Prémio René Cassin de Direitos Humanos do Governo Basco, 2010.

Anossa principal resistência surge perante a ideia de imaginar uma vida sem sentido. Nos rebelamos contra ao facto de que tudo, feito ou não feito, resulte absurdo, isto é, isento de sentido. Resistimos a aceitar que as coisas acontecem sem a possibilidade de mudança. Por isso, lutamos pela transformação social e procuramos alternativas para entender a vida como uma prática emancipadora.

As humanidades e as ciências sociais e, em particular, a filosofia, inscrevem-se dentro de um saber prático que estabelece marcos de sentido com uma exigência clara de justiça perante qualquer situação na qual um poder repressivo infringe a autonomia pessoal e impeça o vínculo social.

O ponto de partida deste capítulo é o conflito. Nas palavras de Alfonso Dubois (2019), «O conflito encontra-se inevitavelmente presente em qualquer processo de desenvolvimento de capacidades orientadas à transformação». Partindo dessa premissa, e tomando como quadro de análise os estudos da paz e os conflitos, faremos uma aproximação a esses estudos e às propostas alternativas ao modelo dominante para entender a vida como uma prática emancipadora.

Previamente, queremos recordar que esta proposta se enquadra no projeto de cooperação internacional «Territórios em conflito: Investigação, formação e ação para o fortalecimento de capacidades e a construção de alternativas de vida», coordenado pelas organizações Gernikatik Mundura e Gernika Gogoratzuz com dois objetivos muito precisos. Por um lado, alertar o impacto dos fatores transnacionais e a sua incidência na implementação de iniciativas locais e, por outro lado, descrever as alternativas ao modelo hegemónico que se estão a desenvolver em cada um dos três territórios estudados tais como, a província de Cabo Delgado, em Moçambique; Cajamarca, no departamento de Tolima em Colômbia, e o concelho de Urdaibai, no País Basco.

No enquadramento do projeto convergem num diálogo visões plurais e propostas teóricas, como uma abordagem das capacidades

coletivas e o desenvolvimento humano local sustentável, as epistemologias do Sul e a horizontalidade dos diálogos de conhecimentos, a visão feminista do poder e da economia. E uma metodologia que articula a dimensão normativa, a da transformação social, a coletiva e da complexidade.

Na primeira parte do capítulo realizaremos uma breve análise dos estudos da paz e os conflitos para sublinhar as chaves que favoreceram a construção de cenários mais justos e sustentáveis. Iniciaremos com uma menção histórica da investigação pela paz e explicaremos o contexto que conduziu à institucionalização deste campo através da expansão de centros de investigação e departamentos universitários, do aumento de ensaios académicos e da proliferação de revistas especializadas. Um processo de institucionalização que se articulou, principalmente, sobre um discurso assente na matriz positivista da paz liberal. Por isso, nos estenderemos na análise das três aproximações que mais influenciaram o discurso crítico da construção da paz e da transformação dos conflitos.

Na segunda parte do capítulo, aproximamo-nos das aprendizagens para elaborar uma agenda crítica de paz. Destacamos três das capacidades humanas que incitam a uma reflexão sobre o cuidado e a sustentabilidade da vida: a capacidade de recordar desde um conhecimento contextualizado para habitar nos espaços do mundo, a capacidade de imaginar desde uma dimensão criadora e elaborar narrativas que conformem alternativas, e a capacidade de renunciar em estado simbólico, ecológico e social para participar e impulsionar processos de transformação emancipadora. Poderemos progredir assim para um marco normativo assente num conhecimento entendido não tanto como uma acumulação de conhecimentos, mas como um processo intersubjetivo que nos relaciona com o nosso estar no mundo.

Em conclusão, cremos que é necessário ampliar a nossa visão e aprofundar o sentido de bem-estar, de bem viver ou vida em plenitude, enraizada ao nosso lugar de pertença, ao seu habitat, para expandir as categorias de identidade e propriedade sobre as quais assenta o pensamento moderno liberal. Deste modo poderemos construir uma reflexão que pudesse incentivar a motivação para nos cuidar, para cuidar as nossas relações e cuidar a nossa envolvente, isto é, cuidar os meios do ambiente no qual somos.

Finalmente, reuniremos as referências bibliográficas e os recursos das websites para continuar explorando o campo de estudos.

UMA BREVE APROXIMAÇÃO AOS ESTUDOS DA PAZ E OS CONFLITOS

Igualmente como no capítulo da introdução do livro se define um primeiro esclarecimento sobre o uso do próprio conceito de desenvolvimento, uma consideração similar é também aplicável à categoria de paz, sendo que em nenhum caso é neutra nem isenta de conteúdo, mas que, pelo contrário, em cada momento histórico esteve inscrita ao projeto civilizatório vigente social, económica e politicamente. Atualmente, nos referimos à modernidade e ao enquadramento da epistemologia neoliberal do capitalismo.¹

As diversas formas de representação da paz, da guerra, da convivência e do conflito estiveram presentes desde os inícios da humanidade. Uma breve aproximação histórica, ao contrário do que comumente pudesse parecer, afirma que as evidências antropológicas, arqueológicas e paleontológicas mais recentes sustentam que os componentes cooperativos incidiram na sobrevivência da espécie humana durante a maior parte da evolução dos homínídeos, convertendo-se numa das características antropológicas essenciais (Jiménez Arenas, 2011). Consideramos que é importante lembrar, especialmente porque estamos a referir-nos ao âmbito das epistemologias da paz e, por este facto, pretendemos resgatar como contraponto perante o domínio da tradição cultural do ocidente. Como evidenciam as narrativas de fundação da tradição ocidental eurocêntrica (Génesis, Antigo Testamento, o *Leviatán*, de Hobbes [1651], ou *A origem das espécies*, de Darwin [1859]), tradicionalmente prevaleceu uma visão individualista, egoísta e competitiva da humanidade.

A paz, no âmbito do pensamento ocidental, adquire certa relevância epistémica sob a matriz da modernidade liberal a partir da definição da Paz de Westfalia (1648), que rompe com a conceção feudal e estabelece uma nova ordem na Europa que repousará, a partir desse momento, sobre o conceito de soberania nacional e na integridade territorial dos Estados. Kant, em *A paz perpétua* (1795), propõe entendê-la desde a razão prática, como um fim e um dever, orientada para a constituição de uma paz entre Estados que graças ao comércio poderia ser a base sobre a qual consolidar uma estrutura mundial de paz. É interessante retomar a leitura crítica da obra de Kant, que

1. É interessante ler a seção «Capitalismo do século XXI: transnacionais, territórios, megaprojetos», no capítulo de Gonzalo Fernández (2019) incluído nesta mesma publicação.

resgata o sentido autêntico de comércio através do intercâmbio de línguas e crenças como promotoras e detentoras de uma governança para a paz, ampliando desta maneira o seu campo de significado, sem ficar reduzido à mera mercantilização e às ganâncias económicas em nome do empobrecimento de outras pessoas (Martínez Guzmán, 2018: 114).

A guerra, ao longo dos séculos, se afirma como instituição militar e dá estrutura a macropolítica e o confronto bélico num sistema hegemónico baseado no patriarcado colonial capitalista. Não é ao acaso que, a princípios do século xx, a investigação pela paz (irenologia) se apresenta de modo complementário ao estudo da guerra (polemologia) e analisa as suas formas, causas e efeitos como fenómeno económico e social.

É mais tarde, quando com a irrupção da disciplina dos estudos de paz e os conflitos na década dos anos cinquenta (Ramsbotham, Woodhouse e Miall, 2011: 47-48), que se define o campo analítico e normativo da resolução dos conflitos, o qual centra a sua atividade no conflito violento, a partir de uma abordagem sobre a sua natureza, o tratamento dos seus sintomas e as causas que o originaram. O aparecimento em ciências sociais deste novo campo é visto com uma certa inquietação, tanto por parte das teorias de corte realista como das marxistas. Isto é devido, principalmente, à desconfiança que suscita a abordagem sobre a inevitabilidade da violência, que a partir destas correntes se assume, quer para manter o *statu quo* e a legitimação de um sistema, quer para a sua destituição.

É na década dos anos sessenta e setenta que o campo da resolução de conflitos se especializa, e define com ambição os seus três principais desafios de atuação. Por um lado, propõe centrar os seus esforços no trabalho de prevenção de futuras confrontações bélicas com o objetivo de garantir a segurança internacional; ao mesmo tempo, considera a eliminação das desigualdades e injustiças no sistema global, e, finalmente, orienta os seus propósitos para a concretização de um equilíbrio e controle ecológico à escala planetária.

Na década dos anos setenta e oitenta, as mobilizações do movimento antinuclear, do pacifismo e do movimento feminista rompem com força nas ruas e nas aulas e influem de maneira determinante no corpus teórico da investigação pela paz. Os estudos críticos, especialmente, os pós-estruturalistas e pós-coloniais, deixam transparecer um diálogo interdisciplinar que enriquece o campo e amplia o seu programa a outras aproximações epistemológicas. Simultaneamente, a investigação pela

4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

paz especializa-se em novos campos de estudo e intervenção relacionados com a análise dos conflitos. Esta especialização permite diferenciar as abordagens e as intervenções posteriores. Nesta linha, consideram-se as abordagens de gestão, resolução e transformação de conflitos, práticas e campos de atuação, como a facilitação, a mediação e a negociação, aplicadas além disso a distintos âmbitos (político, empresarial, comunitário, escolar, familiar...).

Na década dos anos noventa, no período do pós-guerra fria, intensificam-se as correntes clássicas do realismo nas relações internacionais e do liberalismo económico e político que permitem configurar o documento *Um programa de paz (Agenda for Peace)*, apresentado em 1992 pelo então secretário geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali. Este programa de paz propõe de uma série de operações institucionais (*peacemaking, peacekeeping, peacebuilding*) nos territórios do pós-conflito armado e cimenta um modelo de intervenção que considera possibilitar políticas de paz e segurança no âmbito da governabilidade dos Estados e a defesa da democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos, desconsiderando, no entanto, outras aproximações epistémicas à maneira de entender o mundo, fora da matriz da paz liberal.²

Atualmente, também, no âmbito da transformação dos conflitos abre-se um período de revisão crítica para abordar a descolonização dos processos de construção da paz que se têm vindo a utilizar desde o paradigma hegemónico de paz liberal (Fontan, 2012; Jaime-Salas, 2018).

Estas propostas partem de uma abordagem multidisciplinar inspirada nas contribuições do feminismo, o ecologismo, a construção da paz «a partir da base», as dimensões local e global e a abordagem intercultural, que supõem ampliar o campo de atuação a distintos âmbitos de intervenção: a ação humanitária, os estudos críticos de desenvolvimento, a segurança humana, a viragem pós-colonial, a descolonização epistémica e metodológica da paz, a justiça transitória, o direito das vítimas à verdade, justiça e reparação, as pedagogias críticas para a paz, a desobediência civil e a resistência não violenta.

Aqui nos limitamos a destacar algumas das propostas que consideram a construção da paz desde uma epistemologia crítica que sirva, principalmente, como um elemento essencial para potenciar cenários

2. Para uma abordagem mais detalhada ao avanço do modelo neoliberal, é recomendável ler a primeira seção do capítulo de Jokin Alberdi (2019) neste mesmo livro, onde é realizada uma revisão do retrocesso da democracia, a participação e a governança no século XXI.

de vida justos, pacíficos e emancipadores. Isto é, destacaremos as análises que incidem, por um lado, nos aspetos civilizatórios na hora de abordar os conflitos e, por outro lado, consideram superar as definições de paz condicionadas ao terreno armamentista e as definições de desenvolvimento limitadas a termos económicos, ampliando-se assim o foco ao âmbito analítico da paz positiva, isto é, entender a paz para além da ausência de guerra ou violência direta na qual se encontra restringida a articulação do paradigma da paz negativa (Galtung, 1998, 2003).

Por outro lado, iniciam-se a abordar e ampliar os marcos de análises que incluem outras epistemologias, como as do feminismo ou as indígenas. A dimensão coletiva da memória, a identidade e o lugar de enunciação adquirem valor epistémico de acordo com as conceções circulares do espaço e tempo que procuram dar resposta às questões fundamentais que concernem a nossa condição humana, isto é, as inevitáveis: quem somos?, a que lugar pertencemos? ou como caminhamos juntos? Essas questões começam a ocupar um lugar relevante no âmbito da construção da paz, sem desprezar em nenhum caso, mas questionando, as lógicas de intervenção no quadros estreitos da modernidade e da ciência da paz, limitada aos resultados mensuráveis a curto prazo (Lederach, 2007; Lederach e Lederach, 2014).

É também neste momento, quando se começa a configurar um âmbito que combina as contribuições do campo filosófico às dos estudos da paz e os conflitos, seguindo as propostas do giro epistemológico tanto da paz (Martínez Guzmán, 2001, 2005) como da paz imperfeita (Muñoz, 2011; Muñoz e Bolaños, 2011), entendidas como as capacidades de consenso político que os seres humanos temos para fazer as pazes, a partir de uma diversidade de reflexões, que têm como objetivo reconstruir as competências humanas para transformar os conflitos através de métodos pacíficos.

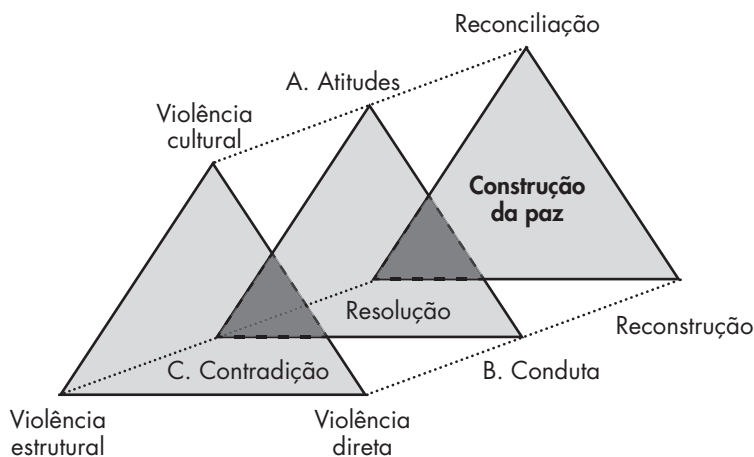
As três aproximações teórico-práticas detalhadas abaixo permitiram ampliar a compreensão das categorias de paz e conflito. A construção da paz, hoje, se desmarca de um ideal de paz abstrato e se orienta a um fim de carácter transformador e, portanto, aberto à crítica e crítico para com o paradigma da epistemologia liberal como única maneira de entender a nossa existência no mundo.

É evidente que nem as propostas nem a matéria se esgotam aqui; apenas quisemos reunir três das contribuições que mais inspiraram o âmbito da construção da paz, como medida emancipadora, e o âmbito do conflito, como medida transformadora.

■ Geometrias de paz: o triângulo dos conflitos

Através da reconhecível e característica imagem do triângulo das violências, Johan Galtung (2003: 109) traduz em termos de geometria analítica a relação entre violência, conflito e imagens de paz (veja a figura 1). Desse modo argumenta que o conflito é sobre a vida e anota diretamente as contradições como destruidoras ou criadoras de vida.

FIGURA 1. O TRIÂNGULO DAS VIOLÊNCIAS



Fonte: Galtung (1998: 18).

Galtung amplia o campo de análise dos estudos de paz e centra o debate nas causas dos conflitos para incidir na sua transformação através de meios pacíficos com uma premissa clara e implícita de justiça social. Propõe como condição necessária analisar a raiz do conflito e desativar a componente de violência que pudesse se encontrar no mesmo, diferenciando para o efeito os seus três vértices. Referimo-nos ao conhecido triângulo dos conflitos, com o vértice da violência direta, que agride e assassina; o vértice da violência estrutural, que explode, reprime e domina, e o vértice da violência cultural, que legitima as atitudes e condutas violentas.

Paralelamente, na sua fórmula propõe círculos virtuosos que permitem a resolução dos conflitos combinando distintas atuações para a sua transformação após o fim da guerra, o cessar de hostilidades ou a assinatura dos acordos. Nesse sentido, propõe atuar de maneira sincrónica aplicando o seguinte método: após a violência direta é necessário abordar os processos de reconstrução material, e ao mesmo tempo aproximar as partes confrontadas para conseguir a reconciliação, e, em terceiro lugar, é preciso ir à raiz do problema para a resolução do conflito subjacente.

A triangulação do conflito permite entendê-lo como consubstancial às relações e à estrutura, com interesses, necessidades, condutas e valores entre pessoas ou grupos que concebem os seus objetivos como incompatíveis, podendo dar-se, ou não, expressões violentas. Incorpora no paradigma da construção da paz as propostas das 3 R (reconstrução, reconciliação e resolução) de modo que, em primeiro lugar, favorecem o processo para uma transformação de atitudes que assegura o estabelecimento da paz; em segundo lugar, progressem para atuações não violentas para reduzir os comportamentos destrutivos, e, em terceiro lugar, possibilitem uma análise das contradições subjacentes na raiz do conflito para poder transformá-lo.

Desta maneira, um dos fundadores mais destacados dos estudos da paz e dos conflitos consegue sintetizar uma definição de paz como «a capacidade de manipular os conflitos com empatia, não-violência e criatividade» (Galtung, 1998: 18), sem ignorar, como anteriormente referido, a atuação sobre as raízes estruturais e culturais da violência para demonstrar a sua complexidade e superar as visões que simplificam a paz como a ausência de guerra ou de violência, isto é, o quadro da paz negativa.

Ampliando-a, desta maneira, a uma compreensão de paz vinculada diretamente à vida, como espaços de potencialização, isto é, o quadro da paz positiva, que inclui os espaços do conflito sobre os quais intervir: a natureza, a pessoa, a sociedade, o mundo, a cultura e o tempo. Neste sentido, Galtung amplia e aprofunda a abordagem de paz como dobragens da vida, tal como referido nas palavras de Juan Gutiérrez no prefácio da obra *Paz por medios pacíficos*:

Largura na medida em que não vive só para si mesma, mas que se liga com outras vidas prestando-lhes apoio, confiando nelas e constituindo assim um tecido formado por fatos que são os seus filamentos e os seus nós, estruturas que lhes dão sustento e cultura que o incentiva. [...] a paz positiva transcende como tecido de vida a violência.

4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

Profundidade porque a paz positiva de vida não se encontra após a guerra e a violência, naquele ponto em que foram superadas, como acontece com a paz negativa, mas debaixo delas, constituindo o tecido social de vidas sobre o qual a violência e guerras descarregam e desde o qual forma a resistência que as pode superar. Debaixo e com profundidade porque no seio da vida diária, no que não se faz público, move-se com criatividade, energia, empatia, vontades e emoções em grande maioria da humanidade, desapercibida, ao mesmo tempo apolínea e dionisiaca, com estratégias de sobrevivência e êxito, enraizada no privado e no íntimo, no subsolo do público. (Galtung, 2003: 11-12)

■ Poéticas de paz: memória e cicatrização coletiva

O feminismo, particularmente, no segundo movimento das décadas dos anos sessenta e setenta, com o lema «o pessoal é político», afirmou a estreita conexão que existe entre as experiências pessoais e as estruturas sociais e políticas. No entanto, no âmbito dos estudos de paz, sujeito à exigência científica de restringir as suas atuações aos parâmetros de objetividade e neutralidade, levou tempo a incorporar no seu campo teórico prático a dimensão criativa e as práticas intersubjetivas como sendo contribuições epistemológicas válidas. Esta contribuição por parte do feminismo serve para nos remeter à contribuição essencial que supôs a análise das relações de poder e as estratégias de resistência, que neste livro se encontram detalhadamente expostas (Jubeto, Larrañaga e Valle, 2019; Cunha e Casimiro, 2019).

Como antecipado, a ciência da paz nos seus inícios não conseguia compreender as possibilidades que certas categorias de relações, tais como o corpo, a memória e o território ofereciam ao campo de análises e intervenção em situações de conflito. Contudo, propostas como a de Donna Haraway sobre o conhecimento contextualizado, que aborda considerar o rigor científico e a não-neutralidade na atuação do investigador ou investigadora como opção válida e complementar no processo de investigação, amplia a abordagem sobre o lugar de enunciação da ciência. Sem lugar a dúvidas, atualmente, a subjetividade, as emoções e os sentimentos ocupam um lugar destacado nos processos de transformação social, para além também do compromisso com os valores mais profundos e do próprio desejo reflexivo sobre as inquietações humanas, isto é, aquelas que nos falam sobre o eterno humano na envolvente humana, entendido quer como compromisso público do labor filosófico (Martínez Guzmán, 2001, 2005), quer como vocação (Lederach, 2007).

Precisamente através de John Paul Lederach (1998, 2007; Lederach e Lederach, 2014), com uma experiência de mais de trinta anos de trabalho no âmbito da construção da paz, as categorias do corpo, da memória e do território — inspiradas em cosmovisões indígenas de América, África e Oceânia — convertem-se em elementos constitutivos dos processos de transformação social construtiva, especialmente no caso dos processos de cicatrização social em cenários de violência prolongada e conflitos enraizados.

Nestes processos podemos observar que as metáforas espaciais às quais fazem referência as comunidades que sofrem a violência estão vinculadas aos seus lugares de pertença, e as narrações vinculam o passado e o futuro para entender o significado presente. A obra de Lederach explora a aprendizagem indutiva através dos resultados inesperados, das narrativas e das paisagens sonoras, como parte constitutiva da reparação e da reivindicação de justiça às vítimas da guerra e da violência prolongada.

O autor dedica uma de suas obras à imaginação moral, que entende como a capacidade de nos imaginar numa rede de relações e entender a complexidade para além da polaridade dual, confiar no ato criativo e assumir os riscos que implicam transitar para uma transformação social construtiva. Esta abordagem requer uma imagem diferente da estratégia, um *focus* que permita pensar sobre a vida para reconhecer e construir o *locus* do potencial da transformação a partir dum enquadramento reflexivo sobre a memória coletiva, a identidade e o lugar de enunciação (veja a figura 2).

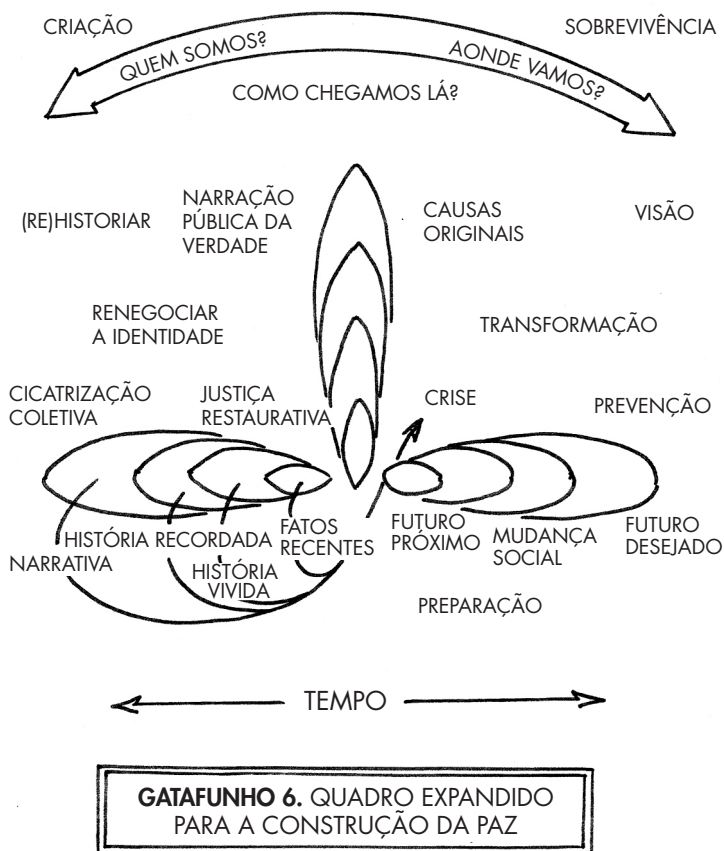
A partir deste ponto ressalta a capacidade de encontrar uma narrativa que dê sentido à vida e à relação presente e que constituam a memória coletiva das comunidades afetadas pela violência na procura de um futuro, na necessidade de (re)historiar. Nesse sentido, a dimensão narrativa presta especial atenção à estrutura metafórica da simultaneidade espacial e à sequencialidade temporal para entender a circularidade dos processos de cicatrização coletiva³ em cenários de violência.

Estas aproximações alteram de maneira considerável a visão e o quefazer dos estudos da paz, desviando-lhes de lógicas dicotômicas excludoras e enraizando os seus objetivos em enquadramentos mais complexos de transformação social.

3. «[...] a cicatrização coletiva representa a capacidade das comunidades e das pessoas a nível individual de sobreviver, tornar a sua voz local e, de maneira resiliente, inovar os espaços de interação que alimentam diálogos significativos e ações decididas, durante e depois da violência intensificada e estrutural» (Lederach e Lederach, 2014: 221).

4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

FIGURA 2. **QUADRO EXPANDIDO PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ**



Fonte: Lederach (2007: 209).

■ Filosofias de paz: giro epistemológico e paz imperfeita

No marco das filosofias e práticas da paz (Comins Mingol e Muñoz, 2013), o giro epistemológico da paz (Martínez Guzmán, 2001) e a paz imperfeita (Muñoz, 2001) ocupam um lugar central a partir de uma filosofia comprometida, por um lado, com a recuperação do potencial humano para pensar, sentir e fazer a paz, e questionar assim a inexo-

rabilidade da violência, e por outro lado, com o desenvolvimento das capacidades humanas para a convivência, o cuidado e a transformação dos conflitos que contribuem a reduzir a violência, e potenciar os quadros de referência e aprendizagem que promovam a cooperação e a solidariedade para poder desentranhar a estrutura simbólica que legitima a violência direta e estrutural.

A filosofia para dar as pazes, deste modo, é a reconstrução normativa das competências humanas desde as múltiplas formas e diferentes culturas para dar as pazes de maneira pacífica. Neste sentido, a proposta do giro epistemológico de «pensar a paz a partir da paz» afirma a importância de resgatar e aprofundar na diversidade de propostas epistemológicas que sejam capazes de tornar visíveis tanto as coletividades excluídas como os saberes subordinados. Apresentam-se como saberes e práticas cooperativas, empáticas e solidárias, incorporando como eixos fundamentais da investigação pela paz a perspectiva de género, a cultura, a ecologia e uma compressão holística da realidade. A categoria analítica da paz imperfeita fundamenta-se, por conseguinte, numa ideia que inclui, no seu corpus teórico, o desenvolvimento das potencialidades humanas e a complexidade como enquadramento de interpretação dos estudos de paz e conflitos.⁴

Finalmente, queremos assinalar as similitudes teóricas que podemos encontrar entre diferentes aproximações epistémicas que contemplam abordagens mais complexas e alternativas ao conhecimento hegemónico, como, por exemplo, o giro epistemológico da paz e as epistemologias do Sul (Santos e Aguiló, 2019) e, especialmente, as sociologias das ausências e das emergências (Cunha e Casimiro, 2019).

APRENDIZAGENS PARA UM PROGRAMA CRÍTICO DA PAZ

O programa de estudos da paz e dos conflitos tem novos desafios que somar aos desafios sobre os quais centrou o seu propósito na década dos anos cinquenta no século passado. Recordemos que não eram outros

-
4. Em relação à categoria analítica da paz imperfeita e a sua referência às potencialidades, recomenda-se a leitura do capítulo de Alfonso Dubois (2019) neste mesmo livro, onde assenta as bases da teoria da transformação social concebida a partir das categorias de bem-estar e da abordagem das capacidades humanas, dando especial ênfase na sua dimensão coletiva para enfrentar a complexidade e poder avançar num quadro de aprendizagens para a ação.

4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

senão de reduzir as guerras e a violência, eliminar as desigualdades e injustiças a nível global e conseguir o equilíbrio e o controle ecológico à escala planetária.

É inegável que o cenário mundial, ao longo destes anos, sofreu grandes alterações ao nível político, económico e social. Na última década, as crises hídrica e energética, a perda da biodiversidade e dos recursos materiais, a emergência climática e a entrada em cena da *big data* e da revolução digital, estão a alterar de maneira significativa a base material e epistémica que suporta a economia e a democracia, incidindo diretamente na nossa vida quotidiana a uma velocidade atípica.

Não obstante, é indubitável o avanço normativo e analítico que se produziu nestas últimas décadas relativamente aos estudos da paz e os conflitos. A normatividade da paz, aplicada como desejo e valor, indica como transformar os conflitos de modo a satisfazer de maneira justa e pacífica as necessidades das pessoas e das coletividades. E a paz como categoria analítica que estuda, por um lado, o campo das experiências humanas nas diferentes etapas históricas, na diversidade de culturas e cosmovisões, e, por outro lado, analisa o contexto e as circunstâncias nas quais os conflitos foram tratados de maneira cooperativa e pacífica para elaborar indicadores que servem como referência na consolidação de futuros cenários.

Atualmente, a construção da paz incorporou abordagens que permitem hoje aproximações epistemológicas e metodológicas que renovam o enquadramento da transformação dos conflitos. A paz não se concebe como ação benfeitora, salvadora e civilizadora, senão pelo contrário, como uma ação transformadora. É o caso, por exemplo, da investigação realizada no projeto «Territórios em conflito», que nos permite entender a categoria da paz e o seu quadro de análise em relação ao desenvolvimento das capacidades humanas para o cuidado da vida com critérios de justiça social.

O ponto de partida da investigação é a capacidade por definir e levar a cabo um projeto de futuro, desejável e possível, na procura de alternativas válidas ao modelo dominante, sustentado no crescimento económico e nas suas consequências civilizatórias. Para o efeito, recordamos-lhe salientando a importância do social e do relacional a partir da abordagem das capacidades e, especialmente, do ponto de vista da sua dimensão coletiva para promover estruturas de vida em termos de sustentabilidade. Também, destacamos a complementaridade de visões a partir de outras aproximações epistemológicas alternativas, especialmente a do Sul e a feminista, como quadro de análise válido no

questionário das relações de poder e do modelo económico e político hegemónico.

Neste sentido, queremos oferecer as aprendizagens obtidas no projeto e que possam servir de lições aprendidas ou a modo de sugestões para incentivar à reflexão. Destacaremos três deles em grandes rasgos. Em todo os casos, se deverão ler de maneira relacional e interdependente entre elas, esperando que sirvam de recomendações a ter em conta na elaboração de um enquadramento estratégico de transformação social.

O primeiro das aprendizagens surge inspirado nas propostas abordadas, principalmente, pelo feminismo, a ecologia política e a geografia crítica, que ampliam a categoria de território a partir das mediações que se dão entre o material e o simbólico de cada contexto local vinculado ao global. Neste ponto, encontramos-nos com o que se contempla na micropolítica, onde a memória e o corpo se tornam conceitos indispensáveis para resistir, discutir e procurar alternativas sustentáveis em parâmetros de quotidianidade, proximidade e cuidado da vida. Referimo-nos à habitabilidade dos espaços do mundo em relação às categorias de bem-estar, bem viver, vida em plenitude ou outras aceções. Neste âmbito surge o questionamento da categoria de identidade vinculada ao bem-estar, que, para responder à pergunta «quem sou eu?», responde da titularidade do sujeito soberano reclamando os seus direitos («o que me pertence?»). As categorias de bem viver e viver em plenitude mudam radicalmente este entendimento, e propõem como ponto de enunciação a pergunta «a que lugar pertencemos?».⁵ Desta forma, modifica-se a dimensão de pertença relacionada com a habitabilidade dos espaços do mundo e incorpora-se o elemento de interdependência relacional.

O segundo das aprendizagens ressalta a importância de analisar as narrativas e as metáforas espaciais (Este/Oeste, Norte/Sul, local/global, dentro/fora, acima/abaixo, cerca/longe...) sobre as quais se baseiam as estruturas de poder e os sistemas binários de opressão, dominação e sumição (patriarcado, colonialismo e capitalismo). Num

5. «É preciso tomar consciência do nosso lugar de pertença. A “propriedade” bem entendida, o que nos é “próprio”, não é o que possuímos, mas o lugar ao que pertencemos. Faz falta uma sabedoria do habitat, uma ecosofia: uma sabedoria (*sophia*) do próprio (*oikos*). Eco-sofia em vez de eco-logia, sabedoria em vez de discurso. Sabedoria do habitat é saber que nada é independente, que somos uma partícula no universo do mesmo modo que pode ser uma aranha, um rinoceronte, uma planta ou uma ameba. A sabedoria do *oikos* supõe diminuir em importância para situar-nos no lugar que nos corresponde no grande entramado do vivente» (Maillard, 2018: 68).

4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

momento civilizatório do tempo fragmentado e *big data*, o intersubjetivo e relacional dão forma às experiências de resistência e às narrativas que respondem das as margens ou do periférico para dar visibilidade às alternativas emergentes, isto é, como contar o distinto perante os relatos totalitários, que oferecem uma única resposta como válida e exclusiva, quer dizer, as que não permitem a diversidade nem contemplam a complexidade.

O terceiro das aprendizagens corresponde ao âmbito epistêmico, à lógica de legitimação do conhecimento (sujeito/objeto) e à abordagem do conhecimento com base no rigor científico e na implicação de não-neutralidade objetiva, sobre as formas de ser e estar no mundo. Os marcos ontológicos e epistemológicos hegemônicos se tornam em opções de caráter individualista e valor universal (indivíduo/direitos/propriedade) e estruturas alternativas ou abordagens de relação (corpo/cosmos/espiritualidade) que contemplam outras práticas político-sociais para a sustentabilidade e respondem à pergunta «o que é a vida?», transcendendo a abordagem material e economicista moderna.

Em resumo, vamos analisar brevemente estas aprendizagens que relacionam três questões vinculadas a experiências fundamentais: o que é o estar bem?, em relação à habitabilidade e à categoria de bem-estar, como contar o alternativo?, em relação à elaboração de narrativas e por último, a grande pergunta que une ciência e filosofia, o que é a vida?

■ Habitando os espaços do mundo

Como anteriormente referido, a proposta normativa do projeto «Territórios em conflito» assume como desafio a construção de propostas entendidas como resistências e alternativas de vida para enfrentar através de meios pacíficos a transformação social. Nessa linha de pensamento, o território é entendido como espaço de conflito onde debater e gerar alternativas justas e sustentáveis para a habitabilidade no mundo.

O território configura-se, portanto, como um espaço de vida que alberga paisagem simbólico e natural, ecossistema e grupos sociais que o habitam. É uma conceção integral que abrange distintas dimensões para aprofundar as propostas distantes da insustentabilidade do modelo desenvolvimentista e extrativista do capitalismo neoliberal. Um modelo extrativista que utiliza a terra e o território a partir do paradigma da mercantilização e o despojamento, e um modelo de desenvolvimento que utiliza os corpos como recurso, quer dizer, como meio e não como um fim. e força a deslocação de comunidades assentes sobre

as zonas de maior biodiversidade do planeta provocando o seu desenraizamento, ao desenraizar o corpo físico do seu habitat, quer dizer, isola-o social e ambientalmente do seu território, como espaço natural e simbólico, e, conseqüentemente, da sua vida coletiva.

Este é o cenário que se está a desenhar à escala planetária. Um modelo que atua sem ter em conta que nem toda a atividade humana tem valor económico e sem considerar válidas outras aproximações epistemológicas e práticas alternativas que não estão submissas à lógica do capital, isto é, projetos concebidos coletivamente que constroem modelos alternativos de produção não-capitalista para transitar a economias sustentáveis com o capital da vida. Sem ignorar, em caso algum, o debate epistémico sobre as diversas concepções do mundo que sustentam determinados modelos políticos e económicos ou outros. No marco da tradição ocidental a titularidade dos direitos se centra na liberdade do sujeito e constitui, assim, uma lógica que vincula sujeito a direito.

Existem outras propostas apesar disso, como por exemplo, as epistemologias do Sul que consideram os conhecimentos periféricos ou marginalizados, ou o ecofeminismo, que põe a vida no centro como premissa da sua atuação, ou a filosofia oriental, que entende a vida como «o posto em relação», ou a ecosofia, que traça uma deslocação do âmbito do sujeito à âmbito de sua interação com o mundo, e abrange a sua responsabilidade a todos os seres vivos. Estas abordagens supõem uma oportunidade para refletir sobre os próprios direitos e o seu alcance para incidir nos deveres humanos e compreender o mundo na sua complexa realidade interdependente.

■ Narrativas para a esperança

Os seres humanos necessitam narrar para compreender o mundo. O giro feito desde a filosofia da linguagem reivindica o valor da palavra, e outorga à poética o estatuto de criadora de mundos, ou o que em termos analíticos deste projeto poderíamos interpretar como alternativas potenciais de vida.

No mundo em que vivemos, no entanto, não basta em criar, é preciso debater e ao mesmo tempo, cuidar e sustentar, e finalmente, encerrar. Especialmente, encerrar para alterar a metáfora de progresso que, inevitavelmente, é interpretada como uma constante e ilimitada intervenção nos parâmetros da lógica capitalista. Isto é, como um fim sem final. Razão pela qual é na esfera do conhecimento onde a narra-

4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

tiva hegemônica deve ser questionada para voltar aos parâmetros de finitude e retorno a casa,⁶ como metáfora de regresso.

Compreender o mundo requer das nossas sensações, percepções e recordações. É necessário entender a sua dimensão spatiotemporal e atribuir-lhe o hilo narrativo que o possa concluir. A ausência do mesmo, sem hilo (niilismo), nos reduz à fragmentação dos ciclos temporais que nos afastam da complexidade das experiências de fundação, aquelas que nos fazem, desfazem e, nalguns casos, refazem. E são estas experiências as que fazem interpelação à consciência das pessoas sobre o sentido da vida, isto é, atribuem-lhe significado.

Conhecer o mundo requer pensar nas relações que nos rodeiam e nas mediações para habitar os espaços do mundo. É importante compreender as relações de dependência e interdependência submissas à vida para procurar fazer do mundo um lugar mais justo e habitável em termos políticos, económicos e socioambientais, respeitando a pluralidade e a diversidade das cosmovisões —ou pluriverso— que constituem as sociedades humanas.

Sem controlo sobre o futuro na vida entrelaçam-se memória e possibilidade. A capacidade de imaginar cria mundos, e a resistência é a esperança que acompanha o transcurso poético que incentiva o processo de refazer história e de encontrar a narrativa que dê sentido à vida.

■ A vida como prática emancipadora

No princípio do capítulo centrávamos o objetivo no âmbito do conhecimento para entender o conflito desde a sua complexidade e a vida desde a sua imprevisibilidade:

- A complexidade como componente constitutivo, processual e inacabado do conflito que permite analisar e diferenciar entre os processos que destroem e os que favorecem e potenciam a vida.
- O imprevisível para mostrar que nem tudo está dito ou feito, e para ampliar o campo a outras formas epistémicas de entender o mundo. É o caso das epistemologias do Sul, que consideram a realidade como espaço aberto desde a capacidade de surpreender-nos para contribuir a desenvolver conhecimentos criativos e inovadores. Também aparece no feminismo

6. «A metafísica pós niilista, regressando à origem, deve começar por ser uma metáfora da casa, permanência não graças à substância e à identidade, mas ao abrigo e ao cuidado» (Esquirol, 2015: 48).

pós colonial e a epistemologia ch'ixi⁷ que aborda Silvia Rivera Cusicanqui, uma proposta afastada do pensamento dicotômico da tradição ocidental, que não exclui nem sintetiza, e apropria-se do seu potencial criativo da epistemologia ch'ixi, questionando a lógica binária que permite formas de intercâmbio précapitalistas desde uma reciprocidade entendida como incomensurável. Ou também, como refere Suely Rolnik, desde o questionamento de uma subjetivação⁸ sujeita a um logocentrismo, no qual se considera inferior qualquer outro modo de entender o mundo para além do cognitivo, como por exemplo, aquilo que de forma comum se entende por intuitivo, ou o saber do corpo.

Nesse sentido, necessitamos epistemologias e metodologias válidas que procurem conhecimento e práticas coletivas, abertas e experimentais, como laboratórios, que permitam uma produção crítica, criativa e cuidadosa para construir um mundo habitável, perante a crise de um império cognitivo, o capitalismo neoliberal, globalizado atualmente à escala planetária. Nesse sentido também, a par com as epistemologias é importante mostrar as alternativas emergentes que em distintas geografias se estão a desenvolver como fontes de aprendizagem perante o que atualmente poderia ser um tempo sem esperança.

Necessitamos, definitivamente, entender a vida como uma prática emancipadora que questione a matriz de dominação na qual se fundamenta a dualidade epistémica do projeto civilizatório no qual estamos imersas. Em particular, a do sistema patriarcal, colonial e capitalista que afeta, diretamente, à dimensão ético-política da construção da paz

-
7. «Sobre as premissas de uma bússola ética e a igualdade de inteligências e poderes cognitivos —certamente-expressáveis numa diversidade de línguas e epistemes— poderá tecer-se quem sabe uma episteme ch'ixi de caráter planetário que nos capacitará nas nossas tarefas comuns como espécie humana, simultaneamente nos enraizará ainda mais nas nossas comunidades e territórios locais, nas nossas regiões para construir redes de sentido, como a “compartência” alternativamente à “competência”, como gesto vital e miscelânea linguística como tática de tradução» (Rivera Cusicanqui, 2018: 81-82).
 8. «Acontece que a redução ao sujeito da política de subjetivação que permanece nelas implica permanecer dissociados da nossa condição de viventes, a qual nos separa dos afetos e preceitos e nos destitui do saber do vivo [...] sob o domínio do inconsciente colonial-capitalístico» (Rolnik, 2019: 48).

4. CONFLITO E ALTERNATIVAS DE VIDA

e os direitos humanos. E nos permitir conhecer, entre outras, propostas epistêmicas como a hermenêutica diatópica⁹ (Santos, 2002: 76) e a feminista (Cunha y Casimiro, 2019).

Também é crucial conhecer a nossa tradição moderna para entender, apesar de tudo, o seu desejo emancipador, desde um ponto de vista radical sob suspeita, duvidoso mais que insolente. Entender o potencial ilustrado como capacidade renovadora e recordar o seu principal objetivo, o desempenho da sua função crítica¹⁰ perante o dogmatismo.

Por isso, é preciso recuperar o exercício crítico e de proposição, juntamente desta vez sim, neste declive civilizatório, de outras matrizes epistemológicas com as quais aprender, e ampliar a matéria para revitalizar o discurso dos direitos humanos, com a intenção de enfocar os deveres e democratizar o conhecimento.

Ao fim e ao cabo, o desejo de progresso forma parte do legado constitutivo da nossa tradição moderna e é um elemento do qual dificilmente nos podemos separar, o que, sem mais, se poderia evaporar por não se evocar. A herança ilustrada forma parte da gramática epistêmica da racionalidade moderna e, nesta crise civilizatória, bem podia apresentar-se como uma oportunidade para se pensar de novo o mundo, e assumir as responsabilidades e reparações simbólicas e materiais necessárias, sem renunciar em caso algum ao seu substrato emancipador, mas, pelo contrário, para impulsionar-lhe. E nesta ocasião, então, superar o impulso de dominação.

O capítulo começava por assinalar que a nossa maior resistência emerge ao imaginar uma vida sem sentido. Nas nossas mãos está a capacidade de mudar o rumo e renunciar ao impulso de dominação, à acumulação e à expropriação. E entender o conflito e a vida como práticas emancipadoras.

-
9. «A hermenêutica diatópica não só requer um conhecimento diferente, como também um processo diferente de criação de conhecimento. Requer a criação de um saber coletivo e participativo baseado em intercâmbios cognitivos e emotivos iguais, um conhecimento como emancipação, mais do que um conhecimento como regulação» (Santos, 2002: 75-76).
 10. «O que a ilustração radical exige é poder exercer a liberdade de submeter qualquer saber, e qualquer crença, a um exame, venham de onde vierem, a formule quem a formule, sem pressupostos nem argumentos de autoridade. Este exame necessário, sobre a palavra dos outros e, especialmente, sobre o pensamento próprio, é o que começam então a chamar, de maneira genérica, a crítica» (Garcés, 2017: 37).

RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM

■ Bibliografia

- ALBERDI, Jokin (2019): «Construindo poder político. Aprendizagens dos territórios em conflito», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.
- COMINS MINGOL, Irene, e Francisco A. MUÑOZ (2013): *Filosofías y praxis de la paz*, Barcelona, Icaria.
- CUNHA, Teresa, e Isabel CASIMIRO (2019): «Epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida. As Cinderelas do nosso Moçambique querem falar», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.
- DUBOIS, Alfonso (2019): «A proposta alternativa a partir da abordagem das capacidades. Conceitos e quadro de análise», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.
- ESQUIROL, Josep María (2015): *La resistencia íntima. Ensayo de una filosofía de la proximidad*, Barcelona, Acantilado.
- FERNÁNDEZ, Gonzalo (2019): «O assalto do poder corporativo aos territórios. Elementos-chave para uma resistência popular frente aos megaprojectos», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.

4. CONFLICTO E ALTERNATIVAS DE VIDA

- FONTAN, Victoria (2012): «Replantando la epistemología de la paz: el caso de la descolonización de paz», *Perspectivas Internacionales, Ciencia Política y Relaciones Internacionales*, 8 (1), 41-71. Disponível em <<https://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/perspectivasinternacionales/article/view/839/1364>>.
- GALTUNG, Johan (1998): *Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución. Afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- (2003): *Paz por medios pacíficos. Paz y conflicto, desarrollo y civilización*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- GARCÉS, Marina (2017): *La ilustración radical*, Barcelona, Anagrama.
- JAIME-SALAS, Julio Roberto (2018): «Descolonizar los Estudios de Paz, un desafío vigente en el marco de la neoliberalización epistémica», *Revista de Paz y Conflictos*, 12 (I), 133-157. Disponível em <<http://revistaseug.ugr.es/index.php/revpaz/article/view/8307/7951>>.
- JIMÉNEZ ARENAS, Juan Manuel (2011): «Pax homínida. Una aproximación imperfecta a la evolución humana», em Francisco A. MUÑOZ e Jorge BOLAÑOS CARMINA (eds.): *Los habitus de la paz. Teorías y prácticas de la paz imperfecta*, Granada, Instituto da Paz e os Conflitos/Universidade de Granada, 65-94.
- JUBETO, Yolanda, Mertxe LARRAÑAGA e Luísa de Pinho VALLE (2019): «Propostas feministas pela despatriarcalização e descolonização dos territórios e a favor da rede da vida», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.
- LEDERACH, John Paul (1998): *Construyendo la paz. Reconciliación sostenible en sociedades divididas*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- (2007): *La imaginación moral. El arte y el alma de la construcción de la paz*, Bilbao, Bakeaz/Gernika Gogoratuz.
- e Angela Jill LEDERACH (2014): *Cuando la sangre y los huesos claman. Travesías por el paisaje sonoro de la curación y la reconciliación*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.

- MAILLARD, Chantal (2018): *¿Es posible un mundo sin violencia?*, Madrid, Vaso Roto Cardinales.
- MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent (2001): *Filosofía para hacer las paces*, Barcelona, Icaria.
- (2005): *Podemos hacer las paces. Reflexiones éticas tras el 11-S y el 11-M*, Bilbao, Descleé De Brouwer.
- (2018): «Gobernanza para hacer las paces», em Ana BARRERO (coord.): *Ciudades de paz. Foro Mundial sobre las violencias urbanas y la educación para la convivencia y la paz*, Madrid, AIPAZ.
- MUÑOZ, Francisco A. (2001): *La paz imperfecta*, Granada, Instituto da Paz e os Conflitos/Universidade de Granada,
- e Jorge BOLANOS CARMINA (eds.) (2011): *Los habitus de la paz. Teorías y prácticas de la paz imperfecta*, Granada, Instituto da Paz e os Conflitos/Universidade de Granada.
- RAMSBOTHAM, Oliver, Tom WOODHOUSE e Hugh MIAL (2011): *Resolución de conflictos. La prevención, gestión y transformación de conflictos letales*, Barcelona, Instituto Catalão Internacional pela Paz.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2018): *Un mundo ch'ixi es posible. Ensayos desde un presente en crisis*, Buenos Aires, Tinta Limón.
- ROLNIK, Suely (2019): *Esferas de la insurrección. Apuntes para descolonizar el inconsciente*, Buenos Aires, Tinta Limón.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002): «Hacia una concepción cultural de los derechos humanos», *El Otro Derecho*, 28 (julho), 75-76.
- e Antoni AGUILÓ (2019): *Aprendizajes globales. Descolonizar, desmercantilizar y despatriarcalizar desde las epistemologías del Sur*, Barcelona, Icaria.

■ Recursos audiovisuales

- GALTUNG, Johan (2017): «Teoría y práctica en la construcción de paz. Experiencias de una vida». Conferência proferida na Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Univesidade Complutense de

4. CONFLICTO E ALTERNATIVAS DE VIDA

Madrid, 26 de janeiro de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9XRoyagI6z0>>.

GARCÉS, Marina, e Chantal MAILLARD (2017): «Pensar en tiempos difíciles». Debate realizado em um evento organizado pela Fundació Antoni Tàpies, Barcelona, 16 de outubro de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=tB5oGTJ77o8>>.

LEDERACH, John Paul (2014): «Los acuerdos no terminan los conflictos». Comunicação apresentada na Conferência sobre Diálogos de Paz organizada pelo Mestrado em Conflito Social e Construção da Paz da Universidade de Cartagena, 27 de fevereiro de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4gZKF-Pyiv4>>.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent (2017): «De la seguridad como dominación a la ética y políticas de los cuidados como construcción de una ciudadanía localmente cosmopolita, cuidadora y ecológica». Comunicação apresentada en el seminario «La seguridad en el siglo XXI: de lo global a lo local», organizado por el Instituto Catalán Internacional para la Paz, Barcelona, 9 de outubro de 2017. Disponível a partir do 30º minuto em <<https://www.youtube.com/watch?v=ll69qYAmhh0>>.

MUÑOZ, Francisco A. (2014): «La paz imperfecta», 30 de outubro de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=fWMIbC3kxYw>>.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2018): Revista de la Universidad «Utopía ch'ixi», 3 de novembro de 2018. Disponível em <<https://tv.unam.mx/portfolio-item/revista-de-la-universidad-utopia-chixi-con-silvia-rivera-cusicanqui/>>.

ROLNIK, Suely, et al. (2019): Debate com Suely Rolnik sobre seu novo livro *Esferas de la insurrección. Apuntes para descolonizar el inconsciente*, com Raúl Sánchez Cedillo, ativista e tradutor; Clara Vázquez, psicanalista e feminista; e Alberto Azcárate, colaborador de *El Salto*, Madrid, 2 de abril de 2019. Disponível em <<https://www.traficantes.net/noticias-editorial/conversaci%C3%B3n-con-suely-rolnik-martes-2-de-abril>>.

■ Recursos web

Nesta secção destacam-se duas redes para facilitar o acesso à informação sobre as investigações, as atividades formativas e os recursos de mais de trinta organizações que trabalham no âmbito da construção da paz e dos direitos humanos. Nestes websites se poderá encontrar uma ampla oferta de cursos, pós grados, másteres, jornadas e outros pontos de encontro e reflexão, para além de publicações *online*.

AIPAZ (Associação Espanhola de Investigación pela Paz)

www.aipaz.org

Esta associação foi constituída em 1997 com o objetivo de analisar a paz e os conflitos desde uma perspectiva multidisciplinar, que abrange a eliminação das distintas formas de violência, a promoção da justiça, o respeito dos direitos humanos, o desenvolvimento e a resolução pacífica dos conflitos. Se assume comprometida com aqueles valores e práticas sociais que tendem para a construção de uma cultura e sociedade de paz.

Foro de Asociaciones de Educación em Derechos Humanos e pela Paz do País Basco

<https://foroderechoshumanos.org/>

É uma associação de entidades da Comunidade Autónoma Basca, constituída em 2007. O seu objetivo é consolidar-se como um foro próximo à cidadania que trabalha desde a diversidade para contribuir à consolidação de uma cultura de paz e à promoção dos direitos humanos.

CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Jokin Alberdi Bidaguren

Jokin Alberdi Bidaguren é doutor em Ciências Políticas pela Universidade do País Basco (UPV/EHU), e professor de Direito Constitucional e Direito da União Europeia na referida universidade. Responsável do projeto de investigação internacional «Territórios em conflito» e presidente da Associação Gernika Gogoratz. É membro de ALPAZ (Associação Espanhola para a Investigação para a Paz) e do Grupo de Investigação de Desenvolvimento Humano Local e Segurança Humana do instituto Hegoa (UPV/EHU), e colabora com o Grupo de Estudos Africanos da Universidade Autónoma de Madrid (GEA/UAM). É autor de várias publicações e participa em vários másters e formações em matérias relacionadas com a economia política, a democracia, os direitos humanos, a construção da paz, as políticas migratórias, o desenvolvimento e a cooperação internacional e temas africanos.

Face aos problemas e desafios que representam o capitalismo global, o poder corporativo e os planos desenvolvimentistas e extrativistas, este capítulo fornece as principais medidas sobre como ativar a ação e as capacidades políticas para a transformação nos territórios concretos. Para além das formas hegemónicas de poder, nos territórios existem muitas práticas democráticas que oferecem resistência ao modelo de desenvolvimento dominante.

Nas páginas seguintes, pretendemos explorar os elementos de análise que permitam tirar partido dessas práticas democráticas que, face à lógica do Mercado, estão a fortalecer os sujeitos políticos individuais e coletivos para construir alternativas de vida. Interessa explorar como existem grupos humanos que se atrevem a conhecer e a raciocinar publicamente fazendo-lhes frente ao medo e às ordens delineadas pelas elites que nos dirigem (Garcés, 2019). Tudo isto sem perder de vista que, para além deste aspeto local/comunitário sobre o qual investigamos, são extremamente relevantes as decisões e relações de poder que se produzem noutras escalas de governança, por encima (estatal, supranacional, mundial, corporativa...) e por debaixo (família, lar, clan...).

Na primera parte, com base numa perspetiva crítica serão revistos diferentes elementos vinculados às relações de poder e o território. Sem excluir os principais debates internacionais e estatais sobre a democracia, a participação e a governança, nestes artigos será valorizada a importância de prestar mais atenção à participação e ao empoderamento na escala local, às capacidades políticas coletivas, à participação dos setores excluídos e às novas formas de se relacionarem entre os diversos atores do território.

Na segunda parte, após uma breve análise crítica dos quadros territoriais de análise da economia política e da construção da paz mais relevantes, propomos avançar a partir das aprendizagens dos sujeitos políticos que questionam as desigualdades de poder do sistema político-económico de desenvolvimentista-capitalista, com o objetivo de ir

construindo abordagens metodológicas mais abertas, que contribuam para o reforço destes processos coletivos locais e para a construção de novas narrativas baseadas na justiça, na convivência e no bem-estar coletivo.

PODER POLÍTICO E TERRITÓRIO: UMA REVISÃO CRÍTICA DA DEMOCRACIA, DA PARTICIPAÇÃO E DA GOVERNAÇÃO NO SÉCULO XXI

As relações políticas, as maneiras de entender o Estado, a democracia e a participação sofreram alterações profundas, tanto a nível macro como a nível micro, nesta transição entre o século XX e o século XXI.

■ A democracia, a participação e o interesse pelos assuntos públicos a partir de uma perspetiva macro

A partir de uma perspetiva macro, a democracia, a participação e o interesse pelos assuntos públicos estão a retroceder nesta etapa de contrarreforma económica, jurídica e política da globalização neoliberal. Após quatro décadas de políticas de privatização do Estado, de desregulação dos mercados internos, de abertura ao capital transnacional e de recortes sociais, a ideia de que não pode existir democracia sem capitalismo permanece extendida em grande parte das elites e das sociedades modernas. Após a queda do muro, esse «pensamento único» que propugnava a retirada do Estado, para que a «mão invisível» do mercado promovesse a suficiente riqueza para o conjunto da humanidade, foi apresentado como a única alternativa possível. Fukuyama, nos anos noventa, anunciou o «fim da história» e o triunfo da democracia liberal sobre o totalitarismo; em suma, afirmava-se que este capitalismo «democrático» num estilo marcadamente neoliberal, era a única alternativa possível após a dissolução do Bloco de Leste.

Triunfou a ideia de «poliarquia» de Dahl segundo a qual, a democracia liberal, pluralista e competitiva é suficiente, desde que garanta um mecanismo de eleição do qual umas elites qualificadas apresentem ao eleitorado alternativas atraentes e funcionais, enquanto que as concepções mais normativas da democracia não se entendiam como necessárias. A crítica a esta ideia dominante da democracia e dos direitos humanos vinha de determinados setores

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

acadêmicos que destacavam a sua incapacidade e esgotamento em promover a paz, a justiça e a equidade,¹ e alegavam que, em seu nome, pessoas, culturas, territórios e formas de vida estavam a ser destruídas (Santos, 2014).

Infelizmente, o discurso da inevitabilidade e funcionalidade deste sistema e dos valores neoliberais da competitividade, do consumismo e do individualismo, foi suficiente para estender a apatia face à política, e à necessária submissão social para continuar a garantir a acumulação capitalista. Esta despolitização teve o seu reflexo na crise dos partidos políticos e do sindicalismo, e no retrocesso do ativismo social e político, permitindo que as oligarquias liberais e as grandes corporações assimilassem as elites políticas eleitas «democraticamente» pela cidadania, para que legislassem e tomassem decisões a favor dos seus interesses.

Paralelamente, estes poderes hegemónicos, com a motivação de ampliar os seus mercados, optaram por certos acordos e regras neo-coloniais de livre mercado que obrigavam os países empobrecidos a subordinar e a reprimarizar as suas ecónomias, impedindo-lhes de consolidar sistemas fiscais e políticas sociais que pudessem melhorar as condições de vida das suas populações. A estes governos, as instituições financeiras internacionais recomendavam-lhes aplicar as receitas do neoliberalismo económico assim como o melhoramento das suas instituições para facilitar a segurança das inversões estrangeiras, garantindo-lhes que, desta forma, ficaria assegurada a inserção dos seus países na economia mundial e no seu crescimento económico.

-
1. Face a essas ideias que destacam a democracia procedimental, o Estado de direito, a eficácia governamental e a luta contra a corrupção, resumidos no conceito de poliarquia de Dahl, destacar a ideia de triplo valor da democracia a partir da abordagem de capacidades (Sen, 2009: 77-91; Deneulin, 2009:191-196). Para além de uma ideia de democracia mais participativa, onde a democracia é um valor associado à dignidade humana que a torna desejável em si mesma e que respeita os procedimentos para satisfazer as capacidades de participação que possam ter as pessoas que vivem em diferentes contextos e tradições culturais, assinalam-se outras duas dimensões. Um segundo valor instrumental da democracia, que põe ênfase na inclusão dos grupos que estão marginalizados pelo poder e pelas decisões políticas, e que consiste na ideia de que sem direitos económicos e sociais não existe igualdade política. E um terceiro valor relacionado com a dimensão construtiva da democracia, na qual se concebe como um sistema de valores que serve de base para fixar as prioridades políticas de cada sociedade e grupo humano.

A este modelo económico que renunciava à igualdade socio-económica e aos princípios do Estado Social ajustava-se-lhe um traje democrático à medida, com pretensão universal e que se propunha aos países empobrecidos, como modelo político a seguir. Foi a fracassada estratégia aplicada nesta era da pós-guerra fria: a realização de eleições periódicas, umas garantias mínimas dos direitos cívicos e políticos, a capacidade dos governos para articular quadros de regulação suficientes para um bom funcionamento dos mercados, e um programa de luta contra a corrupção e a pobreza. Esta visão ortodoxa da relação entre instituições e desenvolvimento económico foi extremamente criticada pelos diferentes setores que questionaram a sua validade e universalidade.² Este tipo de maquilhagem democrática não foi suficiente para camuflar a natureza totalitária do capitalismo, que, enquanto viu ameaçadas as suas inversões e benefícios, não hesitou em abandonar o seu lado mais humano, e apoiar-se nos populismos ultranacionalistas e de extrema direita para conseguir os seus objetivos.

A alíneação, o desinteresse e a desafeição das pessoas pela política continua a aumentar no século XXI, onde os negócios continuam a evoluir e os direitos humanos e a democracia a retrocederem. Excecetuando alguns episódios destitutivos e de aprofundamento democrático protagonizados por processos constituintes e governos progressistas na América Latina, a primavera árabe e os movimentos de indignação cidadã na Europa (Pisarello, 2014), a fascitização social e política está a generalizar-se (Zirek, 2016). O autoritarismo chinês e russo exten-

-
2. Nos anos noventa, as explicações do neoinstitucionalismo destacavam que a má articulação entre as instituições de uma sociedade dificultava o desenvolvimento económico. A relação entre desenvolvimento, democracia liberal e correta governação converteu-se no objetivo das políticas neoliberais, o que supôs que a comunidade internacional se concentrasse na construção de capacidades técnicas, administrativas e de gestão das instituições estatais para que estas garantissem o bom funcionamento dos mercados. A partir de setores críticos a este neoinstitucionalismo (Ha-Joon, 2006) e pós-coloniais (López Castellano, 2012) fomos insistindo que estes modelos econométricos e quadros de interpretação, tanto não serviram para explicar devidamente as transformações institucionais que estavam a decorrer, como também não tiveram em consideração outras elementos-chave explicativos importantes como o neocolonialismo e a instrumentalização política de estados e governos frágeis, através da corrupção e a violência, e a pouca consideração da capacidade redistribuidora das instituições não formais.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

dem a sua influência por países asiáticos, africanos e de Europa este. Líderes e governos ultradireitas não hesitam em utilizar as notícias falsas e outros meios indiretos para desestabilizar as desorientadas democracias ocidentais. O triunfo de Trump nos Estados Unidos, de Bolsonaro no Brasil, a decisão britânica de abandonar a União Europeia após o referêndum sobre o *brexil*, a perseguição neoimperialista contra governos progressistas latinoamericanos ou a crescente presença da ultradireita na União Europeia, são sinais deste retrocesso democrático.

Neste *impasse* hesitante entre as estratégias de globalização de mercados ou o regresso a formas de protecionismo, as elites económicas banalizam a democracia, não a considerando necessária ou inclusive sacrificando-a para promover o capitalismo. Perante esta reconfiguração das estruturas patriarcais, capitalistas e coloniais, que tendem a perpetuar a sua dominação e a anular aquelas/es que a questionam, apenas resta lutar para construir alternativas ao questionado capitalismo «democrático» com «cara humana» e ao novo populismo autoritário *trumpiano* ou da *alt-right* que tenta substituí-lo.

■ Às relações de poder e aos processos de participação a partir de uma perspetiva micro

A partir de uma perspetiva micro, é fundamental a atenção às relações de poder e aos processos de participação e tomada de decisões que se produzem nas escalas locais, comunitárias e do habitat. Infelizmente, o desinteresse cidadão comentado, e a marginalidade dos interesses sociais neste contexto neoliberal dominado pelas relações entre o Mercado e o Estado, afastaram a investigação e a análise destes processos políticos nas escalas sub-estatais. A assimetria das relações de poder e a tomada de decisões nos níveis local, municipal, comunitário ou familiar representaram pouco espaço nos debates sobre a democracia e a participação, quando contribuem em grande medida para compreender estes processos quotidianos que determinam a vida das pessoas e os grupos humanos.

A partir do pensamento neoliberal foram-se consolidando novas categorias como o capital social, o empoderamento individual, a governança local, as quais serviram para enfatizar a instrumentalização da dimensão participativa nos processos locais de desenvolvimento. O empoderamento das mulheres ou a participação comunitária não foram analisados como fins em si mesmos, mas como meios orientados

a conseguir melhores resultados e uma maior eficiência nas medidas políticas promovidas pelas autoridades locais ou nos projetos promovidos pela cooperação internacional. A dimensão coletiva e as iniciativas participativas que defendem direitos e unem as pessoas frente a uns objetivos comuns serão ultrapassadas por uma visão neoliberal do empoderamento, limitada à recuperação da autoestima e da legitimidade de cada indivíduo para atuar naquelas decisões que, exclusivamente, afetam as suas vidas pessoais.

A participação e o empoderamento foram-se domesticando, institucionalizando no formal, deixando de representar uma ameaça para os poderes públicos e as elites económicas, uma vez que se limitam a alcançar a autosuficiência individual e uma menor dependência da prestação de serviços do Estado, num contexto de políticas de austeridade no qual os poderes públicos necessitam de transferir parte dos gastos das iniciativas aos setores populares. Esta participação e o empoderamento dos setores tradicionalmente excluídos identificam-se como nominal, formal, burocrática, gerencial, em suma, um mero intercâmbio de informação e consultas sem nenhum valor acrescentado, ou, no máximo, são processos concebidos como meios para conseguir um resultado a baixo custo, ou como práticas que unicamente pretendem conferir uma aparente legitimidade a decisões previamente tomadas por quem possui o poder real.³

Apesar de insuficiente, podemos verificar uma certa correção destes pontos de vista nos últimos anos, no momento em que algumas autoridades locais e agentes de cooperação internacional, no esforço responsável de fornecer serviços de forma cada vez mais efetiva e de cumprir com os objetivos dos programas de desenvolvimento (Agenda 2030, planos de luta contra a pobreza...), mostraram-se mais receptivas perante as aspirações comunitárias, possibilitando outros métodos de participação, como por exemplo os orçamentos participativos, e melhorando algumas capacidades técnicas, administrativas e gerenciais destes atores

3. Infelizmente, a participação continua a ser concebida instrumentalmente como um meio para conseguir um resultado a baixo custo, enquanto que a sua dimensão representativa e normativa ficam limitadas a um segundo plano. Não interessa que a população manifeste os seus interesses e, menos ainda, que a participação seja um fim em si mesmo para a emancipação (White, 2001). A participação cidadã direta na gestão e tomada de decisões (Alguacil, 2005) ou a concertação, co-gestão ou co-produção de serviços entre autoridades públicas e lideranças comunitárias (Colino e Pino, 2008) não interessam aos setores poderosos.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

comunitários. Contudo, após estes novos planos de desenvolvimento local e apoio comunitário, continua a ocultar-se uma lógica de participação e empoderamento que atribui à comunidade internacional, aos governos e às ONG um papel de salvadores perpetuando a vitimização das populações locais.

No compromisso de conseguir umas práticas mais democráticas nos territórios e construir sujeitos políticos que proponham alternativas de vida, torna-se fundamental reforçar os empoderamentos coletivos e a participação emancipadora, concebidas como fins em si mesmos. É preciso lutar para que a participação seja mais representativa, mais deliberativa, de mais relacional e mais direta na gestão e na tomada de decisões. Resumindo, o essencial é o caráter democrático pleno e transformador da participação e a inclusão desses setores tradicionalmente excluídos em espaços de deliberação, onde todas as pessoas estejam suficientemente equipadas com o nível apropriado de funcionamento político e com as qualidades suficientes para reclamar os seus direitos, e com a capacidade de desenvolver propostas e de as levar a cabo.

A educação popular, os trabalhos de vários canais de alternativas feministas e a investigação-ação participativa (IAP) são alguns dos expoentes que podem servir de inspiração para aqueles processos que aspiram a seguir desenvolvendo-se numa participação democrática mais normativa, que questione radicalmente as instituições políticas instrumentalizadas existentes e que vise um novo modelo de relações mais simétrico entre os atores dos territórios. Este capítulo pretende investigar novas orientações metodológicas que tenham em conta estas desigualdades e complexidades do poder, para que os grupos humanos que o desejem possam articular alternativas a esse modelo dominante, o qual não coloca as vidas no centro.

Democracia, participação e governança nos territórios

Para compreender as relações de poder, a democracia e a participação que se exercem num território, não se deve limitar o saber ao mero funcionamento das instituições formais/estatais. Quando o objetivo principal é averiguar as forças e as debilidades das capacidades para participar na definição do futuro possível desejado por um determinado grupo humano, não é suficiente limitar-se ao escrutínio dos mecanismos formais de participação e à eficácia das normas e decisões que tomam certos cargos públicos.

Evidentemente, o grau de democracia formal ou autoritarismo estatal de cada sociedade local é uma dimensão a considerar, mas são necessárias algumas definições mais vastas da participação democrática e de governança, que partam da suposição de que todas as pessoas e todos os grupos humanos têm capacidade de entender o meio ambiente e o mundo que os rodeia, que têm capacidade para decidir como governar esses ambientes e mundos, como se governam a si mesmos e como se situam frente a eles por forma a transformá-los (Casassas, em Garcés, 2019).

De maneira breve, e antes de propôr algumas orientações metodológicas sobre o ensinamento dos processos de ação coletiva e resistência ao modelo hegemônico, e com a intenção de enriquecer os processos transformadores que podem surgir em distintos contextos territoriais/locais, sugerimos debater algumas reflexões críticas sobre a) a democracia relacional e os espaços públicos deliberativos, b) a diversidade e a inclusão de grupos excluídos nos processos de participação, c) as capacidades políticas coletivas, e d) um novo institucionalismo relacional capaz de articular outras visões do global, a partir do local.

A democracia relacional e os espaços públicos deliberativos

Para além dos debates sobre os elementos liberais, socialistas, procedimentais, representativos, deliberativos, populares, sociais e identitário-culturais da democracia, da participação e da governança, existem algumas considerações sobre a interação entre os processos de ação coletiva e a gestão pública que seria importante evidenciar.

Centrar-se, excessivamente, na desafeição política, as tendências autoritárias e a governança orientada nos interesses funcionais das elites, pode resultar de alguma maneira paralisante para o propósito da construção de um poder alternativo nos territórios. Essas «democracias de mínimos», que prescindem da população ao considerar que a mesma não deveria estar interessada nos assuntos públicos, representam um obstáculo que dificulta a valorização desses outros processos coletivos os quais questionam as decisões tomadas pelas elites políticas e económicas. A confiança nas elites demoliberais, que garantiram proteger os interesses de todas/os, está inhabilitando os setores populares e cidadãos na exploração de outros modelos de gestão do público, que tiveram como protagonista os setores comunitários mobilizados. É mais

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

necessário do que nunca transitar de *quasi-democracias de monitorio* para umas *democracias de apropriação*.

Os problemas e os desafios económicos, medio-ambientais e socio-culturais apenas se discutem, e as decisões são tomadas em nome do povo por uns governantes que, de um modo geral, estão ao serviço dos interesses das grandes corporações, e estão pouco preocupados pelo bem comum. Na envolvente imediata a qualquer ser humano, existe uma infinidade de iniciativas comunitárias, sociais e políticas, surgindo à margem ou a desfavor das lógicas dos poderes de Estado, que, se adquirem suficiente legitimidade, podem obrigar as instituições formais a reconsiderar as suas decisões ou propostas. Estas propostas desobedientes e/ou disruptivas enfrentam-se habitualmente ao dilema de se confrontarem com os poderes hegemónicos ou de encontrar em possíveis espaços de concertação.

Este projeto de «Territórios em conflito» que justifica este livro que tens nas mãos, apresenta bons exemplos de deliberação tutelada, confrontação e espaços públicos deliberativos. Um primeiro exemplo é o momento em que a concertação fracassa quando a deliberação é imposta pelo Estado em convivência com os grandes interesses económicos, baseada numa espécie de consenso racional, onde se anunciam benefícios para as comunidades. Nestes casos o que se esconde por detrás é a defesa dos interesses corporativos. As consultas populares de 2015 para a reinstalação de várias populações de Cabo Delgado⁴ são uma demonstração deste tipo de deliberações tuteladas.

O segundo exemplo trata de ilustrar como a confrontação comunitária com planos extrativistas tende a gerar alterações transformadoras em curto e médio prazo, no entanto, quando baixa a pressão social, corre-se o risco de se reativarem os projetos da grande capital. A procissão carnavalesca e o triunfo da consulta popular sobre o futuro da mina aurífera La Colosa em Cajamarca podem servir de exibição.⁵

Resulta ser mais complicado darem-se coincidências entre as decisões políticas dos poderes públicos e as reivindicações e decisões

4. Respectivamente às consultas populares de 2015 em quatro povoados da península de Afungi promovidas pelo Governo moçambicano e as empresas de extração de gás, pode-se consultar o seguinte vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=B5LJxtG8hE>>.

5. Respectivamente aos habitantes do município de Cajamarca (Tolima) que votaram numa consulta a rejeição do projecto de exploração mineira La Colosa consulte o seguinte vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=s1BaW2CxBgQ>>.

desenvolvidas pela sociedade (Ibarra, 2011; Tellería e Ahedo, 2015). Enquanto que os coletivos sociais solicitadores se enfrentam ao dilema da confrontação ou da concertação, as autoridades públicas atuam entre a indiferência e a invisibilidade das propostas críticas, a cooptação e a reinterpretação destas iniciativas comunitárias, e raramente se mostram colaborativas. A este respeito, a democracia relacional seria uma fórmula que trata de ir para além da pressão exercida por certos coletivos contra o poder, e fomentar a necessidade de transformar as relações de poder existentes. A questão é, como superar os marcos funcionais de deliberação marcados pelas instituições formais, para alterar o *statu quo* e criar novos espaços de deliberação mais democráticos, e, evidentemente, não a qualquer preço. Em conclusão, a proposta é explorar novas maneiras de entender a institucionalidade estatal, onde governantes e governados, para além das fases eleitorais e dos debates mediáticos e de mobilização social, devem ser capazes de articular espaços públicos deliberativos em pé de igualdade, onde se articulam as soluções aos problemas comuns do território e onde se articula o processo de definição coletiva do bem-estar.

A possibilidade de abrir estes espaços de relação mais simétricos tem mais oportunidade de frutificar após campanhas eleitorais, que propiciem governos formais e alianças partidistas mais favoráveis, e com a existência de espaços mediáticos suficientemente abertos e capazes de fomentar relações mais horizontais entre os diversos atores. Como estas circunstâncias apenas acontecem ocasionalmente, é importante dirigir a atenção aos espaços locais existentes de mobilização social e de democracia participativa. A interação entre agentes sociais e culturais que, realmente, contribui para o melhoramento das suas capacidades coletivas, e os espaços locais de governança, não necessariamente formais, que possam ir criando interações entre estes agentes e os governamentais, constituem esses espaços de democracia deliberativa que interessam e a partir dos quais se podem construir alternativas.

A mobilização social é o lugar onde se prioriza a estratégia de confrontação, e onde se reivindica às autoridades que renunciem a um tipo de propostas não benéficas para a comunidade. Se a mobilização conseguir suficiente legitimidade, pode obrigar as instituições públicas a colaborar com os coletivos mobilizados e a impedir o desenvolvimento dos seus planos. Os lugares abertos a processos de participação, impulsionados pelos agentes sociais e/ou comunitários, são o princípio para o êxito desta mobilização. Atores diversos de um território, que ante-

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

riormente não interagiam, conhecem-se nestes processos, identificam valores e preocupações comuns, e chegam a articular acordos e alianças com outros coletivos para elaborar propostas que põem em causa as decisões dos poderes públicos.

Para além das interações entre agricultores, movimento ambientalista e universidade, as quais conseguiram o encerramento temporal de La Colosa em Tolima, outro exemplo de um lugar público deliberativo seria a iniciativa Jangurie das cantinas escolares saudáveis de Urdaibai,⁶ onde a aliança entre associações de famílias, centros escolares, pequenos produtores e comerciantes do concelho e ativistas da agroecologia estão a conseguir que as autoridades públicas reconsiderem o modelo existente de refeitórios comunitários, que beneficia apenas as grandes superfícies e as grandes empresas de *catering* do País Basco.

A diversidade e a inclusão de grupos excluídos nos processos de participação

Se não houver capacidade de decidir sobre o futuro não há emancipação. Para poder participar na definição do futuro idealizado e viável desejado, é fundamental conhecer a atuação das instituições e do sistema vigente e compreender os processos de transformação e as novas formas de relação com os centros de poder. Para considerar as pessoas como sujeitos ativos do seu próprio destino, é necessário recuperar determinados valores e capacidades coletivas, é necessário ultrapassar as barreiras que as exclusões económicas, sociais e culturais impõem à participação. A igualdade política, no seu sentido liberal, mais do que uma garantia, representa um obstáculo para a participação de todas as pessoas.

Os espaços representativos democráticos formais e as garantias políticas e jurisdicionais das liberdades individuais, civis e políticas não asseguram que uma pessoa de uma comunidade tenha as mesmas oportunidades de participação que outra. Sem sistemas educativos fortes que potenciem a igualdade de oportunidades Sem uma valorização da dimensão deliberativa em todos os níveis de decisão, e sem a inclusão dos grupos mais desfavorecidos, não pode existir uma prática democrática. A democracia é mais do que um mero procedimento de representação e o respeito da Lei, consiste também na dignidade das pessoas, dentro do

6. Respectivamente à iniciativa das cantinas escolares de Urdaibai, Jangurie, veja <https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=hmDfUFZOdYs>.

pluralismo e dos valores sobre os quais uma sociedade se organiza (Sen, 2009; Deneulin, 2009).⁷

Para que a participação nestes espaços públicos deliberativos seja transformadora, emancipadora e plenamente democrática, é necessária a atuação dos setores que normalmente ficam invisíveis e excluídos na tomada de decisões. Para o empoderamento coletivo e a construção de sujeitos políticos, não é suficiente questionar a instrumentalização dos espaços de participação política existentes pelas elites dominantes, também é necessário comparar com outros princípios de dominação mais quotidianos, como sendo as relacionadas com o género, o sexo, a raça, a étnia, a identidade cultural, a religião, a diferença geracional ou a classe social.

É preciso distinguir a exclusão geral que sofre hoje em dia a cidadania na tomada de decisões, da invisibilidade dos sujeitos e coletivos vítimas do sistema de dominação múltiplo que aspiram a participar nestes espaços locais comunitários e de governança. Os avisos feministas sobre as discriminações interseccionais, ou a necessidade de que as lutas sejam inclusivas e representativas das pessoas que sofrem opressões sobrepostas e/ou discriminações múltiplas,⁸ devem ser consideradas, isso sim, sem se converterem numa obsessão paralisante.

As múltiplas e sobrepostas formas de opressão e comportamentos discriminatórios, estão presentes nos diferentes contextos das orga-

-
7. Segundo estes autores, o ponto de partida é uma conceção mais normativa da democracia e da participação, que entenda que as pessoas não são sujeitos passivos das instituições de bem-estar social, mas são sujeitos ativos do seu próprio destino. Democracia e participação são mecanismos mediante os quais os seres humanos exercem a sua agência no espaço público. A participação e as liberdades políticas, para além de serem intrinsecamente importantes na existência humana, são instrumentalmente fundamentais para gerar iniciativas políticas e para garantir a responsabilidade dos governos e a sua revisão de contas, mas também são básicas para a formação de valores e para a compreensão das necessidades, direitos e obrigações. Nesta visão mais complexa da democracia o pensamento público representa um papel fundamental na conexão entre a democracia e a justiça, enquanto que a participação política, o diálogo e a interação pública são também elementos essenciais.
 8. Os debates feministas sobre esta questão são bastante enriquecedores. Algumas referências interessantes são: Young (2000, 2005), Fraser e Honneth (2006), Hill Collins (2017) e Martínez-Palacios (2017). Agradeço à professora Jone Martínez-Palacios e aos estudantes do Master de Cooperação e Educação Emancipadora de Hegoa (UPV/EHU) as aprendizagens partilhadas.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

nizações e dos processos de participação e deliberação. O medo, a vergonha, a falta de tempo e sobretudo a opressão que sofrem muitas pessoas por questões de género, sexo, raça, classe, cultura... dificultam a sua inclusão nalguns processos comunitários que, precisamente, visam objetivos de justiça social. Tanto escutar as pessoas excluídas e as que sofrem estas opressões como implementar estratégias para inverter esta situação convertem-se em questões prioritárias. A renúncia a parte dos critérios próprios e dos excessos de protagonismo por parte dos que ostentam uma posição dominante, bem como a resistência e dissidência dessas pessoas «que perderam quase tudo para que nada lhes fosse confiscado» são essenciais para «constituir equipe» neste desafio de projetar esse futuro idealizado. Este facto implica estabelecer alianças entre setores privilegiados e excluídos para identificar quais são os problemas comuns, definir prioridades e propôr as alternativas «de vida». Contudo, não se deve descurar a possibilidade de fracasso, e a necessidade de aprender do mesmo para não cair na paralisia.⁹

Na gestão desta diversidade de discriminações e exclusões nos espaços de democracia participativa, deve acrescentar-se a dificuldade de lutar contra o conhecimento dos poderes dominantes, apresentado como o único válido, afirmando a sua supremacia e pretendendo dissuadir qualquer tentativa de apropriação da capacidade de o definir e o representar em novas narrativas. São precisamente as resistências dos setores excluídos e das lutas sociais que inscrevem essas chaves e conhecimentos para entender esses outros mundos possíveis (Santos, 2019). Como demonstrado pelas nossas colegas Teresa Cunha, Isabel Casimiro, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga e Luísa de Pinho Valle em vários capítulos deste livro, o conhecimento e a interpretação feminista, a qual acusa a desigualdade que sofrem as mulheres nas diversas esferas (pública, comunitária, económico-laboral, habitat) e que reivindica o seu empoderamento individual e coletivo na tomada de decisões, é referente em toda a ofensiva por superar essas linhas abismais que gere o atual modelo capitalista-extrativista.

9. Estas ideias sobre a escuta das pessoas excluídas, a necessidade de aprender do fracasso e a necessidade de entender a política como um campo de ação foram extraídas dos debates entre artistas, académicos e ativistas da Aula aberta dirigida por Marina Garcés e coletadas na publicação *Humanidades en acción* (Garcés, 2019). Realmente, os capítulos intitulados «Generosidad», de Eduard Escoffet, «Negación», de Ingrid Guardiola, y «Valor», de Joana Masó aprofundam estas questões.

As capacidades políticas coletivas

Os seres humanos que querem desfrutar das suas vidas dispõem de uma agência, tanto individual como coletiva, para transformar os conflitos e as estruturas injustas que os rodeiam. Neste livro salientam-se muito as capacidades humanas. Viver uma longa vida, conseguir transações económicas e participar nas atividades políticas seriam as principais.¹⁰ Neste capítulo, interessa expôr estas últimas e, particularmente, sob o ponto de vista da sua dimensão coletiva.

No que se refere à aproximação das capacidades *políticas* coletivas que se propõem neste livro-projeto, Alfonso Dubois destaca as seguintes: a capacidade de análise e visão do futuro (resiliência); a capacidade de compromisso e atração (analisar criticamente as relações de poder, compromisso e incidência e uso dos meios de comunicação); a capacidade de relacionar-se e conseguir obter apoios; a capacidade de equilibrar coerência com diversidade; a capacidade de se adaptar e renovar (aprendizagem, autocrítica, análise dos conhecimentos locais para a gestão e tomada de decisões, incluindo as limitações da natureza); a capacidade de tomar decisões diante de problemas complexos; e a capacidade de realizar tarefas. Enquanto que María Oianguren, também num outro capítulo, menciona a capacidade de recordar (entendida como conhecimento contextualizado, conhecer o ser próprio e o ser que nos envolve, isto é, recordar o mundo e o nosso território com a razão e o coração); a capacidade de imaginar (imaginar no tempo e no espaço novas coisas que nos façam viver melhor); e a capacidade de recriar e reciclar (como princípio sociológico e ecológico, defender na prática política essas propostas e exigências normativas perante os poderes políticos públicos).

No princípio mencionou-se o retrocesso democrático, e como as instituições económicas e políticas do capitalismo demoliberal acen-

10. As principais capacidades políticas foram demonstradas por Martha Nussbaum (2002). Na sua lista de capacidades humanas centrais mencionavam-se: a capacidade de utilizar os sentidos, a imaginação, de pensar e raciocinar e de se poder realizar as coisas humanamente (capacidade de sentidos, imaginação e pensamento); a capacidade de reflexionar criticamente sobre as nossas vidas (capacidade da razão prática); a capacidade de viver com outros e comprometidos com os outros e criar instituições políticas comuns que nos protejam das discriminações de raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, étnia ou origem nacional (capacidade de afiliação); e a capacidade de participar eficazmente nas decisões que governam as nossas vidas (capacidade de controlo político sobre o meio ambiente).

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

tuam as discriminações e as desigualdades que sofrem as pessoas, que estão cada vez mais alinhadas e desmotivadas de participar nessas decisões que as afetam, e que parecem renunciar a alterar essa realidade, onde as elites que governam estão ao serviço dos interesses de apenas algumas pessoas. Parece tudo tão complexo que é preferível viver cada um a sua própria vida, ser obedientes e não questionar o *statu quo*. Precisamente esse é o objetivo deste livro é projeto sobre os «Territórios em conflito», o qual quer recuperar essas capacidades de se analisar, conhecer, imaginar e recriar a si próprio, a partir da razão prática. Substituir a ameaça que supõe «o outro» pela solidariedade, e recuperar as relações democráticas em novos espaços e instituições públicas onde se possam partilhar visões, processos coletivos e qualidades de vida. Não se pode aceitar qualquer empoderamento, representação política ou sistema de tomada de decisão; mesmo que esse empoderamento e liderança coletiva, uma nova vontade política e a capacidade para ir ao encontro e para se analisar, conhecer, imaginar e recriar a si próprio, sejam elementos fundamentais para construir poder no território.

O empoderamento, como anteriormente comentado, tem que ser real, tanto a nível pessoal como coletivo. Só é possível conseguir uma maior participação nas estruturas de poder quando uma pessoa é consciente do seu papel na sociedade, quando confia em si mesma e nas decisões e ações que toma. Esse empoderamento tem que implicar transformações nas relações de poder desse indivíduo, tanto no seu habitat, na sua comunidade, como na política. E pode e deve alcançar as mudanças na sua envolvente, e deve conseguir intervir no processo da tomada de decisões político. Mas o empoderamento individual não é suficiente.

Para a mudança é preciso compreender de maneira diversa a *vontade política*, sem identificá-la com a vontade de umas elites, o que supõe entender que é importante para a cidadania um rígido quadro de regulamentos e regras. É necessário um esforço coletivo nos processos políticos, o qual requer uma liderança capaz de alcançar «boas mudanças», uma liderança coletiva baseada na formação de coligações de líderes, elites e organizações com diferentes interesses, a qual tem a capacidade de contestar e deslegitimar as ideias que sustentam essa rigidez institucional, e de legitimizar propostas alternativas (DLP, 2018). Líderes motivados e motivadas, que compartilham valores, interesses e visão para impulsionar a transformação, que articulam processos coletivos onde os indivíduos possam superar os obstáculos à cooperação, e criar parcerias para questionar as ideias dominantes e legitimizar as alternativas que se

apresentem. Em suma, uma liderança capaz de transformar estruturas através de uma forte agência coletiva (Fariñas, Peris e Boni, 2013), capaz de produzir alterações formais e informais que alterem as estruturas sociais e políticas, através de novas formas de participação e criando novas formas de institucionalidade.

Estas novas propostas para construir um poder político nos territórios explorados neste projeto não pretendem oferecer soluções concretas para cada um dos «territórios em conflito», mas apresentar as suas realidades, nas quais diferentes atores lutam por conseguir melhores alternativas de vida. Trata-se de identificar, construir e impulsionar esses espaços públicos comuns onde atores com capacidade de pensar e atuar se reúnem, se relacionam entre si para criar redes que buscam projetos comuns capazes de incorporar os esforços dos diversos coletivos, particularmente dos setores mais excluídos e/ou discriminados (mulheres, jovens, pessoas anciãs, migrantes, desempregados, minorias étnicas e culturais...). Para o efeito, como demonstra Dubois no seu capítulo, é fundamental gerar espaços que promovam o encontro das diferentes visões, reconhecer os interesses dos distintos grupos e entender as suas maneiras de pensar e atuar, compreender os problemas reais dos seus atores e da sua envolvente, e compreender que podem criar-se múltiplos centros de decisão, os quais podem apresentar contradições com diagnósticos e propósitos dos primeiros.

Um institucionalismo relacional capaz de articular outras visões do global a partir do local

Para compreender as articulações do poder político nos territórios, é necessário considerar as diferentes escalas de democracia e de governo. Acomodar ou rever qual é o contexto social, económico ou político de cada território nas tendências nacionais ou globais torna-se insuficiente. Se realmente concebemos o território como um espaço de vida, é necessária uma nova visão do global a partir do local. Tanto o aperfeiçoamento institucional como a mínima efetividade do Estado para o bom funcionamento dos mercados são conceções da governança, não servindo de referência para uma aproximação ao poder político dos territórios.

Também as abordagens de mobilização de recursos através da fiscalidade e da descentralização política e administrativa dos Estados não são suficientes para abordar a relação entre a governança e o poder político territorial. Infelizmente, nem a descentralização política nem os esforços estabelecidos por fortalecer as capacidades fiscais dos go-

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

vernos de países empobrecidos foram capazes de evitar a corrupção, o fidelismo e a elisão fiscal das grandes empresas transnacionais. O governo e a sua burocracia, o sistema judicial e a sociedade económica continuam a modelar as estratégias de desenvolvimento para promover o mercado e os seus interesses sem contar com a sociedade política. Consequentemente, as dimensões nas quais é preciso concentrar os esforços analíticos têm mais a ver com o interesse dos assuntos públicos e com o serviço das políticas públicas para a cidadania (Hyden e Court, 2002). Nos sistemas atuais, não há simetria nem horizontalidade entre o poder dos governos e as corporações económicas, e o poder das sociedades cívicas e políticas. Quer na escala nacional, quer na escala local.

Se quisermos alterar estas relações de poder nos territórios, há que visar a construção de sociedades sólidas, democráticas e participativas, capazes de articular autoridades legítimas, e de reorientar o modelo socio-económico de uma forma mais justa. Em suma, necessitamos de novas formas de interação entre o Estado, a Sociedade e o Mercado, onde as comunidades e/ou sociedades locais recuperem poder frente à atual governança em duas bandas, onde as grandes empresas e as autoridades estatais controlam as decisões, valendo-se de uma maioria social que fica limitada a esse mesmo modelo, sem interesse nem capacidade de o questionar ou, aparentemente, beneficiada por alguns «privilégios».

A incerteza gerada pelo crescente avanço do neofascismo e/ou do autoritarismo «democrático» acentua a crise das estruturas normativas e organizativas dos estados demoliberais. Talvez esta circunstância pudesse ser uma oportunidade para convencer os setores sociais e políticos liberais de que as suas receitas políticas e económicas de desenvolvimento das últimas décadas estão a fracassar, e que são necessárias essas novas propostas que põem no centro a vida das pessoas e das comunidades, e não tanto os interesses da grande capital.

Nesta exploração de novos conceitos e lógicas para analisar as institucionalizações complexas que podem surgir das lutas e dos interesses conflituosos apresenta-se como oportunidade a articulação de territórios, autoridades e direitos em novas estruturas concretas que, ao longo do tempo, podem atingir diferentes e melhores níveis de desempenho (Sassen, 2006). Para construir estas novas visões globais a partir do local, será necessário renovar de forma criativa os conceitos e os quadros de análise para examinar os projetos de caráter normativo desenvolvidos pelas sociedades de certos territórios que lutam pelo bem-estar humano, individual e coletivo. No próximo bloco serão abordados os elementos-chave deste novo cenário.

Para além de novos métodos de aproximação às relações de poder do território, o outro grande desafio consiste em saber como articular instituições sociais e políticas sólidas nos contextos territoriais específicos onde existem setores organizados que procuram resistir com propostas alternativas aos poderes hegemônicos, as quais dificilmente podem transmitir a sua resiliência e conseguir atrair essas maiorias sociais cativas.

Para inverter esta situação e envolver o conjunto da sociedade na criação dos espaços onde se irão definir as visões de futuro, alertamos para três questões. Em primeiro lugar, é preciso encontrar as fórmulas nas quais a cidadania incremente o seu interesse pelos assuntos públicos e se anime a participar nos distintos níveis de decisão (não exclusivamente na eleição dos representantes de diferentes níveis governamentais, mas também nas manifestações e espaços públicos deliberativos). Em segundo lugar, é necessário incentivar a criação de espaços formais e informais para a deliberação e o consenso sobre os distintos temas, entre os distintos atores territoriais. E, em terceiro lugar, é igualmente necessário potenciar modelos de políticas públicas abertos a uma participação mais ativa, mais democrática e menos tutelada dos setores mais marginalizados e da cidadania em geral.

Resumindo, frente às concepções pouco politizadas da governança, é importante potenciar o funcionamento político dos setores mais marginalizados e dos conhecimentos locais democráticos, e ir construindo um modelo mais relacional, horizontal e simétrico onde a cidadania delibera com os restantes poderes públicos e os atores, para participar diretamente na tomada de decisões e na gestão das mesmas, sempre que o considere necessário.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS AOS QUADROS DE ANÁLISE DA ECONOMIA POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE PAZ

Não se pode elaborar propostas fechadas. Se o objetivo é analisar instituições sociais e políticas sólidas com capacidade de resolver os problemas das pessoas em territórios onde existe uma pluralidade de atores e de culturas que têm distintos valores, crenças e identidades, é impossível pretender a construção de quadros de análise que integrem toda a complexidade e, ainda menos, pretender que a sua aplicação possa ser universal. Após a caracterização breve e crítica das principais quadros territoriais de análise da economia política do desenvolvimento e a

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

construção da paz, será apresentada a matriz de responsabilidade institucional e os regimes de bem-estar de Gouh e Wood (2004), bem como o Programa de Liderança para o Desenvolvimento (DLP, 2018), como propostas a considerar na análise de processos de construção do poder político alternativo, para oferecer, finalmente, elementos que incitem a provar com outros quadros que, para além de analisarem os processos desses territórios, facilitem também a aprendizagem das diferentes experiências que neles se produzem.

■ Aproximação crítica aos quadros territoriais de análise

A maioria dos esforços em medir os resultados de desenvolvimento, democracia, governança e paz, estão na lógica dos interesses do mercado e/ou garantias de segurança das inversões estrangeiras, ou na lógica da monitorização e avaliação da Agenda 2030 e do financiamento do desenvolvimento e a cooperação internacional. Inversores estrangeiros e empresas transnacionais financiam medições e avaliações sobre a capacidade dos poderes públicos para o correto funcionamento da economia de mercado. É por esta razão que dão primazia aos indicadores nacionais e sectoriais, e não estão tão desenvolvidas as ferramentas subnacionais que quantificam os processos de desenvolvimento (Ban-deira, 2011).

Ao nível subnacional/local, a maioria das empresas multilaterais, governos e ONG continuam comprometidas em limitar as suas avaliações aos resultados positivos ou negativos das suas intervenções, principalmente através do abordagem do quadro lógico (AQL). Embora seja verdade que, no novo milénio, o fracasso das intervenções em conseguir resultados de desenvolvimento tenha levado muitos atores a situarem a sua atenção na vontade política e nas atitudes das sociedades receptoras, prestando maior interesse nos efeitos de outros eventos externos e na intervenção de outros agentes sendo que, também estes, influem nas alterações socio-económicas, políticas e culturais desses territórios. Entre estas medidas da economia política e da construção local para a paz destacam-se aqueles promovidos por importantes organismos multilaterais, por agências bilaterais de cooperação e por algumas ONG e fundações privadas (veja anexo final).

Esta lógica dos análises de economia política e construção da paz representa alguns dilemas metodológicos relacionados com o conhecimento contextualizado e a representação. As relações entre os sujeitos políticos dos processos e os atores externos condicionam as intervenções

e os objetivos de desenvolvimento, enquanto que as leituras exógenas representam e, em certa medida, interpretam os interesses dos protagonistas, como se estes necessitassem da sua tutela. Estes estudos de ecónomia política do desenvolvimento e pela da paz procuram adaptar-se em parte às realidades locais, apesar de não serem capazes de esclarecer se as suas medições são para os donantes e seus projetos, ou para os sujeitos políticos dos processos de transformação.

Este tipo de abordagens e instrumentos analíticos a nível subestatal continuam a centrar-se nas capacidades técnicas, administrativas e gerenciais para cumprir com os objetivos das agendas internacionais de desenvolvimento e paz, não se esforçando o suficiente em aspectos de fortalecimento das capacidades coletivas e dos processos de decisão dos atores locais quanto ao futuro que desejam para si mesmos e para o seu território. Continuam a ser análises parciais e com contradições nos níveis retóricos e operativos que vitimizam as populações locais simultaneamente ao facto de outorgarem um papel de salvadores à comunidade internacional (Sanz, 2014). Noutros termos, estes quadros de análise continuam a centrar-se nos problemas do desenvolvimento e da paz partindo dos interesses e necessidades das iniciativas dos donantes, desconsiderando as dificuldades próprias que cada sociedade tem (Copestake e Williams, 2014; Alberdi e Dubois, 2015).

Se o principal elemento é avaliar processos que tratam de decidir sobre o futuro desejado, que sejam capazes de alterar estruturas, instituições e funcionamentos de poder, então é preciso reconsiderar radicalmente estes métodos de avaliação e medição, combinar técnicas qualitativas e quantitativas com diagnósticos narrativos, e incorporar referências normativas das abordagens relativas às capacidades coletivas, às epistemologias alternativas, à economia feminista e ecológica, às alternativas ao poder corporativo, ao institucionalismo radical... É necessário desenvolver novas ideias, conceitos e instrumentos de análise que permitam compreender as estruturas, as instituições e os funcionamentos do poder, e como este é utilizado na competência, no conflito e na deliberação de ideais, interesses, valores e preferências (Hudson e Leftwich, 2014).

O propósito deve ser elaborar quadros de análise a processos complexos capazes de acompanhar processos de transformação relacionados com o poder e as capacidades coletivas e do sistema, e que favoreçam a formação de sociedades coesas baseadas em objetivos comuns, os quais construirão o seu futuro de uma forma participativa. Esta nova construção dos poderes locais deve surgir do próprio

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

conhecimento dos sujeitos protagonistas do território e, a partir da sua própria experiência e autorreflexão, é possível construir quadros de aprendizagem que atenuem o impacto das lógicas capitalistas, racistas, hetero-patriarcais e académicas (Luxán e Aspiazu, 2018).

■ Não interessam os marcos analíticos fechados: breve referência à matriz de responsabilidade institucional e ao Programa de Liderança para o Desenvolvimento

Apesar do referido, em muitos desses marcos de análise aparecem contribuições e elementos interessantes presumíveis de incorporar-se nas análises relativas ao poder político dos territórios. Seguidamente, sem qualquer vontade de exaltá-los, apresentam-se alguns instrumentos de análise que servirão de inspiração ao trabalho da equipa de «Territórios em conflito» referente à aprendizagem e ao seguimento desenvolvido ao longo destes anos em distintos processos.

A matriz de responsabilidade institucional e os regimes de bem-estar de Gouh e Wood (2004) fornecem algumas medidas importantes de alternativas relevantes para compreender as relações entre as instituições de maneira mais holística e mais adaptada aos diferentes contextos encontrados nos diferentes territórios. No caso de se querer entender as relações de poder num território, é importante definir as características que oferecem os organismos do estado, comerciantes, comunitárias e familiares em cada contexto concreto, e assim avaliar os diversos atores desse território e suas funções na promoção do bem-estar individual e coletivo.

Contrariamente às considerações neoinstitucionalistas clássicas, esta proposta de matriz de responsabilidade institucional baseia-se num conjunto de acordos institucionais políticos e práticos que afetam o bem-estar dos grupos humanos, destacando realidades onde se atingem importantes níveis de bem-estar (regime de bem-estar), outras onde a ação de atores não oficiais é determinante para o bem-estar da comunidade (regime de segurança informal) e outras onde nem o estado, nem o mercado, nem a comunidade, nem o habitat são capazes de garantir os mínimos (regime de insegurança). No caso de se pretender analisar as desigualdades de participação nas distintas esferas institucionais, é importante considerar questões como o acesso e/ou a capacidade de comprar bens e serviços, o acesso aos serviços que proporcionam os poderes públicos, e o acesso ao trabalho não remunerado organizado ao redor da divisão sexual

do trabalho. Analisar o poder territorial no exemplos de Urdaibai, de Tolima e ou de Cabo Delgado requer considerar este tipo de propostas metodológicas que estreitam a dimensão institucional com a realidade do bem-estar económico e a capacidade dos atores em proporcionar bens comuns.

FIGURA 1. **MODELO DE REGIMES DE BEM-ESTAR: A MATRIZ DE RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL**



Fonte: Adaptado de Wood (2010).

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

No artigo das capacidades políticas coletivas salientou-se a importância das lideranças coletivas nestes processos de transformação. O Programa de Liderança para o Desenvolvimento (DLP, 2018), apoiado pela Agência Australiana de Ajuda Internacional, e inspirado pelo enfoque Drivers of Change do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo britânico (DFID), baseia-se na investigação do papel que desenvolvem os líderes e as coligações locais nos processos de desenvolvimento, e em como se constrói a respetiva «vontade política». Perante as instituições e regras formais e informais que resistem à mudança, e que preferem manter o *statu quo* e não permitir que outros grupos sociais se empoderem, é fundamental haver uma vontade política resultante de um processo estratégico, político e coletivo capaz de desenvolver as transformações positivas. Para que este facto se verifique é preciso existirem: a) Indivíduos motivados com valores, interesses e oportunidades para influir nas transformações; b) processos coletivos onde se pode cooperar de modo diferente; e c) coligações para reestruturar as sociedades, que contem com a influência, a legitimidade e o poder. A potência e a efetividade destas coligações dependerão da sua capacidade de participação e de legitimização dum conjunto de ideias alternativas.

Em muitos contextos territoriais é mais fácil gerar transformações através das instituições mais débeis e improvisadas, as quais têm mais liberdade para atuar com o intuito de finalizar, do que propôr através de estruturas existentes. Estas transformações institucionais apenas parecem resultar possíveis em situações de crise múltipla, de conflito e de pressões sociais. É igualmente muito importante o modo como se comunicam as alterações pretendidas, visto que parecem afetar questões consideradas não discutíveis pelo conjunto de sociedade, tais como, por exemplo, valores, normas, hierarquias ou crenças culturais. Em consequência, estas mudanças só são possíveis através de lideranças transformadoras que promovam coligações efetivas e desenvolvidas em espaços próprios, onde se explora a ação dos outros atores e se analisa se podem contribuir positivamente nos processos de transformação. A este respeito, os trabalhos de DLP são uma referência.

■ Para a construção de quadros de aprendizagem visando a ação coletiva

Não existe nem é nosso objetivo fornecer um quadro fechado de análise aos procesos coletivos locais capazes de transformar a

realidade. Esta é uma proposta aberta que quer contribuir para a compreensão do funcionamento das sociedades através da agência coletiva dos seus sujeitos protagonistas, que visa melhorar o seu bem-estar coletivo, que tenta ultrapassar uma narrativa desenvolvimentista, e construir uma nova, baseada na justiça, na convivência e no bem-estar coletivo.

Para se construirem estas novas narrativas nos territórios, como anteriormente exposto, é indispensável que cada sociedade local desenvolva tanto a sua capacidade de elaborar e empreender um projeto integrador e participativo, como a sua capacidade de gerar espaços para o encontro entre as diferentes visões observadas no território, onde se reconhecem os interesses dos distintos grupos. É imprescindível entender as maneiras de pensar e atuar existentes em cada lugar, compreender os problemas reais dos seus atores e do seu meio ambiente, e considerar as diferentes escalas temporais e espaciais, os múltiplos centros de decisão que podem ser relativamente autónomos, bem como entender em simultâneo os processos incoerentes e contraditórios. Trata-se de construir quadros de aprendizagem para a ação que ajudam a navegar nesta complexidade, e que contribuem na promoção de leituras partilhadas que visam uma ação coletiva (Dubois, 2014).

Nos processos coletivos de diagnóstico de desafios e problemas, e de identificação e construção de alternativas aos planos de desenvolvimento e aos megaprojetos capitalistas que esta equipa acompanha na província de Cabo Delgado e na Cidade de Maputo (Moçambique), nos departamentos de Tolima e Caquetá (Colômbia) e no concelho de Urdaibai (País Basco), exploram-se novas metodologias que permitem aprender dos sujeitos políticos que lutam contra as lógicas do capital, do heteropatriarcado e do racismo e a xenofobia. Metodologias que ajudam a perceber a complexidade, e a entender como se deve pensar e atuar nos diferentes níveis e escalas temporais e espaciais, e de contextos incoerentes e contraditórios.

Seguidamente, apresentam-se alguns elementos-chave a considerar nestos quadros de aprendizagem:

- É importante partir de uma conceção compartilhada do local/territorial. São territórios ou «espaços locais concretos» onde se estabelece uma complexa combinação de história, cultura, geografia, recursos, conhecimento e instituições. São espaços onde as sociedades promovem projetos comuns, considerando que não

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

estão isolados da envolvente, mas que, pelo contrário, devem estabelecer relações com os outros níveis superiores, e inclusive o território deve ser um lugar para pensar a construção de uma globalização diferente, mais equitativa e humana, enquanto que o local permite redescobrir o sentido do território e da comunidade.

- É preciso confiar nas capacidades humanas para estabelecer e melhorar, coletivamente, as condições de vida. Confiar nas pessoas e nas comunidades, e na sua condição de transmissoras, reprodutoras, cuidadoras de vida, dentro da ideia de que estão constantemente numa transição para recuperar a liberdade, e caminhando para uma emancipação que cuida a interdependência planetária, a partir da reciprocidade. Trata-se de não ficar preso à nostalgia dos melhores tempos, nem à mera hipercrítica do sistema injusto. É preciso partir de uma «igualdade das inteligências», isto é, da capacidade de qualquer um para desaprender, para se atrever a saber e a raciocinar publicamente, para aprender e compreender, para criticar e questionar o dominante, e para propôr alternativas (Garcés, 2019). Como destaca María Oianguren neste livro, trata-se de abandonar o nihilismo e de fazer face ao extrativismo simbólico, a partir de uma epistemologia da esperança, a qual potencia as vidas através das capacidades de recordar, de imaginar e de recriar em consciência social e ecológica.
- É necessário identificar as «estruturas de vida em comum» ou as preocupações compartilhadas para encontrar estímulos nos esforços partilhados. Os indivíduos e grupos de um lugar atuam entre instituições formais e informais, que promovem os bens sociais para melhorar as suas vidas. Quando estas estruturas de vida em comum se desviam do seu próprio objetivo, são necessárias a autorreflexão e a própria experiência para as reconduzir (Deneulin e Stewart, 2002).
- Outra tarefa fundamental é analisar os enquadramentos de interrelações que existem em cada território para tratar de compreender as diferentes objetividades existentes. Os interesses dominantes apresentam uns objetivos de desenvolvimento económico capitalista/extrativista como sendo os únicos possíveis. No entanto, nos territórios, existem outras «objetividades posicionais» (Sen, 2009), outros posicionamentos de outros atores que estabelecem outros objetivos e propostas que, apesar de diferentes entre elas, podem partilhar valores e formas de ver as coisas. Conforme

cada território e cada contexto socio-institucional e cultural, as interrelações entre os atores do território são muito diferentes, pelo que é fundamental compreender a estrutura social, as instituições, as regras de jogo, o ambiente ecológico e as ideias e a cultura de cada lugar.

- As premissas das epistemologias do Sul e os seus instrumentos das sociologias das ausências e das emergências, a ecologia de saberes, a tradução intercultural e a artesanaria da prática servem para superar essa linha abismal da lógica do poder, que distingue entre os/as que formam parte do sistema e dos/as que não o são. Em cada território é preciso identificar os atores e os conhecimentos que são silenciados e/ou suprimidos e as suas capacidades para pensar e atuar, é preciso entender a incerteza intercultural e as ações criativas e imaginativas como valores e aspectos positivos para fazer frente a esse mundo capitalista, colonial e heteropatriarcal (Santos, 2014; Cunha e Santos, 2015).
- As ideias feministas do coletivo e do empoderamento possibilitam leituras críticas às regras do jogo e às desigualdades das relações de poder nos distintos contextos. É necessário reunir a hermenêutica feminista e as vozes não representadas, para centrar a atenção nos movimentos e práticas feministas, que fazem face às desigualdades, e que conseguem que as mulheres sejam sujeitos políticos e agentes empreendedoras e criativas dos novos cenários democráticos e institucionais (Cunha, 2011; Larrañaga e Jubeto, 2014).
- Em circunstâncias, em contextos onde o controlo e a presença do Estado foi muito limitados, surgem conflitos não convencionais nos territórios, onde as inversões estrangeiras e as elites políticas locais interessadas pelos benefícios económicos a curto prazo articulam novas lógicas de poder baseadas no medo e no desespero dos habitantes. A instrumentalização política da violência e do conflito por parte de governos privados indiretos, e as práticas neocoloniais do poder corporativo, ajudam a compreender o que está a ocorrer nesses territórios (Mbembe, 2011). Perante este cenário paralizante, é importante salientar a convicção de que as alternativas ao poder corporativo são possíveis, como o demonstram a ocupação de terras, a recuperação de serviços privatizados, a luta contra a evasão fiscal e muitos outros exemplos que estão a servir para a transição encaminhada a modelos mais sustentáveis (Fernández, 2017).

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

- Neste capítulo quisemos destacar a importância da motivação e compromisso ativo dos grupos vulneráveis e das alianças criativas com as lideranças comunitárias que permitem identificar as mudanças mais vantajosas, e a construção de espaços públicos de deliberação (Alberdi, 2016).

Se se quiser aprender destes processos que se investigam e/ou que se monitorizam, é preciso compreender que a interação de militantes e de equipas de investigação com os atores protagonistas e os descobrimentos realizados são mais importantes que a própria intervenção feita a partir do exterior. É necessário encontrar a maneira em que cada lugar tenha uma integração mais estreita entre análise e ação, para produzir uma maior capacidade de abordar o conjunto de problemas e conflitos interrelacionados, e para poder identificar essas resistências e alternativas ao modelo dominante das que devemos aprender. Isto foi o que se procurou investigar na análise dos «territórios» de Urdaibai, Tolima e Cabo Delgado. Monitorizar processos, abrir ou reforçar espaços públicos deliberativos, utilizando as técnicas segundo o tipo de aproximação pretendido. Sondagens de problemas, recolha e interpretação de datos, análises críticas de discurso, análise de conteúdos, produções narrativas; em suma, metodologias críticas para construir um poder político alternativo e aprender dos territórios.

RECURSOS SOBRE PODER POLÍTICO E TERRITÓRIO

Bibliografia

- ALBERDI BIDAGUREN, Jokin (2016): *The Political Dimension of Local Human Development: Key Points for the Construction of Alternatives and Cohesive Societies*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://publicaciones.hegoa.ehu.es/es/publications/386>>.
- e Alfonso DUBOIS (2015): «El proceso de definición colectiva del bienestar, como referencia clave de la dimensión política del desarrollo. Del desarrollismo al desarrollo humano», em M. ENGELKEN-JORGE, M. CORTINA ORIOL e N. BERGANTIÑOS (eds.): *Contextos y perspectivas de la democracia. Ensayos en honor a Pedro Ibarra Güell*, Pamplona, Pamiela/Universitas, 62-85.

- ALGUACIL, Julio (2005): «Los desafíos del nuevo poder local: la participación como estrategia relacional en el gobierno local», *Polis. Revista Académica de la Universidad Bolivariana*, 12, 1-15. Disponível em <<http://www.dhl.hegoa.chu.es/recursos/200>>.
- BANDEIRA, Pablo (2011): «El uso de herramientas de medición de calidad de las instituciones públicas en la cooperación internacional», *Revista Globalización, Competitividad y Gobernabilidad (GCG)*, 5 (3), 134-151. Disponível em <<https://gcg.universia.net/article/view/416/uso-herramientas-medicion-la-calidad-las-instituciones-publicas-la-cooperacion-internacional->>.
- COLINO, César, e Eloísa del PINO (2008): «Democracia participativa en el nivel local. Debates y experiencias en Europa», *Revista Catalana de Dret Públic*, 37, 247-283.
- COPESTAKE, James, e Richard WILLIAMS (2014): «Political Economy Analysis, Aid Effectiveness and the Art of Development Management», *Development Policy Review*, 32 (1), 133-155.
- COURT, Julius, Goran HYDEN e Mease KEN (2002): *Assessing Governance: Methodological Challenges*, United Nations University, World Governance Survey (Discussion Paper, 2). Disponível em <<https://www.odi.org/publications/3137-measuring-governance-methodological-challenges>>.
- CUNHA, Teresa (org.) (2011): *Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*, Porto, Afrontamento.
- e Boaventura de Sousa SANTOS (orgs.) (2015): *Epistemologias do Sul. Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- DENEULIN, Séverine (2008): «Beyond Individual Freedom and Agency: Structures of Living Together in Sen's Capability Approach to Development», em S. ALKIRE, F. COMIM e M. QIZILBASH (eds.): *The Capability Approach: Concepts, Measures and Application*, Cambridge, Cambridge University.
- (2009): «Democracy and Political Participation», em Séverine DENEULIN e Lila SHAHANI (eds.): *An Introduction to the Human*

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

- Development and Capability Approach. Freedom and Agency*, Ottawa, IDCR, 185-206.
- (2014): *Wellbeing, Justice and Development Ethics*, Londres, Routledge.
- e Frances STEWART (2002): «Amartya Sen's Contribution to Development Thinking», *Studies in Comparative International Development*, 37 (2), 61-70.
- DLP (PROGRAMA DE LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO) (2018): *Inside the Black Box of Political Will: 10 Years of Findings from Developmental Leadership Program*, Australian Aid, fevereiro 2018. Disponível em <<https://www.dlprog.org/publications/research-papers/inside-the-black-box-of-political-will-10-years-of-findings-from-the-developmental-leadership-program>>.
- DUBOIS, Alfonso (2014): *Marco teórico y metodológico del Desarrollo Humano Local*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <http://publicaciones.hegoa.ehu.es/uploads/pdfs/260/Marco_teorico_DHL_%28CASTELLANO-EUSKERA%29.pdf?1488539825>.
- FARIÑAS, Sarai, Jordi PERIS e Alejandra BONI (2013): *El enfoque almanario como catalizador para el desarrollo de las capacidades colectivas y el fortalecimiento de la agencia fuerte. Estudio de caso en el contexto indígena de Sipacapa, Guatemala*. Comunicação apresentada no VI Congresso Universidade e Cooperação ao Desenvolvimento, Valencia, abril de 2013.
- FERNÁNDEZ ORTIZ DE ZÁRATE, Gonzalo (2017): *Alternativas al poder corporativo*, Barcelona, Icaria.
- FRASER, Nancy, e Axel HONNETH (2006): *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*, A Corunha, Morata.
- GARCÉS, Marina, e VV. AA. (2019): *Humanidades en acción. Un proyecto dirigido por Marina Garcés*, Barcelona, El Rayo Verde.
- GOUGH, Ian, e Geof WOOD (2004): *Welfare Regimes: Linking Social Policy to Social Development*, Centre for Development Studies/University of Bath. Disponível em <<http://people.bath.ac.uk/hssgdw/wood-gough.pdf>>.

- HA-JOON, Chang (2006): «La relación entre las instituciones y el desarrollo económico. Problemas teóricos claves», *Revista de Economía Internacional*, 8 (14), 125-136. Disponível em <<https://www.economiainstitucional.com/pdf/No14/hchang14.pdf>>.
- HILL COLLINS, Patricia (2017): «The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy», *Revista de Investigaciones Feministas*, 8 (1), 19-39.
- HUDSON, David, e Adrian LEFTWICH (2014): From Political Economy to Political Analysis Developmental Leadership Program (DLP) (Research Paper, 25). Disponível em <<https://www.dlprog.org/publications/research-papers/from-political-economy-to-political-analysis>>.
- HYDEN, Goran, e Julius COURT (2002): *Governance and Development*, Nova iorque, United Nations University (World Governance Survey Discussion Paper, 1).
- IBARRA, Pedro (2011): *Democracia relacional*, Madrid, CEPC.
- LARRAÑAGA, Mertxe, e Yolanda JUBETO (2014): *El desarrollo humano local desde la equidad de género. Un proceso en construcción*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://publicaciones.hegoa.ehu.es/publicaciones/312>>.
- LÓPEZ CASTELLANO, Fernando (2012): «Economía política del desarrollo, Análisis poscolonial y “malos samaritanos”», *Revista Problemas del Desarrollo*, 169 (43), abril-julho, 27-50. Disponível em <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/30748>>.
- LUXÁN, Marta, e Jokin ASPIAZU (2018): *Metodologías de Investigación Feminista*, UPV/EHU. Máster em Igualdade de Mulheres e Homens, Módulo III: Metodologia para a implementação da igualdade. Disponível em <<https://www.ehu.eus/es/web/zuzenbide/gzkj-baliabide-materialak>>.
- MARTÍNEZ-PALACIOS, Jone (2017): «Exclusión, profundización democrática e interseccionalidad», *Revista de Investigaciones Feministas*, 8 (1), 53-71.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

- MBEMBE, Achile (2011): *Necropolítica*, Santa Cruz de Tenerife, Melusina.
- NUSSBAUM, Martha C. (2002): *Mujeres y el Desarrollo Humano. El enfoque de las capacidades*, Barcelona, Herder.
- PISARELLO, Gerardo (2014): *Procesos constituyentes. Caminos para la ruptura democrática*, Madrid, Trotta.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2014): *Epistemologías del Sur (Perspectivas)*, Madrid, Akal.
- (2019): *El fin del imperio cognitivo. La afirmación de las epistemologías del Sur*, Madrid, Trotta.
- SANZ, Eneko (2014): *Un análisis narrativo de los planes estratégicos para la consolidación de la paz*. Tese doutoral, Universidade Autónoma de Barcelona (UAB).
- SASSEN, Saskia (2006): «Hacia una proliferación de ensamblajes especializados del territorio, autoridad y derechos», *Cuadernos del Cendes*, 23 (62), 95-112.
- SEN, Amartya (2009): *The Idea of Justice*, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press.
- TELLERÍA, Imanol, e Igor AHEDO (2015): «“Sí se puede”. Modelos de democracia y profundización de los espacios públicos deliberativos», em M. ENGELKEN-JORGE, M. CORTINA ORIOL e N. BERGANTIÑOS (eds.): *Contextos e perspectivas da democracia. Ensaíos em honor a Pedro Ibarra Güell*, Pamplona, Pamiela/Universitas, 155-179.
- WHITE, Sarah C. (2001): «Despolitizando el desarrollo: los usos y abusos de la participación», em INTERMÓN OXFAM: *Desarrollo, Organizaciones No Gubernamentales y Sociedad Civil*, 158-172.
- WOOD, Geoffrey D. (2010): *Regímenes de bienestar: problemáticas y fortalezas en la búsqueda de la satisfacción vital de las personas*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU) (Cuadernos de Trabajo de Hegoa, 53). Disponível em <<https://www.ehu.eus/ojs/index.php/hegoa/article/view/10591>>.

YOUNG, Iris Marion (2000): *Inclusion and Democracy*, Oxford, Oxford University Press.

— (2005): «Structural Injustice and the Politics of Difference», em Emily GRABHAM et al.: *Intersectionality and Beyond*, Arts and Humanities Research Center for LG&S.

ZIZEK, Slavoj (2016): *La nueva lucha de clases. Los refugiados y el terror*, Barcelona, Anagrama.

■ Recursos web

ALBERDI BIDAGUREN, Jokin (2014): *Aspectos socio-políticos del Desarrollo Humano Local: Nuevas claves de análisis para la participación democrática y las interacciones público-privadas*. Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://publicaciones.hegoa.chu.es/es/publicaciones/313>>.

DLP (PROGRAMA DE LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO) (2018): *Inside the Black Box of Political Will: 10 Years of Findings from Developmental Leadership Program*, Australian Aid, fevereiro de 2018. Disponível em <<https://www.dlprog.org/publications/research-papers/inside-the-black-box-of-political-will-10-years-of-findings-from-the-developmental-leadership-program>>.

FORMACIÓN ON-LINE: Módulo 6. «Claves para la construcción de sociedades cohesionadas». Curso MOOC-Miriadax: «Desarrollo Humano Local: bases para una propuesta alternativa». Disponível em <<https://miriadax.net/web/desarrollo-humano-local-bases-para-una-propuesta-alternativa>>.

ANEXO

■ Marcos de economia política para o desenvolvimento e a construção local para a paz mais relevantes

Neste anexo reúnem-se as referências a alguns dos marcos de economia política para o desenvolvimento e a construção local para a

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

paz mais relevantes. No texto foi criticada a maioria deles, pela sua parcialidade, pouca operatividade e por estar ao serviço das iniciativas promovidas pela comunidade internacional e não tanto ao dos interesses dos atores protagonistas dos territórios. Não obstante, neles também se podem encontrar elementos de interesse que podem contribuir para as aprendizagens da dimensão política dos processos de desenvolvimento nos territórios.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): «Análise prática e projeto de cenários prospetivos»

https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/OGC/UNDP_Institutional%20and%20Context%20Analysis.pdf

São análises de contexto e institucionais para assessorar aos programas-capitais e aos projetos das oficinas do PNUD. Esta metodologia centra-se nas transformações de relações de poder e nos sistemas de incentivos, nas relações clientelares e de fidelidade aos setores mais poderosos, no controle dos recursos, na variedade e contradição dos distintos interesses, e nas limitações existentes em cada sociedade em relação com a formalidade e informalidade das suas instituições.

Banco Mundial (BM): «Análises de pobreza e impacto social»

<http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/poverty-and-social-impact-analysis-psia>

É uma abordagem que avalia os impactos distributivos e sociais das reformas políticas no bem-estar de diferentes grupos da população, particularmente nos setores mais pobres e vulneráveis.

Ministério de Assuntos Exteriores dos Países Baixos: «Análises de governança estratégica e corrupção»

<https://europa.eu/capacity4dev/governance/document/framework-strategic-governance-and-corruption-analysis-sgaca-designing-strategic-responses->

Esta estratégia para a análise da governança e a corrupção (SGACA) contém uma guia prática para analisar estes elementos em cada país sócio. Contém diferentes ferramentas (Track Record e um Plano Estratégico Multianual) para a análise rápido dos aspetos formais e informais da governança em contextos particulares.

PNUD: «Uma abordagem integrada para construir sociedades inclusivas e manter a paz através da governança democrática e a prevenção de conflitos»

https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/UNDP-GOVERNANCE%20AND%20PEACEBUILDING_final.pdf

As avaliações das operações de paz e da Agenda 2030 levaram ao PNUD a elaborar planos estratégicos sobre a governabilidade democrática, prevenção de conflitos e intervenções para a consolidação para a paz. Esta abordagem centra-se na análise do Estado democrático de Direito, dos processos político-institucionais e da prevenção de conflitos. O seu objetivo é contribuir para a consolidação de contratos sociais que possam refletir as expectativas das pessoas e para o reforço das capacidades institucionais de atores estatais e não estatais.

Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial: «Caminhos para a paz: abordagens inclusivas para prevenir conflitos violentos»

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28337>

As Nações Unidas e o Banco Mundial estão a realizar análises conjuntas para evitar conflitos nos processos de desenvolvimento coordenando melhor a diplomacia, a mediação, a segurança e outras ferramentas para evitar a violência. Valendo-se da experiência de algumas boas práticas, revêm as instituições e os elementos que podem contribuir para a paz. Além do Estado, o qual tem a responsabilidade primária, esta abordagem promove a implicação da sociedade civil, o setor privado e as organizações regionais e internacionais. Centra os seus esforços na participação de mulheres e jovens na tomada de decisões e nas políticas públicas que respondem às suas aspirações.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE): «Orientações para melhorar o apoio internacional aos processos de paz»

https://www.oecd-ilibrary.org/development/international-support-to-peace-processes_9789264179844-en

Reúne uma série de recomendações para melhorar a qualidade do apoio da Comunidade Internacional aos processos de paz. Propõe uma análise exaustiva das características dos conflitos violentos, dos fatores que influem no êxito e no fracasso dos processos de paz, e das fortalezas e debilidades da cooperação.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO

Diálogo internacional de consolidação da paz e construção do Estado (IDPS): «Novo acordo para o compromisso nos Estados fragilizados»

<https://www.pbsdialogue.org/en/new-deal/about-new-deal/>

No 4º Foro de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda de 2011 em Busan, foi assinado um Acordo entre Estados fragilizados no conflito e sociedades civis, e os governos do G-7 comprometeram-se a apoiar a construção do Estado e os processos de paz através da legitimação política, a justiça, a segurança os ingressos, os serviços e os fundamentos económicos.

Centro Africano para a Resolução Construtiva de Discussões (ACCORD): «Resumes de política e prática»

<https://www.accord.org.za/publications/ppb/>

A série «Policy & Brief» de ACCORD propõe recomendações sucintas, rigorosas e acessíveis a responsáveis políticos e profissionais para promover o diálogo como forma de resolver pacificamente os conflitos. Cada publicação está baseada em investigações de campo ou resultados de eventos temáticos apoiados por rigorosas investigações e metodologias.

Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo britânico (DFID): «Impulsores da transformação»

<https://www.odi.org/publications/5399-mapping-political-context-drivers-change>

Drivers of Change é uma abordagem desenvolvida por DFID para abordar a falta de vínculos entre os marcos políticos dos países e as operações de organismos de desenvolvimento. Centra-se na interação de fatores económicos, sociais e políticos que apoiam ou dificultam a erradicação da pobreza, fixando-se nas especificidades de cada caso particular, no seu contexto histórico-político e na vontade política.

DFID: «Abordagem de construção de sociedades e Estados pacíficos»

<https://www.gov.uk/government/publications/building-peaceful-states-and-societies-a-dfid-practice-paper>

É uma nova abordagem integrada, que situa a construção do Estado e a consolidação da paz no centro do trabalho das organizações governamentais de desenvolvimento. Analisa as causas e efeitos dos conflitos e a fragilidade, apoia acordos e processos políticos inclusivos,

assessora no desenvolvimento das funções estatais básicas, e trata de responder às expectativas públicas.

Agência Sueca de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (SIDA): «Análise de poder»

https://www.sida.se/contentassets/83f0232c5404440082c9762ba3107d55/power-analysis-a-practical-guide_3704.pdf

É uma guia que articula o conhecimento acadêmico sobre o poder com as boas práticas desta agência sueca sobre o terreno. Para conseguir os objetivos de erradicação da pobreza na Agenda 2030, propõe a combinação de análises entre a economia política e as assimetrias de poder. Elabora também um mapeamento do poder informal, as suas regras e estruturas assim como, desde uma ótica de redistribuição do acesso ao bem-estar das populações protagonistas.

O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

ELEMENTOS-CHAVE PARA UMA RESISTÊNCIA POPULAR FRENTE AOS MEGAPROJETOS

Gonzalo Fernández Ortiz de Zárate

Gonzalo Fernández Ortiz de Zárate é licenciado em Economia pela Universidade do País Basco (UPV/EHU). Atualmente é coordenador da Paz com Dignidade-Euskadi e investigador no Observatório de Multinacionais na América Latina (OMAL). Autor de várias publicações, entre as quais *Alternativas al poder corporativo. 20 propuestas para una agenda de transición en disputa con las empresas transnacionales* e *Mercado o democracia*. Participa ativamente na plataforma basca de solidariedade internacional Elkartasuna Eraldatuz, assim como no grupo de

investigação Parte Hartuz Amerika Latina da
UPV/EHU. Foi coordenador geral do Instituto Hegoa. Diplomado
em Estudos Avançados no Programa de Doutoramento
Transformações no Panorama Económico Atual e Implicações na
Problemática do Desenvolvimento Norte-Sul (UPV/EHU).

Hoje em dia, ninguém põe em dúvida o poder que as empresas transnacionais acumulam: transcendem o económico para também se projetar no cultural, no político e no jurídico. Deste modo, as multinacionais converteram-se no núcleo central de uma rede que, juntamente com as múltiplas instituições locais, estatais e multilaterais, constituem um *poder corporativo* capaz de protagonizar, defender e impulsionar o sistema vigente em todas as suas facetas. Este atravessa um momento especialmente crítico devido às escassas expectativas de crescimento económico para as próximas décadas, à alteração climática, e ao esgotamento de materiais e fontes estratégicas de energia fóssil. Como impulsionar um novo ciclo de acumulação, como fazê-lo com uma base física drasticamente menor e, além do mais, num contexto de crescente vulnerabilidade climática e financeira, convertem-se simultaneamente no seu grande desafio e na sua principal paradoxo.

Para a enfrentar, o poder corporativo renova o seu programa numa tentativa desesperada por adaptar a reprodução do capital a estas condições sem precedentes históricos. As transnacionais impulsionam assim o *projeto de capitalismo do século XXI*, que se traduz numa virulenta ofensiva comercial à escala global. Caso o capital não encontre caminhos estáveis e crescentes de acumulação, qualquer obstáculo setorial, político e geográfico, todavia vigente ao comércio e à inversão internacional, deve ser derrubado, bloqueando um mercado autorregulado e ultra regulado em seu favor. Independentemente da dita ofensiva, como se observa cada vez mais nitidamente, nos conduzir ao desgoverno, ao abismo social e ao colapso ecológico, inclusive, pondo seriamente em perigo a vida no planeta.

Neste contexto de agravamento exponencial da discussão entre o capital e a vida, os *territórios* emergem como espaços estratégicos para a luta política. Bens naturais, energia, urbanismo, alimentação, serviços, compra pública, etc. (setores com um forte enraizamento local), são nichos de mercado especialmente favoráveis no programa do capitalismo

do século XXI. Nestes âmbitos, as grandes empresas desenvolvem e planificam de maneira sistemática, *megaprojetos* de toda espécie, convertidos na ferramenta fundamental do ataque corporativo aos territórios. O local integra por um lado, o lugar onde desenvolvemos as nossas estratégias de vida de maneira quotidiana, e por outro, o espaço onde prioritariamente se implementa o atual programa do capital.

Partindo desta condição, o objeto do presente artigo consiste na priorização de uma série de princípios políticos que reforçam as resistências populares aos *megaprojetos*, em defesa da vida. Estas partem de um marco de referência que prioriza uma série de *capacidades coletivas*, que deem resposta tanto ao contexto global vigente como à trajetória de luta de povos, comunidades e movimentos sociais face às grandes empresas. Neste sentido, destacamos a capacidade para implementar uma *abordagem de transição*, que alie o quotidiano a um futuro e uma narrativa de transformação radical; a capacidade para situar *visões inclusivas*, nos termos de intersecção de propostas teóricas políticas, agentes e escalas; e a capacidade para fortalecer a *resiliência* do movimento popular, numa discussão a todos os níveis e numa perspetiva temporal a médio e longo prazo.

Estas três capacidades estão por um lado, presentes no nosso marco de referência pelas *epistemologias do Sul*, dando voz àquelas sem voz —sociologia das ausências—; analisando a potencialidade e o dinamismo das suas propostas para além do seu carácter parcial ou larval —sociologia das emergências—, e por outro lado, facilitam o intercâmbio de experiências entre contextos e diversos sujeitos na construção de programas comuns —ecologia de conhecimentos—.

Finalmente, iniciaremos o presente artigo explicando algumas características do contexto global vigente. No segundo artigo expomos o nosso marco de referência para que, no seguinte, se desenvolvam os princípios políticos que derivam do mesmo e que, na nossa opinião, são estratégicos para abordar, hoje em dia, as resistências populares aos megaprojetos.

CAPITALISMO DO SÉCULO XXI: TRANSNACIONAIS, TERRITÓRIOS, MEGAPROJETOS

Na atualidade, as empresas transnacionais dispõem de um poder sem precedentes. A globalização neoliberal permitiu a ampliação da sua hegemonia económica, ao situá-las na liderança das principais cadeias

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

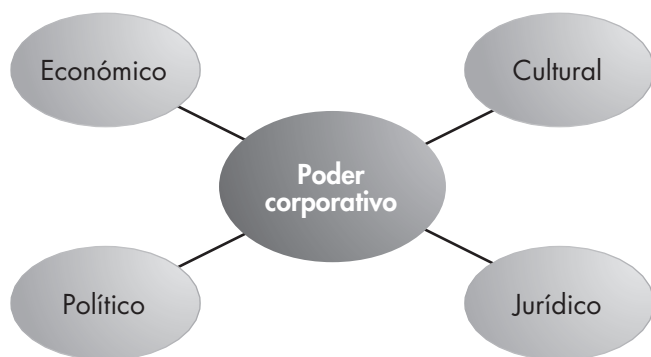
globais de produção, extração, tecnologia, finanças, comércio e distribuição. Deste modo, o controlo de mercado que exercem é indiscutível. Caso se comparassem os ingressos anuais das empresas com o produto interior bruto dos países —exercício academicamente não rigoroso, mas com grande capacidade pedagógica—, poderia verificar-se como, das 100 entidades económicas maiores do mundo, 69 são empresas e apenas 31 são Estados (Global Justice Now, 2016).

Além do mais, esta hegemonia económica projeta-se no cultural, garantindo um relato *mainstream* de acordo com os valores e as perspectivas das multinacionais. O crescente manuseamento empresarial da informação, da comunicação e do conhecimento, favorece o posicionamento de imaginários: que destacam a relevância estratégica das grandes empresas e os efeitos positivos do seu funcionamento —inversão, criação de emprego, transferência tecnológica, etc.—; em sentido contrário, ocultam os sistemáticos impactos negativos da sua atividade, justificados como casos isolados quando não é possível negar a sua evidência; fomentam um modelo de sociedade de acordo com os seus interesses —individualista, consumista, politicamente indolente—; e inoculam, por último, novos referentes sociais supostamente amáveis, que contribuem a desativar conflitos e a disfarçar desigualdades e injustiças —empreendedorismo, economia colaborativa, etc.—.

O círculo completa-se com uma blindagem política jurídica à sua medida. Por um lado, é moldada uma governação mundial que prima os âmbitos, regional e multilateral, como um espaço para a tomada de decisões, afastados da cidadania e de mais fácil infiltração para as grandes empresas. Limita-se, no sentido contrário, o papel dos Estados, cuja autonomia em defesa do interesse geral, sofre uma enorme pressão corporativa em forma de lóbi, portas giratórias, corrupção, etc. Por outro lado, gera-se toda uma arquitetura da impunidade a favor das multinacionais, que evidencia a primazia jurídica da *lex mercatória* —acordos comerciais, tratados de investimento, planos de acordos, contratos internacionais, etc.—, sobre os direitos humanos e a soberania popular (Hernández e Ramiro, 2015).

Finalmente, as empresas transnacionais, juntamente com a rede de instituições de todo o tipo que cooperam no seu próprio programa, constituem um *poder corporativo* que protagoniza o sistema em vigor, abrangendo o espectro completo das nossas vidas (veja a figura 1).

Um sistema, contudo, em profunda crise. Na atualidade, Apesar da listagem cada vez mais extensa de pessoas multimilionárias, assim como dos grandes benefícios que ostentam as principais corporações,

FIGURA 1. **PODER CORPORATIVO**

Fonte: **Elaboração própria.**

estas não encontram formas estáveis e apropriadas de reproduzir o enorme capital excedente, gerado nesta fase de ultra financeirização. Neste sentido, as expectativas de lucro e crescimento económico são pouco promissoras, pelo menos nas próximas quatro décadas (OCDE, 2014). Para além disso, o desafio de reverter esta situação será produzido num contexto particularmente crítico: em primeiro lugar, a instabilidade financeira que deu origem à explosão de 2008, não foi de todo resolvida. Pelo contrário, as bolhas de dívida, créditos, derivados e futuros não param de aumentar (sem regulamento nenhum que lhe faça frente, como parecia verificar-se há uma década atrás) definindo as condições para novos *cracks* num futuro próximo. Segundo, a base física na qual o sistema opera será reduzida inevitavelmente: no âmbito da energia chegamos ao bico do petróleo, e nos próximos anos chegaremos ao do carvão e do gás. Dentro da dinâmica capitalista, a correlação entre crescimento e consumo de materiais e energia sempre foi positiva, pelo que parece pouco provável uma nova onda expansiva com menos recursos físicos; terceiro e último, enfrentamos a uma realidade de vulnerabilidade climática severa —em 2018 atingiu-se o recorde de emissões de carbono na atmosfera, apesar dos acordos de Paris—, epicentro de mais de 70 % dos conflitos atuais no mundo, segundo as Nações Unidas.

Encontrar espaços de reprodução para o atual excedente económico, sem grandes expectativas de crescimento, com uma base física minguante e num contexto de vulnerabilidade climática e financeira,

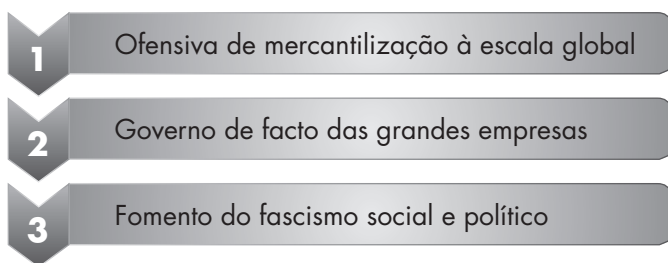
é a encruzilhada que enfrenta o poder corporativo comandado pelas empresas transnacionais.

■ Projeto de capitalismo do século XXI

Neste sentido, as elites globais impulsionam um novo programa hegemónico que, mantendo e inclusivamente enfatizando a aposta mercantil e corporativa, visa a eliminação de qualquer obstáculo ao fluxo *natural* do comércio internacional e ao investimento estrangeiro. Que transforme tudo para que nada se transforme. Procura realizar, sob novos parâmetros, o velho sonho de globalização de um mercado auto e ultra regulado, desmantelando deste modo os vestígios do modelo de capitalismo impulsionado após a segunda guerra mundial – fundamentalmente no norte global – com base em Estados-nação, com um certo grau de capacidade de intervenção e regulação. Elaboram assim um *projeto de capitalismo do século XXI* (Fernández, 2018a), com apostas específicas e complementares no económico, político e cultural (veja a figura 2).

No plano económico, lança-se uma ofensiva de mercantilização à escala mundial, de maneira a que já nada fique fora do raio de ação das empresas transnacionais. Por um lado, impulsiona-se a quarta revolução industrial¹ (digitalização, inteligência artificial, *big data*, internet

FIGURA 2. CAPITALISMO DO SÉCULO XXI



Fonte: Elaboração própria.

1. Este processo não constitui um mero processo tecnológico, mas também é um fenómeno político dentro do marco do sistema em vigor. Deste modo poderia igualmente ser denominado como *capitalismo cognitivo*, no qual os dados, o conhecimento, convertem-se numa das principais matérias-primas de acumulação. Mantemos no texto a denominação hegemónica em termos de uma melhor identificação.

das coisas, etc.), através da qual se espera gerar uma nova onda expansiva de produtividade, investimento, emprego e consumo. Apesar de ser mais que questionável a viabilidade deste projeto, em qualquer dos casos podemos afirmar: que vai alterar a matriz económica global com base de novas lógicas tecnológicas; tendo incubado mega empresas de alcance e tamanho nunca visto até ao momento (Google-Alphabet, Amazon, Facebook, Alibaba, etc.); e que possibilita a extensão da fronteira mercantil capitalista, tanto no âmbito do quotidiano (Uber, Airbnb, Blablacar, etc.) como no desenvolvimento de serviços modernos (segurança, prevenção sanitária, mobilidade e muitos outros mais, ainda por se desenvolverem). Por outro, explora-se totalmente as fontes clássicas de lucro, *uberização* laboral por um lado e blindagem de um mercado financeiro desregulado por outro, e procura diretamente introduzir na lógica mercantil global qualquer espaço que ainda não estava inscrito: a educação, a saúde, a água, a energia, a terra, a compra pública, o investimento, o comércio digital, a inovação, etc., convertendo-se em alvos os quais define de maneira estratégica.

Politicamente, a ofensiva económica está necessariamente em paralelo ao dismantelamento dos mínimos democráticos ainda em vigor. Se durante a globalização neoliberal já se limitou o poder das instituições públicas, principalmente dos Estados, o novo momento crítico promove a imposição de uma espécie de constituição global, a favor das empresas transnacionais, convertidas em governo de facto por via de uma nova vaga de tratados comerciais, que finalmente instaure à escala mundial a hegemonia da *lex mercatória*. Entretanto, os Estados iriam ver amputadas as suas capacidades legislativas, executivas e judiciais, delimitando a sua atuação à desregulação em direitos e ao controlo da ordem pública. Prima-se assim a lógica securitária ao interesse geral.

Como corolário, este projeto reveste-se culturalmente de fascismo social (Santos, 2014) e, desgraçadamente, também político. As mensagens universalistas vão progressivamente dando passo a futuros excludentes, sempre afetados pelos valores do privado, do mercado e do corporativo. Fomenta-se o medo e os relatos reacionários, favorecendo uma guerra entre pobres que evite a sua articulação e agrave a dominação colonial, de classe e de género. A violência, deste modo, converte-se num elemento estrutural da nossa sociedade global, tanto como via de disciplinamento e amedrontamento, ferramenta para a acumulação num contexto de concorrência selvagem, ou inclusivamente como objetivo em si mesmo de obtenção de lucro (guerras, segurança, etc.).

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

Finalmente, o capitalismo do século XXI apresenta-se como um projeto agressivo, selvagem. No desespero por garantir a reprodução do capital, gere crescentes desigualdades de todo o tipo, expulsando a crescentes setores sociais; impõe uma governação corporativa, quando a democracia é mais necessária do que nunca, para enfrentar os graves problemas globais que nos rodeiam, tais como, a alteração climática, a pobreza, etc.; além disso, e por último, acresce a insustentabilidade de um sistema desenfreado. Capitalismo e vida apresentam-se ainda mais, por essa razão, como conceitos e realidades incompatíveis. Defender a vida significa, deste modo, dismantlar o capitalismo e o seu projeto em desenvolvimento.

■ O território como mercadoria: os megaprojetos

Os territórios foram convertidos em espaços estratégicos no debate entre capital e vida. Sem negar a evidência de um conflito que necessariamente se desenvolve em todas as escalas —local, estatal, regional e global—, o âmbito territorial destaca como lugar de especial relevância para a luta política, por dois motivos. Por um lado, para além de ser um lugar físico, o território é o sujeito político no qual principalmente diferentes pessoas, agentes e comunidades interatuam, cooperam e se confrontam. O espaço no qual, fundamentalmente, desenvolvemos as nossas vidas, onde esperamos satisfazer as nossas necessidades, onde depositamos as nossas expectativas, onde ensaiamos as nossas propostas e alternativas de transformação. O território evidencia-se assim, num mundo globalizado, como condição necessária, apesar de não suficiente, para todo o horizonte emancipatório.

Mas para além disso, como anteriormente referido, numerosos objetivos do capitalismo do século XXI situam-se no âmbito local. Destacamos, entre outros possíveis âmbitos, três de particular significado: *urbanismo e construção*, tanto de vivendas e edificações variadas, como de grandes infraestruturas para garantir o fluxo de comércio e investimento; *agricultura e alimentação*, eixo para o sustento da vida humana; e, em particular, os *bens naturais* —água, terra, energia, terras raras, etc.—, um dos princípios da disputa económica e geopolítica atual (Fernández, 2018b). Estes, juntamente com outros setores, como os serviços ou a compra pública, fazem do território um produto valioso, um espaço de debate que contribui para âmbitos indispensáveis tanto para a vida —neste sentido, hipotética fonte inesgotável de benefícios— como para a acumulação capitalista, num momento crítico de redução da base física e material.

Consiste numa acumulação por desapropriação (Harvey, 2005), na qual o território pretende ser arrebatado da lógica comunitária, social e/ou pública, colocando-o definitivamente ao serviço dos interesses do capital transnacional por via dos *megaprojetos*. Estes convertem-se na ferramenta principal da ofensiva corporativa transnacional no local: mono cultivos agroindustriais, desertos verdes, indústria de mineração a céu aberto, aquisição de terras, portos, canais, *fracking*, licitações petrolíferas e gasíferas, capitalismo verde, infraestruturas de distribuição e logística, etc., são as principais manifestações da atuação das grandes empresas para mercantilizar a seu favor os territórios.

Neste sentido, desenvolvem, com toda a intensidade, o projeto de capitalismo do século XXI: um capital transnacional que se situa acima do bem-estar das maiorias sociais e da natureza, num marco de desmantelamento democrático e ensaio de novas fórmulas de controlo social e violência. Protegidos debaixo deste guarda-chuva, os megaprojetos, apesar da sua diversidade, seguem habitualmente padrões comuns, cuja análise é fundamental na hora de implementar estratégias de resistência.

Destacamos em primeiro lugar o *secretismo* e a *opacidade* na sua implementação, tanto no que se refere a definir quem participa em última instância e quem se responsabiliza pelo megaprojeto, como a informação disponibilizada às comunidades e à cidadania. Desta maneira, as corporações habitualmente estruturam-se com base numa hidra societária bastante complexa, de formas jurídicas e nomes diferentes: sucursais, subcontratações, filiais, etc. Esta hidra oculta e/ou esbatesse a monitorização do centro operativo global que realmente toma as decisões (geralmente fora do país de execução), assim como das entidades que participam na *cadeia do megaprojeto*, a partir do financiamento até à sua implantação final. A falta de transparência dificulta, portanto, o conhecimento sobre a propriedade real e a gestão efetiva de cada iniciativa e, conseqüentemente, a repartição de responsabilidades perante os seus impactos. Além de mais, a implementação destes projetos desenvolve-se inclusivamente sem o conhecimento da cidadania. Esta pode tomar consciência do fenómeno uma vez aprovada a concessão, ou quando a execução das obras tenha iniciado, graças às cumplicidades institucionais dentro do conceito amplo de poder corporativo (câmaras municipais, organismos do Estado, províncias, departamentos, etc.).

Em segundo termo, as grandes empresas desenvolvem uma *gama ampla de estratégias*. Estas assumem formas económicas, políticas, cul-

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

turais e jurídicas combinando, conforme o caso, a procura de legitimação social com a repressão legal e ilegal. Desta maneira e em primeira instância, pretende-se fazer valer o relato hegemônico positivo sobre as transnacionais, para o qual se insiste na cooptação de lideranças sociais, políticas e/ou religiosas, assim como na promoção de iniciativas de assistência de todo o tipo —escolas, pequenas infraestruturas, espetáculos, etc.—, baseados na responsabilidade social corporativa e em alianças público-privadas, em certas ocasiões com a ajuda da cooperação internacional. Se fosse o caso, desenvolve-se a dinâmica de divisão na comunidade, agravando conflitos preexistentes —como por exemplo, identidades culturais ou religiosas—, ou incentivando novos debates que tentam converter a diversidade em diferença. Quando a rejeição e a resistência persistem, dá-se lugar à lógica repressiva, que combina a via legal e a criminalização da contestação —aproveitando-se da arquitetura da impunidade corporativa— com o uso direto de violência, caso se deem as condições, num marco no qual esta, como anteriormente referido, se converte em estrutural e sistêmica² (321 ativistas de direitos humanos assassinadas em 2018 segundo a Front Line Defenders, 77 % destas e destes eram militantes ecologistas).

Terceiro e último, as estratégias corporativas parecem definir-se pela sua *projeção a longo prazo*, em função dos rendimentos previstos e do investimento realizado. Assim, as grandes empresas não só desenvolvem fórmulas diversas e complementares, como também as valorizam num futuro amplo. Desta maneira, aproveitam-se da enorme assimetria de poder entre multinacionais e comunidades, apostando na erosão das resistências populares, confiando no seu esgotamento progressivo. Por sua vez, enfrentam com confiança possíveis adversidades políticas e/ou jurídicas —como a paralisação de obras por ordem judicial por não terem aprovação comunitária após uma prévia consulta, como exige o convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho relativo aos megaprojetos em territórios indígenas—, esperando que a sua incansável pressão altere no futuro correlações de forças, vontades e contextos.

-
2. A situação de Síria, Iraque, Kurdistão, México, as *cidades modelo* de Honduras —nas quais impera apenas a governança corporativa, desaparecendo toda autoridade e legalidade pública—, ou o assassinato sistemático dos/as líderes comunitários em Colômbia —120 em 2018, apesar dos Acordos de Paz estarem em vigor—, não são casos isolados mas um fenómeno crescente e cada vez mais extendido, diretamente vinculado em muitos casos à voracidade corporativa.

FIGURA 3. **PADRÕES CORPORATIVOS DE ATUAÇÃO**

Fonte: **Elaboração própria.**

Secretismo, opacidade, diversidade estratégica, legitimação, coerção, violência, visão longa, tendem a ser os padrões de atuação das multinacionais na sua lógica de alienação comunitária e controle social através dos megaprojetos (veja a figura 3). Estes, na sua única visão de maximização de lucros para o mercado global, geram habitualmente impactos muito prejudiciais em termos ecológicos, sociais, laborais, políticos, económicos, de deslocamentos, violência, saúde, salubridade, etc. E são, como tendo vindo a repetir, efeitos sistemáticos, não pontuais nem circunstanciais, como documentado ao longo de décadas. Parecem, portanto, incompatíveis com uma visão emancipatória dos territórios.

RESISTÊNCIAS POPULARES AOS MEGAPROJETOS: MARCO DE REFERÊNCIA

Se os megaprojetos são uma das principais manifestações locais da ofensiva corporativa no marco do conflito capital-vida, a primeira referência do nosso marco passa inevitavelmente pela exclusão destes de qualquer perspectiva legislativa, pelo menos no seu atual papel hegemónico

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

e sistêmico.³ Deste modo, a aposta inequívoca em favor da reprodução ampliada da vida (Jubeto, Larrañaga e Valle, 2019) implica, por um lado, descentrar a sequência que vincula estreitamente megaprojetos, capitalismo do século XXI e empresas transnacionais; por outro e, em sentido contrário, supõe evoluir no posicionamento de valores, estruturas, dinâmicas e iniciativas que se projetem sobre as características inalienáveis da vida, que defendemos e queremos manter. Uma vida que interpretamos como um fenómeno eco dependente, interdependente e diverso.

Deste modo, as resistências e as alternativas aos megaprojetos na defesa do território, hão de assumir estas características como sinais de identidade do seu marco de referência. Desta maneira, se a vida é vulnerável e se desenvolve em eco dependência, os limites físicos do planeta e dos ecossistemas que habitamos convertem-se em premissas para qualquer processo de transformação, que necessariamente deve projetar-se de maneira decidida contra a alteração climática e em favor da transformação radical da matriz económica dum capitalismo insustentável. Se a vida é interdependente, o bem comum deve ser prioridade frente ao privado. A democracia real torna-se, portanto, condição necessária para garantir uma tomada de decisões que cresça neste futuro coletivo, com base a novas redefinições da soberania popular desde o local ao global. Por último, se a vida é diversa, é preciso que qualquer processo de transformação a reconheça, a explicita e a protagonize. Ao mesmo tempo que enfrenta o desafio de a articular, garantindo universalidade e singularidade (Pérez Orozco, 2014) numa lógica que combina a igualdade com a reversão das mais que evidentes assimetrias de ser, poder e saber por motivos de classe, género, raça/etnia, sexo, etc.

Sustentabilidade, bem comum, democracia, diversidade e igualdade convertem-se, assim, nas primeiras categorias do nosso marco frente aos megapro-

3. Definimos neste sentido um futuro de emancipação onde não existem megaprojetos, pelo menos não num papel hegemónico dentro do sistema económico global, tendo deste modo em consideração a possibilidade de que certas iniciativas económicas requerem um tamanho e envergadura maior por motivos de escala. Contudo, as transições para esse horizonte referido devem inscrever-se numa análise mais complexa, na qual devemos valorizar criticamente cada situação e posição geopolítica e económica, o carácter privado ou público da iniciativa e a sua função social, a sua relação com a sustentabilidade, a democracia, a justiça, etc. Propomos portanto um ponto de chegada sem megaprojetos como instrumento hegemónico e uma transição mais complexa com base em múltiplas variáveis.

jetos. Para evoluir nesta perspectiva legislativa, os principais sujeitos de resistência no território —povos, comunidades e movimentos sociais— desenvolvem prioritariamente uma série de *capacidades coletivas* (Dubois, 2019), que constituem o núcleo do marco de referência proposto.

Estas surgem da análise das necessidades da atual discussão com os agentes, programas e ferramentas protagonistas do contexto global —poder corporativo, capitalismo do século XXI, megaprojetos—, mas também estão afetadas por conceitos importantes das *epistemologias do sul* (Cunha e Casimiro, 2019): nascem da voz e do protagonismo das maiorias populares, especialmente daquelas que costumam ter um caráter subalterno e menorizado dentro destas, como mulheres, indígenas, camponesas, etc., com base na sistematização das suas lutas e rebeldias⁴ (*sociologia das ausências*); valorizando os conhecimentos, as iniciativas e os processos impulsionados por estas mulheres, a partir de uma perspectiva dinâmica que permita identificar tendências de futuro —o que todavia não—. Analisando, deste modo, as condições de probabilidade da esperança (Santos, 2014), assim como os princípios de ação que promovam a realização dessas condições (*sociologia das emergências*); e favoreçam o diálogo, numa última instância, entre contextos, abordagens, programas e sujeitos diversos, traduzindo estes num acumulado coletivo de aprendizagens de todo o tipo, fundamentalmente populares (*ecologia de conhecimentos*).

Partindo destas bases, propomos de seguida o núcleo central do nosso marco de referência.

■ Em defesa da vida e do território: transição, inclusividade, resiliência

O nosso marco, para as resistências populares frente aos megaprojetos, finaliza-se com a seleção de três capacidades coletivas. Por suposto que existem muitas outras relevantes. Contudo, atualmente, destacamos as que consideramos estratégicas para propor o debate contra a ofensiva corporativa nos territórios: capacidade para desenvolver abordagens de transição; capacidade para incentivar visões inclusivas; e capacidade de fortalecer a resiliência do movimento popular.

Assumir qualquer estratégia de transformação, a partir de uma *abordagem de transição* para outras formas de organização social antagónicas às vigentes, converte-se atualmente num imperativo. Caso queira-

4. Um programa de luta contra o poder corporativo, baseado em 30 experiências concretas desenvolvidas tanto na Europa como na América Latina, pode ser encontrada em Fernández (2016a).

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

mos superar este momento crítico, que põe em risco a vida tal e como a conhecemos, devemos transcender o limitado marco do possível, o *statu quo* vigente, prefigurando e implementando alternativas que vão fornecendo diretrizes para descentrar os mercados capitalistas e as grandes empresas. O principal desafio em assumir uma abordagem de transição é portanto o de responder às necessidades imediatas e urgentes das maiorias populares, ao mesmo tempo que implementamos no quotidiano práticas, relatos e sentidos numa perspetiva legislativa, alternativa ao hegemónico da atualidade. Finalmente, leva-nos a evitar quer possibilismos sustentados por uma vã retórica, num extremo, quer vanguardismos sem enraizamento popular, no outro.

As implicações de assumir esta prioridade no nosso marco de referência são múltiplas. Em primeiro lugar, considera a necessidade de partir *do quotidiano*, das repercussões dos megaprojetos nas vidas concretas da comunidade, assim como das respostas e alternativas que esta impulsiona. Apenas as resistências que respondem diretamente à alienação são capazes de manter-se frente aos sinais de alarme e ao poder das empresas transnacionais. Em segundo lugar, a prática de uma resistência em transição deve complementar-se com *relatos* que, para além de explicarem com clareza os eventuais efeitos da iniciativa empresarial, definem igualmente caminhos alternativos, concretos e reais, que impulsionam estratégias de transição energética, económica, política, cultural, etc., a partir de princípios emancipatórios. Prática e relato, resistência e proposta devem ir, sempre que possível, a par e sempre ao ritmo popular e coletivo. Terceiro e último, no contexto crítico atual, não existe desenvolvimento em termos de transição, sem *confrontação*. A intensidade do poder corporativo e a visão violenta do seu projeto de capitalismo do século XXI, obriga a integrar na equação iniciativas e propostas radicais, desobedientes, disruptivas, que não evitem a discussão direta — e pacífica — com as grandes empresas. Sem por isso evitar possíveis espaços de concertação, quando se deem as circunstâncias.

Desenvolvemos no nosso marco de referência, somando à abordagem de transição, a capacidade coletiva de *inclusão de programas, de agentes e de escalas*. Explicávamos previamente que na génese da ofensiva capitalista encontra-se o fomento de lógicas individualistas, atomizadoras, excludentes e indolentes, enquanto os padrões empresariais de atuação baseiam-se no secretismo e na opacidade. Fazer frente à referida ofensiva a partir de programas comuns que articulem a diversidade, é também uma prioridade estratégica uma vez que, deste modo, reforça-se a proposta e a base sociopolítica de apoio frente aos megaprojetos.

Falamos de inclusividade no marco de um conflito capital-vida, que assume em todo o caso a existência de pessoas, estruturas e dinâmicas que se encontram em posições antagônicas e com as quais é necessário confrontar. A partir desta premissa, o nosso marco estabelece a necessidade de somar o maior número de vontades em prol de programas comuns na defesa da vida e do território.⁵

Entendemos programas inclusivos, como anteriormente indicado, em três perspectivas. A primeira refere-se às *propostas teórico políticas*. Atualmente, frente a visões unidimensionais e setoriais, é-nos exigido um esforço real por interseitar marcos teóricos políticos num horizonte normativo amplo —como o proposto neste capítulo—, que enfrentem os principais sistemas de dominação —capitalismo, hetero-subordinado, poder colonial—, e que deem voz e protagonismo aos setores subalternos. A inclusividade preconiza assim implementar o debate frente a um megaprojeto, com base na intersecção das visões anticapitalista, ecofeminista, descolonial, democrática, da soberania alimentária, etc. Não como um simples agregado de termos ou uma miscelânea conceptual, mas sob a premissa do contágio, da porosidade, da procura de vínculos comuns e complementaridades. A segunda perspectiva vincula-se com a capacidade de aglutinar *agentes diversos no território*. Caso se dessem as condições, para além da articulação de diferentes setores populares, a soma de *outros agentes* institucionais, comunicativos e/ou académicos, fortaleceria o programa e a estratégia, proporcionando cada qual em função da sua identidade e das suas capacidades. A *inclusão de escalas*, do local ao global, refere-se à terceira e última perspectiva. Da mesma forma que a cadeia de megaprojeto costuma ter uma lógica global —centro operativo, financiamento, execução, etc.—, é importante gerar propostas que incluam agentes de diversa índole nos países sede das empresas responsáveis da referida cadeia, como via de incidência à escala

-
5. O conflito capital-vida não pode interpretar-se de maneira estritamente dicotômica, como o debate entre uma série de grandes empresas etéreas, por um lado, e a sociedade em geral, pelo outro. Pelo contrário, tanto o programa hegemónico como as alternativas em defesa da vida estão encarnadas por pessoas, são nomes e apelidos os que estão por detrás de todas elas. Inclusivamente inscrito na luta contra o capital existem propostas diferentes, que assumem em maior ou menor medida a ecodependência, interdependência e diversidade vital. A definição neste sentido de sujeitos políticos no conflito capital-vida não é portanto um exercício simples. Em todo o caso e frente a quem explicitamente se posiciona a favor do programa hegemónico, o nosso marco de referência implica o desafio de incluir o máximo possível de programas e agentes, desde o local ao global.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

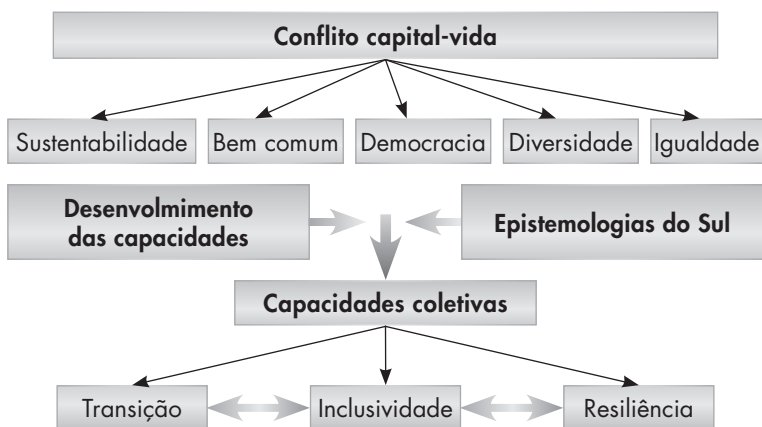
mundial. Deste modo, o debate é muito mais efetivo ao explicitar-se a cadeia de responsabilidades e ao pressionar-se desde múltiplos pontos.

Concluimos o nosso marco de referência com a aposta de ter a capacidade de manter e fortalecer a *resiliência do conjunto do movimento popular* enfrentado ao megaprojeto. Comentávamos que as grandes empresas fazem valer o seu poder, não só em intensidade e multidimensionalidade, como também no tempo. A resiliência, isto é, a capacidade para resistir e adaptar-se a novos contextos e circunstâncias em transformação, torna-se chave num debate que se projeta a longo prazo em muitos casos. Especialmente perante adversários com bastantes forças superiores.

Resiliência popular implica, em primeiro lugar, ampliar e explicitar a base social de rejeição a estes. Em coerência com os programas inclusivos, as estratégias que se desenvolvam deveriam ser profundamente *democráticas*, situando a participação diversa e de qualidade como valor do conjunto do processo. Desenvolver desta maneira experiências de democracia direta, assim como de elaboração coletiva de planos, programas e propostas, consolidam e reforçam as bases de apoio e a coesão interna. Em segundo lugar, a resiliência também está vinculada à capacidade de manter uma *estratégia diversificada*, multidimensional. Deste modo, é importante combinar a ação local com a internacional; a interna com a externa —mediática, institucional—; a disruptiva —tomadas, mobilizações, etc.— com os espaços de concertação; o político e o cultural com o mais técnico e jurídico —estudos, investigações, denúncias—. Finalmente, o debate há de implementar-se com uma *visão longa*, evitando o desgaste próprio e procurando antecipar-se ao movimento do adversário. Neste sentido, são objetivos fundamentais manter tanto a coesão no interior do movimento como a pressão social, política e mediática.

Finalmente, o nosso marco de referência situa a sustentabilidade, o bem comum, a democracia, a diversidade e a igualdade como futuro. Definimos por sua vez e já em referência aos megaprojetos, uma série de capacidades que nos permitem seguir no mesmo: transição, inclusão e resiliência, afetadas pelas epistemologias do sul como um valor acrescido (veja a figura 4). Defendemos deste modo resistências populares que tenham uma abordagem que deriva do quotidiano, mas que audazmente se projetem em propostas alternativas de organizar a vida, sem evitar a necessária confrontação; para integrar e intersetar programas e sujeitos através da escala local-estatal-regional-global; e que desenvolvam estratégias multidimensionais e com uma visão a longo prazo, sempre a partir de uma participação popular ativa e de qualidade.

FIGURA 4. MARCO DE REFERÊNCIA



Fonte: Elaboração própria.

RESISTÊNCIAS POPULARES AOS MEGAPROJETOS: PRINCÍPIOS POLÍTICOS

O nosso marco de referência deriva de maneira natural numa série de princípios que consideramos estratégicos no momento de estabelecer as resistências aos megaprojetos. Muitas são as casuísticas, bastante diversos os contextos, ampla a tipologia de iniciativas corporativas. Em todo o caso, cremos que é preciso assentar a contenda política em defesa da vida e do território sobre alguns pilares comuns —em absolutos dogmas—, que nos ajudem a analisar, a dirigir, a manter e a ampliar as lutas. Finalmente, as referências que emergem da análise crítica do momento em que vivemos e de uma história impregnada de resistências populares, mas que indubitavelmente devemos adaptar e contextualizar em cada caso específico.

Deste modo, as conotações de transição, inclusividade e resiliência que assumimos no parágrafo anterior, dão lugar a *10 princípios políticos* que completam a nossa proposta. A título pedagógico, reordenamos estas em dois âmbitos complementares: agenda, por um lado e estratégia, pelo outro. Por *agenda* entendemos o relato sobre o que sustem a resistência ao megaprojeto. Deste modo, incluí tanto o diagnóstico

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

da situação —radiografia do contexto, o mapa de atores, a indicação de impactos e responsabilidades—, como também a narrativa proposta como caminho alternativo pelos setores populares frente à iniciativa corporativa. Por *estratégia* entendemos a sequência política de marcos, processos e ações que o movimento social impulsiona para desenvolver a sua agenda. O desenvolvimento, neste sentido, da resistência na práxis e no tempo.

Diferenciamos entre agenda (*o quê*) e estratégia (*como e quem*) com o desejo de que se visualize a importância de ambas as categorias dentro de uma lógica comum que combina relato e prática, futuro e presente, proposta e sujeito. Deste modo, não as podemos analisar isoladamente. Mas não podemos, igualmente, incluir uma na outra. Assim, não existe qualquer estratégia que não se apoie sobre alguns pilares teóricos, políticos, culturais e comunicativos. Nem, pelo contrário, agenda alguma que não precise de processos, agentes e múltiplas iniciativas concatenadas para se desenvolver.

Partindo desta premissa, expomos em seguida, os 10 princípios políticos priorizados, acompanhados com exemplos em rodapé de experiências com êxito de resistência às grandes corporações.⁶

Respeito à *agenda*, destacamos os seguintes princípios:

1. *Partir do cotidiano*.⁷ Os programas enraizados na comunidade, que vinculam o megaprojeto com a quotidianidade das vidas das maiorias populares, baseiam-se sobre bases mais firmes. A proposta política deveria assentar portanto sobre o concreto, sobre os impactos previstos no território, nos corpos vulneráveis de quem os habita, na afetação à base material e cultural das vidas que constituem a

6. Não nos extendemos mais que num breve exemplo para cada princípio uma vez que, entendemos que a caixa de recursos e ferramentas do seguinte artigo contém uma análise mais sistemática de experiências e processos, que avalia a seleção de princípios realizada.

7. Um dos princípios do êxito da revolta popular conhecida como *guerra da água* (Cochabamba, 2006) frente à sua privatização por parte da empresa Betchtel, foi a capacidade de gerar um programa muito concreto articulado à volta dos impactos previstos no processo. Estes não se centraram exclusivamente no aumento abusivo das tarifas, mas também abundaram nas consequências sobre as e os responsáveis e, de um modo geral, sobre o uso e usufruto dos espaços comuns tais como rios, poços, também estes afetados pela privatização.

comunidade. O relato que lhe dá forma, por sua vez, caracterizar-se-ia em coerência pela sua simplicidade, por ser compreensível e pedagógico, assumindo o desafio de explicar fenómenos que transcendem o local a partir de um prisma territorial.

2. *Posicionar uma narrativa própria na lógica positiva.*⁸ O relato impulsionado, para além de partir do quotidiano, tem mais probabilidades de obter legitimidade popular se se construir não só em negativo —desmantelar o megaprojeto—, como também em positivo —proposta alternativa—. É importante deste modo contar com um caminho no qual percorrer, um futuro simultaneamente emancipador e viável, que permita abrir caminho frente à onnipresença corporativa e à sua lógica de que não existe alternativa.
3. *Elaborar uma proposta interseccional.*⁹ Os programas que se gerem a partir da intersecção de visões e das abordagens, enriquecem o conteúdo da proposta popular, ao mesmo tempo que possibilitam ampliar a base de apoio à mesma. Neste sentido, tanto o diagnóstico da situação e dos possíveis impactos do megaprojeto, como a narrativa alternativa ao mesmo, deveriam partir de marcos de referência inclusivos, que favoreçam a articulação da unidade na diversidade, sem por isso deixar de explicitar assimetrias entre sujeitos e vários setores.
4. *Defender uma alternativa radical.*¹⁰ A agressividade da ofensiva mercantilizatória conduz-nos a aceitar o desafio de sair do limitado marco

-
8. A paralização definitiva da construção do novo aeroporto de Nantes em 2018, foi apenas possível após uma luta suportada durante uma década por múltiplos movimentos sociais, que elaboraram uma proposta comunitária para as 1650 hectares expropriados para o megaprojeto, baseada na agricultura ecológica e espaços comunitários.
 9. O programa da soberania alimentária como proposta alternativa teve especial relevo político após o Fórum Global Nyeleni, organizado em 2007 no Mali. Este foi um esforço coletivo articulado, não só dos camponeses à volta da Via Camponesa, como também do movimento feminista (Manifesto Mundial das Mulheres) e ecologista (Amig@s da Terra).
 10. A repercussão da tomada de terras públicas e corporativas (como em Jódar, frente à monopolização de terras do BBVA) por parte do Sindicato Andaluz de Trabalhadores e Trabalhadoras (SAT) multiplica-se exponencialmente quando acompanhada de uma proposta alternativa (Património Agrário Andaluz), que promove destinar 4 % do orçamento público anual na compra pública de terras, com o objetivo de a destinar para o usufruto de cooperativas populares e entidades da economia solidária. Estas por sua vez, alimentariam o Património através de um Fundo Andaluz Antilatifundista.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

do possível, a partir de programas radicais, que descentrem os mercados e as grandes empresas. Se o conflito capital-vida se intensifica, a aposta pela defesa da vida deve ser firme, prefigurando um futuro baseado em valores, estruturas e dinâmicas antagônicas às vigentes.

Respetivamente à *estratégia*, priorizamos os seguintes princípios:

5. *Impulsionar a democracia direta e participativa.*¹¹ A única garantia de elaborar um programa enraizado no movimento popular, de manter e ampliar a base de apoio, bem como de incidir de forma política e mediática, é através de uma estratégia que posiciona a democracia como um importante valor. Deste modo, a participação ativa, diversa e de qualidade, bem como a informação e a comunicação transparente e constante, deveriam ser princípios da atuação do processo de luta. Por sua vez, a aposta nos inquéritos, conselhos, referendos, etc., sobre o megaprojeto —preferencialmente com o apoio e amparo institucional, mas também se este não se realizar— convertem-se em marco estratégico para unificar e ativar a comunidade, ao mesmo tempo que multiplica a potencialidade da estratégia de resistência.
6. *Desenvolver um processo de resistência multissetorial.*¹² O movimento popular e comunitário fortalece-se quando propõe um processo de luta integral, que aborde a contenda política em toda a sua magnitude. Defender a vida na sua diversidade, eco dependência e interdepen-

11. O inquérito popular realizado em Sipakapa (Guatemala, 2005) frente ao megaprojeto de indústrias minéreas a céu aberto (Mina Marlin, da empresa Goldcorp) conseguiu paralizá-lo, deixando a sua situação jurídico-legal num limbo. Perante este facto, o projeto continua nos municípios vizinhos ao mesmo tempo que, o poder corporativo pressiona para a aprovação de uma lei sobre inquéritos que desvirtue o convénio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

12. No istmo de Tehuantepec múltiplas empresas —entre elas Iberdrola— estão a desenvolver um megaprojeto de energia eólica em várias fases, no qual se detetaram abusos na compra de terra aos e às camponesas, incumprimento do convénio 169 da OIT, etc. A articulação social gerada no Istmo desenvolve uma estratégia diversa, que se fortalece ao unir-se à via jurídica (defesa dos camponeses enganados, exigência da necessidade de inquérito prévio), a aposta por lógicas autogestionárias (defesa do território, fortalecimento da autonomia das comunidades), assim como a incidência internacional respeit- to às empresas que participam na iniciativa.

dência; enfrentar-se a um poder corporativo que abrange o espectro completo da organização social; resistir ao embate de empresas poderosas e com padrões muito amplos de atuação, exige uma resposta contundente em termos multissetoriais. Assim, a construção de um relato comum, a informação clara e transparente, a comunicação, a mobilização social, a incidência, as alianças estatais e internacionais, a pressão institucional, a via jurídica, etc., são linhas que deveriam enredar-se, sempre que possível, em processos articulados de resistência.

7. *Garantir condições para uma discussão a longo prazo.*¹³ Quando o debate se projeta no tempo —sobretudo se este for muito assimétrico em termos de poder—, deveria realizar-se uma análise permanente do equilíbrio entre objetivos e capacidades, com o objetivo último de manter uma estratégia que tensione pacificamente o conflito, aumentando o espaço do programa popular e ampliando a sua base de apoio. De maneira complementar, a estratégia popular desenvolve quando se antecipa a uns padrões corporativos que, como anteriormente referido, combinam a visão de futuro, a procura de consentimento, a criminalização do protesto e, inclusivamente, violência direta. Deste modo, contar com a capacidade proativa para ativar processos na lógica multissetorial exposta no ponto anterior, ao mesmo tempo que se garantem sempre que possível condições ótimas para manter o debate no tempo (caixas de resistência, cobertura jurídica, espaços democráticos para a coesão interna, ampla rede de alianças, etc.), torna-se fundamental.
8. *Combinar concertação com práticas disruptivas e desobedientes.*¹⁴ Programas radicais, que ampliam o marco do possível, guardam uma estreita

13. Muitas das experiências de êxito comentadas souberam resistir e ser resilientes, graças ao manter a coesão interna e ao ampliar o foco mediático e político do seu programa. Assim se demonstra na luta contra o aeroporto em Nantes, ou no caso da luta do COPINH (Conselho Cívico das Organizações Populares e Indígenas de Honduras) frente ao projeto hidroeléctrico Agua Zarca (Honduras) da empresa DESA, cuja pressão ao longo dos anos se manteve —apesar dos assassinatos de 5 militantes—, conseguindo paralisar o projeto.

14. O caso mediático anteriormente referido de Agua Zarca, fruto do qual assassinaram a Berta Cáceres, conjugou ações de concertação e diálogo com outras mais disruptivas como a manifestação permanente às portas da obra, quando se verificou a escassa vontade corporativa de negociação. Isto permitiu ampliar o marco da contenda política ao nível estatal e internacional.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

relação com estratégias disruptivas e desobedientes, que amplifiquem o foco de incidência. Deste modo grandes mobilizações, manifestações pacíficas e permanentes que impeçam obras ilegais e/ou ilegítimas, a tomada de espaços públicos e corporativos, a realização de inquéritos comunitários e/ou sociais, etc., poderiam contribuir positivamente na resistência ao megaprojeto, caso se desenvolvam com audácia junto a outras iniciativas de diálogo e de concertação.

9. *Reunir agentes diversos.*¹⁵ A dimensão e intensidade do debate frente a empresas poderosas e opacas obriga necessariamente não só, a unir-se ao movimento popular diverso, como também a somar a outros agentes que, desde a sua identidade, contribuem ao programa e à estratégia comum. Neste sentido destacamos a estratégia participação do mundo académico e/ou da investigação social — fortalecendo a narrativa popular e confrontando-a com a empresarial—; de meios de comunicação —multiplicando o foco mediático—; de cargos públicos —que monitorizem a estratégia institucional—; e de juristas —que desenvolvam vias legais de debate e defesa comunitária—.
10. *Ampliar a lógica de aliança e incidência em princípio local-global.*¹⁶ A incidência e a resposta social ampliam a sua voz e multiplica o espaço de resistência se esta não se circunscreve ao lugar da implementação do megaprojeto, mas que se articula, igualmente, nos territórios que compõem a hidra corporativa do megaprojeto. Neste sentido,

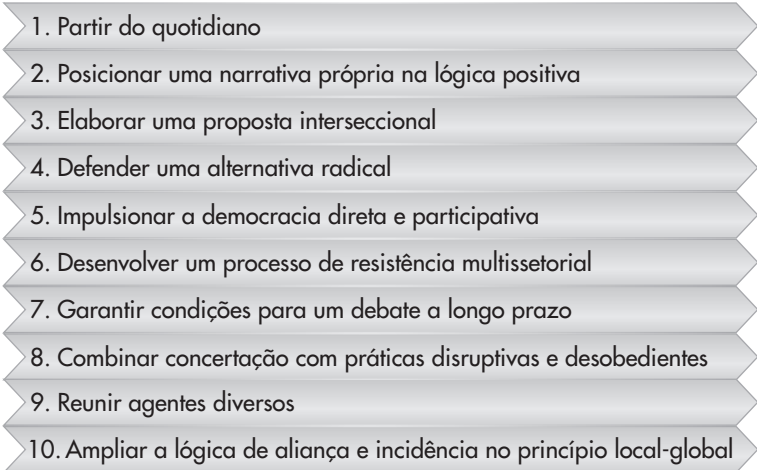
15. A *guerra da água* anteriormente referida conseguiu unir na mobilização e programa social a muitos diferentes setores da população enfrentados à privatização da água. Além da conjunção de cidadãos e cidadanas, responsáveis, camponeses, mestres e mestras, foi possível contar com a participação da universidade —importante para elaborar estudos de impacto— e dos meios de comunicação locais e estatais, que deram espaço mediático à revolta popular.

16. Com relação à transnacional brasileira VALE, que opera em 33 países, articulou-se uma aliança internacional de afetados e afetadas pela empresa. Isto amplia o impacto internacional da sua incidência, desde uma lógica de diversidade a qual agrega os esforços de sindicatos canadenses, de organizações sociais e de ecologistas brasileiras e de comunidades de Moçambique. Por sua vez, a luta do COPIHN, frente ao projeto da Água Zarca, anteriormente referido, teve êxito quando a incidência atingiu quem financiava o projeto, no caso europeu o Banco Holandês de Desenvolvimento (FMO) e o Fundo Finlandês para a Cooperação Industrial (FINNFUND), que deixaram de financiar perante o escândalo dos assassinatos.

a aliança com agentes sociais, políticos e mediáticos dos territórios sede das empresas que participam a partir do financiamento até à implementação, ajuda a fortalecer a contestação, o programa e a estratégia, ampliando as fissuras corporativas.

A figura 5 resume os princípios políticos que acabamos de detalhar.

FIGURA 5. PRINCÍPIOS POLÍTICOS

- 
1. Partir do quotidiano
 2. Posicionar uma narrativa própria na lógica positiva
 3. Elaborar uma proposta interseccional
 4. Defender uma alternativa radical
 5. Impulsionar a democracia direta e participativa
 6. Desenvolver um processo de resistência multisetorial
 7. Garantir condições para um debate a longo prazo
 8. Combinar concertação com práticas disruptivas e desobedientes
 9. Reunir agentes diversos
 10. Ampliar a lógica de aliança e incidência no princípio local-global

Fonte: *Elaboração própria.*

Finalmente, defendemos a elaboração de programas de resistência enraizados na comunidade, mantidos no popular, mas que por sua vez sejam capazes de implementar uma narrativa alternativa, inclusiva e radical, que permita não só dismantelar o megaprojeto, como também de transitar a formas mais justas, equitativas, habitáveis de organizar a sociedade. Em conformidade, defendemos o impulso de estratégias políticas multissetoriais, resilientes e profundamente democráticas, onde o peso das alianças com agentes diversos, na lógica local-global, converte-se num eixo estratégico.

Sendo este o futuro, o corolário desta proposta de resistência popular aos megaprojetos finaliza com a aposta pela *audácia*. Uma audácia que, em cada momento e contexto, permite combinar estes e outros princípios em função do desenvolvimento da contenda política; que

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

possibilite a planificação, a modificação, o retirar e o desenvolvimento num debate assimétrico e complexo, mas no qual não podemos desistir em defesa da vida e do território.

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, Teresa, e Isabel CASIMIRO (2019): «Epistemologias do Sul e alternativas feministas de vida. As Cinderelas do nosso Moçambique querem falar», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.
- DUBOIS, Alfonso (2019): «A proposta alternativa a partir da abordagem das capacidades. Conceitos e quadro de análise», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.
- FERNÁNDEZ, Gonzalo (2016a): *Alternativas al poder corporativo. 20 propuestas para una agenda de transición en disputa con las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8131>>.
- (2016b): *Alternativas para dismantelar el poder corporativo. Recomendaciones para gobiernos, movimientos y ciudadanía*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8246>>.
- (2018a): *Mercado o democracia. Los tratados comerciales en el capitalismo del siglo XXI*, Barcelona, Icaria.
- (2018b): «De la guerra comercial a la guerra económica global», *El Salto*, 23/11/2018. Disponível em <<https://www.elsaltodiario.com/una-de-las-nuestras/guerra-economica-global>>.
- GLOBAL JUSTICE NOW (2016): «Archivo de datos sobre pueblos frente a corporaciones». Disponível em <https://www.globaljustice.org.uk/sites/default/files/files/resources/corporations_vs_governments_final.pdf>.

HARVEY, David (2005): *El nuevo imperialismo, acumulación por desposesión*, Buenos Aires, CLACSO. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>>.

HERNÁNDEZ, Juan, e Pedro RAMIRO (2015): *Contra la 'lex mercatoria'. Propuestas y alternativas para dismantelar el poder de las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria.

JUBETO, Yolanda, Mertxe LARRAÑAGA e Luísa de Pinho VALLE (2019): «Propostas feministas pela despatriarcalização e descolonização dos territórios e a favor da red da vida», em Jokin ALBERDI, Isabel CASIMIRO, Teresa CUNHA, Alfonso DUBOIS, Gonzalo FERNÁNDEZ, Yolanda JUBETO, Mertxe LARRAÑAGA, María OIANGUREN e Luísa de Pinho VALLE: *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, Gernika-Lumo, Gernika Gogoratuz.

OCDE (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS) (2014): *Policy Challenges for the Next 50 Years* (OECD Economic Policy Papers, 9).

PÉREZ OROZCO, Amaia (2014): *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*, Madrid, Traficantes de Sueños.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2014): «Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes», em Boaventura de Sousa SANTOS e María Paula MENESES: *Epistemologías del Sur (Perspectivas)*, Madrid, Akal.

FERRAMENTAS E RECURSOS

Seguidamente expomos uma série de ferramentas e recursos que reforcem o nosso marco de referência e proposta política. Ordenamos estes em função do elo condutor deste próprio capítulo. Iniciaremos por aqueles que se relacionam com o poder corporativo e o seu projeto de capitalismo do século XXI; seguiremos por aqueles que incidem nos impactos dos megaprojetos nos territórios para, finalmente, aprofundar nos marcos, propostas e experiências de resistência e construção de alternativas ao poder corporativo.

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

■ Respetivamente à análise do poder corporativo e do seu projeto de capitalismo do século XXI, destacamos de maneira particular os dois livros seguintes:

FERNÁNDEZ, Gonzalo (2018): *Mercado o democracia. Los tratados comerciales en el capitalismo del siglo XXI*, Barcelona, Icaria.

HERNÁNDEZ, Juan, e Pedro RAMIRO (2015): *Contra la 'lex mercatoria'. Propuestas y alternativas para dismantelar el poder de las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria.

Completaríamos a leitura dos mesmos com dois vídeos que nos permitem analisar o poder integral articulado ao redor de grandes empresas e dos seus impactos sobre as maiorias sociais:

OMAL (OBSERVATORIO DE MULTINACIONALES EN AMÉRICA LATINA)
(2017a): ¿Adónde va el *capitalismo español?* (1.ª parte): *Las empresas transnacionales en el capitalismo global*, OMAL e Intermedia Producciones. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8591>>.
— (2017b): ¿Adónde va el *capitalismo español?* (2.ª parte): *La arquitectura jurídica de la impunidad*, OMAL e Intermedia Producciones. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8594>>.

■ Com respeito ao estudo dos megaprojetos como ferramenta fundamental no ataque corporativo aos territórios, consideramos múltiplos relatórios, como as iniciativas de mapeamento dos impactos sociais, ambientais e culturais destas companhias que puseram em funcionamento o Observatório Latino-americano de Geopolítica (OLAG), o Grupo ETC, GRAIN ou o Observatório da Dívida na Globalização (ODG), tal como as investigações específicas sobre países, empresas e setores económicos que levaram a cabo a Campanha Roupas Limpas, Engenheiros sem Fronteiras, o Centro de Estudos pela Paz JM Delàs, Ecologistas em Ação ou o Observatório de Multinacionais na América Latina (OMAL)-Paz com Dignidade. No entanto destacamos:

CECEÑA, Ana Esther, e Raúl ORNELAS (coords.) (2017): *Chevron, paradigma de la catástrofe civilizatoria*, Madrid, Siglo XXI.

RAMIRO, Pedro, e Erika GONZÁLEZ (2016): *Empresas energéticas y vulneración de los derechos humanos*, GUE/NGL (Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica), Grupo Parlamentar Europeu. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8181>>.

UHARTE, Luis Miguel (2012): *Las multinacionales en el siglo XXI: impactos múltiples. El caso de Iberdrola en México y en Brasil*, Madrid, 2015 y más.

A partir de uma abordagem mais visual, recomendamos o seguinte documentário:

PAZ CON DIGNIDAD-OMAL (2010): *Defensora*. Disponível em <<http://www.pazcondignidad.org/blog/defensora-documental/>>.

■ Finalmente e, relativamente a alternativas ao poder corporativo, destacamos especificamente os seguintes livros e relatórios:

FERNÁNDEZ, Gonzalo (2016a): *Alternativas al poder corporativo. 20 propuestas para una agenda de transición en disputa con las empresas transnacionales*, Barcelona, Icaria. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8131>>.

— (2016b): *Alternativas para dismantelar el poder corporativo. Recomendaciones para gobiernos, movimientos y ciudadanía*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8246>>.

PÉREZ, Zaloa (2016): *Transformando los territorios desde la economía solidaria. Herramientas para el impulso de políticas públicas locales*, Bilbao, REAS Euskadi. Disponível em <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-5279_es.html>.

PIRIS, Silvia (2015): *Sembrando soberanías para otros modelos de vida en Euskal Herria. Algunas propuestas para la construcción de políticas públicas locales desde la soberanía alimentaria*, EHNE Bizkaia e Bizilur. Disponível em <https://issuu.com/elikaherriaelikaduraburujabetza/docs/politicas_publicas/3>.

RAMIRO, Pedro, e Gonzalo FERNÁNDEZ (eds.) (2015): «Propuestas y resistencias al poder de las empresas transnacionales»,

6. O ASSALTO DO PODER CORPORATIVO AOS TERRITÓRIOS

Lan Harremanak, 33. Disponible en <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/423384>>.

Assim como o vídeo:

OMAL (2017): ¿Adónde va el capitalismo español? Alternativas al poder corporativo. Disponível em <<http://omal.info/spip.php?article8642>>.

Rede Gernika

**Rede internacional de apoio a processos
orientados para a reconciliação**

Gernika Gogoratuz entende que a reconciliação é um dos elementos orientadores de um processo de paz, sendo esta emancipadora e sustentável, e no qual as estruturas se transformam e se tornam mais justas, se recupera a verdade histórica e se honram as vítimas. A **Rede Gernika**, criada em 1997, realiza uma assembleia anual durante as Jornadas Internacionais de Cultura e Paz de Gernika.

Artekaia, 1-1.º • E-48300 Gernika-Lumo •
Bizkaia (Espanha)

Tel.: +34 94 6253558

Correio eletrónico: info@gernikagogoratuz.org

<http://www.gernikagogoratuz.org>

Esta publicação, enquadrada no projeto «**Territórios em conflito: investigação, formação e ação para o fortalecimento de capacidades e a construção de alternativas de vida**», propõe estudar o impacto dos fatores transnacionais nos territórios cuja capacidade de determinação autónoma do seu próprio futuro se vê ameaçada pela atuação de atores externos. Observa-se, portanto, um cenário de conflito que se manifesta de diferentes maneiras, incluindo as reivindicações populares e as pretensões dos interesses externos. Neste sentido, abre-se aqui a possibilidade de impulsionar o fortalecimento das capacidades existentes nestes territórios para tornar possível a definição e construção de alternativas próprias.

Nestas páginas apresentam-se as abordagens teóricas que se consideram adequadas para abordar os objetivos marcados. Por um lado, conhecer o impacto dos fatores transnacionais, especialmente os das empresas, nos processos de construção dos próprios projetos de cada sociedade local; por outro lado, descrever e avaliar os processos coletivos críticos que promovem soluções alternativas para o território baseadas na sustentabilidade e na justiça social

ISBN: 978-84-09-17637-3

